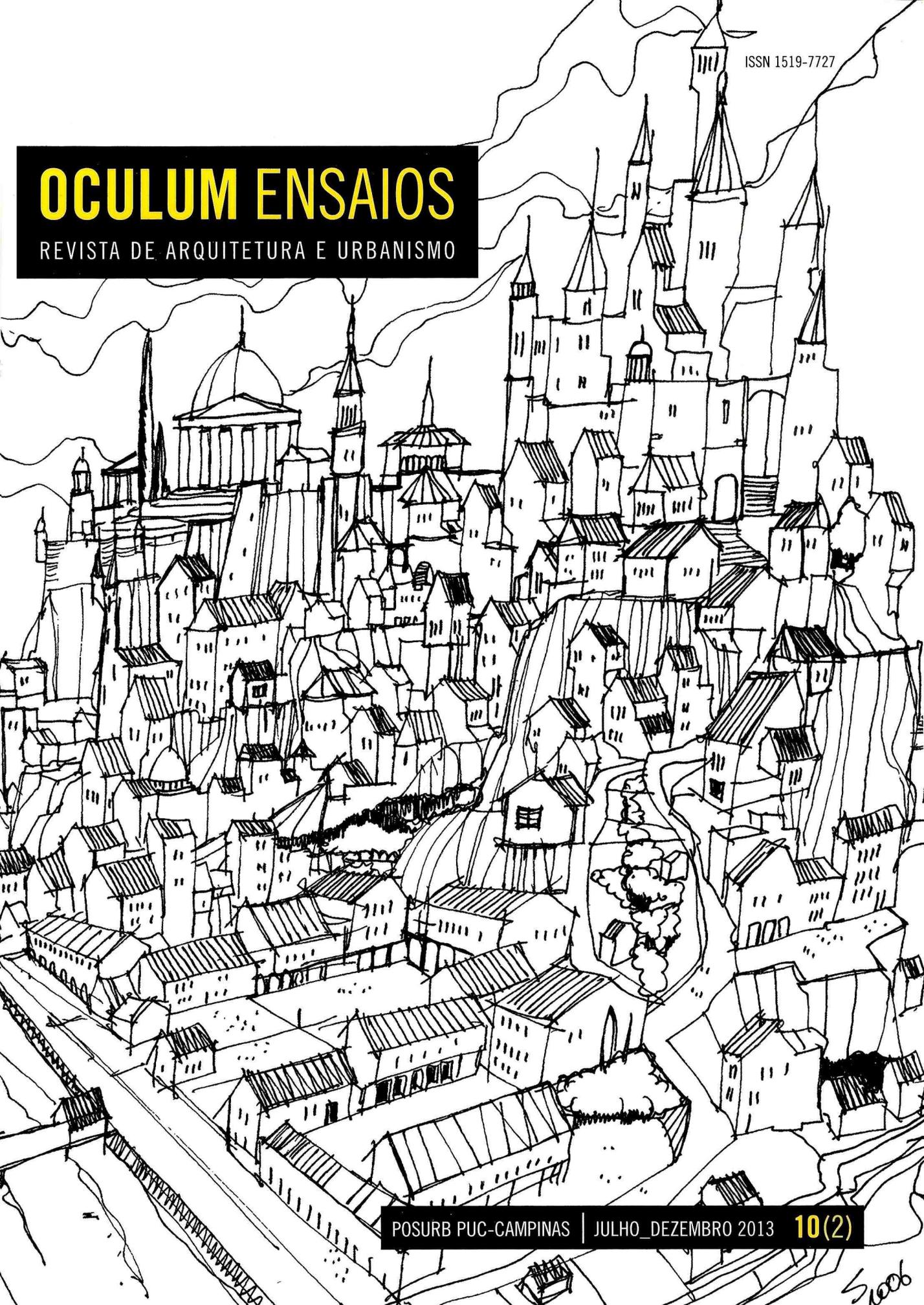


ISSN 1519-7727

OCULUM ENSAIOS

REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO



POSURB PUC-CAMPINAS | JULHO_DEZEMBRO 2013 **10(2)**

S. 1006

OCULUM ENSAIOS

REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO

OCULUM ENSAIOS

REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO

Qualis B2

EDITOR | EDITOR

Tomás Antonio Moreira [PUC-Campinas, SP, Brasil]

EDITOR ADJUNTO | ADJUNCT EDITOR

Luiz Augusto Maia Costa [PUC-Campinas, SP, Brasil]

CONSELHO EDITORIAL | EDITORIAL BOARD

Ana Fernandes [UFBA, Salvador, BA, Brasil]
Arlete Moises Rodrigues [UNICAMP, Campinas, SP, Brasil]
Beatriz Murgayar Kùhl [USP, São Paulo, SP, Brasil]
Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno [USP, São Paulo, SP, Brasil]
Carlos Roberto Monteiro de Andrade [USP, São Carlos, SP, Brasil]
Cláudio Lister Marques Bahia [PUC-MG, Belo Horizonte, MG, Brasil]
Cristina Meneguello [UNICAMP, Campinas, SP, Brasil]
Denio Munia Benfatti [PUC-Campinas, SP, Brasil]
Denise Pinheiro Machado [UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil]
Eugenio Fernandes Queiroga [USP, São Paulo, SP, Brasil]
Euler Sandeville Junior [USP, São Paulo, Brasil]
Jane Victal Ferreira [PUC-Campinas, SP, Brasil]
Jonathas Magalhães Pereira da Silva [PUC-Campinas, SP, Brasil]
José Roberto Merlin [PUC-Campinas, SP, Brasil]
Lucio Kowarick [USP, São Paulo, SP, Brasil]
Luiz Cláudio Bittencourt [UNESP, Bauru, SP, Brasil]
Maria Cristina Schicchi [PUC-Campinas, SP, Brasil]
Maria Stella Bresciani [UNICAMP, Campinas, SP, Brasil]
Mario Henrique Simão D'Agostino [USP, São Paulo, SP, Brasil]
Mario Mendonça de Oliveira [UFBA, Salvador, BA, Brasil]
Maura Pardini Bicudo Veras [PUC-SP, São Paulo, SP, Brasil]
Nabil Geoges Bonduki [USP, São Paulo, SP, Brasil]
Nadia Someck [Mackenzie, São Paulo, SP, Brasil]
Nestor Goulart Reis [USP, São Paulo, SP, Brasil]
Paulo César Garcez Marins [USP, São Paulo, SP, Brasil]
Paulo de Martino Januzzi [IBGE, Rio de Janeiro, RJ, Brasil]
Raquel Rolnik [USP, São Paulo, SP, Brasil]
Renato Cymbalista [USP, São Paulo, SP, Brasil]
Ricardo Marques de Azevedo [USP, São Paulo, SP, Brasil]
Ricardo de Sousa Moretti [UFABC, Santo André, SP, Brasil]
Ricardo Toledo Silva [USP, São Paulo, SP, Brasil]
Rogério Proença de Souza Leite [UFS, São Cristóvão, SE, Brasil]
Sarah Feldman [USP, São Carlos, SP, Brasil]
Silvana Barbosa Rubino [UNICAMP, Campinas, SP, Brasil]
Wilson R. dos Santos Jr. [PUC-Campinas, SP, Brasil]

CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL | INTERNACIONAL EDITORIAL BOARD

Boaventura de S. Santos [Universidade de Coimbra, Portugal]
Donatella Calabi [Università IUAV, Venezia, Itália]
Edésio Fernandes [University of London, Reino Unido]
Esteban de M. Jerez [ETSA — Universidad de Sevilla, Espanha]
Flora Morcate Labrada [Universidad de Oriente, Santiago de Cuba, Cuba]
Francisco Sabatini [PUC, Santiago, Chile]
Maria M. Maldonado [Universidad de Los Andes, Bogotá, Colombia]
Martin Smolka [Lincoln Institut and Land Policy, Cambridge, Estados Unidos]

Ocolum Ensaios, fundada em 2000, é uma revista científica em Arquitetura e Urbanismo do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da PUC-Campinas, com periodicidade semestral, aberta a contribuições da comunidade científica nacional e internacional, assim como para os pesquisadores das diferentes áreas acadêmicas da Arquitetura e do Urbanismo, com o objetivo de registrar a memória do pensamento urbanístico e de manter o debate atualizado. | *Ocolum Ensaios, founded in 2000, is a scientific journal in Architecture and Urbanism from Urbanism Post-Graduation Program at PUC-Campinas, published bi-annually, and open to contributions from national and international scientific communities, as well as researchers from different academic fields of Architecture and Urbanism, with the purpose of recording the memory of urban thought and keep the current debate.*

CORRESPONDÊNCIA | CORRESPONDENCE

Toda a correspondência deve ser enviada à Ocolum Ensaios no endereço abaixo: | *All correspondence should be sent to Ocolum Ensaios at the address:*

Núcleo de Editoração SBI
Prédio da Antiga Reitoria Sala 8 — Campus 1
Rod. Dom Pedro I, km 136 — Pq. das Universidades
13086-900, Campinas, SP
Fone/Fax: (19) 3343-7401
E-mail: sbi.ne_oculumensaios@puc-campinas.edu.br

© Ocolum Ensaios

É permitida a reprodução parcial desde que citada a fonte. A reprodução total depende da autorização da Revista. O Conselho Editorial não se responsabiliza por conceitos emitidos em artigos assinados. | *Partial reproduction is permitted if the source is cited. Total reproduction depends on the authorization of the Ocolum Ensaios. The Board of Editors does not assume responsibility for concepts emitted in signed articles.*

ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

SBI — PUC-CAMPINAS

Ocolum Ensaios: Revista de Arquitetura e Urbanismo. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo.

Campinas, SP n.1 (dez. 2000-)

v.10, n.2 jul./dez. 2013

Semestral

Resumo em Português / Inglês / Espanhol

ISSN 1519-7727

Alteração na numeração a partir de 2013.

1. Arquitetura — Periódicos. 2. Urbanismo — Periódicos. I. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias.

CDD 720

PUC
CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

SUMÁRIO | CONTENTS

- 189 **EDITORIAL** | *EDITORIAL* | Laura Machado de Mello Bueno
- 200 **ENSAIO VISUAL** | *VISUAL ESSAY* | *ENSAYO VISUAL*
PAISAGENS DE LUGAR NENHUM E DE TODOS OS LUGARES | *LANDSCAPES FROM NOWHERE AND EVERYWHERE* | *PAISAJES DE LUGAR NINGUNO Y DE TODOS LOS LUGARES* | Silvio Soares Macedo
- ARTIGOS ORIGINAIS** | *ORIGINAL ARTICLES* | *ARTÍCULOS ORIGINALES*
- 219 **CONDIÇÃO METROPOLITANA: ARQUITETURA E CIDADE CONTEMPORÂNEA NO RIO DE JANEIRO** | *METROPOLITAN CONDITION: ARCHITECTURE AND THE CONTEMPORARY CITY IN RIO DE JANEIRO, BRAZIL* | *CONDICIÓN METROPOLITANA: ARQUITECTURA Y CIUDAD CONTEMPORÂNEA EN RIO DE JANEIRO, BRASIL* | Guilherme Lassance
- 229 **A CAMPINAS DE FÁBIO PENTEADO: PROPOSTAS ARQUITETÔNICAS DE TRANSFORMAÇÃO URBANA** | *THE CAMPINAS OF FÁBIO PENTEADO: ARCHITECTURAL PROPOSALS FOR URBAN TRANSFORMATION* | *LA CAMPINAS DE FÁBIO PENTEADO: PROPUESTAS ARQUITETÔNICAS DE TRANSFORMACIÓN URBANA* | Ivo Renato Giroto
- 243 **PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO: CONCEITOS CONTEMPORÂNEOS NAS CARTAS DO ICOMOS** | *ARCHITECTURAL HERITAGE: CONTEMPORARY CONCEPTS IN ICOMOS CHARTERS* | *PATRIMONIO ARQUITECTÔNICO: CONCEPTOS CONTEMPORÂNEOS EN LAS CARTAS DEL ICOMOS* | Yacy-Ara Froner
- 257 **RECONSIDERAR A HISTÓRIA DA AMÉRICA: ARQUITETURA, MITO E UTOPIA** | *RECONSIDERING THE HISTORY OF AMERICA: ARCHITECTURE, MYTH AND UTOPIA* | *RECONSIDERAR LA HISTORIA DE AMÉRICA: ARQUITECTURA, MITO Y UTOPIA* | Maria Isabel Villac
- 267 **RESTAURO ARQUITETÔNICO: O CERNE É A FORMAÇÃO** | *THE ARCHITECTURAL RESTORATION: THE CORE IS PROFESSIONAL EDUCATION* | *RESTAURACIÓN ARQUITECTÔNICA: EL CERNE ES LA FORMACIÓN* | Ana Paula Farah
- 279 **SIMULAÇÃO URBANA COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DAS ZEIS 3: O PROGRAMA *URBANSIM* E AS DIFICULDADES DA MODELAGEM NO CONTEXTO URBANO DE SÃO PAULO** | *URBAN SIMULATION AS AN ASSESSMENT TOOL OF THE ZEIS 3: THE "URBANSIM" PROGRAM AND THE OBSTACLES OF THE URBAN SIMULATION IN SÃO PAULO, BRAZIL* | *SIMULACIÓN URBANA COMO HERRAMIENTA DE ANALISIS DE LA ZEIS 3: EL PROGRAMA "URBANSIM" Y LAS DIFICULTADES DE MODELAJE EN EL CONTEXTO URBANO DE SÃO PAULO, BRASIL* | Patricia Rodrigues Samora, João Pedro Salva Geddo
- 291 **POLÍTICA HABITACIONAL E O CAPITAL PRIVADO: O PROGRAMA DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL EM PRESIDENTE PRUDENTE, SÃO PAULO** | *HOUSING POLICY AND THE PRIVATE CAPITAL: RESIDENTIAL LEASE PROGRAM IN PRESIDENTE PRUDENTE, SÃO PAULO, BRAZIL* | *POLÍTICA DE VIVIENDA Y CAPITAL PRIVADO: PROGRAMA DE ARRENDAMIENTO RESIDENCIAL EN PRESIDENTE PRUDENTE, SÃO PAULO, BRASIL* | Síbila Corral de Arêa Leão Honda, Angélica Tanus Benatti Alvim
- 301 **PROJETO DE HABITAÇÕES FLEXÍVEIS DE INTERESSE SOCIAL** | *FLEXIBLE SOCIAL HOUSING PROJECT* | *PROYECTO DE VIVIENDAS FLEXIBLES DE INTERÉS SOCIAL* | Marcelle Salles Martins, Anicoli Romanini, Andréa Quadrado Mussi, Daiane Folle
- RESENHA** | *BOOK REVIEW* | *RESEÑA*
- 311 **A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO** | por Ana Paula Medeiros
- ENTREVISTA** | *INTERVIEW* | *ENTREVISTA*
- 317 **ENTREVISTA COM JUAN MANUEL BECERRA GARCÍA** | *INTERVIEW WITH JUAN MANUEL BECERRA GARCÍA* | *ENTREVISTA COM JUAN MANUEL BECERRA GARCÍA* | Por Maria Cristina da Silva Schicchi, Jimena Alejandra Veja
- 339 **PESQUISA EM FOCO** | *RESEARCH IN FOCUS* | *INVESTIGACIÓN EN FOCUS*
- 352 **ÍNDICES** | *INDEX* | *ÍNDICES*
- 354 **AGRADECIMENTOS** | *ACKNOWLEDGEMENTS* | *AGRADECIMIENTOS*
- 357 **INSTRUÇÕES AOS AUTORES** | *GUIDE FOR AUTHORS* | *INSTRUCCIONES A LOS AUTORES*

EDITORIAL

LAURA MACHADO DE MELLO BUENO

O desafio de escrever um editorial é escolher o foco: o que há de novo, de importante ou angustiante para falar, destacar?

Destaco um tema “velho” na área de estudos urbanos, uma reclamação recorrente: porque continua havendo tantos terrenos, glebas e edificações ociosas em nossas cidades? O que fazer, e (parafraseando David Harvey, no livro “*O enigma do capital e as crises do capitalismo*”) quem vai fazer?

Pouco os leitores: não vou aqui repetir a base legal do assunto no Brasil (Constituição de 1988, do Estatuto das Cidades, de 2001, e milhares de planos diretores municipais e leis de uso e ocupação do solo decorrentes, nos últimos 13 anos) e a sua inépcia em liberar para a sociedade brasileira esse latifúndio picotado disseminado no tecido urbano.

Parto deste ponto.

É só observar imagens recentes de qualquer cidade, ou seja, área inserida no perímetro urbano de qualquer município brasileiro, para localizar glebas e lotes sem nenhuma edificação. E se descermos do avião (ou do satélite) e caminharmos por nossas cidades, encontraremos muros e cercas escondendo terrenos “ocupados” por mato, entulho, lixo e fachadas de edificações fechadas, muitas vezes deterioradas, em colapso.

Não é difícil obter essa informação quantificada para 2010. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>> disponibiliza em seu *site* a quantidade de domicílios permanentes vagos por setor censitário, a menor unidade espacial de coleta. A condição de domicílio vago é diferente da do domicílio ocupado ou fechado, que tem moradores. Eu cometeria injustiças se listasse aqui apenas alguns dos muitos municípios e metrópoles onde foram realizados estudos profundos sobre esse problema, geralmente para embasar planos diretores e planos locais de habitação. Há informação e trabalhos analítico sobre ela.

Destaco o realizado para a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) <<http://www.metropolitana.mg.gov.br/eixos-tematicos-integrados/relatorio-final>> pela recuperação e sistematização de duas definições: vacância imobiliária (já conhecida no jargão do mercado imobiliário de venda e aluguel residencial e comercial, como as edificações disponíveis, bem como nos estudos sobre áreas centrais e históricas, áreas industriais de tecnologia ultrapassada) e vacância fundiária (diferenciando-se glebas não parceladas dos lotes não edificados). A quantificação e análise desses dados nos 34 municípios de RMBH (elaborada por diversos pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com corpo técnico dos

municípios e Estado) revelou a abrangência do fenômeno da vacância imobiliária, que ocorre no *core* político cultural da metrópole, em seus municípios industriais, bem como em seus municípios extremos.

A informação concretiza a imoralidade das pressões por expansão de perímetro urbano para empreendimentos imobiliários — de todas as classes sociais.

Como defender que áreas rurais com aptidão para produção garantindo a segurança alimentar não sejam destruídas para empreendimentos de auto-segregação “sustentáveis”?

Como defender a sistemática localização dos conjuntos habitacionais — promovidos em nível local, estadual e atualmente os do Programa Minha Casa Minha Vida —, nos limites da cidade e mesmo fora delas?

Como explicar que o poder público, que licencia essas obras, promova a programação silenciosa do aumento de custos públicos para suas obras e serviços e dos custos sociais da vida urbana decorrentes, contra a coesão social?

Convenhamos que a estratégia de definir como subutilizado o imóvel cujo aproveitamento seja inferior ao mínimo definido no Plano Diretor ou em legislação dele decorrente (cristalizada no art. 5º do Estatuto) foi desastrosa.

Por lei, nos municípios com menos de 20 mil habitantes, não há problema em haver retenção de terras urbanas ociosas? Como não são obrigados a elaborar planos diretores, os gestores públicos não precisam aplicar esse e outros quesitos da legislação federal em seus territórios!

Nas áreas metropolitanas brasileiras as necessidades de terra e os parâmetros de adensamento construtivo e populacional devem ser diferentes entre si, a depender da política local e em cada município? Ou de fato trata-se de fenômeno e solução diferentes em metrópoles, em cidades médias ou de menor porte?

O outro aspecto estrutural é que um assunto de interesse público e social — nacional —, voltado à democratização e universalização de condições dignas de vida e do direito à cidade e à moradia, tornou-se tema de disputa que caminha diferentemente em cada unidade territorial do País. Temos 5 570 municípios, sendo que 2 353 obrigados a elaborar planos diretores. São os agentes políticos locais, proprietários, incorporadores e construtoras atuando a seu favor, sem parâmetros definidos a favor da sociedade local. Apenas o setor privado consegue então implementar estratégias territorialmente abrangentes em relação à terra urbana.

Os esforços — do Executivo, do Legislativo, da sociedade organizada em movimentos sociais, entidades profissionais, científicas —, em diversos municípios para desenvolvimento de projetos de lei de planos ou legislação regulamentadora caem por terra na hora das emendas e votações. O que vale é o poder que eu (representante eleito) tenho de tornar mais valorizado no futuro as propriedades — minhas, de meus “laranjas” ou de meus apoiadores.

Mas, me polício, chega de reclamar. O importante é procurar formas de superação.

No município de São Paulo, em momento de revisão do Plano Diretor, foi lançado por urbanistas um Manifesto <<http://cidadesparaquem.org/blog/2013/8/27/urbanistas-pela-justia-social>>, que denuncia e, sobretudo, aponta necessários avanços, seus caminhos e instrumentos — detalhar o conceito de função social, formas “auto-aplicar” a urbanização compulsória e o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) progressivo a partir do Plano Diretor, a Dação em pagamento das dívidas de IPTU, a taxa de solidariedade —, exigência de que negócios do mercado imobiliário ofertem moradia social no mesmo local. O avanço conceitual concretizado no Manifesto talvez não corresponda, entretanto, à capacidade de influência política, mais que no processo, no momento crucial de votação na Câmara Municipal.

De outro foco da questão urbana — mobilidade —, vem uma proposição, por outro caminho. Trata-se de uma campanha para municipalização da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), sobre a gasolina e arrecadada pelo Governo Federal, vinculando-a a aplicação em transporte público, por iniciativa da ONG Nossa São Paulo. <<http://www.change.org/pt-BR/peti%C3%A7%C3%B5es/por-um-transporte-p%C3%BAllico-mais-barato-no-brasil-%C3%A9-poss%C3%ADvel-e-urgente-tarifamaisbarata>>.

Não se trata então de municipalizar genericamente, o que ocorreu com o combate à propriedade ociosa, mas de vincular os recursos à concretização, no nível municipal, de uma visão de futuro nacional para a mobilidade urbana.

Já sabemos como levantar os dados territoriais de ocupação, uso, valor histórico, paisagístico e ambiental, relacioná-los à base cadastral e fiscal, levantar dados em cartórios. Precisamos agora mexer no que é inaceitável para a sociedade brasileira: a vacância imobiliária.

Que tal propor uma definição de propriedade ociosa e instrumentos de combate à retenção no nível nacional para aprovação pelo Congresso Nacional, de forma a libertar as populações urbanas do jugo dos interesses locais?

Essa definição não é de peculiar interesse local, mas sim fundamental para a universalização do direito à cidade saudável e sustentável em todas as cidades do Brasil.

LAURA MACHADO DE MELLO BUENO Professora Doutora | Pontifícia Universidade Católica de Campinas | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo | Rod. Dom Pedro I, km 136, Parque das Universidades, 13086-900, Campinas, SP, Brasil | E-mail: <laurab@puc-campinas.edu.br>.

EDITORIAL

The challenge of writing an editorial is choosing the theme: What is new, important or distressful that is worth discussing?

I will choose an old subject in the field of urban studies, a recurrent complaint: Why are there so many idle plots and buildings in our cities? What can be done, and (to paraphrase David Harvey, in his book “*The enigma of capital and the crises of capitalism*”) who will do so?

I will spare my readers, though. I will not examine the legislation on the subject in Brazil (1988 Constitution, the 2011 City Statutes, and the thousands of municipal master plans for land use and land laws established over the past 13 years) or the governmental ineptitude to free the Brazilian society from widespread landlordism in the urban setting.

I will begin from one point of view.

If one simply observes recent images of any city within the urban perimeter of any Brazilian city, it will be easy to spot land plots with no buildings. And if one would just get off the plane (or analyze satellite images) and walk around our cities, it would not be difficult to find walls and fences masquerading land that is “concealed” by weeds, litter, garbage and dilapidated and dangerous buildings just about to collapse.

It is not difficult to obtain quantified information from 2010. On the *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE) website <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>> we can find the number of permanently vacant dwellings per census sector, the smallest spatial unit of data collection. The condition of a vacant dwelling is different from that of a closed or occupied home which has residents. I would be unjust if I listed only some of the many towns and cities in which in-depth studies were conducted on this problem, usually to support master plans and local plans for housing. There is information and analytical studies on that.

I highlight the Master Plan for Integrated Development of the *Região Metropolitana de Belo Horizonte* (RMBH, Metropolitan Region of *Belo Horizonte*) <<http://www.metro-politana.mg.gov.br/eixos-tematicos-integrados/relatorio-final>> that has established the two following definitions for real estate recovery and systematization: vacant estate (known in the real estate jargon of sales and rent of commercial and residential buildings as available buildings, studies on central and historic areas, outdated technological industrial areas) and vacant land (that differentiates non-parceled areas from unbuilt land plots). The quantification and analysis of the data in the 34 municipalities of Greater *Belo Horizonte* (prepared by several researchers from *Universidade Federal de Minas Gerais* (UFMG, Federal University of *Minas Gerais*) in association with the technical staff of the municipalities and state)

revealed the extent of the phenomenon of real estate vacancy that occurs in the political-cultural core of the metropolis, as well as of the industrial and the outskirt municipalities.

Information brings forward the immorality of pressure for expansion of the urban perimeter for real estate development, from all walks of life.

How can one argue that potentially productive rural areas that ensure food security be protected from real estate developments of “sustainable” self-segregation?

How can one defend the systematic location of housing developments — promoted by local and state programs such as *Minha Casa Minha Vida* — within the city boundaries or outskirts?

How can one explain that the government, which licenses these housing developments, promotes the silent increase in costs for public works and services and social costs arising from urban life against social cohesion?

We must agree that the strategy that defines a property whose use is less than the minimum set in the Master Plan or legislation be considered as underutilized (enacted in Article V of the Statute) was a disappointment.

By law, municipalities with less than 20,000 inhabitants, is there no problem in retaining idle urban land. As they are not obliged to prepare master plans, public managers are not required to sanction these plans and other federal laws in their territories!

In Brazilian metropolitan areas, must the land requirements and parameters for density of building construction and population density be different and dependent on local policies or municipalities? Or is the phenomenon and solution different in metropolises, medium and small-sized cities?

The other structural aspect is a matter of national public and social interest toward democratization and universalization of decent living conditions and the right to housing and access to the city, which has become the subject of dispute as the considerations are different in each territorial unit of the country. There are 5,570 municipalities of which 2,353 are obliged to develop a master plan. The local political agents, landowners, developers, and construction companies act in their own favor and there are no parameters set in favor of the local population. Only the private sector can implement comprehensive territorial strategies concerning urban land.

The efforts that the Executive, Legislative, organized social movements, and professional and scientific organizations have made in many municipalities to develop bills or regulatory plans fall flat at the time of voting and creating amendments. What really matters is that the politician (our elected representative) has to make his/her, his/her supporters' property become more valuable in the future.

But, I beg, enough complaining. The important issue is to find ways to overcome the problem.

In São Paulo, when reviewing the Master Plan, a Manifesto was written by urbanists <<http://cidadespaparaquem.org/blog/2013/8/27/urbanistas-pela-justia-social>> to

denounce, and particularly point out necessary advances, solutions and instruments — it provides details on the concept of social function, ways to “auto-apply” compulsory urbanization, progressive *Imposto Predial Territorial Urbano* (IPTU, Urban Land Property Tax) from the Master Plan, property tax deduction, and solidarity tax, requirement that real estate business offer social housing in the same location. The conceptual breakthrough achieved by the Manifesto may not, however, be able to overcome the political influence at the crucial moment of voting at City Hall.

Mobility, on the other hand, offers a different proposition on urban issues. This is a mobilization for the municipalization of Tax for Intervention in the Economic Domain (CIDE), which is charged on gasoline and collected by the federal government, with the purpose of associating it to public transport improvement, an initiative of the NGO *Nossa São Paulo* <<http://www.change.org/pt-BR/peti%C3%A7%C3%B5es/por-um-transporte-p%C3%BAblico-mais-barato-no-brasil-%C3%A9-poss%C3%ADvel-e-urgente-tarifamaisbarata>>.

The idea is not to municipalize in general, which happened with the question against idle property, but rather to associate the resources to implement national urban mobility at the municipal level.

We know how to collect territorial data on occupancy, use, historical value, landscape design and environment, relate them to the fiscal and cadastral tax records, and collect data from notary offices. Now, we need to change an unacceptable reality in the Brazilian society: real estate vacancy.

How about proposing a definition for idle property and prepare national instruments to fight against real estate retention for approval at the Congress to free the urban population from the oppression of local interests?

This definition is not of singular local interest, but it is imperative for the universal right to a healthy and sustainable city in all the Brazilian cities.

Laura Machado de Mello Bueno Professora Doutora | Pontifícia Universidade Católica de Campinas | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo | Rod. Dom Pedro I, km 136, Parque das Universidades, 13086-900, Campinas, SP, Brasil | E-mail: <laurab@puc-campinas.edu.br>.

EDITORIAL

El desafío de escribir un editorial es escoger el foco: ¿lo qué hay de nuevo, de importante o angustiante para decir, destacar?

Destaco un tema “viejo” en el área de estudios urbanos, una reclamación recurrente: ¿por qué continúan existiendo tantos terrenos, glebas y edificaciones ociosas en nuestras ciudades? ¿Qué hacer, y (parafraseando David Harvey, en el libro “*O enigma do capital e as crises do capitalismo*”) quién lo va a hacer?

Ahorro los lectores: no voy a repetir aquí la base legal del asunto en Brasil (Constitución de 1988, del Estatuto de las Ciudades, de 2001, y millares de planes maestros municipales y leyes de uso y ocupación del suelo, resultantes, los últimos 13 años) y su inepticia en liberar para la sociedad brasileña ese latifundio seccionado diseminado en el tejido urbano.

Parto de este punto.

Es sólo observar imágenes recientes de cualquier ciudad, o sea, área inserida en el perímetro urbano de cualquier municipio brasileño, para localizar glebas y lotes sin ninguna edificación. Y si bajamos del avión (o del satélite) y caminamos por nuestras ciudades, encontraremos muros y cercados escondiendo terrenos “ocupados” por matorral, escombros, basura y fachadas de edificaciones cerradas, muchas veces deterioradas, en colapso.

No es difícil obtener esa información cuantificada para 2010. El Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>> deja disponible en su *sitio* la cantidad de domicilios permanentes vacíos por sector del patrón, la unidad espacial más pequeña de recolección. La condición de domicilio vacío es diferente de la del domicilio ocupado o cerrado, que tiene habitantes. Yo sería injusto si listara aquí solamente algunos de los muchos municipios y metrópolis donde se realizaron estudios profundos sobre ese problema, generalmente para basar planes maestros y planes locales de habitación. Hay información y trabajos analíticos sobre ello.

Destaco lo realizado para la elaboración del Plan Maestro de Desarrollo Integrado de la *Região Metropolitana de Belo Horizonte* (RMBH, Región Metropolitana de *Belo Horizonte*) <<http://www.metropolitana.mg.gov.br/eixos-tematicos-integrados/relatorio-final>> por la recuperación y sistematización de dos definiciones: vacancia inmobiliaria (ya conocida en el mercado inmobiliario de venta y alquiler residencial y comercial, como las edificaciones disponibles, así como en los estudios sobre áreas

centrales e históricas, áreas industriales de tecnología ultrapasada) y vacancia fundiaria (diferenciándose glebas no parceladas de los lotes no edificados). La cuantificación y análisis de esos datos en los 34 municipios de RMBH (elaborada por diversos investigadores de la *Universidade Federal de Minas Gerais* (UFMG, Universidad Federal de Minas Gerais) con cuerpo técnico de los municipios y Estado) reveló la extensión del fenómeno de la vacancia inmobiliaria, que ocurre en el *core* político cultural de la metrópolis, en sus municipios industriales, así como en sus municipios extremos.

La información concretiza la inmoralidad de las presiones por expansión de perímetro urbano para emprendimientos inmobiliarios — de todas las clases sociales.

¿Cómo defender que áreas rurales con aptitud para producción, garantizando la seguridad alimentar, no sean destruidas para emprendimientos de autosegregación “sostenibles”?

¿Cómo defender la sistemática localización de los conjuntos habitacionales — promovidos en nivel local, estadual y actualmente los del Programa Mi Casa Mi Vida — en los límites de la ciudad y mismo fuera de ellas?

Como explicar que el poder público, que licencia esas obras, promueva la programación silenciosa del aumento de costos públicos para sus obras y servicios y de los costos sociales de la vida urbana, contra la cohesión social?

Convengamos que la estrategia de definir como subutilizado el inmueble cuyo aprovechamiento sea inferior al mínimo definido en el Plan Maestro, o en legislación de él resultante (cristalizada en el art. 5º del Estatuto) fue desastrosa.

Por ley, en los municipios con menos de 20 mil habitantes, ¿no hay problema en haber retención de tierras urbanas ociosas? ¿Cómo no están obligados a elaborar planes maestros, los gestores públicos no necesitan aplicar ese y otros ítems de la legislación federal en sus territorios!

¿En las áreas metropolitanas brasileñas las necesidades de tierra y los parámetros de condensación constructiva y poblacional deben ser diferentes entre sí, a depender de la política local y en cada municipio? ¿O de hecho se trata de fenómeno y solución diferentes en metrópolis, en ciudades medianas o de menor porte?

El otro aspecto estructural es un asunto de interés público y social — nacional —, dirigido a la democratización y universalización de condiciones dignas de vida y del derecho a la ciudad y a la vivienda, se hizo tema de disputa que camina diferentemente en cada unidad territorial del País. Tenemos 5 570 municipios, siendo que 2 353 están obligados a elaborar planes maestros. Son los agentes políticos locales, propietarios, incorporadores y constructoras actuando a su favor, sin parámetros definidos a favor de la sociedad local. Sólo el sector privado consigue entonces implementar estrategias territorialmente amplias con relación a la tierra urbana.

Los esfuerzos — del Ejecutivo, del Legislativo, de la sociedad organizada en movimientos sociales, entidades profesionales, científicas —, en diversos municipios para

desarrollo de proyectos de ley de planes o legislación reglamentadora son echados por tierra a la hora de las enmiendas y votaciones. Lo que vale es el poder que yo (representante electo) tengo, de hacer más valorado en el futuro, las propiedades — mías, de mis “testaferros” o de mis apoyadores.

Mas, me vigilo, basta de reclamaciones. Lo importante es buscar formas de superación.

En el municipio de São Paulo, en el momento de revisión del Plan Maestro, se lanzó por urbanistas un Manifiesto <<http://cidadesparaquem.org/blog/2013/8/27/urbanistas-pela-justia-social>>, que denuncia y, sobretudo, apunta avances necesarios, sus caminos e instrumentos — detallar el concepto de función social, formas “autoaplicar” la urbanización compulsoria y el Impuesto Predial Territorial Urbano (IPTU) progresivo a partir del Plan Maestro, a Dación en pago de las deudas de IPTU, la tasa de solidaridad — exigencia de que negocios del mercado inmobiliario oferten vivienda social en el mismo local. El avance conceptual concretizado en el Manifiesto tal vez no corresponda, sin embargo, a la capacidad de influencia política, más que en el proceso, en el momento crucial de votación en la Cámara Municipal.

De otro foco de la cuestión urbana — movilidad —, vine una proposición, por otro camino. Se trata de una campaña para municipalización de la Contribución de Intervención en Dominio Económico (CIDE), sobre la gasolina y recaudada por el gobierno federal, vinculándola a la aplicación en transporte público, por iniciativa de la ONG Nuestra São Paulo. <<http://www.change.org/pt-BR/peti%C3%A7%C3%B5es/por-um-transporte-p%C3%BAllico-mais-barato-no-brasil-%C3%A9-poss%C3%ADvel-e-urgente-tarifamaisbarata>>.

No se trata entonces de municipalizar genéricamente, lo que ocurrió con el combate a la propiedad ociosa, pero de vincular los recursos a la concretización, en nivel municipal, de una visión de futuro nacional para la movilidad urbana.

Ya sabemos cómo levantar los datos territoriales de ocupación, uso, valor histórico, paisajístico y ambiental, relacionarlos a la base catastral y fiscal, levantar datos en notarías. Necesitamos ahora trabajar en lo que es inaceptable para la sociedad brasileña: la vacancia inmobiliaria.

¿Qué parece proponer una definición de propiedad ociosa e instrumentos de combate a la retención a nivel nacional para aprobación por el Congreso Nacional, de forma a libertar las poblaciones urbanas del yugo de los intereses locales?

Esa definición no es de peculiar interés local, mas sí fundamental para la universalización del derecho a la ciudad saludable y sostenible en todas las ciudades de Brasil.

LAURA MACHADO DE MELLO BUENO Professora Doutora | Pontifícia Universidade Católica de Campinas | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo | Rod. Dom Pedro I, km 136, Parque das Universidades, 13086-900, Campinas, SP, Brasil | E-mail: <laurab@puc-campinas.edu.br>.



Desenho de Silvio Soares Macedo | Navegando para a Ilha dos Mágicos.



Desenho de Sílvia Soares Macedo | Navegando para a Ilha dos Mágicos.



Desenho de Sílvio Soares Macedo | Bufões e Rua Medieval.

PAISAGENS DE LUGAR NENHUM E DE TODOS OS LUGARES

SILVIO SOARES MACEDO

Arquiteto pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), paisagista, professor titular de Paisagismo da FAUUSP e pesquisador sobre paisagem urbana e projeto paisagístico da FAUUSP desde 1976, cantor e produtor musical, viajante inveterado, morador do Rio de Janeiro por quatro anos, apreciador de desenhos animados e Arqueologia.

Desenhar para mim significa poder criar e viajar por mundos e tempos impossíveis, com liberdade ampla para criar o que quiser e representar o que sonhei.

Significa também uma ferramenta que ajuda a dar aulas, montar mapas de espetáculos cênicos, ilustrar projetos, e uma possibilidade de entrar em devaneio, enfim de me divertir, e muito e ainda uma fuga do mundo real para um contexto de cor e fantasia.

Além dos desenhos prontos os croquis e desenhos em fase de acabamento, muitos ainda em branco e preto, são todos importantes e muitos são guardados para um dia talvez serem publicados. Alguns desses são utilizados como ilustração de meus textos e livros, outros viram estampas de camisetas e de cartões de Natal, programas e cartazes de *shows*.

Iniciei a desenhar mais ou menos aos sete anos e desde então nunca mais parei, tanto como *hobby*, foram várias horas diárias durante minha infância e adolescência e depois uma prática constante pela vida afora. A cada reunião que participo ou ainda audição de musica instrumental novos desenhos são gerados pois são a única forma de me concentrar e ouvir o que falam, tocam e discutem, sendo que nada disso me impossibilita de ouvir, discutir e opinar, ao contrário colabora na minha concentração.

O desenhar me ajudou em muito como arquiteto e professor, pois, devido aos longos e prazerosos anos de prática fui desenvolvendo um estilo próprio, inspirado pelas histórias em quadrinhos e desenhos animados, pelas pinturas barrocas, românticas e renascentistas, por Escher, Toulouse Lautrec e seus *posters*, pelos desenhos e gravuras *Art Nouveau*, pelos surrealistas e pela observação contínua e apaixonada de fatos urbanos, tanto nas ruas como em fotos de livros de viagem, de geografia e de variedades, desde a escala do avião, até o cotidiano das ruas.

A minha paixão pela História e pela Arqueologia me levou a uma observação acurada da arquitetura, mobiliário e vestimentas de épocas diversas, de *Micenas* e *Cnossos*, *Atenas*, *Roma*, *Pompéia*, (em especial), dos *Maias* e *Incas*, da cortes dos *Luizes* e da *Belle Époque*, do mundo *Art Deco* e das prospecções de um futuro próximo e distante.

Esta paixão e uma certa possibilidade financeira me levaram a viagens aos lugares admirados, dos templos de *Karnac* ao *Dubai*, de *Angkor Vat* a *Paris*, por todo Brasil, ilhas



Desenho de Silvío Soares Macedo |
Beira Rio e "paesino" italiano.

tropicais e naturalmente parque, praças, calçadas e parques temáticos, pelo Vietnã e muito mais, fatos que naturalmente aumentaram meu repertório de imagens e sonhos.

Por anos desenhei em branco e preto, com incursões experimentais com a cor, mas nenhuma me satisfazendo, e somente lá pelo ano 2000, comecei a mexer com *Photoshop*, o que me fez encontrar a textura e a homogeneidade de cor sonhada. Na realidade buscava a qualidade de textura da animação e penso a ter encontrado, ainda faltando muita pesquisa e trabalho para uma melhoria efetiva do meu trabalho e a descoberta de novos efeitos e nuances.

Os desenhos aqui apresentados se focam especialmente em paisagens e espaços urbanos e se constituem em um conjunto de imagens que mostram espaços e paisagens urbanos de cidades medievais contemporânea, art decor e se focam em imagens de um cotidiano possível e impossível e aprendido por meio de leituras, estudos de quadros de época e andanças pelas cidades do mundo.

Estes não representam realidades, mas sim supostas realidades, pois são frutos de imaginação, estilizações e composições sobre lugares reais e ainda criações livres, que buscam uma interpretação mais ou menos onírica dos tempos passados e do presente.

SILVIO SOARES MACEDO Professor Doutor | Universidade de São Paulo | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo | R. do Lago, 876, Cidade Universitária, 05508-900, São Paulo, SP, Brasil | E-mail: <ssmduck@usp.br>



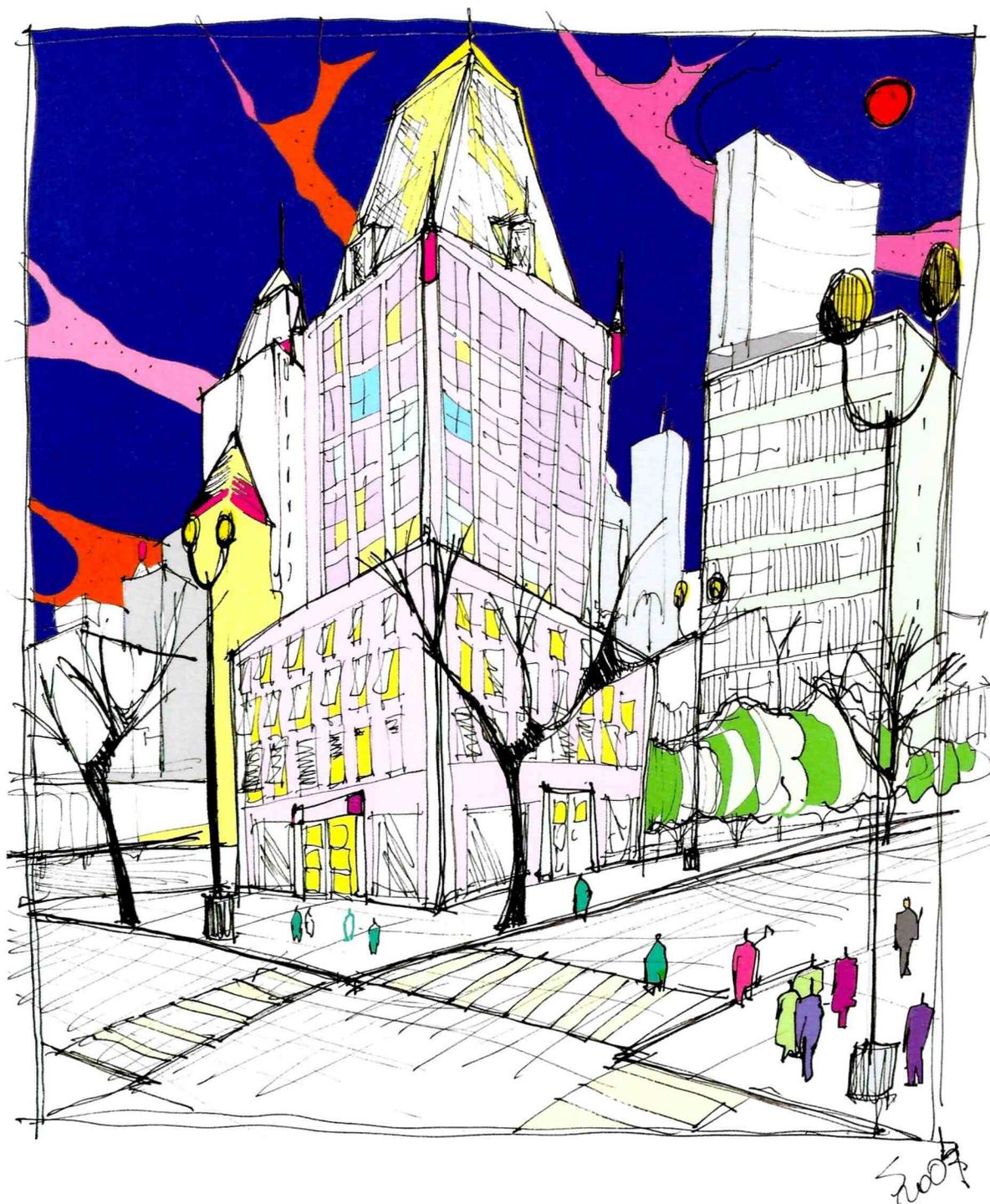
Desenho de Sílvio Soares Macedo | Cidade Medieval



Desenho de Sílvio Soares Macedo | Comunidade em cidade tropical, quem sabe no Rio de Janeiro?



Desenho de Silvio Soares Macedo | Uma alegoria a Xangai.



Desenho de Sílvio Soares Macedo | Prédio "art deco"

LANDSCAPES FROM NOWHERE AND EVERYWHERE

SILVIO SOARES MACEDO

Architect from the School of Architecture and Urbanism of the University of *São Paulo* (FAUUSP), landscape designer, professor of Landscape design at FAUUSP and researcher of urban landscape and landscape design at FAUUSP since 1976, singer and music producer, lifelong traveler, a resident of *Rio de Janeiro* for four years, fond of cartoons and Archaeology.

Drawing to me means being able to create and travel through impossible worlds and times, with freedom to create what I want and represent my dreams.

It also means a tool that helps teaching, designing maps of scenic spectacles, illustrating projects, and for fun an opportunity to be lost in reverie, as well as an escape from the real world to a world of color and fantasy.

In addition to the drawings I have prepared, I have unfinished sketches and drawings, many still in black and white, which are all important and many are reserved for a day when they might be published. Some of these have been used to illustrate my texts and books; others used in t-shirt printing, Christmas cards, programs and concert posters.

I started drawing when I was more or less seven and I have never stopped. At first, when I was a child and adolescent, it was just a hobby that would often take up several hours every day; then it became a constant activity throughout life. New drawings come to my mind whenever I am attending a meeting or listening to instrumental music as by doing so I can focus on what they mean, which does not mean that when I am doing this I am not able to listen, discuss and share my opinions. On the contrary, my concentration is at the highest.

Drawing has helped me as an architect and professor because due to long and enjoyable years of practice, I have developed a unique style inspired by comics and cartoons, Baroque, Romantic and Renaissance paintings such as those by Escher, Toulouse Lautrec and his posters, Art Nouveau drawings and engravings, Surrealist artists, and the simple and continuous observation of urban events, both on the streets in travel photo books, geography and variety books, during a flight layover, or just the daily street life.

My passion for History and Archeology has led me to closely observe architecture, furniture, clothing of diverse eras and cultures such as those from Knossos and Mycenae, Athens, Rome, Pompeii, especially the Mayans and Incas, and the court of Louis, the Belle Époque, the world of Art Deco, and prospects of a near and distant future.

This passion and financial freedom have enabled me to travel to places such as the temples from Karnac to Dubai, trips from Angkor Vat to Paris, throughout Brazil,

tropical islands and natural parks, walks along sidewalks, in public squares and theme parks, trips to Vietnam and many more, which naturally have increased my repertoire of images and dreams.

For years I have drawn in black and white, experimenting with colors, but I was never satisfied. It was only around 2000 when I started using Photoshop that I was able to find the texture and color homogeneity I desired. In fact I was seeking high resolution texture used in animations and I believe to have found it, but further research and work is required to achieve a real improvement in my work and discover new effects and nuances.

The present drawings focus on landscapes and constitute a set of images showing spaces and urban landscapes of medieval and contemporary cities, art decor and focus on images of everyday life possible and impossible and seized by readings, study time frames and walks through the cities of the world.

constitute a set of images showing spaces and urban landscapes of medieval and contemporary cities, art decor and focus on images of everyday life possible and impossible and seized by readings, study time frames and walks through the cities of the world..

These do not represent any reality, but alleged realities as they are the fruit of imagination, stylization and composition of real places and free creations of the mind in an endeavor to represent an oneiric interpretation of the past and present times.

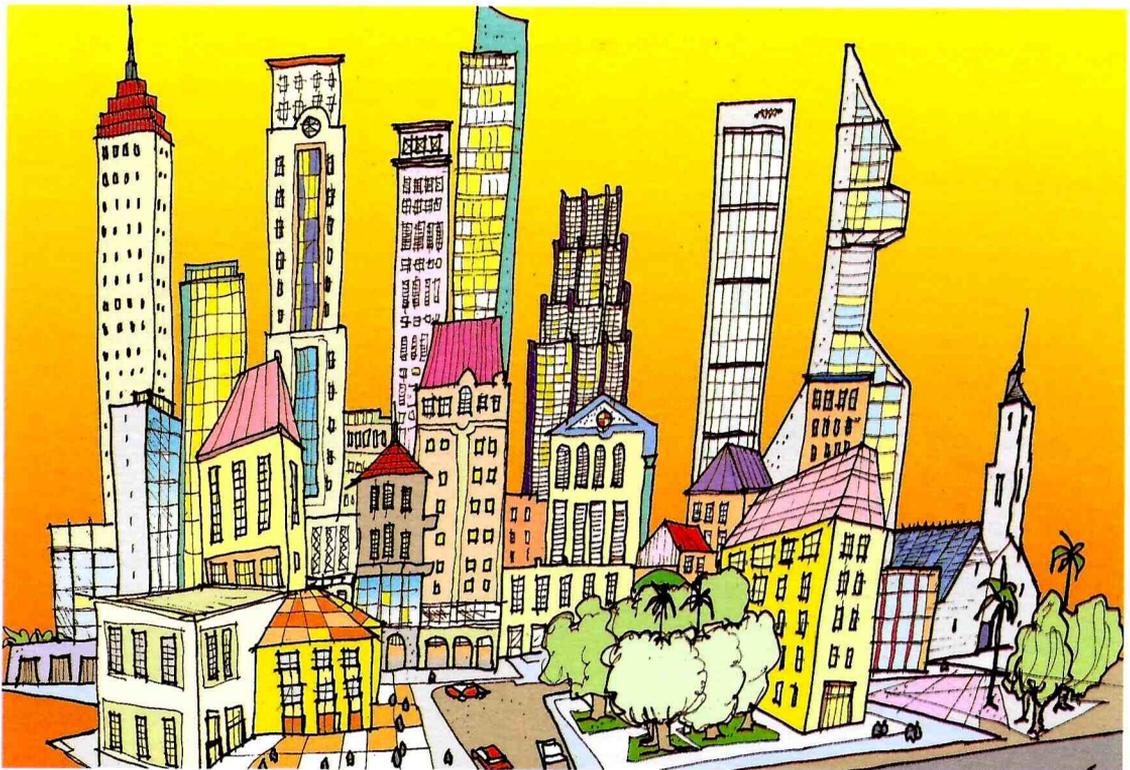
SILVIO SOARES MACEDO Professor Doutor | Universidade de São Paulo | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo | R. do Lago, 876, Cidade Universitária, 05508-900, São Paulo, SP, Brasil | E-mail: <ssmduck@usp.br>



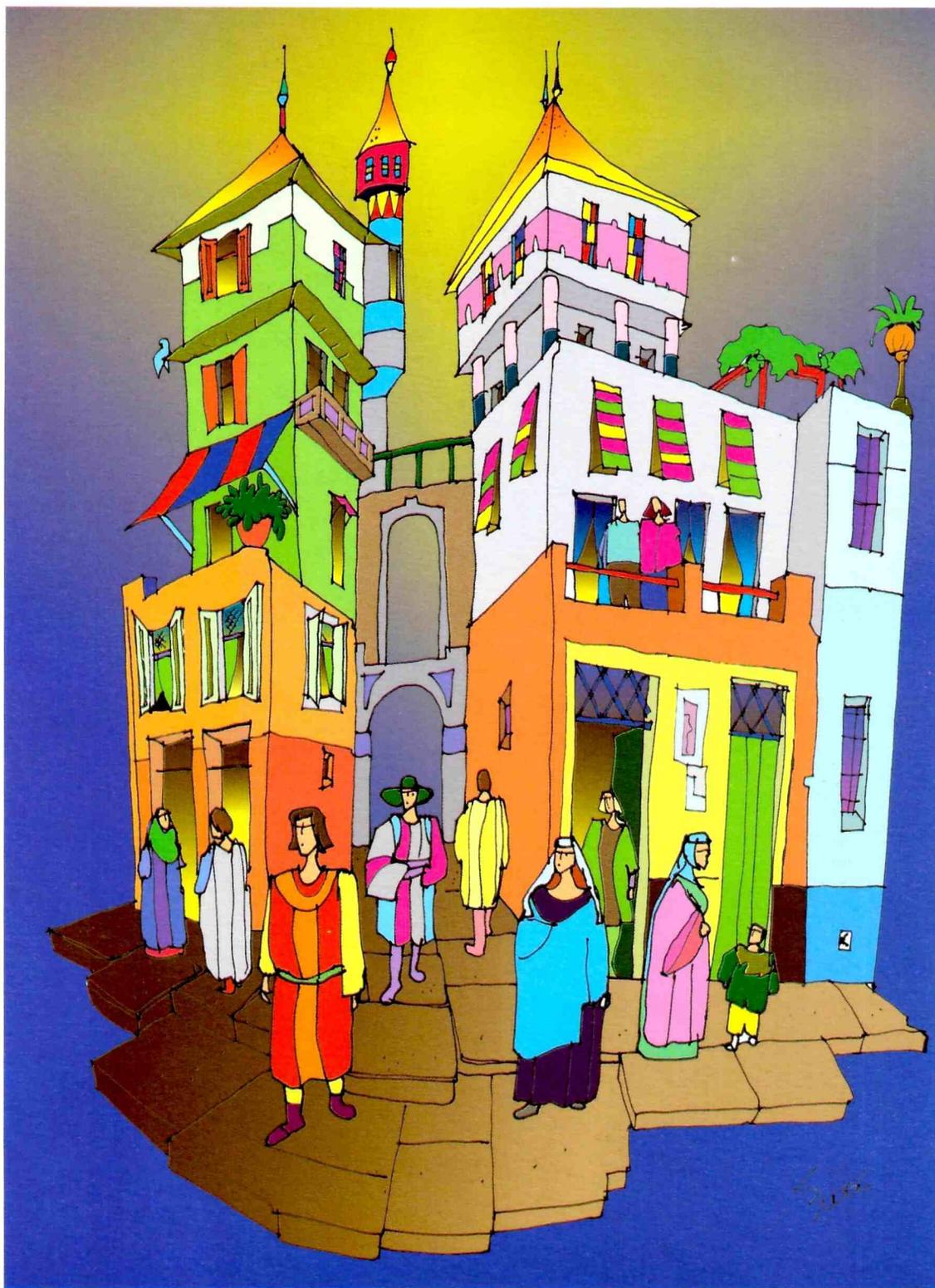
Desenho de Silvio Soares Macedo |
Rua de cidade brasileira.



Desenho de Silvio Soares Macedo | Favela nos morros.



Desenho de Silvio Soares Macedo | "Central Business District".



Desenho de Silvio Soares Macedo | Rua Medieval

PAISAJES DE LUGAR NINGUNO Y DE TODOS LOS LUGARES

SILVIO SOARES MACEDO

Arquitecto por la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad de São Paulo (FAUUSP), paisajista, profesor titular de Paisajismo de la FAUUSP e investigador sobre paisaje urbano y proyecto paisajístico de la FAUUSP desde 1976, cantante y productor musical, viajante inveterado, habitante de Rio de Janeiro por cuatro años, apreciador de diseños animados y Arqueología.

Diseñar para mí significa poder crear y viajar por mundos y tiempos imposibles, con libertad amplia para crear lo que se quiera y representar lo que soñé.

Significa también una herramienta que ayuda a dar clases, montar mapas de espectáculos escénicos, ilustrar proyectos, y una posibilidad de entrar en devaneo, en fin, de divertirme, y mucho y aún un escape del mundo real para un contexto de color y fantasía.

Además de los diseños listos los croquis y diseños en fase de finalización, muchos todavía en blanco y negro, son todos importantes y muchos son guardados para que un día quizás sean publicados. Algunos de esos son utilizados como ilustración de mis textos y libros, otros se transforman en estampas de camisetas y de tarjetas de Navidad, programas y carteles de *shows*.

Empecé a diseñar más o menos a los siete años y desde entonces nunca más paré, tanto como *hobby*, fueron varias horas diarias durante mi niñez y adolescencia y después una práctica constante por toda la vida. A cada reunión de que participo o aún audición de música instrumental, nuevos diseños son generados pues son la única forma de concentrarme y oír lo que dicen, tocan y discuten, siendo que nada de eso me imposibilita de oír, discutir y opinar, al contrario colabora para mi concentración.

El diseñar me ayudó en mucho como arquitecto y profesor, pues debido a los largos y placenteros años de práctica, fui desarrollando un estilo propio, inspirado por las historietas y diseños animados, por las pinturas barrocas, románticas y renacentistas, por Escher, Toulouse Lautrec y sus *posters*, por los diseños y grabados *Art Nouveau*, por los surrealistas y por la observación continua e apasionada de hechos urbanos, tanto en las calles como en fotos de libros de viaje, de geografía y de variedades, desde la escala del avión, hasta el cotidiano de las calles.

Mi pasión por la Historia y por la Arqueología me llevó a una observación cuidadosa de la arquitectura, mobiliario y vestuario de épocas diversas, de *Micenas* y *Cnossos*, *Atenas*, *Roma*, *Pompea*, (en especial), de los *Mayas* e *Incas*, de la corte de los *Luices* y de la *Belle Époque*, del mundo *Art Deco* y de las prospecciones de un futuro próximo y distante.

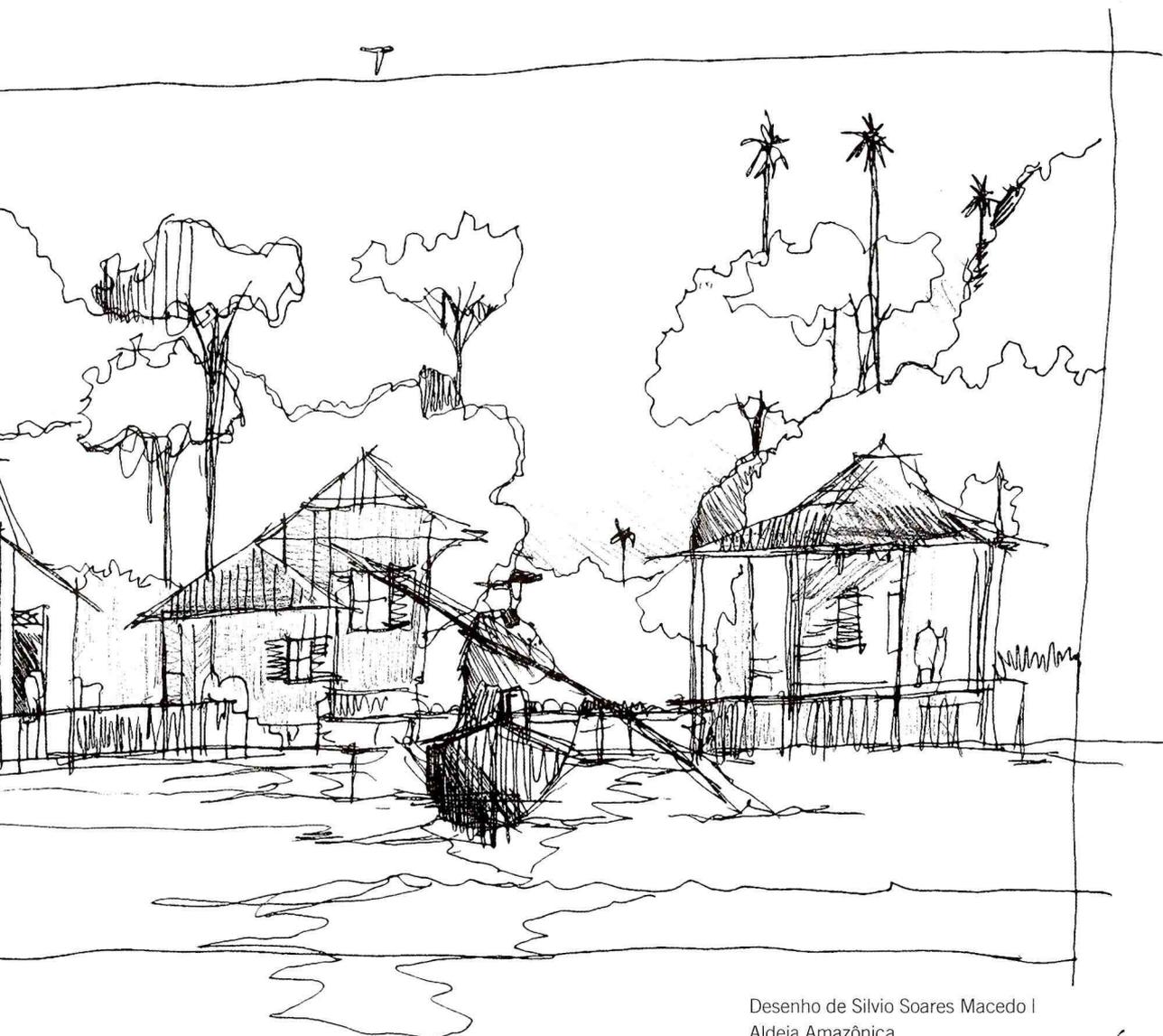


Desenho de Sílvia Soares Macedo |
Aldeia Amazônica.

Esta pasión y una cierta posibilidad financiera me llevaron a viajes a los lugares admirados, de los templos de *Karnac a Dubai*, de *Angkor Vat a Paris*, por todo el Brasil, islas tropicales y naturalmente parques, plazas, peatonales y parques temáticos, por Vietnam y mucho más, hechos que naturalmente aumentaron mi repertorio de imágenes y sueños.

Por años dibujé en blanco y negro, con incursiones experimentales con el color, pero ninguno satisfaciéndome, y solamente por el año 2000, comencé a usar el *Photoshop*, lo que me hizo encontrar la textura y la homogeneidad de color soñado. En realidad buscaba la calidad de textura de la animación y pienso haberla encontrado, aún faltando mucha investigación y trabajo para una mejoría efectiva de mi trabajo y la descubierta de nuevos efectos y matices.

Los diseños aquí presentados enfocan especialmente paisajes y espacios urbanos y constituyen un conjunto de imágenes que muestran los espacios y paisajes urbanos de



Desenho de Silvío Soares Macedo |
Aldeia Amazônica.

2011

las ciudades medievales, contemporáneo, art decor y se centran en las imágenes de la vida cotidiana posible y lo imposible y se aprenden a través lecturas, tiempos de estudio y paseos por las ciudades del mundo.

Estos no representan realidades, mas sí supuestas realidades, pues son frutos de imaginación, estilizaciones y composiciones sobre lugares reales y aun creaciones libres, que buscan una interpretación más o menos onírica de los tiempos pasados y del presente.

SILVIO SOARES MACEDO Professor Doutor | Universidade de São Paulo | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo | R. do Lago, 876, Cidade Universitária, 05508-900, São Paulo, SP, Brasil | E-mail: <ssmduck@usp.br>

CONDIÇÃO METROPOLITANA: ARQUITETURA E CIDADE CONTEMPORÂNEA NO RIO DE JANEIRO

METROPOLITAN CONDITION: ARCHITECTURE AND THE CONTEMPORARY CITY IN RIO DE JANEIRO, BRAZIL | CONDICIÓN METROPOLITANA: ARQUITECTURA Y CIUDAD CONTEMPORÁNEA EN RIO DE JANEIRO, BRASIL

GUILHERME LASSANCE

RESUMO

O Rio de Janeiro está hoje confrontado a novas dinâmicas urbanas estimuladas pelo crescimento econômico da cidade e do País. Apesar de reunir um importante acervo de obras pertencentes à história da arquitetura brasileira, a cidade, que esteve relativamente ausente das páginas do jornalismo especializado, se oferece hoje como um território cada vez mais cobiçado por grandes firmas internacionais. Neste texto, pretende-se argumentar, no entanto, que é possível encontrar, na metrópole carioca, uma série de realizações pertencentes a diferentes momentos de sua história urbana, incrivelmente alinhadas com os rumos que tem tomado o debate arquitetônico e urbanístico internacional. Referências que, atualizadas e divulgadas, podem nos ajudar a construir uma visão e uma atitude mais afinada com a condição metropolitana das nossas cidades, assim como a reorientar a própria formação do arquiteto e urbanista.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura contemporânea. Metrópole. Referência projetual. Rio de Janeiro.

ABSTRACT

Rio de Janeiro is facing new urban dynamics stimulated by the economic growth of the city and the Country. Although it has an important collection of works that belong to the history of Brazilian Architecture, the city, which was relatively absent from the pages of the specialized media, is at present a territory increasingly ambioned by large international firms. In this paper we intend to argue, however, that it is possible to find in the metropolis of Rio a series of accomplishments belonging to different moments of its urban history that are incredibly in alignment with the direction that the international urban and architectural debate has recently taken. References which, once updated and published, can help us envision and develop an attitude more in tune with the metropolitan condition of our cities as well as redirect architectural and urban design education.

KEYWORDS: Contemporary architecture. Metropolis. Design reference. Rio de Janeiro.

RESUMEN

Rio de Janeiro se enfrenta ahora con nuevas dinámicas urbanas estimuladas por el crecimiento económico de la ciudad y del País. A pesar de reunir una importante colección de obras pertenecientes a la historia de la arquitectura brasileña, la ciudad, que estuvo relativamente ausente de las páginas del periodismo especializado, se presenta hoy como un territorio cada vez más codiciado por las grandes empresas internacionales. En este texto, se intenta argumentar, sin embargo, que es posible encontrar en el área metropolitana de Rio, una serie de realizaciones perteneciente a diferentes momentos de su historia urbana increíblemente alineadas con la dirección que ha tomado el debate arquitectónico y urbanístico internacional. Referencias que, actualizadas y divulgadas, nos pueden ayudar a construir una visión y una actitud más alineada con la condición metropolitana de nuestras ciudades, así como a reorientar la formación del propio arquitecto y urbanista.

PALABRAS-CLAVE: Arquitectura contemporánea. Metrópolis. Referencia proyectual. Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta uma discussão sobre o acervo de referências de projeto hoje disponível para lidar com os desafios da metrópole contemporânea. Essa discussão é oriunda de uma pesquisa a respeito do papel da arquitetura como elemento do planejamento urbano, especialmente em contextos em que há flagrante resistência às ações planificadoras convencionais que se acredita serem uma condição tipicamente metropolitana.

Para tanto, o estudo toma como base o atual momento de redesenvolvimento urbano e econômico da cidade do Rio de Janeiro, tendo-se em vista a situação relativamente privilegiada que a capital fluminense vem conquistando, tanto em nível nacional, quanto no cenário mundial, graças a uma excepcional conjunção de fatores que lhe são muito favoráveis.

De fato, por todos os lados, percebem-se os sinais evidentes desta retomada de crescimento. Nas partes mais centrais da cidade, nota-se a ocupação de vazios urbanos, inclusive em áreas que permaneciam desocupadas há mais de meio século, afetadas por severos processos de desvalorização (Vaz & Silveira, 1999), mas que são hoje alvos de novas dinâmicas por possuírem localização estratégica, atraindo um fluxo cada vez maior de investimentos.

Aproveitando essa nova dinâmica do mercado e o calendário de grandes eventos, as iniciativas públicas voltadas para a criação de novas infraestruturas de transporte, assim como as grandes operações de remodelação urbana, vêm sendo promovidas em parceria com as três esferas de governo, mas, sobretudo, com consórcios empresariais do setor da construção. Dentre elas, o destaque vai para a operação consorciada “Porto Maravilha”,

que visa reurbanizar toda a zona portuária, estendendo-se da Praça Mauá até a península do Caju. Trata-se de um vasto território, de área dez vezes superior à de todo o projeto urbano “*Massena Rive Gauche*” em Paris, França, idealizado por Christian de Portzamparc. Uma outra comparação permite constatar que o linear de orla que se pretende remodelar, com seus quase 6km, equivale a praticamente todo o litoral que Barcelona, na Espanha, vem paulatinamente reurbanizando, há mais ou menos 25 anos, da *Rambla del Mar* ao novo Fórum projetado pelos arquitetos suíços Jacques Herzog e Pierre De Meuron na extremidade marítima da Avenida Diagonal.

Nesse imenso território, ainda hoje ocupado por antigos armazéns em parte aproveitados pela economia do carnaval e habitado por uma população há muito esquecida pelas políticas públicas, a ambiciosa operação consorciada planeja uma grande transformação. Ela será proporcionada, entre outros, pela demolição do viaduto da perimetral, que deverá ser substituído por túneis rodoviários e duas novas vias expressas paralelas à orla — os chamados “binários” —, conectadas aos viadutos remanescentes, como também pela elevação do gabarito das futuras construções de 30, 40 e até mesmo 50 pavimentos em determinados setores e, ainda, pela criação de grandes equipamentos culturais — museus e aquário.

Entretanto, e diferentemente do que aconteceu nos dois casos europeus mencionados, esse programa de importantes transformações urbanas que, se executado na íntegra, deverá alterar radicalmente o *fácies* da cidade, parece estar desamparado de referências, tanto em nível teórico-conceitual, quanto projetual, que permitiriam debatê-lo à luz de experiências passadas, fossem elas bem ou mal sucedidas. No afã para conseguir capturar os fluxos de investimentos, agentes públicos e privados eximem-se da discussão sobre o projeto, blindando seus respectivos canais de comunicação com o *álibi* dos prazos impostos pelos comitês desportivos e a alegação dos “interesses maiores” da cidade, que há tanto tempo espera por esta espécie de “renascimento” econômico.

ORIGENS DA ATUAL CONJUNTURA

De fato, desde que a cidade perdera seu estatuto de capital federal e, portanto, toda a economia político-administrativa a ele relacionada, ela atravessou várias décadas de declínio econômico e social, com graves consequências para a produção e conservação de sua arquitetura e infraestrutura urbanística. Desprovida dos recursos e das políticas públicas que outrora promoveram uma produção de reconhecida importância, a cidade ficou literalmente entregue às únicas lógicas de um mercado imobiliário sobrevivente às sucessivas crises políticas, econômicas e financeiras que assolaram o País no último quartel do século passado, buscando assim o lucro mais ágil e imediato graças à reprodução *ad infinitum* das mesmas fórmulas. A concepção desses “produtos” imobiliários privilegiou os princípios da racionalização e repetição de um padrão construtivo e espacial, no qual foram abolidas todas as avançadas e ainda hoje celebradas experiências do passado.

A legislação urbanística acompanhou este processo, conformando a transformação da cidade à lógica dessa produção.

Nas escolas de arquitetura, órfãs de grandes mestres cuja obra pudesse servir de modelo ou referência (Favero, 2009), os professores que mantiveram alguma atividade profissional inculcaram em seus alunos os princípios das técnicas e normas operantes no mercado e que permitiriam a estes encontrar trabalho, rejeitando qualquer debate teórico que pudesse contrariar tal objetivo.

É, portanto, nesse contexto, e com as condições herdadas deste passado, que o meio profissional carioca da arquitetura e do urbanismo olha hoje para o presente e tenta vislumbrar um futuro possível. Suas convicções amparam-se em dois grandes paradigmas. O primeiro deles diz respeito à reivindicação, por parte dos arquitetos, de uma competência técnica propagada pelo modelo dos grandes escritórios norte-americanos, que lhes permitiu (Machado, 2009) e ainda permite conquistar um reconhecimento profissional mais condizente com as novas exigências de qualidade e eficiência dos processos e produtos, desvinculando-os da velha e tradicional imagem do artista criador. Esta foi, em todo caso, uma postura compatível com o momento de fechamento intelectual do País imposto pela ditadura militar. O segundo paradigma estabelece-se de acordo com a ótica de uma visão romântica e saudosista da cidade histórica e pré-industrial, respaldada pela crítica pós-moderna e pelo urbanismo participativo. Esta visão foi grande aliada das políticas e ações de valorização do patrimônio (Lima, 2007). Ela esteve também politicamente alinhada com o processo de redemocratização do País e com os projetos dos programas Rio-Cidade e Favela-Bairro que, na última década do século passado, tornaram-se ícones da urbanística carioca. Ambos foram promovidos pela instância pública e permitiram o surgimento de um novo campo de trabalho para o arquiteto. Incorporando cada vez mais sua atuação enquanto urbanista, este se libertou, enfim, das amarras produtivistas do mercado imobiliário, conquistando assim um novo espaço para o debate e o pensamento crítico.

Nesse sentido, é preciso atentar para o fato de que esses dois programas focalizaram-se, acima de tudo, no projeto de espaços públicos e infraestruturas urbanas, trabalhados para além da arquitetura do edifício, com exceção dos poucos equipamentos públicos projetados com pequeno orçamento nas operações do Favela-Bairro. No caso do Rio-Cidade, as edificações ficaram fora do escopo por se tratar da remodelação de espaços públicos da cidade existente e consolidada; no caso do Favela-Bairro, porque isso fazia parte, como se sabe, das próprias premissas do Programa, que apostou no efeito induzido pelas melhorias da esfera pública sobre a esfera privada (Vaz & Jacques, 2003). Lembremos que, se a década de 1990 foi um momento de intensa experimentação formal por parte de muitos arquitetos pelo mundo, no Brasil e, em especial, no Rio de Janeiro, ela praticamente inexistiu no campo de atuação profissional.

Com que conceitos, referências e experiência podem então os arquitetos responder às atuais e crescentes demandas em termos de arquitetura, principalmente aquelas

que estão hoje associadas a delicadas e complexas intervenções nas áreas mais centrais da cidade existente? Como, em resumo, reconectar a produção do espaço urbano à concepção do edifício?

REFERENCIAIS DE COMPETÊNCIA

A valorização da pura competência técnica pelos escritórios que estão acostumados a trabalhar para o mercado imobiliário tenderá naturalmente a favorecer a reprodução de suas fórmulas para agilizar os processos de projeto e assegurar o lucro dos investidores. Esta parece ser a via adotada pelos principais atores, tanto públicos quanto privados, hoje envolvidos na repaginação da área portuária e suas adjacências, como demonstram os novos empreendimentos comercializados nas imediações do centro da cidade (Lapa, Avenida Presidente Vargas e São Cristovão).

O recente concurso para o Porto Olímpico, organizado pela seção carioca do Instituto dos Arquitetos do Brasil, ilustra talvez com maior clareza ainda o momento paradoxal pelo qual a arquitetura carioca está passando. Anunciado pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil no Rio de Janeiro (IAB-RJ) como uma oportunidade histórica de resgate, pelos arquitetos, do elo perdido com a fabricação da cidade, o concurso acabou revelando a dificuldade do meio para lidar com os desafios atuais. Isso ficou evidenciado, por exemplo, nos equívocos e contradições do próprio edital. Os exagerados índices de ocupação exigidos resultaram em propostas nitidamente incompatíveis, tanto em densidade quanto em gabarito, com a natureza do entorno edificado e sua inserção na paisagem urbana, sem falar nos prejuízos para a “qualidade ambiental”, exigência que se tornou, conseqüentemente, inatingível e inexequível nos termos do edital. Uma análise dos projetos premiados, assim como dos demais concorrentes, todos expostos e recentemente publicados (Taulois, 2011), reforça o retrato do atual estado de atitudes do campo profissional na abordagem deste tipo de tema: submissão acrítica às demandas do mercado, reprodução de fórmulas consagradas pela especulação imobiliária, textos puramente descritivos e desprovidos de argumentação teórico-conceitual, frequente ausência de referências projetuais atualizadas, com exceção das propostas que se beneficiaram de parcerias internacionais.

É nesse contexto que muitas firmas de arquitetura desembarcam hoje, no Rio de Janeiro, atraídas pela perspectiva de contratação para realização de projetos associados à nova dinâmica pela qual o Rio de Janeiro está passando. Alguns desses projetos são de grande visibilidade e estão vinculados às estratégias de *marketing* da cidade. Exemplos disso são os projetos do novo Museu da Imagem e do Som, que está sendo construído na Avenida Atlântica, e do Museu do Amanhã no *Pier* Mauá, respectivamente assinados pelo escritório norte-americano *Diller + Scofidio* e pelo arquiteto espanhol Santiago Calatrava. Este último foi diretamente convidado e apresentado pelas instâncias municipais para desenhar a obra-farol da operação Porto Maravilha. Essa escolha está certamente relacionada ao fato de tratar-se de um autor de reconhecida importância mundial, detentor de um vasto acervo

de obras de grande impacto visual; ela ilustra, no entanto, um descompasso deste convite com a atualidade do debate crítico internacional que já questiona fortemente a produção do chamado *star system* internacional ao qual está vinculado o mestre espanhol.

HORIZONTE DE ATITUDES

É justamente neste redirecionamento que se pretende aqui propor argumentos em defesa de um imprescindível e já tardio reconhecimento de algumas realizações arquitetônicas e urbanísticas que, apesar de presentes em nossas vidas quotidianas e altamente eficientes como soluções aos problemas e desafios tipicamente metropolitanos de uma cidade como o Rio de Janeiro, são simplesmente ignoradas e até mesmo desprezadas enquanto possíveis referências para projetar. Entende-se que, se a severa crise que tem afetado os tradicionais mercados da arquitetura internacional é um dos aspectos da redistribuição da economia mundial, não se trata, no entanto, de uma simples redistribuição geográfica desses mercados, mas sim de uma redefinição geral dos papéis desempenhados pelos arquitetos em função de suas estratégias ou atitudes projetuais.

Essa redefinição faz eco à teoria do “anti-objeto” de Kengo Kuma, estruturada justamente a partir de uma crítica à arquitetura como produção de edifícios-ícones (Kuma, 2008). Para fundamentar sua teoria, Kuma retraça a linha genealógica dessa tradição, do Renascimento italiano aos grandes mestres do Movimento Moderno, mostrando o quanto o entendimento que se propagou sobre a arquitetura ocidental tende a separar sujeito e objeto, matéria e consciência. “A dicotomia, nos diz ele, entre a consciência e o objeto é exposta, expressa na disparidade entre o espaço retratado através da perspectiva e o espaço realmente vivenciado pelo sujeito” (Kuma, 2008, p.7). Evocando o trabalho de Beatriz Colomina, Kuma sublinha o quanto o consumo das arquiteturas de Le Corbusier e Mies van der Rohe, enquanto referências, foi dependente dos meios de difusão fotográfica da época e, portanto, da produção de imagens fixas e monocromáticas, sendo assim percebidas como objetos facilmente reconhecíveis à distância (Colomina, 1996). A essa tradição “formalista” que, mais tarde, assumiria sua versão monumental transformando-se num grande referencial para a arquitetura icônica internacional, Kengo Kuma contrapõe as qualidades de abertura e de ausência do espaço proposto pela arquitetura tradicional japonesa¹.

Percebe-se, assim, o quanto essa postura nos distancia do paradigma do objeto autônomo e isolado para nos aproximar da ideia de uma arquitetura de tipo infraestrutural, espacialmente contínua e de limites ambíguos com o seu meio.

Movidos por essas questões, jovens arquitetos estrangeiros têm visto em nossa arquitetura estratégias projetuais para serem recicladas e novamente incorporadas. Não é apenas coincidência se as recentes ou reeditadas monografias da obra de Lina Bo Bardi frequentam as mesas de jovens escritórios parisienses e se a Bienal de Veneza de 2010 dedicou uma sala exclusiva a dois de seus projetos menos icônicos e mais “invisíveis”: o

Sesc Pompeia, valorizado por uma enorme maquete, e o Museu de Arte Popular, no Solar do Unhão, em Salvador.

Acredita-se que em nossas cidades, que funcionam irreverentes à fotogenia de suas arquiteturas, no compasso frenético do tempo presente, é possível deparar-se, aqui e ali, com situações e realizações que se tornaram despercebidas porque inconscientemente naturalizadas ou ainda francamente desprezadas pelos arquitetos. Criadas à revelia dos padrões e critérios estéticos estabelecidos pelas mídias especializadas, estas situações revelam, no entanto, “lições invisíveis” sobre uma série de conceitos extremamente presentes no debate internacional da arquitetura e do urbanismo contemporâneos. A atitude cognitiva que permite o reconhecimento dessas situações e realizações enquanto referências projetuais implica em uma desnaturalização dos próprios conceitos de belo ou de feio, indispensável à atitude cognitiva de *reconhecimento*, que visa a transcender a aparência externa para acessar um nível de leitura mais estrutural e diagramático.

Foi imbuído de uma atitude semelhante que o holandês criado na Indonésia, atual Papa da arquitetura contemporânea internacional, olhou para as “lições invisíveis” de *New York* e escreveu seu famoso manifesto retroativo (Koolhaas, 1978). Mais recentemente, cabe citar o incrível guia “*Made in Tokyo*” dos japoneses Kaijima, Kuroda e Tsukamoto (Kaijima *et al.*, 2001). O mapa de uma Tóquio reapresentada por meio de suas arquiteturas “invisíveis” revela, assim, uma “outra” cidade. Os autores do guia admitiram sua dívida para com Kazuo Shinohara, importante defensor de uma releitura da tradição japonesa como meio para combater a racionalidade da arquitetura moderna. Suas ideias, mais tarde, evoluíram no sentido de uma valorização da natureza caótica da urbanidade nipônica (Shinohara, 1981), inaugurando uma série de textos de diversos autores que apontaram para a necessidade de se estudar as especificidades da cidade japonesa e sua arquitetura (Nussaume, 2004). Esses textos muito contribuíram para o desenvolvimento de novos métodos de concepção que viram no uso do diagrama espacial um meio para ultrapassar a questão da aparência externa e, como observado por Toyo Ito em sua famosa análise do trabalho de Kazuo Sejima, “Abstratamente descrever as atividades mundanas pressupostas pela estrutura” (Ito, 1996, p.18). Numa entrevista concedida a Hans Ulrich Obrist para a Bienal de Veneza de 2010, os arquitetos Yoshiharu Tsukamoto e Momoya Kaijima do *Atelier Bow-Wow*, coautores do “*Made in Tokyo*”, valoram a crítica ao formalismo que permeia esta nova atitude. Eles citam o “*Architecture without Architects*”, de Bernard Rudofsky (Rudofsky, 1964), confessando que um de seus objetivos é o de conceber um edifício que não teria sido projetado por arquitetos.

REFERÊNCIAS CARIOCAS

Nas descobertas de lições invisíveis pela cidade do Rio de Janeiro, descobrimos arranjos² programáticos inusitados que remetem ao manifesto retroativo de Rem Koolhaas, mas também a estudos sobre os edifícios híbridos como o que foi publicado, há quase 30 anos,

pela revista *Pamphlet Architecture* (Fenton, 1985). Além disso, observam-se edifícios que desempenham um importante papel para a cidade como articuladores de fluxos intensos, caso dos terminais de transporte que tiram partido de desníveis topográficos, remetendo a conceitos como o da “obliquidade” (Virilio & Parent, 1967).

O reconhecido “*parkway*” do Aterro do Flamengo e até mesmo as praias, como a famosa Copacabana, podem ser vistos como verdadeiras plataformas de eventos que lidam com as “condições de campo” estudadas por Sten Allen (Allen & McQuade, 2011). Podem ser consideradas altamente relevantes por se tratarem de estruturas abertas capazes de lidar com o fenômeno das apropriações informais, imprevistas e efêmeras, que subvertem a lógica monofuncional e especializada do espaço existente, chamando a atenção para a necessidade de se projetar espaços reprogramáveis, muito mais sintonizados com o temperamento oportunista das nossas cidades globalizadas.

O estudo também abordou a questão da otimização do solo urbano impulsionado pela concentração de atividades que Rem Koolhaas e sua equipe chamaram de “cultura da congestão” (Koolhaas *et al.*, 2000), justificando e possibilitando a criação de novos territórios em áreas de difícil ocupação, como encostas íngremes e até mesmo sobre a água.

Finalmente, a questão da imagem da qual se procurou escapar não pode ser ignorada, porque ela tem um papel muito importante nos processos de mercado que estão atualmente em curso na cidade contemporânea. Este trabalho difere, no entanto, da compreensão que os arquitetos normalmente têm de seu tratamento como um mero meio de adjetivação da aparência externa dos projetos. A composição da imagem metropolitana do edifício contemporâneo incorpora, ao contrário, uma dimensão própria, como um projeto autônomo, comportando-se como uma verdadeira interface de comunicação em que a “pele” se transforma em “tela” (Scoffier, 2009). Essa autonomia se justifica, sobretudo, por uma necessidade de ajuste e compatibilização contextual no sentido do desempenho comunicacional.

CONCLUSÃO

Shoppings, praias, parques, edifícios-garagem, condomínios transformam-se, por meio deste tipo de leitura e interpretação, em referências projetuais extremamente potentes para intervir em cidades complexas como as nossas. A potência delas vem, acima de tudo, do fato de ser possível vivenciá-las em nossas cidades e não apenas consumi-las nas páginas impressas ou eletrônicas do jornalismo especializado internacional.

Contribuir com a construção de uma informação que esteja efetivamente relacionada à natureza das situações e dos problemas de concepção em arquitetura, significa, hoje, dar acesso e possibilidade de efetiva experiência espacial às referências utilizadas.

Imbuída do propósito de amparar essa ação de reconhecimento do patrimônio que possui, a pesquisa pretende preencher a atual lacuna criada pela ausência, no Brasil, de iniciativas como a do “*Made in Tokyo*” que, valorizando o que a capital japonesa produziu

de mais autêntico e específico, acabou se transformando em uma das mais importantes fontes de referências projetuais nas escolas europeias, mas também para alguns jovens escritórios em destaque que têm buscado evitar, em suas abordagens da metrópole contemporânea, o que poderia ser a imagem simplista de um modelo ideal. Essa decisão é resultante da observação de que a metrópole constitui, antes de tudo, uma condição cultural globalizada de uma realidade múltipla e que sua feição de amanhã corresponde, em grande parte, à cidade que já existe e ao que será, em todo caso, produzido por processos alheios a qualquer modelo imposto ou controle normativo.

NOTAS

1 O autor de *anti-object* evoca, para isso, a visita de Bruno Taut à Vila Imperial de Katsura onde, segundo ele, não há nenhuma tentativa de se criar um objeto. Prossegue evocando o fato de que “Taut a compara ao palco de um teatro ao ar livre, que é essencialmente um lugar de ausência até que a adição de pessoas, roupas e almofadas coloridas gerem diversos espaços — que Taut chama de inter-relações arquiteturalizadas” (Kuma, 2008, p.22).

2 Esses arranjos interrogam fortemente a lógica da especialização funcionalista com a qual ainda se estruturam os temas das disciplinas de projeto na grande maioria dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo do País.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, S.; MCQUADE, M. (Ed.). *Landform building: architecture's new terrain*. Zurique: Lars Muller, 2011.
- COLOMINA, B. *Privacy and publicity: modern architecture as mass media*. Cambridge: MIT, 1996.
- FAVERO, M. *Dos mestres sem escola à escola sem mestres*. 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- FENTON, J. *Hybrid buildings. II: pamphlet architecture*. New York: Princeton Architectural, 1985.
- ITO, T. Diagram architecture. *El Croquis*, v.77, p.18-24, 1996.
- KAIJIMA, M.; KURODA, J.; TSUKAMOTO, Y. *Made in Tokyo*. Tokyo: Kajima, 2001.
- KOOLHAAS, R. *Delirious New York: a retroactive manifesto for Manhattan*. New York: Oxford University, 1978.
- KOOLHAAS, R. et al. *Mutations*. Barcelona: Actar, Arc en Rêve Centre d'Architecture, 2000.
- KUMA, K. *Anti-Object: the dissolution and desintegration of architecture*. London: AA, 2008.
- LIMA, E.F.W. Corredor cultural do Rio de Janeiro: uma visão teórica sobre as práticas da preservação do patrimônio cultural. *Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável*, v.1, n.1, p.78-91, 2007.
- MACHADO, M.F. *Escritório Edison Musa, 1963-1983: como trabalhava um escritório de arquitetura de grande porte no Rio de Janeiro pós-Brasília*. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- NUSSAUME, Y. *Anthologie critique de la théorie architecturale japonaise: le regard du milieu*. Bruxelles: Ousia, 2004.
- RUDOFKSY, B. *Architecture without architects*. New York: MOMA, 1964.

SCOFFIER, R. Os quatro conceitos fundamentais da arquitetura contemporânea, In: OLIVEIRA, B. *et al. Leituras em teoria da arquitetura I: conceitos*. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2009. p.162-236.

SHINOHARA, K. Towards architecture. *Japan Architect*, v.293, p.15, 1981.

TAULOIS, N. *Porto olímpico do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IAB-RJ, 2011.

VAZ, L.F.; JACQUES, P.B. Pequena historia de la favelas de Río de Janeiro. *Ciudad y Territorio*, v.35, n.136/137, p.259-272, 2003.

VAZ, L.F.; SILVEIRA, C.B. Áreas centrais, projetos urbanísticos e vazios urbanos. *Território*, v.7, p.51-66, 1999.

VIRILIO, P.; PARENT, C. *Architecture principe*. Paris: Les Editions de l'Imprimeur, 1967.

Recebido em

4/7/2012,

reapresentado em

3/1/2013 e aceito

para publicação em

14/2/2013.

GUILHERME LASSANCE Professor Doutor | Universidade Federal do Rio de Janeiro | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura | Av. Pedro Calmon, 550, sala 433, Cidade Universitária, Ilha do Fundão, 22411-010, Rio de Janeiro, RJ, Brasil | E-mail: <lassance@ufrj.br>.

A CAMPINAS DE FÁBIO PENTEADO: PROPOSTAS ARQUITETÔNICAS DE TRANSFORMAÇÃO URBANA

THE CAMPINAS OF FÁBIO PENTEADO: ARCHITECTURAL PROPOSALS FOR URBAN TRANSFORMATION | LA CAMPINAS DE FÁBIO PENTEADO: PROPUESTAS ARQUITECTÓNICAS DE TRANSFORMACIÓN URBANA

IVO RENATO GIROTO

RESUMO

Para a cidade de Campinas foram idealizadas algumas das mais emblemáticas obras e projetos de Fábio Moura Penteado, reflexo da intensa relação vital do arquiteto com o lugar onde nasceu. Na cidade interiorana que, especialmente a partir da segunda parte do século XX, rapidamente se transformou em metrópole, seus projetos refletem um relevante esforço no exercício de pensar e preparar Campinas para a nova dimensão urbana e humana que adquiriria. Este artigo apresenta projetos e obras do arquiteto em sua cidade natal, *locus* de significativa parte do acervo de sua obra, com ênfase nas três mais emblemáticas delas, o Teatro de Ópera, o Centro de Convivência Cultural e a residência para idosos Parque dos Anciãos, todas produzidas entre 1966 e 1968. Além de citar a extensa produção do arquiteto na cidade, o texto trata, ainda, de apresentar de forma sintética o pensamento estruturador de seu trabalho e sua relevância no cenário arquitetônico nacional. De forma complementar, a análise procura resgatar sua relação vital com a cidade, na qual residem suas raízes familiares, culturais e econômicas.

PALAVRAS-CHAVE: Campinas. Cidade. Cultura. Fábio Penteado.

ABSTRACT

Some of the most emblematic works and projects of Fábio Moura Penteado were devised for the city of Campinas, reflecting the intense vital relationship of the architect with his birthplace. In the provincial town which, particularly since the second part of 20th century, quickly turned into a metropolis, his projects reflect a significant effort in the exercise of thinking and preparing Campinas for the new urban and human dimension that it has acquired. We present projects and works of the architect Fábio Moura Penteado in Campinas, the city where he was born and developed a significant part of his work, emphasizing on the three most emblematic of his works, the Opera House, the Cultural Center and the residence for seniors named The Elderly Park, all constructed between 1966 and 1968. In addition to presenting the extensive work of the architect in

the city, we also briefly discuss the structural thinking of his work and its relevance to the national architectural scene. Moreover, the analysis seeks to recover his vital relationship with the city of Campinas where his family, cultural and economic roots reside.

KEYWORDS: Campinas. City. Culture. Fábio Penteadó.

RESUMEN

Para la ciudad de Campinas fueron idealizadas algunas de las más emblemáticas obras y proyectos de Fábio Moura Penteadó, reflejo de la intensa relación vital del arquitecto con el lugar donde nació. En la ciudad del interior que, especialmente a partir de la segunda mitad del siglo XX, rápidamente se transformó en metrópolis, sus proyectos reflejan un relevante esfuerzo en el ejercicio de pensar y preparar Campinas para la nueva dimensión urbana y humana que adquiriría. Este artículo presenta proyectos y obras del arquitecto en su ciudad natal, locus de significativa parte del acervo de su obra. Con énfasis en las tres más emblemáticas, el Teatro de Ópera, el Centro de Convivencia Cultural y la residencia Parque de los Ancianos, todas producidas entre 1966 y 1968. Además de citar la extensa producción del arquitecto en la ciudad, el texto trata aún de presentar de forma sintética el pensamiento estructurador de su trabajo y su relevancia en el escenario arquitectónico nacional. De forma complementaria, el análisis procura rescatar su relación vital con la ciudad, en la cual residen sus raíces familiares, culturales y económicas.

PALABRAS-CLAVE: Campinas. Ciudad. Cultura. Fábio Penteadó.

UM ARQUITETO METROPOLITANO

Nascido na cidade de Campinas em 1929, formado em 1954 e falecido em 2011, o tempo de vida de Fábio Penteadó coincide com a consolidação de uma nova ordem mundial, a partir do ponto de vista de um país que sofreu agudamente as dores de um crescimento rápido, desigual e descontrolado. O início de sua carreira profissional se confunde com a mudança de perspectivas que marca a passagem do otimismo desenvolvimentista, cultivado na primeira metade do século, à constatação da realidade de um país socialmente assimétrico, submerso em um descontrolado processo de urbanização e explosão demográfica.

Tais eventos influenciam a construção do olhar crítico de um arquiteto que participa, desde o princípio, da maneira renovada de entender o Brasil e sua arquitetura, representada pelo surgimento da Escola Paulista. Em suma, vive a transformação de um país que abandona o campo em direção às cidades, que deixa atrás o “arcaísmo” rural e elege a “modernidade” industrial, que traslada seu centro nevrálgico do Rio de Janeiro para São Paulo.

Autor de obras e projetos paradigmáticos no contexto da arquitetura moderna paulista, como a sede social da Sociedade Harmonia de Tênis, de 1964, o Hospital Escola da Santa Casa de Misericórdia — atual Fórum Criminal Ministro Mário Guimarães —, de

1968, ambos em São Paulo, e o Monumento de *Playa Girón*, em Cuba, de 1962, para citar apenas exemplos, Fábio Penteado desenvolveu uma arquitetura notória pela sua dimensão cívica e de profundo potencial comunicativo e simbólico no contexto das cidades, que então sofriam acelerado processo de descaracterização promovido pela intensa atividade especulativa. A simplicidade, a diversidade de usos e a plena utilização dos edifícios é uma verdadeira obsessão do arquiteto, calcada na realidade metropolitana de carência generalizada de serviços e espaços públicos e da contínua perda de referenciais urbanos.

Cada projeto seu parte de um relativo vazio formal e organizativo, liberado de preconceituações, que se materializa a partir da convergência de ideias e propostas relacionadas à especificidade do caso. O inusitado e surpreendente de seu trabalho, no que se refere à sua realização material, é a liberação do ângulo reto defendido por Artigas, resultando em um repertório arquitetônico variado e livre. Para Penteado (1998, p.32):

Se o Niemeyer é o poeta das curvas, Artigas é o professor das linhas retas. Muitos dos meus projetos não tinham linhas paralelas, pareciam confusos, e até o deixavam, às vezes, meio aborrecido. Para mim, ele foi durante muitos anos uma referência marcante de vida, mais que de arquitetura.

A dimensão simbólica de sua obra, especialmente nos grandes projetos, estabelece pontos de contato entre seu trabalho e o de Oscar Niemeyer, no qual as formas esculturais e figurativas salvam o protagonismo da arquitetura na configuração do entorno urbano. Essas obras aceitam referências variadas, fruto da experiência diversa e da abertura do caráter de Penteado. Nelas convivem tanto a beleza rigorosa apreciada pelo grupo paulista quanto a sensualidade da arquitetura carioca, além de abarcarem a diversidade propositiva e formal do cenário internacional da época.

A proposta arquitetônica de Fábio Penteado oferece complexidades que exigem uma análise mais detida sobre seu processo de ideação. Sua obra pode e deve ser entendida no âmbito da produção paulista que se desenvolve a partir de meados dos anos 1950, da qual participa ativamente desde o princípio, mas a liberdade propositiva que se encontra em seus projetos sugere um olhar atento ao contexto dessa produção. A dificuldade que leva a enquadrá-la ao pacote dogmático que se criou ao redor da “Escola Paulista”, da qual foi parte integrante ativa, denota uma diversidade propositiva e formal no contexto dessa produção maior que a superficialidade das sistematizações permite enxergar.

Os três principais projetos apresentados neste artigo, feitos para sua cidade natal entre 1966 e 1968, sintetizam as características que regem o trabalho do arquiteto e propõem uma reflexão sobre o alcance da arquitetura e sua função urbana. Residindo em São Paulo desde 1935, Penteado sempre manteve uma intensa relação com Campinas, onde estão fincadas suas raízes familiares e para onde alguns de seus projetos mais emblemáticos foram concebidos.

TEATRO DE ÓPERA DE CAMPINAS (1966)

Apresentado em concurso público com a colaboração de Alfredo Paesani, Teru Tamaki e Aldo Calvo, e sendo classificado em segundo lugar, esse projeto precede e prepara a criação do Centro de Convivência Cultural de Campinas dois anos mais tarde. O projeto, premiado com a Grande Medalha de Ouro da I Quadrienal de Teatro de Praga, em 1967, seria implantado às margens da lagoa do Taquaral, situada no parque urbano mais importante da cidade, e previa a criação de um grande teatro de ópera, outro menor de comédia e um terceiro, ao ar livre.

A argumentação geral do projeto baseia-se na ambígua realidade de uma cidade ainda provinciana, que vivenciava um destacado crescimento econômico e populacional e que já era, então, um prelúdio da metrópole atual. Assim, a proposta extrapola os limites do edifício e trabalha com as escalas da cidade do presente e do futuro. Com a criação de um Parque do Teatro e da Música, revela-se a intenção de imprimir um caráter urbano por meio de um forte símbolo imagético-comunitário. O teatro procura o parque, que procura a cidade.

A proposta se resolve com a separação física entre os edifícios, criando uma triangulação de teatros independentes e conectados, que estabelecem um intenso diálogo entre si e com o entorno natural. A volumetria e a dimensão de cada um deles definem claramente a hierarquia, colocando o Teatro de Ópera de 1 500 lugares como vértice ordenador da composição espacial (Figura 1).

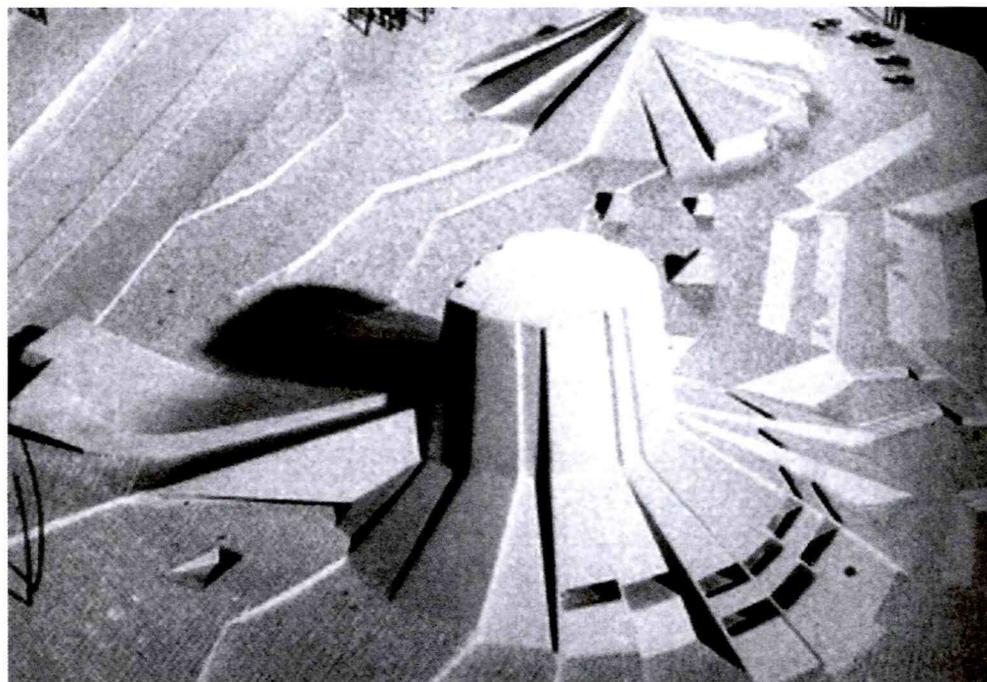


FIGURA 1 – Os dois volumes principais do Teatro de Ópera.
Fonte: Penteado (1998, p.94).

A conceituação geral do Teatro de Ópera baseia-se na busca da espontaneidade. A organização funcional recorre à ideia de praça, tratando o palco como se fosse uma pequena praça, onde são identificáveis caminhos e as pessoas, num ponto determinado do espetáculo, se dirigem à ela como se se encontrassem. Para Penteado, a maior força e característica da proposta é sua simplicidade “quase infantil”.

Essa busca de simplicidade encontra sua imagem metafórica no circo, síntese artística, festiva e popular, de onde retira também conceitos de organização espacial e formal. Misturar uma referência de conotações tão populares como a arte circense ao imaginário exclusivista que envolve a Ópera é uma inequívoca demonstração do desejo de apagar intuições proibitivas e ampliar o alcance da cultura. Esse convite ao público é reforçado pelo posicionamento de um acesso franco e aberto ao teatro, voltado para o principal caminho de chegada ao complexo teatral (Figura 2).

O Teatro de Comédia caracteriza-se pela flexibilidade e adaptabilidade de seu espaço a outras modalidades teatrais: além da comédia, acolheria espetáculos de arena, elisabetanos, integrais e clássicos. A conexão com o Teatro de Ópera seria feita por meio de uma passagem subterrânea onde estariam situados equipamentos e ambientes de serviços de apoio comuns. No teatro ao ar livre a principal função seria levar a arte do teatro e da música ao povo, de forma mais acessível. Rejeita a concha acústica, comum em instalações ao ar livre, em favor de uma ambientação aberta onde a própria natureza seria o cenário.

A opção por separar fisicamente os teatros cria uma composição que evoca e se funde com a natureza circundante, por meio das formas orgânicas e sensuais que dialogam com o entorno natural integrativamente. A construção de um símbolo de urbanidade, como o teatro, parte da preexistência local ao sugerir uma relação dialética entre o construído e o natural, e dela retira seu argumento essencial. Essa relação semântica com a esfera da natureza proporciona uma formalização figurativa inclusiva, que abre espaço a diversas interpretações — montanhas, vulcões, flor, tenda, circo etc. —, estabelecendo um jogo lúdico entre os edifícios e os usuários.

As linhas que constroem a forma dos edifícios emergem do terreno, conectam os dois edifícios que “nascem” do solo verticalmente e reforçam a relação da arquitetura com

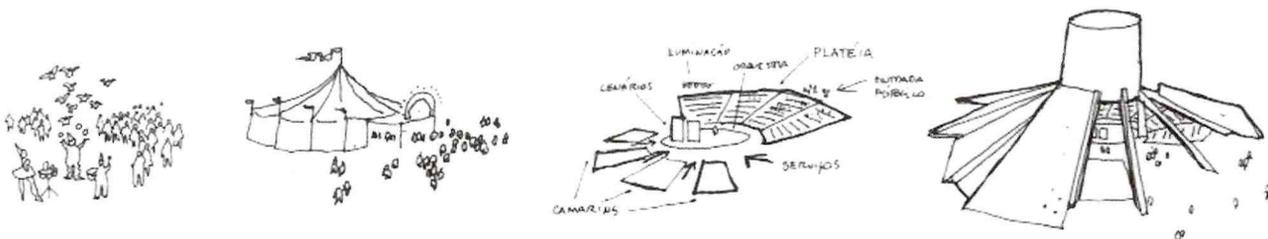


FIGURA 2 – A referência popular ao circo na concepção formal do Teatro de Ópera.

Fonte: Penteado (1998, p.95).

a realidade topográfica do local. O declive transforma-se em arquibancada ao encontrar a margem do lago onde está situada a “ilha” do teatro ao ar livre, elemento chave na composição da relação entre os dois teatros maiores, na configuração da grande praça que se forma entre eles e na fusão entre o construído e o natural. A geometrização do terreno evidencia a manipulação do natural pela técnica; retifica o delineamento da natureza em seu favor; afirma a natureza como ponto de partida e a apropriação humana como fim.

Ao aproveitar-se da tensão entre o meio natural e o artificial, o projeto surge integralmente como solução paisagística, retirando dessa dicotomia seu centro de gravidade. A natureza recriada, evocada e ordenada que configura o monumento reorganiza também o entorno natural e cria um símbolo, um ponto referencial imageticamente forte e atrativo.

Exteriormente, o conceito de praça, que norteou a concepção interna do teatro de Ópera na busca da simplicidade, une-se à naturalidade do terreno para criar um grande espaço aberto de encontro e convivência que permite a aproximação e a interpretação da cultura de maneira espontânea. O grande complexo cultural transcende sua destinação funcional primária porque é parque, praça, símbolo urbano e comunitário. É, sobretudo, um amplo espaço público e de lazer que se pretende um marco único no contexto da cidade, capaz de reunir os cidadãos em torno de seu significado.

CENTRO DE CONVIVÊNCIA CULTURAL DE CAMPINAS (1967/1968)

A concepção do teatro popularizado, ensaiada nas formas do Teatro de Ópera, se materializa no Centro de Convivência por meio da subversão da hierarquia compositiva esperada. Encarregado pela Prefeitura da cidade a Penteado e elaborado com a mesma equipe do teatro anterior, o projeto, situado no então tranquilo e horizontal bairro do Cambuí, sugeria outras conversas com o entorno, agora essencialmente urbano (Figura 3).

A implantação do edifício no grande terreno circular — formado pela integração das áreas do antigo Passeio Público e da escola Cesário Mota, então separadas pela Avenida Júlio de Mesquita —, cria um amplo espaço público que abriga em seu centro um grande edifício-escultura. Esse marco referencial transmite claramente, pela forma, as intenções do projeto e o ideário central do arquiteto: é praça pública, espaço de encontro comunitário e multitudinário, ponto de referência urbanístico e centro cultural aberto e espontâneo.

Penteado afirma que “Muitas vezes, o espaço que se abre para o encontro das pessoas, para o contato com as coisas da cultura e do teatro, é mais importante que o desenho do edifício” (Penteado, 1998, p. 100). O que o arquiteto parece querer dizer é que o fim é mais importante que o meio, e que a arquitetura e o desenho devem servir como instrumentos na construção de espaços que representem e agreguem a sociedade.

O projeto resguarda a praça aberta ao localizar sob quatro grandes volumes independentes as instalações teatrais constantes no programa e colocar sobre eles arquibancadas, que configuram um teatro de arena ao ar livre, simbolizando uma espécie de democracia construída. O desenho ergue na paisagem um conjunto arquitetônico escultural



FIGURA 3 – Foto aérea do Centro de Convivência à época da inauguração.
Fonte: Penteado (1998, p.101).

coroado por uma torre de iluminação à maneira de totem que constitui uma potente referência imagética da cidade.

Os espaços teatrais fechados invertem poeticamente a composição esperada em razão dos desígnios da própria cidade. O complexo constitui-se como espaço que busca reconstruir a consciência espiritual e política do cidadão por meio de um símbolo da sua liberdade. Penteado volta a subverter a hierarquia ao colocar em segundo plano a presença material do teatro principal de 500 lugares previsto pelo programa, ao perceber uma necessidade latente da cidadania e ao aproveitar a potencialidade urbanística do local, inicialmente oculta.

Ao conjugar praça e teatro, a obra insere a cultura na rota do cotidiano, surpreende o transeunte com atividades várias e inesperadas, incita naturalmente à participação. A concepção privilegia a presença do espaço público inclusivo, dotado de sentido cultural. Essa identificação popular instintiva, proporcionada pelo espaço e simbolismo da praça, permite e incentiva uma infinidade de usos: “Um espaço aberto para o encontro e o convívio, onde se pode ficar à vontade, vadiar, ler, descansar, namorar, assistir a espetáculos artísticos ou esportivos, participar de manifestações públicas [...]” (Penteado, 1998, p.100).

Tal como no Teatro de Ópera, as formas que compõem o conjunto remetem a uma espécie de natureza geometrizada, sensação reforçada ao contemplar a praça-palco desde as arquibancadas que a conformam. Novamente a ideia de relevo, avivada pelas linhas à maneira de curvas de nível marcadas no piso, permeia certa percepção geográfica que aceita uma infinidade de interpretações subjetivas.

A praça-teatro externa desenvolve-se de maneira completamente autônoma em relação aos equipamentos interiores, de tal modo que se perde a referência de um quando se está no outro, tendo na praça circundante o elemento de conexão entre si. Enquanto a praça aberta é monumental e eloquente, a parte interna é discreta desde as entradas ao nível da praça, incluindo-se o bar. A abertura escultural a partir do centro desdobra-se em coberturas periféricas acolhedoras que se voltam para as ruas circundantes. Além de propor uma nova interpretação programática, essa característica dá forma a um espaço com duas escalas marcadas e distintas, que convivem harmoniosamente com as atividades do cotidiano; acolhe tanto a dimensão comemorativa, cultural, multitudinária quanto a esfera comunitária, íntima, diária.

O acesso ao teatro, situado sob o maior dos quatro volumes, volta-se externamente à praça e procura atenuar o obstáculo psicológico que representa a entrada, ao localizar-se sob uma cobertura que avança mais baixa, como um avarandado, acolhendo e dirimindo o possível retraimento. Internamente, a conexão entre os quatro volumes pelo subsolo configura um grande passeio público circular, pontuado ao longo de seu trajeto por espaços expositivos diversos. O posicionamento e a forma dos acessos sugerem a entrada e, ainda que fosse para pegar um atalho em seu caminho cotidiano, o cidadão se depararia com exposições ou outras atividades ao longo da passagem.

Apesar da beleza da concepção e do desenho, a realidade acabou por deturpar os ideais originais do projeto e obstaculizar o pleno alcance de seus objetivos. Além da patente má execução da obra, o arquiteto atribui a um erro de projeto a subutilização do espaço e afirma que se equivocou quando não levou em consideração a explosão urbana que o entorno sofreria: Para Penteado, a proposta errou pela incapacidade de prever que a cidade iria se transformar da maneira como se transformou. Em um duro exercício de autocrítica, considerava que se tivesse feito um “teatrinho” convencional, ainda que inexpressivo, haveria sido melhor¹.

A afirmação de Penteado revela uma dose de autocrítica somada a outra de descontentamento e decepção com o rumo urbano trilhado pela cidade. O tamanho e a ousadia da proposta, que incluía a delimitação do gabarito e uso das edificações circundantes à praça, são proporcionais ao justo desapontamento do autor. A verticalização do entorno imediato oculta o conjunto e enfraquece sua mensagem, apesar de não a neutralizar, pois o Centro de Convivência segue sendo uma importante referência da cidade. A realidade truncou seus objetivos, obstruiu sua visibilidade, abafou seu poder simbólico, porém emoldurou sua condição de representante da sociabilidade oprimida da metrópole.

PARQUE DOS ANCIÃOS (1968)

A sugestão espacial integradora que soluciona a formalização do Centro de Convivência marca também a proposta de um abrigo de idosos, feita com Teru Tamaki e José Ribeiro, a pedido da Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (FEAC). Novamente o programa tradicional foi rediscutido e relido, a fim de negar qualquer conotação de

isolamento entre os moradores e a população do entorno. Uma série de blocos longilíneos contém os apartamentos que convergem radialmente a uma praça conformando um desenho sugestivo e atraente.

“Como arquitetura, resultou num projeto muito bonito: ele surge na paisagem como uma grande flor” (Penteado, 1998, p.68). A unificação desses volumes abobadados, tangenciando a forma do vazio central, cria uma grande varanda circular e configura um espaço aprazível e espontâneo, estimulante para o estabelecimento de contatos interpessoais. Na abertura criada pela interrupção das alas de habitações, ergue-se o volume escultórico de uma igreja dominando a entrada da praça, aberta aos moradores das adjacências como elemento de atração, apoiando o objetivo de dissipar a sensação de solidão dos habitantes da residência por meio da integração do parque ao bairro. Além de abrir espaço no tecido urbano, o projeto soluciona dois problemas de uma só vez: dota o bairro de um equipamento público, sempre escasso, e inclui os anciãos na convivência com os habitantes locais (Figura 4).

Neste projeto transparece a preocupação do arquiteto em solucionar os programas da maneira mais simples e menos custosa possível. Visando à viabilidade e à facilidade construtiva e de manutenção, esses projetos consideram as limitações explícitas e implícitas pelo programa, apresentando como resultado final uma simplificação sistemática em relação a técnicas e materiais escolhidos que poderia ser identificada como uma atitude “brutalista”, sempre que entendida como combinação idônea entre expressividade e funcionalidade. De acordo com Penteado: “São abóbadas feitas de tijolos, usando uma técnica antiga e



FIGURA 4 – Maquete do conjunto idealizado para o Parque dos Anciãos.
Fonte: Penteado (1998, p.67).

que — como comprovou o engenheiro Falcão Bauer — não custariam mais do que um galinheiro — que é mais ou menos o que foi depois construído” (Penteado, 1998, p.68).

Compartilha, ademais, da solução organizativa e material a eleição, constante na obra de Penteado, da praça como espaço social preferente no intuito de despertar a vida cidadã. A organização edilícia em torno à praça da igreja evoca, diretamente, imagens de um modelo de convivência idealizado que se desfazia dia a dia, representando uma aposta e um protesto por parte do arquiteto à desagregação social que a dureza da cidade impunha (Figura 5).

Segundo o arquiteto, o projeto foi preterido pela entidade mantenedora, pois seria “Bonito demais para a feiura dos velhos! Eu, mesmo já habituado a me sentir indignado, nunca havia ouvido nada tão revoltante” (Penteado, 1998, p.68).

ACERVO ARQUITETÔNICO CAMPINEIRO

Outras duas propostas para instituições culturais reafirmam a opção do arquiteto pela configuração arquitetônica como instrumento de integração e atração social. Para o concurso público nacional de ideias do Teatro Laboratório de Artes Cênicas e Corporais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), realizado em 2002 com Teru Tamaki, César Sampedro e Vallandro Keating, aproveita-se o desnível longitudinal de 4m que o terreno apresenta para criar um edifício em dois níveis, permeado por pátios internos ajardinados (Figura 6).

A proposta concentra o foco na espacialidade interna, definida pela integração visual entre os desníveis, e na continuidade com o exterior proporcionada por diversos fechamentos móveis e pela extensão dos níveis externos para dentro do prédio. Internamente, o edifício é marcado pela presença de grandes corredores abertos ladeados por pátios cobertos com vidro serigrafado, a modo de quebra-sóis. Exteriormente apresenta-se sóbrio e regular, concentrando na fachada principal uma composição formada por módulos de vidro encaixa-



FIGURA 5 – Perspectiva artística da praça central do Parque dos Anciãos.
Fonte: Penteado (1998, p.68).

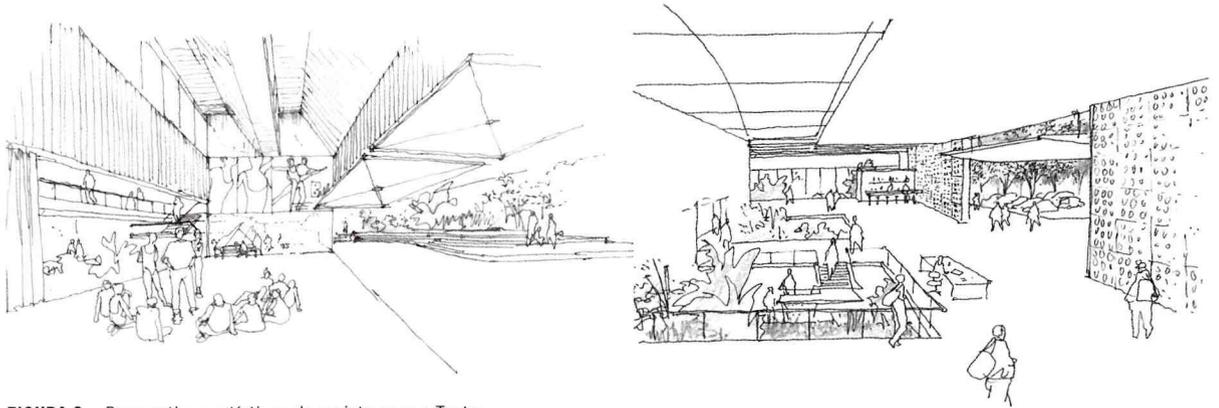


FIGURA 6 – Perspectivas artísticas do projeto para o Teatro Laboratório de Artes Cênicas e Corporais da Unicamp.
Fonte: Arquivo pessoal (2002).

dos em elementos vazados. A fachada se movimentaria com a ocasional abertura dos grandes painéis que, em conjunto com conexões diretas com a rua, estabelecem espaços multifuncionais, promovendo momentos de convivência e conagração das classes².

Em outro projeto de cunho cultural idealizado para Campinas, o Museu do Café — do qual se dispõe de escassas informações —, desenhado com José Ribeiro em 1961, apresenta-se como uma grande forma circular pura, elevada sobre um tradicional terreiro de café convertido em espaço público aberto. Uma rampa em espiral define o percurso museístico e funciona como o elemento estruturador da ideia, elaborada a pedido da Prefeitura (Figura 7).

A relação umbilical de Penteado com Campinas lhe ofereceu a possibilidade de elaborar diversos outros projetos na cidade, cuja extensa lista não permite que se apresentem todos no limitado espaço deste artigo. A citação de todos eles, no entanto, se faz relevante por demonstrar uma relação que atravessa gerações, como comprova seu primeiro projeto, a residência para Domingos Solha, de 1948; a proposta vencedora para a sede do Clube Campineiro em 1954; a Estação de Tratamento de Água Campinas II e o projeto Paço Municipal — classificado em 5º lugar —, ambos de 1956; o grupo escolar Vila Stanislau e a Escola Técnica de Química Conselheiro Antônio Prado, de 1960; a Estação de Tratamento de Água Campinas III e o Hotel Palácio dos Azulejos, em 1968; a reforma do Tênis Clube de Campinas, em 1971; o Loteamento da FEAC e o Condomínio Iguatemi, de 1972; os edifícios residenciais Michelangelo e Leonardo da Vinci, ambos de 1973, O Hotel Ermitage II, de 1982; a urbanização do Parque Prado, de 1986; o Centro de Convenções e Exposições, de 1988; as propostas para a Estação Ferroviária Central da Fepasa e o complexo de edifícios residenciais Parque Guanabara, em 1989; a escultura de Ulisses Guimarães, de 1993; o edifício Comercial Club e a escultura de João Penteado, seu pai e fundador da Dako, em 1996; e o Hotel Lagoa do Taquaral, de 1998.

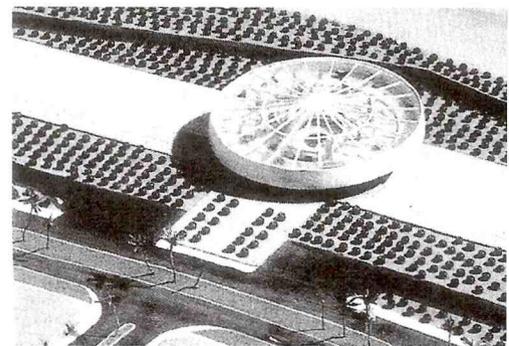


FIGURA 7 – O volume circular puro idealizado para o Museu do Café.
Fonte: Penteado (1998, p.194).

A CAMPINAS DE FÁBIO PENTEADO

Fábio Penteado enxergava na cidade de Campinas o mesmo intenso processo de explosão urbana verificado em quase todas as grandes cidades brasileiras, cujas consequências deixaram a marca da deterioração dos centros e a perda dos referenciais urbanos. Em artigo de 1984, o arquiteto já reconhecia e alertava para os efeitos nefastos da falta de planejamento que a entrega da política urbana aos loteadores causava no espaço público e na vida da sociedade. No texto, ressaltava-se a potencialidade da arquitetura histórica e da paisagem de Campinas, já então perdidas em uma cidade cada vez mais desconectada, na qual o todo se desfragmentou em inúmeras partes marcadas pela improvisação e pela especulação do solo urbano (Penteado, 1984, p.11).

Seu desapontamento transparece no relato feito a Ricardo Trevisan³, no qual diz: *“que chegou a recomendar ao filho, residente na cidade, que saísse da cidade, pois Campinas havia se convertido em um inferno. Relevados o radicalismo e a acidez da opinião, o arquiteto reconhece nas consequências da pobreza e da falta de planejamento as principais mazelas da cidade, que não oferece qualidade de vida urbana a seus cidadãos. Sua proposta arquitetônica parte dessa realidade: da necessidade de se criar espaços públicos de encontro nos quais a arte e a cultura possam entrar espontaneamente no cotidiano das massas que perambulam pelas grandes cidades”*.

Propor esses espaços significa, na realidade, propor uma cidade outra. Não que a arquitetura de Fábio Penteado queira negar a existência da metrópole, ou que reconheça nela um malefício inerente. Ao contrário, quer fazer aflorar a riqueza da vida diversa que ela contém, mas que se esconde sob a deturpação causada pela falta de planejamento, de oportunidades, de fruição — de humanidade, enfim. Por isso seu trabalho é feito para a metrópole, lugar das multidões, e somente nela encontra seu verdadeiro sentido.

Em seus projetos, Penteado se esmera em perscrutar as possibilidades do lugar e do programa oferecidos, por meio de uma atitude crítica que não se furta em propor outros usos possíveis, que se agregam aos originais. Nessa busca pelo que define como “rentabilidade social” da arquitetura, a formalização expressiva atua como elemento de atração social. O pensamento arquitetônico de Penteado resume-se, portanto, no esforço pela criação de espaços e marcos urbanos capazes de restabelecer o diálogo perdido entre as cidades e seus cidadãos. Seus projetos apagam a linha divisória criada entre a arquitetura e o urbanismo, separação artificial que, na realidade prática, não existe.

No conjunto de sua obra, as propostas idealizadas para Campinas figuram entre seus projetos mais emblemáticos e reconhecidos, especialmente no caso do Centro de Convivência, única das três propostas efetivamente levada a cabo. No que tange à sua intensa relação com Campinas, fica evidente que a cidade guarda uma importante parte do acervo arquitetônico de Penteado, da mesma forma que o arquiteto seguramente levava consigo experiências e lições a ele ensinadas por esta cidade.

NOTAS

1. Relatos colhidos em entrevista concedida ao autor, feita em janeiro de 2008.
2. Relatos colhidos em entrevista concedida ao autor, feita em janeiro de 2008.
3. Entrevista concedida a Ricardo Trevisan em 8 de janeiro de 1998, que gentilmente cedeu ao autor.

REFERÊNCIAS

PENTEADO, F. Nossa arquitetura antiga, um passado que já perdemos: Campinas poderia ter sido monumento nacional, como Ouro Preto. *Diário do Povo*, 22 jul. 1984. p.10-13.

PENTEADO, F. *Fábio Penteado: ensaios de arquitetura*. São Paulo: Empresa das Artes, 1998.

IVO RENATO GIROTO Professor | Universidade Estácio de Sá | Curso de Arquitetura e Urbanismo | Av. Prefeito Dulcídio Cardoso, 2900, *Campus Barra Akxe*, Barra da Tijuca, 22631-052, Rio de Janeiro, RJ, Brasil | E-mail: <ivo.giroto@estacio.br>

Recebido em
8/11/2012 e aceito
para publicação em
18/3/2013.

PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO: CONCEITOS CONTEMPORÂNEOS NAS CARTAS DO ICOMOS

ARCHITECTURAL HERITAGE: CONTEMPORARY CONCEPTS IN ICOMOS

CHARTERS | PATRIMONIO ARQUITECTÓNICO: CONCEPTOS CONTEMPORÁNEOS

EN LAS CARTAS DEL ICOMOS

YACY-ARA FRONER

RESUMO

O objetivo deste estudo é investigar a história e desenvolvimento do conceito contemporâneo do patrimônio em relação aos edifícios históricos, monumentos e sítios; a evolução dessas ideias e princípios e sua contribuição para uma abordagem internacional na preservação do patrimônio arquitetônico. O estudo centrou-se na teoria moderna da conservação baseada em uma avaliação crítica e histórica, sua influência nas cartas internacionais e nas políticas do *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property* e Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, por meio de uma visão contemporânea do patrimônio cultural no século XX.

PALAVRAS-CHAVE: Cartas internacionais. Patrimônio arquitetônico. Política de preservação.

ABSTRACT

The aim of the study was to investigate the history and development of the contemporary concept of heritage regarding historical buildings, monuments and sites, the evolution of these ideas and principles, and its contribution towards an international approach to architectural heritage conservation. The study focused on the modern conservation theory, which is based on a critical-historical evaluation, and its influence on international charters and policies of the International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property and International Council on Monuments and Sites by means of a contemporary understanding of the cultural heritage in the 20th century.

KEYWORDS: International charters. Architectural heritage. Conservation policy.

RESUMEN

El objetivo de este estudio es investigar la historia y el desarrollo del concepto contemporáneo de patrimonio, en relación a los edificios históricos, monumentos y lugares; percibir la evolución de estas ideas, principios y su contribución a un enfoque internacional para la preservación del patrimonio arquitectónico. El estudio se centró

en la teoría moderna de la conservación en base a una evaluación crítica e histórica, su influencia en las cartas internacionales y las políticas del Centro Internacional para el Estudio de la Preservación y Restauración de Bienes Culturales y del Consejo Internacional de Monumentos y Sitios, a través de una visión contemporánea del patrimonio cultural en el siglo XX.

PALABRAS-CLAVE: Normativas internacionales. Patrimonio arquitectónico. Política de preservación.

INTRODUÇÃO

Para a Arquitetura, o patrimônio edificado contrai, no campo de definições conceituais, os paradigmas relacionais oriundos das asserções históricas e arqueológicas; assim, para o reconhecimento do Patrimônio Arquitetônico, as identidades do Patrimônio Histórico e/ou Arqueológico se sobrepõem. Dessas categorias, das ruínas aos centros históricos; das edificações urbanas aos testemunhos rurais, independentemente da grandeza ou importância da edificação, o que abaliza sua preservação é a condição inerente da memória agregada ao sentido de monumento. Se monumental nos leva, erroneamente, a avaliar um bem cultural pelo crivo da monumentalidade, a etimologia da palavra resguarda aquilo que realmente interessa quando se considera as bases que definem a categoria de Patrimônio Arquitetônico.

A palavra latina “*monumentum*” remete para a raiz indo-européia “*men*”, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo “*monere*” significa “fazer recordar”, donde “avisar”, “iluminar”, “instruir”. O “*monumentatum*” é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. Quando Cícero fala dos “*monumenta hujus ordinis*” designa os atos comemorativos, quer dizer, os decretos do senado. Mas desde a Antigüidade romana o “*monumentum*” tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura; arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico etc.; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte (Le Goff, 1984, p.95).

Desta estrutura nominal, a arquitetura reflete um modo de vida público e privado próprio, esteticamente identificável, porém apoiado no sentido utilitário de ordem e permanência em oposição à transitoriedade da *urbis*. Assim, ocorre a transfiguração da memória em condição documental histórica, e é dessa maneira peculiar de ver o espaço construído que a cultura ocidental forja seu conceito de monumento.

Na era moderna, o resgate dos textos antigos reforça, porém, os vínculos do monumento ao monumental, além de pontuar a correlação entre os princípios arquitetônicos e urbanos. Os conceitos abarcados no termo *decorum*, utilizado por Vitruvio no seu tratado “*De Architectura*”, são reproduzidos em inúmeros discursos e influenciam a percepção dos princípios básicos — *utilitas* (utilidade), *venustas* (beleza) e *firmitas* (solidez) —, agora aplicados ao panorama dos grandes centros (González, 2001).

‘O *decorum*, segundo Vitruvio, consistia na adequação do edifício, ou em última instância, das regras da arquitetura, às particularidades dos lugares, dos costumes ou dos seus ocupantes. O termo era o equivalente ao *prepon* grego, que estava vinculado à categoria ética de fazer as coisas com propriedade. Esse conceito, resgatado no Renascimento e considerado em toda a tradição clássica adquire, sob o termo “*convenance*” e no âmbito dos questionamentos da beleza como princípio absoluto defendidas por Perrault, destaque fundamental no século XVII. No século XIX, Quatremère de Quincy, evocando largamente o termo “caráter”, considera a “propriedade” e “conveniência” da diferenciação entre a simples moradia e os monumentos citadinos, entre o privado e o público e Camilo Sitte, poucos anos antes do término do século, declara a necessidade de alguns elementos da cidade serem apresentados com “roupas de trabalho” e outros com “trajes domingueiros” (González, 2001, p.50).

Por meio dos paradigmas que tratam de adequação ao lugar, e neste caso ao lugar urbano — nos seus dois sentidos, de acomodação e adequação ética ou atuação com propriedade e decoro —, podem-se encontrar as raízes das discussões relacionadas à revitalização, restauração e uso do patrimônio cultural arquitetônico na época moderna.

O reflexo e a reflexão desses paradigmas nas discussões contemporâneas conduzidas ao longo do século XX demonstram que estes conceitos — monumento, memória e documento —, ainda que mutáveis e ajustáveis ao tempo histórico, mantêm estreita correção com as bases originais, demonstrando princípios de longa duração. Agregados a eles, os princípios da propriedade (posse) e do patrimônio (herança) se sobrepõem, se completam e se contrapõem, envolvendo a demanda de princípios legais e normativos cada vez mais específicos, que garantem, por um lado, o direito à posse, e de outro o dever da preservação.

Pensando nessa categoria de análise e na questão específica da construção arquitetônica, podem-se pontuar as cartas patrimoniais adotadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*) e mais precisamente pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS, *International Council on Monuments and Sites*), como basilares à formulação do conceito de *patrimônio*. Dessas cartas, elegeu-se como mais significativas:

- 1) Carta de Atenas para a restauração de monumentos históricos: adotada pelo I Congresso de Arquitetos e Técnicos de Monumentos, Atenas, 1931.
- 2) Recomendações Relativas às Competências Internacionais em Arquitetura e Planejamento Urbano, Nova Délhi, dezembro de 1956.
- 3) Carta de Veneza: carta internacional para a conservação e restauração de monumentos e sítios — II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos, Veneza, maio de 1964.
- 4) Normas de Quito: relatório final do encontro sobre a preservação e utilização de monumentos e sítios de valor histórico e artístico, Quito, dezembro de 1967.
- 5) Resoluções sobre a introdução da arquitetura contemporânea em Grupos de Edifícios Antigos, Budapeste, junho de 1972.
- 6) Declaração de Amsterdã, Amsterdã, outubro de 1975.
- 7) Carta europeia sobre o Patrimônio Arquitetônico, Amsterdã, outubro de 1975.
- 8) Carta de Florença: Comitê Internacional de Jardins Históricos, ICOMOS e *International Federation of Library Associations* (IFLA), Florença, maio de 1981.
- 9) Convenção Europeia para a Proteção do Patrimônio Arquitetônico, Granada, outubro de 1985.
- 10) Carta de Washington: carta para a conservação de cidades históricas em áreas urbanas, Assembleia Geral do ICOMOS, Washington, outubro de 1987.
- 11) O Documento de Nara: Conferência de Nara sobre a Autenticidade em Relação à Convenção Mundial do Patrimônio, Nara, Japão, novembro de 1994.
- 12) Carta sobre o Patrimônio Vernacular Edificado — Assembleia Geral do ICOMOS, México, outubro de 1999.

Em todas essas recomendações é possível perceber que a condição dos bens patrimoniais na sociedade contemporânea é colocada no centro dos debates, mesmo quando estes se direcionam para as técnicas de restauro ou exploração, a questão social da memória material ou o sentido da preservação da cultura.

Quando se trata de pensar em uma política de preservação do Patrimônio Arquitetônico, os problemas de degradação e a iminência de destruição parecem sofrer um processo de sinergismo: isolado, cada problema parece fácil de controlar; reunidos todos em um mesmo segmento, potencializam o grau de complexidade no escopo da preservação.

PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO: O CAMPO EXPANDIDO DA MEMÓRIA E OS VESTÍGIOS DA HISTÓRIA

Um dos critérios de preservação mais difíceis de estabelecer, que possam ser seguidos efetivamente, são aqueles para com o Patrimônio Arquitetônico: quando localizados no perímetro urbano não suportam, muitas vezes, a pressão econômica do crescimento industrial; a demanda de moradia, espaços públicos e comerciais; a ampliação de vias

de acesso e as necessidades próprias da cidade. Sofrem a poluição inerente às grandes cidades e, portanto, alterações químicas e físicas em sua estrutura. Suportam a des-caracterização e a incompreensão histórica de sua existência. A crise da cidade, como desagregação histórica da sociedade, é relacionada por Argan (1998, p.7) à crise da arte e à crise do objeto:

A desagregação dos mármore romanos nada mais é que uma enlutada alegoria da radical incompatibilidade daquilo que resta da cidade com a vida da metrópole — a angustiante consciência de poder assistir à consumação de uma catástrofe cultural sem paralelo possível, à perda, no breve transcorrer de poucos anos, de todo o patrimônio histórico e artístico que não pode ser imediatamente conservado em museus. Os objetos, as obras de arte — numa sociedade cuja estrutura cultural não seja mais a história, como corre o risco de acontecer com a sociedade atual — são fragmentos de um passado não mais relacionável ao presente, são quase ilhas, resíduos de um continente submerso.

Na sociedade capitalista, a destruição da memória é apenas mais uma consequência da necessidade cada vez maior do novo, do imediato, do descartável, do consumível, do espetáculo e, portanto, daquilo que silencia, porque não deixa marcas. Sob esta ótica é que a *Carta de Atenas* de 1931 pontua pela primeira vez, como documento internacional, a demanda da preservação de monumentos e sítios históricos na sociedade contemporânea a partir de um contexto específico modulado nessa sociedade: os princípios legais que garantem a manutenção do edifício; as bases técnicas e tecnológicas da restauração e o princípio da ocupação e do vínculo social com a comunidade como premissa fundamental à sua valorização.

O regime de exceção da II Grande Guerra e os acontecimentos que a antecederam determinaram um hiato nas discussões conceituais sobre esse tema nos anos 1930 e 1940 do século XX. Apenas nos anos 1950 discussões internacionais, sob os auspícios da UNESCO, voltam a acontecer; a mesma Conferência Geral que formalizou a “*Recomendação Internacional dos Princípios Aplicados à Escavação Arqueológica*”, em dezembro de 1956, em Nova Délhi, aprovou o documento denominado “*Recomendações Relativas às Competências Internacionais em Arquitetura e Planejamento Urbano*”, determinando o vínculo dos especialistas em História da Arte, Arquitetura, Arqueologia e Conservação-Restauração. Os princípios balizadores de ambos os documentos foram a formalização e a construção de modelos regulamentares de conduta nas ações relativas à preservação. No caso das recomendações concernentes à Arquitetura, o planejamento urbano e a própria estrutura arquitetônica forjaram a tônica dos debates.

Encaminhado como ponto de discussão único, o acordo proposto em 1956 admite a organização de competições internacionais como forma de impulsionar a qualidade

dos projetos técnicos de restauração e conservação de edifícios antigos, bem como o planejamento urbano de centros históricos. As normas respectivas a essas competições são abordadas em tópicos específicos, quais sejam, organização, preparação dos programas, registro e admissão dos competidores, preços, reprodução, organização do júri e exibição dos planos.

A carta seguinte, que deu margem à fundação do ICOMOS como um organismo específico voltado para a proteção de sítios, monumentos e edifícios históricos, foi a *Carta de Veneza* de 1964. Os avanços deste documento em relação aos anteriores consistem na definição do conceito de monumento histórico abarcando não apenas simplesmente as construções arquitetônicas, mas também os espaços urbanos e rurais nos quais esses testemunhos se encontram. A questão da profissionalização do arquiteto-restaurador ou do restaurador de monumentos fica implícita na orientação quanto à prática específica da conservação e do restauro.

Almejando uma maior participação social e do intercâmbio internacional, as *Normas de Quito* de 1967 propõem a reconciliação entre a demanda do crescimento urbano com a proteção dos bens patrimoniais por meio de regulamentações governamentais, projetos internacionais e, principalmente, pela educação e participação da comunidade. Em confirmação a este critério, o documento transcreve o seguinte parágrafo do Informe *Weiss* de 1963:

É possível equipar um país sem desfigurá-lo; preparar e servir ao futuro sem destruir o passado. A elevação do nível de vida não deve se limitar à realização de um bem-estar material progressivo; deve ser associado à criação de um quadro de vida digno do homem (Organização dos Estados Americanos, 1967, p.3).

A procura desse ideal ocorre também pela percepção do espaço e pela sua compreensão integral.

O interesse social e a ação cívica são as bases de qualquer atitude referente à proteção de bens culturais. Anos de negligência oficial, conforme relatado no documento, e a negação das origens de cada nação geraram lacunas irreparáveis. Associadas a este descaso, a falta da elaboração de uma política educacional e a pressão exercida pelos meios de comunicação produzem uma indiferença social aos temas culturais: patrimônio, cultura, memória, história, documento são categorias circunscritas ao meio intelectual e que não dizem respeito ao habitante da favela, da vila ou do bairro.

De acordo com Le Goff (1984), o monumento tem como característica o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas; é um legado à memória coletiva, principalmente nos espaços onde o acesso ao documento escrito é restrito — quer pelas normas, quer pela forma. O monumento surge como um elo possível de ligação do presente com o passado em um contexto social, no qual a me-

mória parece cada vez mais cronologicamente limitada. Porém, o monumento precisa dizer algo, falar ao ouvido das pessoas acerca de suas histórias, senão, mudo, permanece no campo do intocável.

Toute une part, et la plus passionnante sans doute de notre travail d'historien, ne consiste-t-elle pas dans un effort constant pour faire parler les choses muettes, leur faire dire ce qu'elles ne disent pas d'elles-mêmes sur les hommes, sur les sociétés qui les ont produites — et constituer finalement entre elles ce vaste réseau de solidarités et d'entr'aide qui supplée à l'absence du document écrit? (Febvre, 1953, p.428).

As questões mais amplas relativas ao Patrimônio Arquitetônico são tratadas no registro de 1972, “*Convenção sobre a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural*”, agregando conceitos como paisagem, o que gerou a *World Heritage List* (WHL, Lista do Patrimônio Mundial) e os comitês específicos de avaliação. A representatividade desta lista, focada no patrimônio edificado, demonstra a força do ICOMOS nas estratégias globais de preservação.

Depois desta Convenção, a *Declaração de Amsterdã* de 1975, a exemplo da *Carta de San Salvador* e das *Normas de Quito*, volta-se para o patrimônio ocidental como reflexo da Guerra Fria e da fratura internacional. O documento gira em torno de dois eixos temáticos: a integração dos monumentos à sociedade e a recomendação aos governos dos Estados-membros para atuarem como promotores das ações preservacionistas relacionadas ao Patrimônio Arquitetônico Europeu.

A continuação desse encontro ocorre 10 anos depois, com a reunião do *Conselho da Europa* em Granada, em outubro de 1985. Com a formalização da *Comunidade Econômica Europeia* na década de 1980 e a continuidade das ações propostas em 1975¹ por meio de recomendações aprovadas no *Parlamento do Conselho da Europa*, a *Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Arquitetônico da Europa*, a exemplo dos documentos elaborados acerca da definição de Patrimônio Cultural e Patrimônio Natural, constrói a noção de Patrimônio Arquitetônico de maneira mais delineada:

- 1) Monumentos: todas as construções particularmente notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, incluindo as instalações ou os elementos decorativos que fazem parte integrante de tais construções;
- 2) Conjuntos arquitetônicos: agrupamentos homogêneos de construções urbanas ou rurais, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, e suficientemente coerentes para serem objeto de uma delimitação topográfica;
- 3) Sítios: obras combinadas do homem e da natureza, parcialmente construídas e constituindo espaços suficientemente característicos e homogêneos para

serem objeto de uma delimitação topográfica, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico (Conselho da Europa, 1985, p.2).

Cabe lembrar que a *Declaração de Amsterdã* de 1975, a *Carta Europeia sobre o Patrimônio Arquitetônico Europeu* de 1975 e *Convenção para a Proteção do Patrimônio Arquitetônico Europeu* de 1985 fazem parte dos esforços de integração implementados após a criação do *Mercado Comum Europeu* e foram patrocinadas pelo *Conselho da Europa*, sendo apoiadas pelo ICOMOS e pela UNESCO e incorporadas às propostas básicas dessas instituições.

A representatividade da *World Heritage List* expõe as políticas de valoração dessas instituições: a Europa Ocidental e suas edificações são as mais representadas, enquanto Ásia e África são menos reconhecidas. O monumental se sobrepõe às identidades locais; o triunfo das muralhas, palácios, igrejas e sedes administrativas demonstra uma visão particular de cultura e memória.

Como complementação da *Carta de Atenas* de 1931 e da *Carta de Veneza* de 1964, a *Carta de Florença* de 1981 amplia a compreensão do espaço do monumento para além de suas estruturas arquitetônicas: o entorno torna-se preponderante, principalmente quando se refere aos jardins e praças que partilham o espaço e, com a edificação, compõem uma estética e uma identidade local. A inclusão de complementares às construções faz parte de uma percepção maior do espaço e reflete a busca de uma integração homem-natureza que ocorre nos grandes centros urbanos. É na década de 1980 que a recuperação dos rios europeus, dos parques e jardins urbanos e das campanhas de reflorestamento com mata nativa ocorre em várias partes do mundo. As palavras de ordem dessa década são ecologia, ecossistema, equilíbrio ambiental, desenvolvimento sustentável e, principalmente, integração social no que se refere à proteção do patrimônio natural e cultural.

Para além das questões regionais, nacionais ou continentais, a questão do planejamento urbano e da integração dos monumentos arquitetônicos ao cotidiano da comunidade é matéria primordial para a construção do conceito de proteção. Como abordado nos tópicos anteriores, os documentos relacionados ao patrimônio arquitetônico que mais defendem o modelo acima descrito são a *Carta de Washington* de 1987 e as recomendações geradas no *Primeiro Seminário Brasileiro de Revitalização dos Centros Históricos* em 1987. O principal objetivo de ambos os documentos foi o de formalizar as ações práticas de um planejamento urbano consciente e integrado à sociedade e cobrar dos poderes legislativos a formulação de leis efetivas que protejam os centros históricos em áreas urbanas.

A proposta apresentada pela *Carta de Washington*, esquemática e objetiva, estrutura-se em torno de questões específicas de planejamento urbano: definição dos lotes e ruas; intercâmbio entre os edifícios e as áreas verdes e abertas; aparência formal do interior e do

exterior; relação entre o centro urbano e seu entorno; e as várias funções que o centro e a área urbana desenvolvem com o tempo. Além disso, a operacionalidade do trânsito, as relações sociais e econômicas com os habitantes residentes nas áreas históricas e o apoio de equipes multidisciplinares — com arqueólogos, historiadores, arquitetos, técnicos, sociólogos e economistas —, são fatores indispensáveis aos planos de conservação adotados. Apesar dessa estrutura mais fechada, a *Carta de Washington* irá influenciar uma série de documentos elaborados posteriormente, como a *Carta para a Proteção de Cidades Históricas nos Estados Unidos*, a qual valorizará, do mesmo modo, as questões técnicas de planejamento urbano em áreas históricas. No entanto, a questão do uso de grupos de edifícios antigos é colocada em pauta já em 1972, em Budapeste, quando o *Simpósio Internacional de Arquitetura*, patrocinado pela *Terceira Assembleia Geral* do ICOMOS, expressa a necessidade de adaptar os prédios históricos do ponto de vista da arquitetura contemporânea.

Como resultado desse encontro foi gerado o documento “*Resoluções sobre a introdução da Arquitetura contemporânea em Grupos de Edifícios Antigos*”, o qual dará suporte ao documento seguinte elaborado na *Quarta Assembleia Geral*, realizada em 1975 na cidade de Bruxelas. Este documento aponta a necessidade de manutenção da vida econômica das pequenas cidades históricas como mecanismo indispensável à permanência dos habitantes, evitando-se, assim, o abandono dos edifícios históricos.

Ao expressar o apoio ao uso de técnicas modernas arquitetônicas na restauração dos edifícios antigos, não partilha, porém, daquilo que a Arquitetura Contemporânea costuma chamar hoje de *retrofit*²: a manutenção das fachadas externas, com a reestruturação do espaço interno em função das demandas específicas dos clientes.

No Brasil, esta prática tornou-se comum com a vinda de multinacionais — como Bancos e empresas de Telecomunicações —, para as grandes cidades nos anos 1990 do século XX, impulsionando o mercado imobiliário desses grandes centros; como não haveria tempo e espaço apropriado para a construção, essas empresas compraram edifícios antigos e os adaptaram às suas necessidades; esta adaptação envolveu a manutenção das fachadas, a revitalização do entorno, mas garantiu reformas internas do espaço de acordo com a dinâmica da empresa: introdução de elevadores, divisórias, paredes falsas, mezaninos etc.

Como nem sempre esses prédios são tombados e as legislações brasileiras — municipais, estaduais e federais —, não são claras em relação aos limites da prática de restauração arquitetônica, não houve empecilho a esse tipo de procedimento.

Contudo, como compatibilizar o uso de edifícios antigos com as demandas de seus usuários? Como reestruturar sem descaracterizar?

O Estado não é capaz de preservar edifícios históricos sem ocupação, como também não pode ocupar todos os edifícios antigos que existem. Porém, cada caso é um caso e, nesse debate, só há uma posição a tomar: as questões éticas não devem ser subordinadas aos assuntos comerciais, tampouco devem ficar alheias às mudanças e transfor-

mações da sociedade. O texto de Carlo Argan duvida da possibilidade de compatibilizar o crescimento urbano com a ação preservacionista (Argan, 1998).

Em 1994, o *Documento de Nara* propõe uma revitalização dos conceitos de preservação; concebido no espírito da *Carta de Veneza* de 1964, discute o papel do patrimônio cultural no mundo contemporâneo. Autenticidade e originalidade são sistemas vinculados a processos sociais de construção de valor.

A conservação do patrimônio cultural, sob todas as suas formas e em todos os seus períodos históricos, está enraizada nos valores atribuídos ao próprio patrimônio. A nossa capacidade para compreendermos estes valores depende, em parte, do grau a que podem ser reconhecidas as fontes de informação sobre esses valores, como sendo credíveis ou verdadeiras. O conhecimento e a compreensão destas fontes de informação, relativamente às características originais e subsequentes do patrimônio cultural e do seu significado, são requisitos básicos para a avaliação de todos os aspectos da autenticidade (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, 1994, p.3).

O conceito relativo e a abrangência do conceito determina uma visão ampliada, porém a abertura do documento é, ao mesmo tempo, sua condição contemporânea e as restrições operacionais. O esforço para determinar a autenticidade demanda ferramentas apropriadas, pautadas pelo compartilhamento do conhecimento, documentação e acesso à informação relacionada aos bens culturais. A percepção do valor relativo do bem cultural permite a introdução de uma discussão que incorpora os valores locais na construção do significado desse bem. Como desdobramento de Nara, em 1999, no México, realizou-se um encontro para discutir o Patrimônio Vernacular Edificado, que resultou numa carta que assim se inicia:

O patrimônio vernacular edificado ocupa lugar privilegiado na afeição e é motivo de orgulho de todos os povos. Ele foi aceito como um produto característico e atrativo da sociedade. Ele parece irregular, mas, ainda assim, ordenado. Ele é utilitário, além de possuir interesse e beleza. Ele é um foco de vida contemporânea e, ao mesmo tempo, é um registro da história da sociedade. Embora seja o resultado do trabalho do homem, ele é, também, uma criação do tempo. Ele mereceria integrar o patrimônio da humanidade se houvesse cuidado na conservação desta tradicional harmonia que constitui o cerne da própria existência do homem. O patrimônio vernacular edificado é importante; ele é a expressão fundamental da cultura de uma comunidade, de sua relação com o seu território e, ao mesmo tempo, a expressão da diversidade cultural do mundo. A construção vernacular é o modo tradicional e natural das comunidades se abrigarem. É um processo contínuo que inclui as mudanças necessárias e uma constante adaptação em resposta às limitações

sociais e ambientais. A sobrevivência desta tradição é mundialmente ameaçada pelas forças da homogeneização econômica, cultural e arquitetônica. A maneira de fazer frente a essas forças é um problema fundamental que necessita ser encarado pelas comunidades e também pelos governos, planejador, arquitetos, conservadores e por um grupo multidisciplinar de especialistas (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, 1999, p.1)

Nesse documento, expande-se o conceito de Patrimônio Arquitetônico, deslocando o eixo de atenção dos grandes monumentos, da *polis*, da vida urbana dos grandes centros ou das áreas arqueológicas que indicavam uma concentração social para áreas isoladas, na maioria das vezes rurais, que preservam técnicas construtivas excepcionais. A homogeneização das técnicas de construções arquitetônicas gerou uma perda substancial de métodos de construção únicos. A perda de memória e a desagregação desses sistemas construtivos também significam a perda de possibilidade de aprendizagem da própria arquitetura contemporânea, com as soluções geradas pelas necessidades e pelo conhecimento do ambiente de regiões específicas. Por sua vez, a dissolução de métodos tradicionais de construção subordina as comunidades mais carentes às imposições do mercado construtivo, à dependência do capital ou, então, à total exclusão, como os “sem teto” das grandes cidades.

Para o Patrimônio Vernacular construído, valor técnico é associado ao valor de uso: “*El Patrimonio Vernáculo no sólo obedece a los elementos materiales, edificios, estructuras y espacios, sino también al modo en que es usado e interpretado por la comunidad, así como a las tradiciones y expresiones intangibles asociadas al mismo*” (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, 1999, p.1). A manutenção desse tipo de construção, incentivada pela Educação e por programas multidisciplinares conjuntos, tem por objetivo manter vivas as técnicas construtivas tradicionais diante da massificação dos métodos construtivos: ao reconhecer a importância de um vocabulário tecnológico próprio de certas comunidades, reafirma a competência e a capacidade dessa comunidade de encontrar seus caminhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito contemporâneo de Patrimônio Arquitetônico é um conceito delineado a partir de transformações contextuais e culturais. Se a modernidade do século XIX modela uma percepção específica do culto ao monumento por meio da gestão de sistemas vinculados ao valor da história, do documento, da estética e da memória, a partir do século XX questões políticas e econômicas determinam outras variáveis indispensáveis aos protocolos de preservação.

No início do século o monumento histórico é uma criação da sociedade moderna, um evento histórico localizado no tempo e no espaço, cuja atribuição depende da fenomenologia, ou seja, do relativo circunstancial potencializado pela percepção contemporânea

de seu significado. Na segunda metade desse mesmo século, o idealismo hegeliano, do qual Riegl partilha, sucumbe diante de duas guerras, fazendo com que premissas culturais vinculadas à posição central da subjetividade tornem-se paradoxais em um contexto marcado pelo funcionalismo.

Em uma sociedade capitalista impulsionada pela pressão imobiliária, o conceito de bem cultural ou patrimônio não sobrevive sem uma função social efetiva. Diante da expansão econômica, do crescimento urbano e dos sistemas industrializados de construção, o valor do monumento não resiste sem uma base de proteção política.

Função social e proteção política são sistemas que demandam a articulação da sociedade. Desse modo, a noção de Patrimônio Arquitetônico no mundo contemporâneo, para além de seus significados históricos, estéticos ou de rememoração, passa pelo crivo político de reconhecimento de identidades, ação comunitária, função social e educação patrimonial.

Diante do campo expandido da memória na sociedade atual, o mérito do Patrimônio Arquitetônico não está em congelar o passado, mas potencializar os tempos e se firmar na teia dos valores culturais.

Organismos internacionais como o ICOMOS, o *International Council of Museums* (ICOM) e o *International Centre for the Preservation and Restoration of Cultural Property* (ICCROM) são promotores indispensáveis dos debates, atuam como interlocutores de demandas e de reflexões sofisticadas, como também estabelecem diretrizes indispensáveis à atuação legal dos poderes públicos.

Os fundamentos intelectuais, políticos e legais são, no mundo contemporâneo, paradigmas exemplares para a compreensão de ações de preservação. Se, no século XIX, os conceitos são construídos por meio de uma base filosófica, as cartas patrimoniais do século XX agregam às relações éticas e conceituais as bases operacionais necessárias à preservação do patrimônio em um contexto funcionalista de uma sociedade capitalista. Ao revisitar esses documentos em suas fragilidades, competências e potencialidades, torna-se possível repensar os fundamentos que suportam as ações políticas e legais da preservação.

Finalizam-se as análises com a última carta do século XX sobre patrimônio vernacular. No início do século XXI, inúmeras recomendações continuam o debate da preservação, como a *Carta de Cracóvia sobre os Princípios para a Conservação e o Restauro do Patrimônio Construído* de 2001; a *Declaração de Budapeste sobre o Patrimônio Mundial* de 2002; a *Convenção de Faro* de 2005, a *Declaração de Viena* de 2009 e as *Orientações Técnicas para Aplicação do Patrimônio Mundial* de 2010. Esses documentos revisitam e fortalecem o debate promovido na segunda metade do século XX e ampliam as discussões sobre as novas tecnologias e o mundo globalizado.

NOTAS

1. Uma vez que a "Carta do Patrimônio Arquitetônico" foi adotada pelo Comitê de Ministros do Conselho da Europa em 26 de setembro de 1975, e a Resolução nº 28 de 1976 adotada em 14 de abril de 1976, internamente, cada país propôs leis e regulamentações necessárias a uma ação integrada de preservação do patrimônio arquitetônico europeu. Além dessas ações, a Recomendação nº 880 (1979) da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa; a Recomendação nº R16 (1980) do Comitê de Ministros dos Estados-membros sobre o treinamento de arquitetos, planejadores urbanos, engenheiros civis e paisagistas, e a Recomendação nº R13 do Comitê de Ministros adotada em 1 de julho de 1981 contribuíram para a efetiva realização das propostas de 1975.

2. O *Retrofit* difere da restauração, que consiste na restituição do imóvel à sua condição original, ou da reforma, que visa à intervenção no imóvel sem compromisso com a manutenção de suas características anteriores. O *retrofit* tem por objetivo revitalizar os edifícios antigos, mantendo suas características estéticas e estilísticas, porém incorporando tecnologias modernas e materiais avançados. Normalmente se aplica na parte interna da edificação.

REFERÊNCIAS

ARGAN, G.C. *A história da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CONSELHO DA EUROPA. *Convenção para a salvaguarda do patrimônio arquitetônico da Europa*. 1985. Disponível em: <<http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/granada.pdf>>. Acesso em: jun. 2012.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS. *Conferência de Nara*. Curitiba: Icomos, 1994. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Nara_1994.pdf>. Acesso em: jun. 2012.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS. *Carta sobre o Patrimônio Vernacular Edificado*. Curitiba: Icomos, 1999. Disponível em: <<http://www.icomos.org.br/cartas/Carta%20sobre%20o%20patrim%C3%B4nio%20vernacular%20edificado%20-%201999.pdf>>. Acesso em: jun. 2012.

FEBVRE, L. *Combats pour l'Histoire*. Paris: Armand Colin, 1953.

GONZÁLES, C.C. Residência e cidade: arquiteto Rino Levi. *Vitruvius*, 008.14, ano 1, 2001. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.008/939>>. Acesso em: jun. 2012.

LÊ GOFFE, J. Documento/Monumento. In: ROMANO, R. *Artes: Tonal/Atonal*. Portugal: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984. p.95-105.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Normas de Quito*. 1967. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=238>>. Acesso em: jun. 2012.

YACY-ARA FRONER Professora Doutora | Universidade Federal de Minas Gerais | Escola de Belas Artes | Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha, 31270-901, Belo Horizonte, MG, Brasil | E-mail: <froner@ufmg.br>.

Recebido em
13/6/2012,
reapresentado em
3/1/2013 e aceito
para publicação em
4/3/2013.

RECONSIDERAR A HISTÓRIA DA AMÉRICA: ARQUITETURA, MITO E UTOPIA

RECONSIDERING THE HISTORY OF AMERICA: ARCHITECTURE, MYTH AND UTOPIA |

RECONSIDERAR LA HISTORIA DE AMÉRICA: ARQUITECTURA, MITO Y UTOPIA

MARIA ISABEL VILLAC

RESUMO

À luz das teses de Walter Benjamin, o texto discute a importância do discurso sobre a reconsideração da História da América na arquitetura de Paulo Mendes da Rocha, a partir de duas questões: a disposição histórica marxista, enquanto responsabilidade pela construção de um destino próprio, e o apreço pela América, aqui entendida como mito e utopia. Para Walter Benjamin, o arquiteto propõe a dimensão histórica como fundamento de qualquer possível conhecimento e convoca uma reflexão crítica sobre o discurso, amalgamado a uma determinada prática e a uma determinada intenção de projeto que, em última instância, é política. Nas palavras do arquiteto se aclaram o problema da liberdade, da autodeterminação pela criatividade, da gestão de questões políticas que, em última instância, desejam reparar um equívoco e são a fonte que permitirá transformar a história sofrida em história querida: um substrato — *anima* —, para o projeto da arquitetura e da cidade na América.

PALAVRAS-CHAVE: América. Paulo Mendes da Rocha. Walter Benjamin.

ABSTRACT

Based on the Walter Benjamin's philosophy, we discuss the importance of the discourse of the reconsideration of American History in the architecture of Paulo Mendes da Rocha, based on two issues: the Marxist historical proposition about the responsibility for the development of one's own fate and the valuation of America, here understood as myth and utopia. The thesis of Walter Benjamin proposes that the historical dimension is the foundation for any possible knowledge and the foundation for critical reflection of the discourse united to a particular place and a particular intention of the project, the latter being ultimately political. The ideas of the architect elucidate the problem of freedom, self-determination through creativity, and the organization of policy issues which, ultimately, endeavor to clarify misunderstanding and they are a source that intends to transform suffered history into esteemed history: a substrate — *anima* — for the architectural project and the city in America.

KEYWORDS: America. Paulo Mendes da Rocha. Walter Benjamin.

RESUMEN

A la luz de las tesis de Walter Benjamin, el texto analiza la importancia del discurso sobre la reconsideración de la historia de América en la arquitectura de Paulo Mendes da Rocha, desde dos puntos de vista: la disposición histórica marxista, que preconiza la responsabilidad hacia la construcción de un destino propio, y la apreciación por América, entendida aquí como mito y utopía. Consonante con el pensamiento de Walter Benjamin, el arquitecto propone la dimensión histórica, como la base de todo conocimiento posible, y convoca a una reflexión crítica sobre el discurso, amalgamando a una determinada práctica y a una determinada intención de proyecto que, en última instancia, es política. En las palabras del arquitecto se aclaran el problema de la libertad y de la autodeterminación por la creatividad, de la gestión de cuestiones políticas que, en definitiva, desean reparar un equívoco y son la fuente que permitirá convertir la historia sufrida en historia deseada: un sustrato — anima —, para el proyecto de la arquitectura y de la ciudad, en América.

PALABRAS-CLAVE: América. Paulo Mendes da Rocha. Walter Benjamin.

INTRODUÇÃO

À luz das teses de Walter Benjamin, o texto discute a importância do discurso sobre a reconsideração da História da América na arquitetura de Paulo Mendes da Rocha, a partir de duas questões: a disposição histórica marxista enquanto responsabilidade pela construção de um destino próprio, e as considerações sobre a América, aqui entendida como mito e utopia.

A proposição, no tempo presente, de uma revisão histórica por meio do discurso do arquiteto libera o irreversível dos fatos, quer atualizar o tempo, fazer surgir a experiência de um acontecimento originário. Para Mendes da Rocha, rever a História da América significa evocar a memória no sentido benjaminiano: compreensão das esperanças não realizadas e indagação pela transcendência da aventura existencial contemporânea para inaugurar uma promessa de felicidade e de desejo. Na incompletude neutra e objetiva dos fatos históricos, é possível resgatar “As centelhas da esperança” (Benjamin, 1994, p.224) que alimentam a imaginação emotiva e a importância antropológica do conhecimento.

A DISPOSIÇÃO HISTÓRICA MARXISTA: O HOMEM É CONSTRUTOR DE SEU PRÓPRIO DESTINO

A genealogia da imaginação em Mendes da Rocha instaura uma trama significativa que é, conjuntamente, um caminho comum que alimenta uma ideologia e um conceito solidário e aberto da história: “[...] a história, ela não existe. Ela só existe entre os vivos. Se a espécie fosse extinta, não há nada que você possa chamar de história. Portanto, a história somos nós, e o próximo passo da história virá em função das nossas ações a cada momento” (Rocha, 2012a, p.53).

A concepção de história se afasta do tempo linear, homogêneo e vazio. Seu tempo é “agora” (Benjamin, 1994, p.229). Para o arquiteto, a história não está fixa a uma imagem eterna do passado ou a um progresso futuro, mas depende exclusivamente da ação, da experiência: “[...] a história somos sempre nós, os vivos. Ela ‘*de per si*’ não há. Ela há entre os vivos. O recurso da estrutura histórica se dá sobre nosso entendimento e nosso conhecimento, que é uma visão marxista ótima” (Rocha, 2012a, p.68).

A disposição histórica marxista, que se identifica com a consciência das ações, reclama um compromisso que, segundo Mendes da Rocha, define o sujeito e funda o espaço da modernidade: “[...] um novo pacto universal sobre o destino da humanidade, que eu vislumbro como um momento da Modernidade [...]. É este momento, em que o homem assume a responsabilidade por seu próprio destino” (Rocha, 1986, p.28).

Assumir o próprio destino é indagar o presente, olhar a realidade do ponto de vista histórico para questionar sobre o projeto de um futuro desejado. O olhar para a realidade orienta que “[...] nós temos que observar o mundo como ele é, as coisas como elas são. Não podemos transformar o mundo de uma hora para outra” (Rocha, 2012b, p.135).

O materialista histórico, para Benjamin (1994, p.231), “Não pode renunciar ao conceito de um presente que não é transição”. Diferentemente do historicista, “Ele deixa a outros a tarefa de se esgotar no bordel do historicismo, com a meretriz “era uma vez”. Ele fica senhor de suas forças, suficientemente viril para fazer saltar pelos ares o *continuum* da história”.

A disponibilidade real de uma estratégia que interrompe o *continuum* da história, para o arquiteto, afirma-se nas formas do habitar, e é, ao mesmo tempo, história e celebração da forma humana de existir: “O homem compreendeu que seu destino é, com toda contradição que isso possa implicar, construir seu espaço habitado” (Rocha, 1998, p.31).

O olhar construtivo é parte da estrutura existencial para o arquiteto Paulo Mendes da Rocha. É, ainda, uma referência ontológica que abre a dimensão dos sentidos e que se propõe como parte da genealogia de sua imaginação — que se compartilha como uma ampliação do sentido de humanidade. Uma vez que “[...] nós somos providências e fruto de uma possibilidade de habitar, viver. Mesmo as coisas prosaicas como cantar, dançar, amar, a partir de uma engenhosidade que constrói, constitui — nós constituímos —, nosso próprio *habitat*” (Rocha, 2012a, p.28).

Esta genealogia — a linhagem exemplar e significativa que inspira as ideias e as imagens do *habitat* —, é uma trama contemporânea à compreensão dos fatos. Não exclui “A experiência individual”; congrega, de forma problemática, a “Interlocução entre indivíduo e sociedade, entre indivíduo e totalidade” (Rocha, 2012a, p.68) e, no entanto, exige participação plural. É uma modalidade existencial do social e condição de coexistência, uma vez que “[...] não é mais uma questão do indivíduo. Nós temos mais que nunca consciência que somos o gênero humano” (Rocha, 2012a, p.49).

A coexistência se mantém aberta a um princípio de permanência, que reúne todos os seres humanos ao mesmo tempo, pois se trata do propósito e da necessidade de garantir a perenidade de um mundo em eterna mudança:

[...] a dimensão histórica sobre toda esta experiência [da habitabilidade do planeta], assume uma posição talvez nunca antes pensada com tanta clareza, qual seja, de imaginarmos, como esperança, como ânimo, como animação pra nossa vida, uma ideia de participar de uma aventura que seja garantir, preservar, providenciar um eterno inacabamento da própria existência humana (Rocha, 2012a, p.49).

O olhar que o arquiteto propõe, como construção dos sentidos da habitabilidade, situa a dimensão histórica como o fundamento de qualquer possível conhecimento; convida “Um andamento lógico no seu próprio raciocínio, que envolve memórias e a complexidade toda do seu psiquismo, do estado que você está diante de tudo isso na vida” (Rocha, 2012a, p.72) e propõe uma reflexão crítica sobre seu discurso formal, discurso esse inseparável de uma determinada prática que, em última instância, é política, e diz respeito à “[...] compreensão de em que âmbito, em que circunstância, com que política haveremos de conviver com as chamadas diferenças” (Rocha, 2012a, p.49).

O sentido de coexistência que o arquiteto confere à genealogia da imaginação tem sua tradução no conceito de história aberta, inconclusiva, cujo não acabamento Walter Benjamin discute em “O Narrador” (Benjamin, 1994). A exemplo do historiador, “A história mesma é uma construção. E essa visão, cujo caráter é aparentemente um tanto quanto autista enquanto discurso, é uma visão, entretanto, da monumentalidade de nossa própria existência” (Rocha, 1998, p.32).

AMÉRICA: MITO E UTOPIA

A mesma genealogia, compartilhada pelo conceito de história aberta, coloca-se como possibilidade de conhecimento e temporalidade da existência em um determinado lugar: “Nós somos monumentais de origem. Origem de qualquer pensamento, sobre qualquer pensamento” (Rocha, 2012a, p.63).

O arquiteto tece considerações acerca da América Latina, como uma história compartilhada, e quer estabelecer um sistema de significados coletivos com relação a este tema fundamental, para uma ideia de providência e responsabilidade, por meio de um caminho comum, que oriente o futuro da humanidade e da experiência da civilização:

[...] solidariedade hoje tem sentido [...] enquanto solidariedade humana [...]. Quer dizer, a grande perspectiva de caráter revolucionário é dar caráter humano a essa passagem, a essa compreensão de que, a partir do nacional, do particular, nós temos que abordar a questão universal do gênero humano (Rocha, 2012a, p.60).

A temporalidade, para o arquiteto, é tanto um olhar centrado sobre o passado, conforme elucidado na passagem “[...] em países atrasados como os da América Latina, é preciso rever e compreender todo um passado colonial” (Rocha, 1988b, p.124), como sobre o tempo em que “Começa a aparecer a possibilidade real da realização de alguns sonhos da modernidade. [...] algumas utopias sobre as possibilidades do homem nesta Terra começam a se deslumbrar possíveis. Sem dúvida alguma [...]. Cada vez mais [...]” (Rocha, 1986, p.27).

A modernidade, “Que desencanta o mundo sob os imperativos da racionalização de todas as esferas do real” (Chauí, 1990, p.19), exige ter o destino nas próprias mãos. A modernidade exige um projeto no qual o desejo é vontade consciente, nascida da deliberação (Chauí, 1990) e, para o arquiteto, é um estado revolucionário permanente:

A questão da modernidade caracteriza-se por um estado de espírito, de compreensão, que aflorou com toda a exuberância no princípio deste século, com as revoluções socialistas no México e na União Soviética, que abriram para o mundo uma perspectiva de solidariedade, de defesa da irmandade mundial, de repúdio às formas colonialistas de exploração do homem pelo homem, de construção de um mundo realmente moderno, posto que dedicado à aplicação dos recursos em benefício do homem e da sua realização plena (Rocha, 1987, p.33).

Na América, a modernidade se confunde com o desejo porque o projeto ainda não se revelou de forma íntegra. Para o arquiteto, o olhar moderno, como crítica que descongela qualquer visão contemplativa e ideal da utopia, aponta, na realidade mutável do presente, a visibilidade da história como uma ação transformadora, e inclui a América Latina:

[...] não se devia jogar fora nenhuma parcela de experiência humana, nesse “projeto da humanidade”, digamos assim [...]. O momento, por exemplo, latino-americano dos últimos 500 anos, é um momento que, com certeza, o mundo inteiro vai reconsiderar, não só quanto à América Latina, mas quanto a toda forma de colonialismo [...]. A reconsideração disso é uma questão belíssima (Rocha, 2012a, p.60).

A história, que tem momento, lugar e busca a responsabilidade compartilhada pela existência da condição “latinoamarga” (Campos, 1988), é um estado de ânimo que admite a contradição, pois encontra nela seu alimento e sua fundação. Essa história representa, na obra do arquiteto, um núcleo radiante que oscila entre o risco e a tarefa: “Temos sobre nós uma carga contraditória de tragédia e de alegria nos projetos que imaginamos sobre nossa própria existência no universo” (Rocha, 1993a, p.22).

Reconsiderar a história da América é recuperar o que se deixou para trás. Dar voz aos seus despojos, uma vez que o materialista histórico sabe que “[...] o passado traz

consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? [...] esse apelo não pode ser rejeitado impunemente” (Benjamin, 1994, p.223).

Para Mendes da Rocha, é imperativo rever a história da América para a compreensão do não realizado (Benjamin, 1994), para a indagação pela transcendência da aventura existencial contemporânea que se atualiza em esperança no presente: “O que nos espera é a marcante condição que haverá de caracterizar a dimensão americana de contribuição ao conhecimento universal: construir nos escombros do colonialismo uma hipótese plausível de futuro para nós mesmos. Para a América Latina” (Rocha, 1993b, p.335).

Para Mendes da Rocha a história não está encerrada. O passado terá que ser reaberto e narrado de outra maneira, a partir de sua relação com o presente. E voltar ao passado só tem sentido se este está iluminado pelo presente e pelo que virá. Assim, a:

[...] revisão crítica do colonialismo, da sua miserável e destruidora prepotência quanto à questão da arquitetura e do espaço habitado é fundamental hoje para o estabelecimento da integridade do que possa querer ser um homem contemporâneo, para todos os povos do mundo e para os colonizadores principalmente (Rocha, 2012c, p.144).

Reconsiderar, reconquistar, rememorar para “Salvar o passado no presente porque este se revela como sendo a realização possível dessa promessa anterior, que poderia ter-se perdido para sempre, que ainda pode se perder se não a descobrirmos, inscrita nas linhas do atual” (Gagnebin, 1994, p.16), é aceitar a evocação da América.

A América surge diante da história associada a uma proposta de revisar o cosmos e a concepção do indivíduo, à “Constituição, sem mediação da teologia, da dimensão singular humana, o humanismo, [...] equiparável, na época, a novas relações interpessoais, como uma amizade nova de cada homem consigo mesmo” (Martins, 1993, p.154).

Para o arquiteto, o descobrimento da América é um fato monumental que marca uma origem histórica e um princípio imaginativo na genealogia de sua arquitetura. América é, para o arquiteto, uma imagem moderna e utópica. América reúne discurso, cidade, “Beleza como utopia irrenunciável” (Zambrano, 1993, p.9). Em seu entendimento Rocha (2012a, p.63):

[...] os arquitetos mais inteligentes, que antes de ser arquitetos são homens, são poetas, são artistas, são pessoas que querem fazer um discurso, devem saber claramente: que, se vamos fazer pela primeira vez aqui, nesta paisagem límpida — tudo isso, que é a cultura universal, histórica, antiqüíssima —, enquanto intelectuais, antes de mais nada, tendo essa consciência da necessidade de fazer belíssimo aquilo, já que aqui se faria por primeira vez.

A ação renascentista que inaugura o “Novo Mundo” faz com que a América tenha, desde sua origem, a função de animar as marcas do moderno, outorgando-lhe um novo alento à tradição e possibilitando um novo campo de experimentações (Rodrigues, 1996). Enquanto memória, é uma origem renovadora, já que a ideia de “Novo Mundo” gera um novo processo de discussão sobre o significado da civilização e da ideia de Europa; enquanto futuro e projeto, a América é uma experiência visionária: radicaliza a surpresa do novo e participa da inauguração do mundo moderno, com novas linguagens e novas geografias e, principalmente, ampliando o conceito de alteridade (Rodrigues, 1996). Esta experiência deve ser compartilhada e considerada parte do conhecimento universal.

O arquiteto compreende que *“No alcanzamos lo universal abandonando nuestra particularidad, sino utilizándola como medio de alcanzar las otras, en virtud de esta misteriosa afinidad que hace que las situaciones se comprendan entre sí”* (Merleau-Ponty, 1977, p.148). O maior relato que o arquiteto toma e prolonga como sua visão sobre a história objetiva, portanto, que contribui para a gênese das obras humanas, é a apropriação de uma ação histórica que precede ao próprio arquiteto, na qual, em sua opinião, encontra-se o germe de universalidade compartilhada desde uma situação muito particular:

Há uma ideia inaugural na questão, enquanto questão erudita [...]. Ora, se você tem — e é fácil ter —, a consciência de que vai inaugurar isto, aqui, neste lugar que estava tão límpido e belíssimo por si, a ideia de exemplaridade, a mesma ideia que deve perseguir qualquer arquiteto, em qualquer lugar do mundo, se aguça tanto aqui [...] porque você está inaugurando a própria civilização no lugar. E faz isso, como quem faz de um modo já premeditadamente monumental (Rocha, 2012a, p.63).

A monumentalidade na América é uma possível visão do maravilhoso, ideia desenvolvida no século XVI que adjetiva não as descobertas, mas “Ao próprio mundo infinito das ideias e ao conhecimento que o homem tem de si” (Rodrigues, 1993, p.84). A América se projeta no horizonte do desejo do arquiteto e se mantém como território afetivo, aberto aos impactos da modernidade. Assim, viver na América orienta, de forma determinante, a expressão particularmente inventiva e revolucionária de sua arquitetura. A ideia do “Novo Mundo” ou “América” é uma matriz que deve conservar-se em movimento: a singularidade é insistente, imune ao tempo, mas mutável. Para Rocha (1988a, p.81):

[...] temos que saber andar passo a passo nesta América, mesmo porque ela sempre viveu de rupturas. A gente tem procurado não estabelecer rupturas, mas uma recomposição histórica capaz de fazer da experiência humana uma sublime “cantata” e “andante” em relação ao nosso destino de pleno gozo da vida, de abolir a miséria, o sofrimento. A Arquitetura não resolve essas questões, mas é uma grande coadjuvante, dá forma aos “artefatos” [original entre aspas], ao abrigo, às instalações que teremos que fazer para realizar a aventura existencial de sermos num certo lugar.

A América exige, segundo Rocha (2012c, p.148), que se pense a arquitetura como a composição de um movimento que, ao mesmo tempo, realiza a existência e especula um futuro de paz e “Onde cabe a cidade para todos”. É a ação, a imaginação e o desejo, que obedecem a uma determinada aspiração artística e política de realização, reiteram também um sentido que se compreende como originário, uma força seminal, mítica, que se sobrepõe e potencializa a utopia. É, também, ao mesmo tempo, uma realidade imaginária operante que incentiva a criação e a presença das estruturas objetivas porque exhibe “[...] uma dimensão humana, digamos assim, que ainda não estava totalmente revelada, porque emanou da América. [...] a inauguração de uma cultura ‘*in natura*’, desde a descoberta da América” (Rocha, 1999, p.37).

A mítica e utópica América é, na visão de Rocha (1999, p.37), instrumento de transformação. Ela simboliza o desejo e a imaginação que logrou reunir todo o mundo ocidental em um único empreendimento: “[...] estavam todos esperando, como se fosse uma cultura adormecida, a experiência desses que chegaram a uma parte do planeta, a América, como se fosse um planeta novo, de cuja existência, por muito tempo, nem se suspeitava”.

A América é multidimensional para o arquiteto. É, portanto, territorialidade e identificação imaginária; matriz centrífuga e centrípeta; raiz arcaica e modernidade transformadora, pois reúne o antigo e o novo, a memória e a utopia, o conhecimento objetivo e a abertura a uma ação em movimento. A América ensina, por seus inícios como natureza virgem a ser transformada e pela dimensão de todo um território a ser ocupado, a nutrir uma magnitude imaginativa nova. A novidade América, que contribui à genealogia da imaginação do arquiteto, ampara a ação construtiva como condição fundacional: “Somos nós que teremos que tocar a Terra, de forma nova, de maneira inaugural” (Rocha, 1986, p.28).

CONCLUSÃO

A contribuição do arquiteto Mendes da Rocha, aqui investigada como marca crítica e esperança histórica de emancipação, está na força de expressão de uma arquitetura que se constrói não como produto, mas como discurso e ação que esboçam uma autonomia de sentido ético e regem o projeto social como atividade de criação.

Na arquitetura, a relação discurso e obra é um sistema aberto. O arcabouço das palavras é caminho de acesso aos desígnios da prática e constitui um nexos comum, arbitrário e de duração temporal, no qual se apresenta uma trama de relações significativas que agrega discursos e imagens da memória e da imaginação.

Da tensão de sua própria experiência no mundo se desprende, nas palavras do arquiteto, o problema da liberdade, da autodeterminação pela criatividade e da gestão de questões políticas que, em última instância, desejam reparar um equívoco, e são a fonte que permitirá transformar a história sofrida em história querida: um substrato — *anima* —, para o projeto da arquitetura e da cidade na América.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: obras escolhidas I*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CAMPOS, H. This planetary music for mortal ears. *Folha de São Paulo*, 22 jan. 1988. Folhetim, n.572.
- CHAUÍ, M.C. Laços do desejo. In: NOVAES, A. (Org.). *O desejo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. p.19-66.
- GAGNEBIN, J.M. Prefácio. In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.7-19.
- MARTINS, L.R. Novo mundo: uma ideia da Renascença. *Novos Estudos*, n.35, 1993. Disponível em: <http://bvmemorial.fapesp.br/textdocs/memo/memo_novo_mundo.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2012.
- MERLEAU-PONTY, M. *Sentido y sinsentido*. Barcelona: Península, 1977.
- ROCHA, P.M. Exercício da modernidade: entrevista a José Wolff. *Revista AU: Arquitetura e Urbanismo*, ano 2, n.8, p.25-31, 1986.
- ROCHA, P.M. Morar no século XXI. In: WISNICK, J.M.; CARCONCINI, A. *A virada do século: reflexões sobre a passagem do milênio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p.31-35.
- ROCHA, P.M. Trajetória pessoal e modernidade: entrevista a José Wolff. *Revista AU: Arquitetura e Urbanismo*, ano 5, n.18, p.79-81, 1988a.
- ROCHA, P.M. Desenho urbano, uma forma de compreender e transformar: entrevista a Vanda F. Pinto. *Revista Projeto*, n.113, p.124-125, 1988b.
- ROCHA, P.M. FAU Mogi das Cruzes: aula de arquitetura. *Revista AU: Arquitetura e Urbanismo*, ano 8, n.45, p.22, 1993a.
- ROCHA, P.M. Tietê: futuro desenhado. In: BIENAL INTERNACIONAL DE ARQUITETURA, 2., 1993, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Institutos de Arquitetos do Brasil, 1993b. p.335.
- ROCHA, P.M. O espaço como suporte para a arte pública. In: SEMINÁRIOS DE ARTE PÚBLICA, 1998, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Sesc, 1998. p.30-32.
- ROCHA, P.M. De um traço nasce a arquitetura. *Revista Arc Design*, n.1, p.36-39, 1999.
- ROCHA, P.M. Entrevista a Maria Isabel Villac, maio de 1995; junho de 2007. In: VILLAC, M.I. (Org.). *América, natureza e cidade*. São Paulo: Estação Liberdade, 2012a. p.27-87.
- ROCHA, P.M. Transcrição aulas UNITAU: Taubaté, 10 de maio, 7 de julho e 22 de novembro de 1990. In: VILLAC, M.I. (Org.). *América, natureza e cidade*. São Paulo: Estação Liberdade, 2012b. p.107-139.
- ROCHA, P.M. Aula inaugural: 50 anos da FAU-USP. In: VILLAC, M.I. (Org.). *América, natureza e cidade*. São Paulo: Estação Liberdade, 2012c. p.141-148.
- RODRIGUES, A.E.M. O ato de descobrir ou a fundação de um novo mundo. *Revista Gávea*, n.10. 1993, p.79-87.
- RODRIGUES, A.E.M. Os sonhos renascentistas: cidades ideais e cidades utópicas. *Revista Gávea*, n.14, 1996, p.501-515.
- ZAMBRANO, M. *Filosofia y poesía*. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1993.

MARIA ISABEL VILLAC Professora Doutora | Universidade Presbiteriana Mackenzie | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo | R. da Consolação, 930, 01302-907, São Paulo, SP, Brasil | E-mail: <belvillac@gmail.com>.

Recebido em
4/7/2012,
reapresentado em
27/11/2012 e aceito
para publicação em
14/1/2013.

RESTAURO ARQUITETÔNICO: O CERNE É A FORMAÇÃO¹

THE ARCHITECTURAL RESTORATION: THE CORE IS PROFESSIONAL EDUCATION |
RESTAURACIÓN ARQUITECTÓNICA: EL CERNE ES LA FORMACIÓN

ANA PAULA FARAH

RESUMO

O artigo aborda a formação do arquiteto-urbanista contemporâneo para atuar no patrimônio construído e em construções de interesse para preservação, legitimando a importância do mesmo como sendo o profissional responsável para elaboração do projeto de restauro arquitetônico. Enfatiza-se que esse mesmo profissional deve ter base adequada e conteúdo suficiente no âmbito de sua formação acadêmica, pois a consequência da falta do ensino tem tido por resultado a deturpação ou destruição de documentos históricos que são a base para memória coletiva, afetando, assim, a transmissão do legado das gerações passadas para as gerações futuras. Serão expostos os pensamentos dos principais teóricos do território italiano, ambiente que tem larga tradição de discussões relacionadas ao campo disciplinar do restauro, por ter sido o primeiro a criar a disciplina *Restauro dos Monumentos* no âmbito da formação do arquiteto e pelo fato de o pensamento oriundo desse ambiente fundamentar os documentos internacionais mais relevantes do campo em questão.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino. Formação. Restauro arquitetônico.

ABSTRACT

The aim of the article is to address the professional education of the contemporary architect who are called to work on built heritage and the conservation of buildings of interest, validating the importance of the professionals as those responsible for the preparation of the architectural restoration. Furthermore, we emphasize that the professionals require proper training and adequate academic knowledge, since the lack of educational background has caused the degradation or destruction of historical documents, which are the basis for collective memory, thus affecting the transmission of the legacy from past generations to future ones. Therefore, we will discuss the thought of leading Italian theorists because Italy has a long tradition related to the field of restoration, since it was the first to offer to the architects the training course in Restoration of Monuments. In addition, we show that the Italian thought influenced the most relevant international documents in the field.

KEYWORDS: Education. Training. Architectural restoration.

RESUMEN

El presente artículo intenta explicar la formación del arquitecto-urbanista contemporáneo para actuar en el patrimonio construido y en construcciones de interés para la preservación, legitimando la importancia de ese profesional, como siendo el responsable para la elaboración del proyecto de restauración arquitectónica y haciendo hincapié en que ese mismo profesional, tenga una base adecuada y el contenido suficiente en el ámbito de su formación académica, porque la consecuencia de la falta de educación ha tenido como resultado la alteración o destrucción de documentos históricos que son la base para la memoria colectiva, afectando así, la transmisión del legado de las generaciones pasadas para las generaciones futuras. Con todo, vamos a mostrar el pensamiento de los principales teóricos del territorio italiano, ambiente en el que tienen una larga tradición los debates relacionados al campo disciplinar de la restauración, por haber sido el primero en crear la disciplina de la Restauración de los Monumentos en el ámbito de la formación del arquitecto y por el hecho del pensamiento que surge de este ambiente fundamentar los documentos internacionales más relevantes del campo en cuestión.

PALABRAS-CLAVE: Enseñanza. Formación. Restauración de los monumentos.

INTRODUÇÃO

A salvaguarda do ambiente construído, a atitude de respeito em relação à estruturação de ambientes urbanos e de obras arquitetônicas, a contínua interlocução, a pesquisa, o levantamento dos traços de antigos testemunhos do passado e o respeito pela estratificação do fabricado são, em grande medida, o resultado de uma atividade formativa contínua: grande parte da consciência do arquiteto-urbanista a respeito do antigo e, mais veementemente, sobre operar no preexistente, estrutura-se nos anos de sua formação universitária, constituindo um substrato fundamental para as futuras orientações e com repercussões diretas nas soluções projetuais (Fabri, 2004).

No mundo contemporâneo, tem-se novos paradigmas da arquitetura, maneiras novas de atuar na cidade em que se vive e nas formas de sua percepção. Para introduzir um novo artefato num ambiente consolidado, deve-se, portanto, atuar segundo as mudanças estruturadas no modo de pensar e de agir diante do campo da Arquitetura. Para que isso ocorra, existem instrumentos disponíveis, que são os princípios norteadores cuja análise crítica deve permear as soluções projetuais, colaborando para a conservação da paisagem existente e dos espaços cultural e socialmente consolidados, legitimando, assim, o ambiente construído preexistente.

Nesse sentido, a constatação da falta de conhecimento (histórico-crítico e técnico) e de clareza por parte dos profissionais arquitetos-urbanistas ao atuar para enfrentar as rápidas transformações do mundo contemporâneo, em que a economia e o consumismo

— elementos que desempenham, muitas vezes, um papel preponderante, em detrimento da cultura —, imperam de modo incessante no cotidiano. O resultado mais visível tem sido o aniquilamento, distorções e destruições de documentos históricos e do ambiente construído preexistente, que são bases fundamentais de transmissão do conhecimento, em várias áreas do saber, e de suporte para a memória coletiva, afetando a transmissão do legado das gerações passadas para as futuras.

Os profissionais deveriam, como evidencia Kühl (2009, p.10), ter plena consciência das responsabilidades que lhes competem, entre elas, “Assegurar o direito ao conhecimento e à memória de que os bens são portadores”, mecanismos esses entendidos como necessidade humana e social, sem os quais a compreensão e apreensão da realidade fica prejudicada, limitando a construção do próprio presente e, principalmente, restringindo a construção do futuro.

A PROBLEMÁTICA DO ENSINO NO TRATO DOS BENS CULTURAIS

A formação no campo disciplinar do restauro² arquitetônico é fundamental para o papel do profissional arquiteto-urbanista na sociedade contemporânea (Farah, 2012). Atualmente, há uma exigência significativa para a reflexão sobre a formação do profissional arquiteto-urbanista no Brasil, no que se refere às questões voltadas aos bens culturais. As principais questões envolvidas têm várias condicionantes e determinantes, porém a questão central é a formação. Depara-se com fatores concorrentes para a atuação criteriosa no campo: a força do mercado imobiliário, como “oportuno desconhecedor” (Rufinoni, 2009, p. 188) das prioridades de uma intervenção com princípios e critérios coerentes, e a atuação por parte dos próprios profissionais arquitetos-urbanistas, pautada por interpretações falhas e a falta de um conhecimento de fato do campo disciplinar do restauro arquitetônico³. O problema que se coloca é elevar a qualidade das intervenções, que têm aumentado consideravelmente no nosso País, mas com resultados danosos (muitas vezes desastrosos) e, ainda, adotando posturas projetuais obsoletas em relação ao contexto contemporâneo.

Paolo Torsello, ao analisar as questões supracitadas, expõe que o campo das intervenções no preexistente é extremamente complexo, e há um número considerável de profissionais com competências, concepções e linguagens totalmente diversas e distanciadas entre si. Esse fato resulta na perda da percepção do campo, que assume significados genéricos e ambíguos. Uma das causas, que resulta nesses efeitos maléficos, é o problema da formação, não somente dos arquitetos-urbanistas, mas de todos os profissionais que atuam no campo em questão⁴ (Lumia, 2003).

Os princípios norteadores para atuar nos bens culturais referentes ao patrimônio construído, a saber, as construções de interesse para preservação e a cidade preexistente, devem ou deveriam, obrigatoriamente, ser pautados nos instrumentos teóricos. Esses instrumentos não são regras fixas: são princípios e critérios que constituem um mecanismo regulador para que conduzam as soluções adequadas de intervenção e para que, de fato,

possam promover a efetiva preservação dos aspectos documentais, materiais, formais, memoriais e simbólicos das obras. Ou seja, para que os profissionais tenham instrumentos adequados para o desenvolvimento de um projeto coeso, lógico e ético, e para que sejam valorizados todos os aspectos supracitados, é necessária uma formação apropriada ao campo.

A Itália é o ambiente cultural em que as discussões e reflexões sobre o campo disciplinar do restauro são mais consolidadas, repercutindo numa amadurecida metodologia de aproximação às obras, de sistematização do projeto e de formas de intervenção, visto que tem larga tradição de discussão de problemas relacionados à preservação, o qual assume papel de grande relevância no cenário internacional, principalmente a partir da atuação de Gustavo Giovannoni na Conferência de Atenas, que deu origem à Carta conhecida como Carta de Atenas, de restauração, de 1931. O papel torna-se ainda mais evidente com as discussões originadas pelas destruições do segundo pós-guerra, em que se destacam as atuações de numerosos teóricos, entre eles Cesare Brandi, Roberto Pane, Renato Bonelli e Piero Gazzola. A Carta de Veneza — que é o documento-base do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), órgão consultor da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) nos temas de preservação do patrimônio cultural —, é devedora desse contexto de discussões, sendo notável a repercussão dos teóricos italianos. Desse modo, é importante salientar a ênfase maior aos teóricos italianos, pelo fato de o pensamento oriundo fundamentar os documentos internacionais mais relevantes.

Em outros países existem discussões de grande relevância sobre temas ligados aos bens culturais, mas o debate sobre os princípios teóricos do restauro é mais limitado, sendo a ação voltada prevalentemente aos aspectos práticos e operacionais, que, muitas vezes, resultam em extensos refazimentos, como é o caso da Inglaterra. Na França existe, em âmbito universitário, em especial nos cursos de humanidades, uma produção da maior importância tratando do patrimônio histórico e sua relação com a historiografia, com memória etc., mas a repercussão desse debate na prática de restauração e na formação dos arquitetos na graduação é praticamente inexistente, sendo o ensino concentrado, essencialmente, na pós-graduação, pois os arquitetos que ambicionam ao título de "*Architecte du patrimoine*", para depois seguir as carreiras de Estado no campo (cujo ápice da progressão é chegar a *Architecte en chef des Monuments Historiques*), nas quais elaborarão ou julgarão os projetos em bens de interesse cultural, devem seguir a formação no *Centre des Hautes Etudes de Chaillot*. O processo é muito centralizado, ao contrário do que ocorre na Itália, ou no Brasil, em que o conteúdo é obrigatório na graduação e pode, ou não, ter desdobramentos na pós-graduação (Detry & Prunet, 2000; Campanelli, 2009).

No Brasil, há uma dificuldade em entender a importância desse campo disciplinar na formação do arquiteto-urbanista, principalmente no âmbito da graduação. É essencial salientar a importância dessa formação de base — na graduação em arquitetura e urbanismo —, para atuar na cidade contemporânea, ou seja, operar no preexistente. Não

se discute, atualmente, uma formação basilar adequada e um conteúdo eficiente; evidencia-se que, se não houver essa abordagem dos princípios fundamentais que regem o campo disciplinar do restauro na formação do arquiteto, os profissionais não terão instrumentos teórico-críticos, tampouco técnico-operacionais, para que os bens culturais sejam preservados como documentos fidedignos e, assim, possam atuar com o efetivo suporte do conhecimento e da memória coletiva. Por meio desse aparato teórico, é possível obter um referencial crítico e conceitos fundamentais para as ações de salvaguarda dos bens culturais e para a sua transmissão para as gerações futuras.

Carbonara (2009, p.31) esclarece a importância de uma boa formação do arquiteto no trato dos bens culturais, ao elucidar que as várias profissões envolvidas — gestores públicos, políticos, arquitetos-urbanistas, engenheiros, sociólogos, historiadores, geólogos, físicos, químicos, ou seja, uma gama enorme de profissionais que operam no campo —, devem tomar consciência de que trabalhar na área é sempre “Pesquisa, cuidado na execução e um contínuo aprofundamento”. Nesse sentido, é preciso entender que os procedimentos a serem adotados não podem ser conduzidos apenas por meras soluções técnicas, mas devem, sim, ser embasados em preceitos científicos, por meio de estratégias integradas, nas quais estão entrelaçados valores culturais, sociais, econômicos, políticos, funcionais e de uso, para que a ação resulte numa real e autêntica sobrevivência do bem e não em seu congelamento.

Um fator recorrente na maioria dos países, mas em particular no cenário brasileiro, que Carbonara considera umas das principais causas da degradação dos bens culturais, é o abandono e a ausência de manutenção, ainda mais do que as guerras ou os desastres naturais. Nessa linha de raciocínio, expõe que, em muitos casos, além das degradações supracitadas, existe uma dinâmica habitual nas imposições de funções não compatíveis com a natureza física e a vocação do bem, resultando em “*cattivi restauri*” (restauros ruins), lamentavelmente frequentes. Afirma, ainda, que todos os profissionais que atuam no campo necessitam de formação correta, ética e coesa, pautada em princípios científicos e metodológicos do restauro, para que se chegue a uma solução projetual crítica, capaz de responder às diversas exigências contemporâneas.

Note-se que a responsabilidade ao se atuar nesse campo é grande. Ao arquiteto cabe papel relevante na articulação das várias competências envolvidas. É de suma importância que o arquiteto tenha, pois, consciência da responsabilidade envolvida, que seja sensibilizado na graduação (formação superior), e que tenha noção do tipo de instrumentos que deverá dominar depois, preferencialmente mediante formação de pós-graduação, para atuar no campo, tanto nas intervenções em obras isoladas quanto em qualquer tipo de intervenção feita no contexto urbano.

A responsabilidade da formação no campo do restauro não compete apenas aos cursos de especialização, ou seja, aos cursos feitos após a graduação (como o próprio nome o revela): esses cursos são de caráter complementar, devendo acrescentar conhe-

cimentos a um determinado profissional já formado, capaz de manifestar, por meio de orientações e do conhecimento, as próprias instrumentalizações de um arquiteto contemporâneo. É indispensável que o conteúdo do campo disciplinar do restauro seja abordado na graduação, visto que o profissional “Deve aprender corretamente a confrontar a relação com o preexistente, e, sobretudo considerar a específica ‘forma mentis’ do arquiteto” (Campanelli, 2009, p.50), pois os profissionais têm dificuldade — e isso é essencial —, em dominar as matérias que dizem respeito à História da Arquitetura e do Urbanismo, Teoria e História do Restauro, Planejamento Urbano, entre outras, que são contempladas nos cursos de Arquitetura e Urbanismo. Se esses conteúdos não forem oferecidos nos cursos de graduação, os profissionais serão privados dos meios indispensáveis para atuar, de maneira coesa e coerente, sobre arquitetura contemporânea.

É necessário enfatizar que, para atuar nos bens culturais, é necessário, obrigatoriamente, pautar-se nos instrumentos teóricos — que não são regras fixas, mas princípios e critérios, mecanismos norteadores —, que conduzem as soluções adequadas de intervenção, para que, de fato, seja efetiva a preservação dos aspectos documentais, materiais, formais, memoriais e simbólicos do nosso patrimônio. No âmbito brasileiro, essa percepção do campo como sendo autônomo, com seus princípios teórico-metodológicos e técnico-operacionais, tem ainda vários pontos a serem aprofundados; existem ainda muitas percepções equivocadas sobre o tema, resultando em ações pautadas num empirismo pedestre, ancorado em concepções oitocentistas, sem grandes interesses nas pesquisas aprofundadas sobre o tema. Para superar essa situação deve-se primeiramente ancorar na instrumentação teórica (caráter conceitual) do campo.

Segundo Kühl (2008, p.354):

Convém enfatizar que os princípios teóricos utilizados no campo não convergem para um único ponto, existindo uma necessária e saudável pluralidade de formulações. Há, porém, aproximações em determinados temas e divergências em outros, que ajudam a circunscrever o campo — que é necessariamente amplo — permitindo identificar aquilo que de fato é pertinente à preservação, separando do que exorbita completamente de seus motivos, temas e objetivos.

Carbonara (2004, p.4) evidencia que a elaboração teórica tem rebatimentos na prática, ou seja, “Se permanecesse somente no mundo das ideias, não serviria para nada, muito menos para o campo do restauro, visto que é matéria operativa”. As escolhas feitas por meio do aparato teórico darão uma “Autoconsciência que representa a maior garantia de bons resultados”; no entanto, nem tudo se desenvolve num único sentido — se a teoria não sabe reportar os resultados na prática, isto por sua vez, conduz a um mero exercício de abstração intelectual. Portanto:

Não se chama de práxis qualquer ato, mas somente aquele que efetiva um objetivo, que é pensado em relação a certos princípios de sua condução, representados na sua generalização, isto é, a teoria, cuja relação com a prática existe como “ato de juízo, por meio do qual o homem prático distingue se o caso condiz, ou não, com a regra”. Vice-versa, “a teoria [...] pode ser incompleta e pode ser que para completá-la sejam necessárias pesquisas e experiências que ainda devam ser feitas. De todo modo “ninguém [...] pode querer parecer versado numa ciência qualquer apenas do ponto de vista prático e ao mesmo tempo desprezar a teoria, sem revelar ser um ignorante no seu ramo; teoria que, mais além, é definida como uma “série de princípios seguros” e como reflexão unitária (Carbonara, 2004, p.4).

No ambiente europeu, a partir de finais dos anos 1950 (Jokilehto, 1987), principalmente na Itália, o ensino de restauro arquitetônico tem sido discutido em publicações e eventos científicos, tanto no âmbito da formação técnica e de graduação, quanto nos cursos de pós-graduação, como especialização e aperfeiçoamento e, mais além, mestrado e doutorado. Um dos temas recorrentes é a preocupação com o aprimoramento da disciplina de restauro arquitetônico, tanto no conteúdo quanto na prática, principalmente nas questões relativas ao “novo” confrontado com o tecido preexistente.

Todavia, Rabbi (1998) expõe que houve, em 1933, a segunda *Réunion Internationale d'Architectes*, organizada pela revista *L'Architecture d'Aujourd'hui*. O objetivo foi a discussão do ensino de arquitetura, na qual foram apresentadas várias e diversificadas experiências didático-formativas dos diversos europeus, analisando criticamente o papel das instituições, norteando os sistemas didáticos para resultar num método de ensino coerente com a profissão do arquiteto. As “novas raízes antigas”, como a própria Rabbi as colocam, para formação do arquiteto contemporâneo, consistem em algumas posturas comuns que permanecem em várias escolas europeias: estabelecer, de maneira mais veemente, uma matriz histórico-cultural; persistir em temas e questões que necessitem de constante redefinição na formação dos profissionais dos campos artísticos, das humanidades e da tecnologia, tanto no ensino artístico quanto no técnico; abordar questões referentes aos conceitos tradicionais e modernos, a relação professor-aluno e a capacidade da escola de se confrontar com a realidade profissional. Estrutura-se, assim, a presença desses instrumentos, no currículo didático e no ensino para a sociedade contemporânea. Contudo, em 1998⁵, as questões discutidas foram as novas exigências da sociedade e do mercado de trabalho com uma preparação profissional que sintetize o saber artístico, técnico-científico, das humanidades e histórico com referências ao contexto de cada nação. Nesse sentido, é necessário reformular o modo de pensar cada um desses problemas supracitados, para que haja uma reestruturação no currículo básico na graduação em Arquitetura e Urbanismo. Essa redefinição deverá ser tomada principalmente no que se refere ao conteúdo, sempre enfatizando o estreitamento entre teoria e prática para o aprimoramento do campo disciplinar.

A Itália, desde o final dos anos 1990, passa por uma reforma universitária, derivada do processo de articulação dos currículos europeus, principalmente após o Tratado de Bolonha, em que houve mudanças brutais, principalmente, no que concerne à formação universitária de base: introduz a graduação trienal e a sucessiva graduação bienal — inapropriadamente chamada de especializada, segundo Carbonara. O mínimo de estudos para se obter um diploma superior (na área de atuação da Arquitetura) passou de cinco anos para três, com a introdução de formação de base de três anos, a “*laurea triennale — primo livello*”. Após esse ciclo, pôde ser desenvolvida a “*laurea specialistica — secondo livello*” de dois anos, hoje com a denominação de “*laurea magistrale — secondo livello*”, que forma arquitetos com um endereço profissional mais restrito e “especializado” (projetista do novo, urbanista, restaurador etc.). O intuito dessa reforma foi uma harmonização europeia dos títulos de estudos para os setores do Ensino Superior (Carbonara, 2002). Carbonara faz uma crítica contundente em relação a essas mudanças, porque a graduação especializada resulta num “falso diploma”, demagógico e desvalorizado, pois, ao mesmo momento em que se perde conteúdo nos estudos, os profissionais assim formados saem como especialistas na área em questão.

Após 20 anos da reforma universitária, segundo Carbonara, essas modificações estão sendo reavaliadas, pois no mercado de trabalho há um novo profissional, que não sabe ao certo como atuar no campo teórico e no prático. Ao mesmo tempo em que essa mudança na graduação foi positiva, pois, pelo menos, o profissional adquiriu o conteúdo de restauro no curso de graduação, Carbonara (2002) afirma que a alteração resultou danosa em relação à formação da pós-graduação: cria-se, assim, uma “confusão” entre o conteúdo oferecido na graduação (graduações especializadas em restauro) e nos cursos de aperfeiçoamento, especializações, mestrados e doutorados.

Esse é um dos principais problemas no ensino de restauro arquitetônico: a definição do seu conteúdo programático nos vários níveis de formação. No âmbito da graduação, não é possível transmitir todo o conhecimento dessa disciplina, que exige conhecimentos aprofundados de vários temas que não são adequados, por serem complexos e exigirem base de conhecimentos consolidada previamente a uma graduação. Daí a importância de haver uma pós-graduação nesse campo específico.

Tomando-se por base as colocações existentes na publicação de Lumia (2003, p.89), a maior dificuldade apontada é a formação do arquiteto. Lumia realiza várias entrevistas com os principais professores e teóricos de restauro da atualidade italiana, abordando a questão da formação do arquiteto no campo do restauro arquitetônico. A pergunta formulada foi: “Em relação à formação, qual é o perfil, institucionalizado ou não, que vocês aconselhariam a quem queira se ocupar de intervenções no construído, também em relação às reformas que atualmente se estão concretizando?”.

Segundo Carbonara (2002), o problema da formação do arquiteto no âmbito do restauro arquitetônico requer trabalho mais aprofundado: compara com a formação no campo da medicina (Treccani, 1996), em que se necessita de uma formação de base e de

uma especialização, ou seja, formação na graduação de cinco anos e um “sério” trabalho especializado com pelo menos dois anos de curso. O ideal seria três anos na pós-graduação, como hoje acontece nas escolas de especializações e nos doutorados em conservação existentes na Itália. A formação do arquiteto-restaurador exige, antes de tudo, a formação de um arquiteto-urbanista e, depois, especialização nas áreas específicas, não relegando a responsabilidade somente aos cursos de *post lauream* para tal formação. Deve-se amadurecer esse tipo de discussão no contexto brasileiro, evidenciando, ainda o número reduzido dos cursos de pós-graduação no País.

Com base na minha experiência, além de considerações de caráter geral, o restaurador deveria ser formado, antes de tudo, como verdadeiro arquiteto, não como arquiteto incompleto ou simples conservador, e, depois, especialista no campo específico; deveria ter seguido um curso de arquitetura de cinco anos (e não de três anos, como se pensa), que lhe confira bases culturais amplas, bom conhecimento histórico, competências técnicas e, segundo Luigi Pareyson, a capacidade “formativa”, exercitada no projeto do novo. Somente depois, talvez seguido de uma intermediária experiência profissional, deveria aproximar-se mais decisivamente do campo de restauro, restabelecendo em nova forma, propriamente conservativa, todas as competências projetuais adquiridas, enriquecendo-as com as outras especialidades relativas aos materiais, às tecnologias, às questões de princípio e de métodos. Este e não outro deveria ser o passo sucessivo, baseado num aumento da escolaridade e não em improváveis abreviações ou antecipações de especialidades, como vemos nos cursos de graduação em bens culturais (Lumia, 2003, p.89).

Interessante observar as questões levantadas por Carbonara (2002) no que diz respeito à graduação em bens culturais, prática esta que está começando a se desenvolver no contexto brasileiro. Não se sabe ao certo, no entanto, qual profissional será formado e de que forma será inserido no mercado de trabalho.

Seguindo o mesmo viés de pensamento, Salvatore Boscarino (Lumia, 2003) levanta outro tema importante a ser discutido e analisado: a formação dos responsáveis no âmbito do restauro arquitetônico, que não pode ser resolvida com alguns cursos fora da universidade. Isto significa que são necessários cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo que abranjam conteúdos condizentes ao campo disciplinar em questão, e cursos de pós-graduação, tanto nas especializações quanto nos mestrados e doutorados, sendo o arquiteto o responsável pelas atividades do patrimônio construído. Todas as intervenções, de qualquer gênero, referentes a edificações de relevante caráter artístico e aos edifícios contemplados na Lei nº 1.089/1939 são de exclusiva competência do arquiteto, descrito no *Regio Decreto* 2.537/1925. Portanto, a responsabilidade da sua preparação compete aos cursos de arquitetura.

Boscarino chama a atenção para outro problema muito danoso à formação: a introdução de disciplina de restauro em outros cursos como os de Letras, Engenharia e o de Bens Culturais, que Carbonara já havia mencionado. Esses outros cursos, não são, “Na verdade, úteis à formação dos responsáveis pela tutela e pelo restauro arquitetônico, tendo este último, mesmo na unidade de base do pensamento, uma peculiaridade no campo profissional, que o caracteriza dentro da arquitetura, por ser imprescindível a presença do homem” (Lumia, 2003, p.90).

De acordo com Amadeo Bellini, é necessário ter uma graduação especializada em restauro arquitetônico, que permite introduzir todas as disciplinas cabíveis ao campo disciplinar do restauro, para superar a distinção entre os monumentos (bens culturais) e os bens de menor valor (Lumia, 2003). Na mesma linha de pensamento de Carbonara, Bellini mais uma vez enfatiza a preocupação com os outros cursos, que não os de arquitetura, para a formação de profissionais que trabalham no campo do restauro, como foi mencionado acima por Carbonara. Destaca também a questão da *práxis* do arquiteto, principalmente no que se refere aos procedimentos da atuação. Segundo ele, o profissional necessita de uma experiência prática no campo do restauro para que haja um conhecimento maior que fundamente essa atuação. Enfatiza a importância de uma formação de base referente aos conceitos de restauro arquitetônico para o arquiteto, não permitindo, assim, uma distinção entre profissionais que queiram ocupar-se somente do novo e daqueles que deverão realizar intervenções no preexistente. Ou seja, o arquiteto deverá ter uma formação, na graduação, no campo disciplinar do restauro, para que tenha instrumentos e repertório ao projetar o novo ou intervir em algo já existente (Lumia, 2003).

Para Paolo Torsello, assim como enfatizaram os outros autores, restauro é um campo disciplinar altamente especializado; por esse motivo requer preparação cuidadosa teórica, técnica e prática, trinômio esse a que, muitas vezes, o profissional, assim como os próprios cursos de arquitetura, dão a devida importância. Torsello critica a crescente demanda do “mercado”, à qual corresponde grande oferta de trabalho e baixa qualidade profissional. Destaca que, ao mesmo tempo em que se disponibilizam cursos de alta qualidade para a formação dos arquitetos, também se deve pensar na formação dos outros profissionais que atuam no campo (Lumia, 2003).

Outro ponto importante na discussão é a questão do âmbito técnico da disciplina para além da preocupação com a formação do arquiteto. Temos o dever de preparar corretamente os outros profissionais que atuam na área, como historiadores, químicos, físicos, geólogos, arqueólogos, engenheiros, mestres de obras, pedreiros, eletricitas, encanadores etc., numa gama de atuação interdisciplinar. Infelizmente, no Brasil, não há esse tipo de preocupação, nem mesmo por parte dos órgãos responsáveis que respondem pelos bens culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa discussão que acontece atualmente no âmbito italiano, e tentando trazer essas vivências e experiências para o contexto brasileiro, é necessário discutir a importân-

cia da formação do arquiteto-urbanista para a área do patrimônio arquitetônico. Nota-se que a responsabilidade para atuar nesse campo cabe primeiramente ao profissional com formação em arquitetura, que deve ter papel como articulador das demais competências envolvidas no campo disciplinar do restauro.

Contudo, verifica-se que a ausência do ensino da disciplina referente ao restauro arquitetônico no âmbito da formação do arquiteto urbanista resulta em profissionais que não possuem consciência em relação à responsabilidade que é trabalhar com bens de interesse para a preservação e no ambiente preexistente, não tendo instrumental teórico-crítico e técnico-operacional necessário para atuar no campo. O resultado mais visível tem sido a constante deformação e destruição de obras arquitetônicas isoladas e do tecido urbano, que são base importante de transmissão do conhecimento e suporte da memória coletiva, tendo por consequência um instrumental limitado para as gerações futuras.

NOTAS

1. Artigo elaborado a partir da tese de A.P. FARAH, intitulada "Restauro arquitetônico: a formação do arquiteto-urbanista no Brasil para preservação do Patrimônio Edificado — o caso das escolas do Estado de São Paulo". Universidade de São Paulo, 2012. Financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sob a orientação da Profa. Dra. Beatriz Mugayar Kuhl.

2. A conformação do restauro como campo disciplinar autônomo é algo considerado moderno (Carbonara, 1997), e se caracterizar como tal, quando as ações sobre os bens culturais aferem razões afastadas do pragmatismo e assume características particulares, regulamentando princípios e critérios próprios (referenciais teóricos, metodológicos, técnicos e operacionais), e passa a ser entendido como "Ato de cultura de um presente histórico" (Bonelli, 1959, p.3; Pane, 1987, p.23; Carbonara, 1997, p.271; Kuhl, 2009, p.59). O restauro é ação cultural, de natureza cultural, como expõem Bonelli e Carbonara. A intervenção não pode prescindir — além dos critérios e métodos próprios ao campo —, da regulamentação, das normativas existentes, também no que respeita a planos diretores e outros instrumentos do planejamento urbano, e tampouco pode ignorar os aspectos sociais, econômicos e jurídicos. Portanto, o campo disciplinar do restauro abarca todas as ações que se referem aos tratamentos dos bens culturais como forma de manutenção, conservação, restauração, reabilitação e revitalização. Esclarece que o sentido da palavra restauro é entendido por meio dos conceitos estabelecidos por Cesare Brandi em que todas as ações em relação aos bens culturais estão sintetizadas no processo metodológico por meio dos instrumentos teórico-crítico e técnicos operacionais (Kühl, 2008).

3. A restauração de bens culturais passa a assumir características próprias a partir do início do século XX — baseada em princípios e critérios próprios a esse campo disciplinar, então em constituição. Salienta-se que não se trata de um campo isolado de outros campos do conhecimento; pelo contrário, é inevitavelmente multidisciplinar (Kühl, 2009).

4. O artigo em questão trata-se da formação do arquiteto-urbanista para atuar no arcabouço construído preexistente, porém a atuação dos profissionais que operam no campo disciplinar do restauro — não somente o arquiteto-urbanista, como foi supracitado —, é multidisciplinar, necessitando da articulação dos vários campos do saber e, por consequência, de uma formação adequada. Contudo, os profissionais que atuam no campo disciplinar do restauro precisam de um conhecimento, de fato, do campo, para que suas respectivas formações sejam pautadas nos instrumentos teórico-críticos e técnico-operacionais que lhe são próprios.

5. Houve um Congresso Intencional, “*La formazione dell’architetto del Duemila*”, entre 27 e 29 de maio de 1998, na sede da *Politecnico de Milano* — *Campus Leonardo* (Rabbi, 1998, p.74).

REFERÊNCIAS

- BONELLI, R. *Architettura e restauro*. Venezia: Neri Pozza Editore, 1959. p.13-29.
- CAMPANELLI, A.P. Restauro: esclusivo domínio della professione di architetto. *Rivista Bimestrale dell’Ordine degli Architetti di Roma e Provincia*, v.84, n.9, p.50-52, 2009.
- CARBONARA, G. *Avvicinamento al restauro: teoria, storia, monumenti*. Milano: Liguori, 1997.
- CARBONARA, G. Riforma universitaria: ripercussioni alla formazione specialistica. *ARKOS: Scienza e Restauro*, v.9, n.4, p.10-17, 2002.
- CARBONARA, G. *Trattato di restauro architettonico*. Torino: UTET, 2004.
- CARBONARA, G. Restauro: nodo centrale é la formazione. *Rivista Bimestrale dell’Ordine degli Architetti di Roma e Provincia*, v.84, n.9, p.31-32, 2009.
- DETRY, N.; PRUNET, P. *Architecture et restauration*. Paris: Éditions de la Passion, 2000.
- FABRRI, R. Conservare l’antico: la formazione nelle discipline del Restauro Architettonico alla Facoltà di Architettura di Ferrara. In: MAIETTI, F. *Dalla grammatica del paesaggio alla grammatica del costruito: territorio e tessuto storico dell’insediamento urbano di Stellata*. Firenze: Nardini, 2004. p.11-14.
- FARAH, A.P. *Restauro arquitetônico: a formação do arquiteto-urbanista no Brasil para preservação do patrimônio edificado — o caso das escolas do Estado de São Paulo*. 2012. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- JOKILEHTO, J. Sull’insegnamento nel campo del restauro dei monumenti in vari paesi. *Restauro: Quaderni di Restauro dei Monumenti e di Urbanistica dei Centri Storici*, v.16, n.94, p.99-104, 1987.
- KÜHL, B.M. A restauração como campo disciplinar autônomo. *Museu Histórico Nacional*, v.40, p.351-373, 2008.
- KÜHL, B.M. *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro*. Cotia: Ateliê, 2009.
- LUMIA, C. *A proposito del restauro e della conservazione: colloquio con Amadeo Bellini, Salvatore Boscarino, Giovanni Carbonara e B. Paolo Torsello*. Roma: Gangemi, 2003.
- PANE, R. *Attualità e dialettica del restauro*. Chieti: Marino Solfanelli, 1987.
- RABBI, O. Le “Nuove Radici Antiche” nella formazione dell’architetto del duemila. *Tema: Tempo Materia Architettura*, n.4, p.74-76, 1998.
- RUFINONI, M.R. *Preservação e restauro urbano: teoria e prática de intervenção em sítios industriais de interesse cultural*. 2009. Tese (Doutorado) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- TRECCANI, G.P. Il principio era la cura: medico e restauratore — un paragone da rivisitare. *Tema: Tempo, Materia ed Architettura*, n.3/4, 1996. p.133-138.

Recebido em 26/6/2012,
reapresentado em
21/11/2012 e aceito para
publicação em 15/4/2013.

ANA PAULA FARAH Professora Doutora | Pontifícia Universidade Católica de Campinas | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo | Rod. D. Pedro I, km 136, Parque das Universidades, 13086-900, Campinas, SP, Brasil | E-mail: <anafarah@uol.com.br>.

SIMULAÇÃO URBANA COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DAS ZEIS 3: O PROGRAMA *URBANSIM* E AS DIFICULDADES DA MODELAGEM NO CONTEXTO URBANO DE SÃO PAULO

URBAN SIMULATION AS AN ASSESSMENT TOOL OF THE ZEIS 3: THE “URBANSIM” PROGRAM AND THE OBSTACLES OF THE URBAN SIMULATION IN SÃO PAULO, BRAZIL | SIMULACIÓN URBANA COMO HERRAMIENTA DE ANALISIS DE LA ZEIS 3: EL PROGRAMA “URBANSIM” Y LAS DIFICULTADES DE MODELAJE EN EL CONTEXTO URBANO DE SÃO PAULO, BRASIL

PATRICIA RODRIGUES SAMORA, JOÃO PEDRO SALVA GEDDO

RESUMO

Instituídas em 2002 pelo Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo, as Zonas Especiais de Interesse Social são instrumentos urbanísticos que objetivam garantir a recuperação e regularização fundiária de assentamentos precários, bem como fomentar a produção da Habitação de Interesse Social em boas localizações, caso das Zonas Especiais de Interesse Social tipo 3. No entanto, apesar da demarcação de perímetros de Zonas Especiais de Interesse Social 3 em diversos distritos centrais da cidade, a oferta de moradia social continua inferior à demanda na região. Este desempenho das Zonas Especiais de Interesse Social 3 nos motivou a buscar métodos de se prever o comportamento de instrumentos urbanísticos antes de sua implantação. Este trabalho apresenta a avaliação da ferramenta de modelagem urbana *UrbanSim* quanto à sua viabilidade para simulação do impacto das Zonas Especiais de Interesse Social 3 em São Paulo, escolhida devido à sua capacidade de desenvolver modelos espaciais considerando diferentes aspectos do uso do solo e suas interações com transporte, economia e ambiente. O método comparou os dados urbanos exigidos pelo *software*, desenvolvido nos Estados Unidos, com os disponíveis para São Paulo, resultando em uma análise crítica da produção de modelos neste contexto urbano, marcado pelo uso informal do solo, agressivo dinamismo imobiliário e mudanças recentes da legislação urbanística.

PALAVRAS-CHAVE: Modelagem urbana. São Paulo. *UrbanSim*. Zonas especiais de interesse social.

ABSTRACT

The Special Zones of Social Interest, established in 2002 by the strategic master plan of the city of São Paulo, are urban instruments that aim to support the legal and physical

regularization of informal settlements as well as foster the development of social housing in good locations, such as the Special Zones of Social Interest 3. However, even after the perimeters of many Special Zones of Social Interest 3 had been defined in all central districts of the city, social housing supply is still less than the region's demand. The performance of the Special Zones of Social Interest 3 leads us to search for methods to forecast the results of these urban instruments before their implementation. In the paper we present the results of the "UrbanSim" (urban simulation tool) regarding its feasibility to forecast the impact on the Special Zones of Social Interest 3. The software was selected due to its capacity to develop a great number of spatial models considering many aspects of land use and the interaction with transportation, economy and environment. The method compared the urban data required by the tool, developed in United States, with those available for São Paulo, resulting in a critical analysis of the development of models within this urban context, marked by informal land use, aggressive real estate market dynamics and recent changes in the legal urban framework.

KEYWORDS: Urban simulation. São Paulo. UrbanSim. Special zones of social interest.

RESUMEN

Instituídas en 2002 por el Plan Director Estratégico del municipio de São Paulo, las Zonas Especiales de Interés Social son instrumentos urbanísticos que visan garantizar la recuperación y regularización agraria de los asentamientos precarios, así como fomentar la producción de la vivienda de interés social en buenas locaciones, como en el caso de las Zonas Especiales de Interés Social tipo 3. Sin embargo, a pesar de la demarcación de perímetros de Zonas Especiales de Interés Social 3 en diversos distritos centrales de la ciudad, la oferta de vivienda social sigue siendo menor a la demanda de la región. Este desempeño de las Zonas Especiales de Interés Social 3 nos ha llevado a buscar métodos para predecir el comportamiento de instrumentos urbanísticos antes de su implantación. Este trabajo presenta la evaluación de la herramienta de modelaje urbano "UrbanSim" en cuanto a su viabilidad para simular el impacto de las Zonas Especiales de Interés Social 3 en São Paulo, elegida debido a su capacidad de desarrollar modelos espaciales teniendo en cuenta diferentes aspectos del uso del suelo y sus interacciones con transporte, economía y ambiente. El método comparó los datos urbanos exigidos por el software, desarrollado en Estados Unidos, con aquellos disponibles en São Paulo, resultando en un análisis crítico de la producción de modelos en este contexto urbano, marcado por: el uso informal de la tierra, el agresivo dinamismo inmobiliarios y las mudanzas recientes en la legislación urbanística.

PALABRAS-CLAVE: Modelaje urbano. São Paulo. UrbanSim. Zonas especiales de interés social.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa que uniu as áreas do conhecimento do planejamento, desenho e modelagem urbanos para avaliar a viabilidade da aplicação da ferramenta *Platform for Urban Simulation* (OPUS UrbanSim) na elaboração de cenários de desenvolvimento das chamadas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) 3 da cidade de São Paulo, instituídas pelo Plano Diretor Estratégico (PDE) de 2002. Buscava-se, com isto, testar o uso desta ferramenta na análise da qualidade urbana resultante da aplicação do instrumento urbanístico da ZEIS, objeto de estudo de uma pesquisa mais ampla que trata de estabelecer critérios de desenho urbano da Habitação de Interesse Social de alta densidade populacional e construída, considerando as variáveis humanas, urbanas e ambientais dos distritos centrais de São Paulo.

Com o objetivo de ampliar o acesso à habitação para famílias de baixa renda em diversos pontos da cidade, assim como a regularização urbanística e fundiária de assentamentos precários, o PDE estabeleceu a figura das Zonas Especiais de Interesse Social. Dentre elas, as ZEIS 3 foram assim definidas no artigo 171 do PDE:

[...] áreas com predominância de terrenos ou edificações subutilizados situados em áreas dotadas de infra-estrutura, serviços urbanos e oferta de empregos, ou que estejam recebendo investimentos desta natureza, onde haja interesse público, expresso por meio desta lei, dos planos regionais ou de lei específica, em promover ou ampliar o uso por Habitação de Interesse Social — HIS ou do Mercado Popular — HMP, e melhorar as condições habitacionais da população moradora (São Paulo, 2002, p.131)

Por terem sido gravadas nos distritos centrais, em áreas com disponibilidade de infraestrutura urbana, transporte e oferta de empregos, considerou-se, nas discussões do PDE, que as ZEIS tornar-se-iam mais eficientes se pudessem usufruir de um maior Coeficiente de Aproveitamento, definido como 4. Considerando-se o potencial de adensamento construtivo e populacional destes territórios, tais planos teriam o papel de propor condições de qualidade considerando-se o desenho urbano final resultante, em oposição à prática de se construir torres isoladas no lote, sem conexão com a cidade que as rodeia.

Contudo, 11 anos após a implantação das ZEIS, dados levantados pela própria pesquisa (Samora & Hirata, 2012) e outros que avaliaram o desempenho das ZEIS na cidade (Caldas, 2009) constatam que as ZEIS 3 tiveram o pior desempenho dentre todas elas, não tendo sido praticamente incorporadas pela municipalidade como um instrumento para ampliar a oferta de moradia na área central. Não cabe a este trabalho discutir as razões, muitas de ordem política, pelas quais as ZEIS 3 praticamente não tenham saído do papel. Esta constatação serve apenas para demonstrar outra aplicação da ferramenta OPUS *UrbanSim* aventada, que seria a antecipação dos resultados das ZEIS na ocasião das discussões do PDE, tendo em vista que alguns cenários urbanos, quando modelados

corretamente neste programa, poderiam apontar possíveis equívocos na sua formatação. Assim, outro objetivo deste trabalho foi o de testar o *UrbanSim* quanto à sua capacidade de fornecer dados sobre detalhes relativos à ocupação futura das ZEIS 3, tais como a densidade demográfica e domiciliar resultante, impacto na infraestrutura, principalmente de transporte e mobilidade, bem como parâmetros para a avaliação do conforto ambiental.

Para verificar a aplicabilidade da ferramenta, foi estipulado um método que partiu da análise de seu funcionamento, identificando quais os dados de que se utiliza, considerando seus modelos preexistentes, e qual a correspondência desses dados com os disponíveis nas bases de dados brasileiras, considerando apenas aquelas de acesso aberto e gratuito, mais especificamente, os Censos de 2000 e 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Inicialmente, o método incluía ainda a execução de um estudo de caso na ZEIS 3 C-016, como forma de aferir a precisão da ferramenta. Porém, os dados necessários para o desenvolvimento de modelos no programa *UrbanSim* são muito mais desagregados do que aqueles de que dispõem-se, sendo praticamente inviável o seu uso no contexto urbano brasileiro sem incorrer em uma significativa imprecisão oriunda de um maior agrupamento de dados.

Com a constatação da impossibilidade do uso dos modelos já programados no *UrbanSim*, o trabalho prosseguiu enfocando a possibilidade da programação de outros modelos na plataforma. Para isso, foi realizado um estudo teórico sobre a modelagem urbana e a produção do espaço nas cidades brasileiras, suscitando reflexões sobre as limitações técnicas da modelagem a partir da leitura de autores das Ciências Humanas que discorrem sobre a formação do espaço urbano do Brasil.

Como resultado, foi possível desenvolver uma análise comparativa entre o uso de *softwares* de modelagem urbana em ambientes para os quais é possível se obter dados com maior desagregação e o contexto urbano brasileiro, marcado por uma dinâmica de desenvolvimento no qual a informalidade urbana é fator relevante a ser considerado nos estudos de modelagem.

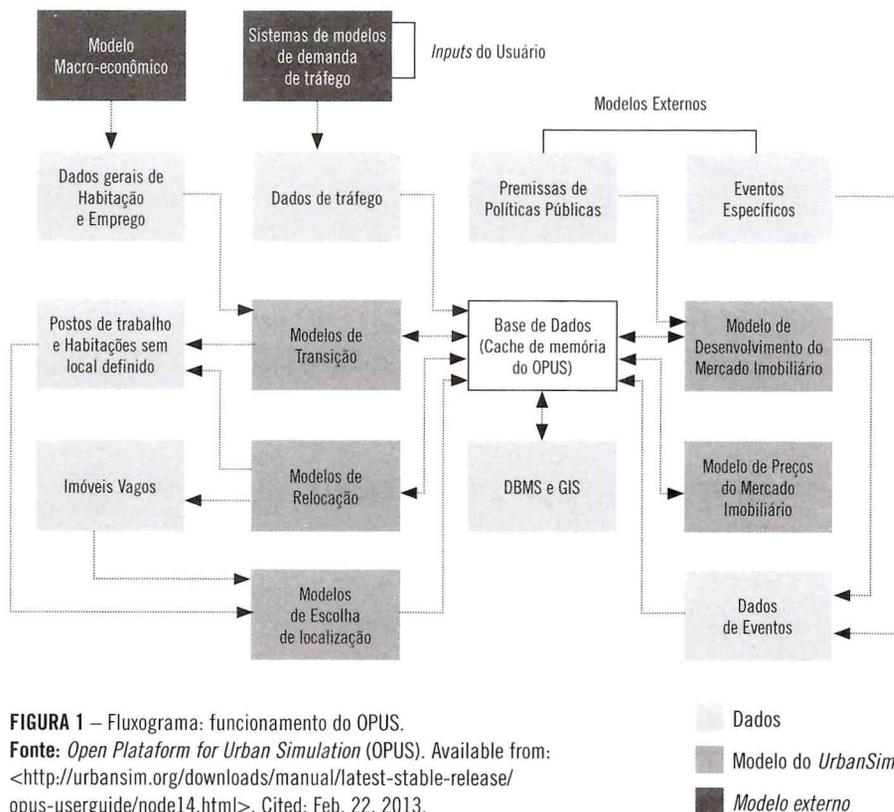
O PROGRAMA *OPUS URBANSIM*

A atual versão do *UrbanSim* consiste em um programa de modelagem urbana desenvolvido por uma equipe liderada por Paul Waddell na Universidade de Washington e que foi inicialmente aplicada na cidade de Eugene-Springfield, Oregon, em 2000 (Waddell, 2002). Inicialmente pensado para fornecer dados para simulações de projetos de tráfego de forma relacionada ao uso do solo urbano, o programa se modificou possibilitando a avaliação de ocupações futuras da cidade. Isso foi feito por meio da inclusão de ferramentas capazes de alterar e incluir novos modelos na plataforma e de fornecer dados específicos requeridos para diversos campos de pesquisa, como a ocorrência de inundações em determinadas áreas, resultado da modelagem da permeabilidade do solo e escoamento

de águas pluviais, ou o nível de ruído nas ruas e avenidas (Waddell, 2002). Com essas características, o *UrbanSim* difere muito dos outros programas de modelagem usados no Brasil, que, no geral, realizam uma simulação mais simples e pouco desagregada, para estimar o crescimento da mancha urbana, por exemplo. O *UrbanSim* foi escolhido para a pesquisa devido à sua capacidade de fornecer informações mais específicas, que seriam necessárias para a avaliação das ZEIS 3, com grande desagregação espacial e flexibilidade quanto à programação de novos modelos.

Iniciou-se uma análise do funcionamento do programa, sua estruturação e modelos usados, de forma que também foi necessário um estudo sobre a disponibilidade e qualidade dos dados sobre a ocupação urbana no Brasil.

O programa funciona pela plataforma aberta *Open Platform for Urban Simulation* (OPUS) e é composto por diversos modelos complementares, que simulam de forma desagregada a atividade humana sobre a cidade, especialmente dividida em zonas, *grids* ou lotes. O *UrbanSim* conta com modelos separados para diferentes dinâmicas urbanas: existe um modelo para o mercado imobiliário; escolha de local de domicílio e trabalho; mudanças no uso e preço do solo; além de utilizar modelos externos de simulação macroeconômica e demanda de transportes. Existem dados que devem ser fornecidos para o funcionamento dos modelos e outros que são resultado das operações realizadas por outros modelos (Figura 1).



A simulação de cenários futuros é feita a partir de repetições desse ciclo de alimentação e comunicação entre os modelos. Informações específicas tais como quantidade de ruído causada pelo trânsito, permeabilidade do solo, entre outras, podem ser obtidas com a programação de novas variáveis e modelos.

A mais notável característica do programa é sua proposta de modelagem. O *UrbanSim* se propõe a fornecer dados muito específicos, baseados em uma grande separação entre modelos. Isso faz com que também seja necessária uma base de dados mais ampla.

SELEÇÃO DE DADOS DAS ZEIS 3 PARA O FUNCIONAMENTO DOS MODELOS NO *URBANSIME* RESULTADOS

Posteriormente à análise do programa, a etapa seguinte consistiu no levantamento de dados necessários para o funcionamento dos modelos. A desagregação espacial necessária para as variáveis pôde ser encontrada nos dados do Censo 2010, realizado pelo IBGE, separados por setores censitários, o que poderia alimentar uma simulação por zonas no *UrbanSim*. Foram levantados todos os dados requeridos pelos modelos para compará-los com os disponibilizados pelo Censo.

Como resultado desta etapa, constatou-se que os dados relativos à demografia são fornecidos pelo IBGE. Entretanto, algumas outras informações — como o número de automóveis por residência —, são levantadas de forma amostral, e não censitária, de modo que não possuem a desagregação espacial suficiente para alimentar o programa. O resultado dessa etapa pode ser verificado por meio da análise das Tabelas 1, 2 e 3, que apresentam uma comparação entre alguns dados necessários para o funcionamento de modelos do *UrbanSim* e sua disponibilidade no Censo 2010. A maior defasagem entre as variáveis requeridas pelos modelos do *UrbanSim* e os dados fornecidos pelo Censo estão nas informações relativas ao trabalho, como o número de pessoas trabalhando em casa e número de postos de trabalho por lote. O Ministério do Trabalho apresentou dados gerais para estados, capitais e regiões metropolitanas, utilizados para o cálculo de desemprego e emprego formal; entretanto, não apresentam o detalhamento espacial necessário para o funcionamento dos modelos.

Outro ponto importante é a diferença de definições nos dados do Brasil e Estados Unidos, país de produção do *UrbanSim*. Um modelo urbano corresponde a equações matemáticas e métodos computacionais que descrevem um fenômeno urbano. Utilizar um dado que não corresponde à variável para a qual o modelo foi elaborado certamente afetará seu funcionamento. A grande desigualdade e péssimas condições de habitação no Brasil requerem uma coleta de dados sobre a moradia diferente dos Estados Unidos, como apontado por Alvez e Cavenaghi (2005, p. 111).

‘Para o IBGE (2000), Domicílio é o local ou recinto estruturalmente independente, que serve de moradia a famílias, formado por um conjunto de cômodos, ou por um

cômodo só, com entrada independente, dando para logradouro ou terreno de uso público ou para local de uso comum a mais de um domicílio. Considera-se também como domicílio o local que, embora não atendendo àquelas características, sirva de moradia na data do censo a pessoas ou a uma só pessoa, tais como: prédios em construção, embarcação, veículos, barracas, tendas, grutas, pontes, galerias, banco de praça, pátio de estação, marquise de edifício etc. [...]. Nos Estados Unidos se pergunta para todos os domicílios ocupados ou não ocupados os seguintes tipos de domicílios: domicílio móvel, casa independente (*“detached from any other house”*), casa geminada (*“attached to one or more houses”*), prédio com 2 apartamentos, prédio com 3 ou 4 apartamentos, prédio com 5 a 9 apartamentos, prédio com 10 a 19 apartamentos, prédio com 20 a 49 apartamentos, prédio com 50 ou mais apartamentos, barco, RV (trailers), van etc.¹.

TABELA 1 – Habitação.

Dado requerido	Disponibilidade no Censo
Número de habitantes	Sim
Número de trabalhadores	Não
Idade do responsável	Sim
Renda	Sim
Número de crianças	Sim
Raça do responsável	Não ¹
Número de automóveis	Não

¹ O Censo disponibiliza informações referentes à raça dos habitantes, mas não do responsável pelo domicílio.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

TABELA 2 – Emprego.

Dado requerido	Disponibilidade no Censo
Postos de trabalho em casa	Não
Postos de trabalho fora de casa	Não

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

TABELA 3 – Pseudoconstruções.

Dado requerido	Disponibilidade no Censo
Unidades residenciais valor por posto de trabalho	Sim
Tipo de construção	Não
Postos de trabalho	Não
Capacidade de unidades residenciais	Não
Capacidade de postos de trabalho comerciais	Não
Capacidade de postos de trabalho industriais	Não
Capacidade de postos de trabalhos governamentais	Não

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

Existe uma diferença na definição de domicílio, o que afeta substancialmente o funcionamento dos modelos do *UrbanSim* e, como consequência, seu grau de eficiência quanto à previsibilidade.

A pesquisa explorou outros pontos em relação às diferenças entre Brasil e Estados Unidos e a forma como isso se reflete no funcionamento do programa. Um dos modelos do *UrbanSim*, por exemplo, é o de “escolha de local de domicílio”. Este, por sua vez, utiliza como variável o tempo de viagem da residência ao aeroporto da cidade. Isso demonstra a preponderância de valores culturais americanos sobre a elaboração dos modelos do programa. Tal variável, por exemplo, certamente não é significativa para a maior parte dos habitantes da cidade de São Paulo, na qual uma parte importante das viagens é feita à pé, conforme a pesquisa Origem e Destino do Metrô (Companhia do Metropolitano de São Paulo, 2008).

Polidori e Krafta (2005, p.156) publicaram um estudo no qual faziam uma avaliação sobre problemas recorrentes na modelagem urbana, entre os quais estavam:

[...] atores urbanos [...] têm inclusão limitada, pois precisam se ajustar à pré-classificação dos modelos, dificultando a consideração das peculiaridades locais, [...] alguns modelos são inclusive restritos a um determinado local, não sendo aplicáveis em outras situações, quer reais, quer abstrata; [...] normalmente os modelos são disponíveis apenas nos países e instituições de origem, acumulando com exclusividade suas vantagens tecnológicas e culturais.

A diferença entre o cenário brasileiro e estadunidense se manifesta tanto nos tipos de modelos e variáveis usadas no *UrbanSim*, quanto nos dados requeridos pelos mesmos que, como apontado anteriormente, são insuficientes para o funcionamento dos modelos para o território do Brasil. Com base nesta diferença, concluí-se que não é possível usar os modelos já programados na plataforma para o estudo das ZEIS 3 do centro de São Paulo, o que requer modelos específicos para o contexto urbano brasileiro. Esta questão leva a outros desafios, conforme se apresenta.

DIFICULDADES ENFRENTADAS PARA A MODELAGEM URBANA NO CONTEXTO URBANO BRASILEIRO

A impossibilidade de se usar os dados brasileiros de acesso aberto e gratuito no programa *UrbanSim*, como forma de se obter cenários de desenvolvimento de ZEIS 3, não exclui, a princípio, a possibilidade de seu uso, uma vez que o programa permite a inserção de novos modelos e variáveis. O *UrbanSim* conta com uma comunidade na *Internet* para troca de experiências com a plataforma, permitindo uma construção colaborativa tanto dos modelos quanto das ferramentas do programa, o que pode ser feito por qualquer usuário da plataforma, uma vez que esta é aberta. A flexibilidade do *UrbanSim* é uma característica muito relevante, já que não restringe seu uso para uma única região ou propósito.

A pesquisa voltou-se, nesse ponto, para viabilidade da programação de outros modelos na plataforma, o que exigiu uma análise sobre peculiaridades da produção do espaço nas cidades brasileiras, seus agentes e a possibilidade de modelagem dos mesmos.

Para modelar as ZEIS, faz-se necessário, de início, a elaboração de uma base de dados espacial da região a ser simulada, o que poderia ser feito por meio de um programa chamado Sistema de Informação Geográfica (SIG), mas, antes de tudo, é necessário definir essa área — ou seja, escolher um recorte. Modelar apenas a área das ZEIS resultaria em uma simulação bastante imprecisa, uma vez que o resto da cidade exerce influência sobre o que ocorre nesse local. O mercado imobiliário, por exemplo, é sensível a mudanças nos locais de investimento e no preço da terra, de forma que a criação de um polo de investimento imobiliário exerce muita influência sobre o deslocamento de capitais para outros pontos da cidade. Como demonstrou Harvey (1989), a cidade é pautada em um desenvolvimento desigual, com múltiplas centralidades, o que exclui a possibilidade de entendimento da mesma a partir da observação de uma única região. Outro ponto importante é a conurbação. As cidades vizinhas se comportam como uma extensão de São Paulo, por vezes funcionando como municípios dormitórios, exercendo enorme influência sobre as dinâmicas da capital, de forma que uma boa simulação deveria abarcar toda a metrópole. A grande extensão territorial necessária para a simulação excluiu, portanto, a possibilidade de coleta de dados em campo.

Seria necessário criar uma base de dados espacial da grande São Paulo, com informações suficientes para alimentar os modelos que seriam programados. Antes de tudo, portanto, deveria-se estabelecer quais modelos, baseados no método da simulação da cidade a partir da separação da atividade humana em múltiplos fatores, como modelos para o mercado imobiliário, escolha de domicílio por parte da população e escolha de local de emprego, deveriam ser adotados para simular satisfatoriamente a cidade de São Paulo. A partir dos modelos escolhidos seria necessária a verificação da disponibilidade de variáveis já coletadas e a proposição de coleta de novos dados em pesquisas censitárias. A elaboração e escolha de tais modelos, entretanto, representa um enorme desafio.

O território da cidade de São Paulo apresenta uma grande área ocupada por favelas, que não participam do mercado formal de habitação, mas comportam grande parte da população da cidade e influenciam muito nas dinâmicas urbanas, fazendo necessária a modelagem da ocupação dessas áreas para a simulação de São Paulo. Como apontado por Maricato (1977), o desenvolvimento das favelas a partir de meados do século XX não se deu apenas por moradores excluídos das atividades formais da cidade, mas também por trabalhadores do mercado formal, que recebiam baixos salários e não eram contemplados por programas habitacionais, tendo que utilizar a autoconstrução para conseguir moradia. Hoje, os moradores das favelas continuam representando grande parte dos trabalhadores do mercado formal, o que reforça a importância da modelagem desse tipo de ocupação.

O *UrbanSim* apresenta modelos desenvolvidos para os Estados Unidos, país no qual quase a totalidade das habitações é produzida pelo mercado formal — cenário completamente diferente do brasileiro, cuja principal característica é ter boa parte do estoque construtivo urbano, sobretudo habitacional, originado na autoconstrução. Maricato (2005) mostrou que o mercado privado de habitação naquele ano atingia apenas 30% da população. Esses fatores apontam para a necessidade de elaboração de modelos de provisão de habitação não restritos à atuação do mercado privado e formal.

Além dos fatores relacionados à autoconstrução, a informalidade no desenvolvimento das cidades brasileiras é um ponto central para o estudo da modelagem urbana no País. Enquanto, nos Estados Unidos, pode-se contar com a conformidade da ocupação das cidades com as regulamentações urbanísticas, o mesmo não pode ser dito para o Brasil. Maricato (1995, p.9) afirmou que o “Uso ilegal do solo e a ilegalidade das edificações em meio urbano atinge mais de 50% das construções nas grandes cidades brasileiras, se consideramos as legislações de uso e ocupação do solo, zoneamento, parcelamento do solo e edificação”. A lei não é, muitas vezes, obedecida, uma vez que existe no País uma contravenção sistemática.

Para modelar a cidade usando regulamentações urbanísticas, deve-se saber, portanto, quais são as situações para as quais a lei é ou não é obedecida. Para isso, seriam necessários estudos sobre locais que apresentam maior conformidade com a lei e quais são as semelhanças entre eles, de forma que seriam criadas na simulação áreas para as quais a regulamentação poderia ser considerada um parâmetro confiável de desenvolvimento urbano. Como apontado anteriormente, entretanto, grande parte da cidade se situa na informalidade, mas está sujeita à ação de leis. Com isso, conclui-se que modelar a cidade com esse nível de desagregação deveria passar pela modelagem da informalidade, com sua lógica de produção interna descolada, na maioria das vezes, da legislação, levando-se em conta a diferença do peso de aplicação da lei para classes e grupos distintos.

Nesse ponto, apresenta-se o principal desafio para a modelagem urbana no Brasil. Não é possível, por meio de simulações, definir com precisão adequada todas as situações para as quais a lei é ou não é obedecida, uma vez que isso seria modelar a sociedade e suas disputas políticas. Problemas de não conformidade com as leis que regem a ocupação do espaço também ocorrem em países centrais, como os Estados Unidos, mas em escala menor, a ponto de tal problema não ser considerado, na maioria das vezes, na modelagem. Aqui, como viu-se, tal fator é uma questão com peso importante.

Outro ponto que difere a situação das cidades nos Estados Unidos e no Brasil e que afeta significativamente a modelagem é a variação do modelo de planejamento. Enquanto naquele país a situação urbana é mais consolidada e, portanto, não apresenta grande variação nas legislações, o Brasil se encontra em definição de seu modelo de planejamento. Existem muitas indagações quanto ao modelo de desenvolvimento das cidades brasileiras referentes à inclusão da cidade informal no planejamento, elaboração de planos para cidades sustentáveis, entre outras. Tal período de definição se carac-

teriza por grande variação na legislação, políticas públicas e diretrizes para o desenvolvimento da cidade em geral, o que torna a simulação urbana em longo prazo mais difícil. À primeira vista, *softwares* de simulação como o *UrbanSim* poderiam ser usados para auxiliar a definição de tais políticas públicas, mas, além de todos os problemas já citados anteriormente, a situação extremamente imprevisível do desenvolvimento das cidades brasileiras torna muito mais difícil a simulação urbana. O *UrbanSim* é usado nos Estados Unidos para cidades que não apresentam variações tão grandes nos modos de desenvolvimento urbano.

CONCLUSÃO

Considerando os modelos já programados no *UrbanSim*, conclui-se que os mesmos não se aplicam ao contexto urbano no qual as ZEIS estão inseridas. Além de precisar de dados que não estão disponíveis para o cenário brasileiro e outros com desagregação espacial insuficiente, possui diversos modelos que não correspondem à realidade urbana brasileira. Tampouco existe desenvolvimento de modelos capazes de operar na desagregação proposta pelo programa para prever o desenvolvimento da cidade informal e outras peculiaridades locais. Assim, os modelos do *UrbanSim*, se aplicados acriticamente, levariam a resultados pouco confiáveis.

Utilizar, no Brasil, plataformas que visam à simulação urbana por meio da separação dos produtores de espaço em diversos agentes, regidos por equações e algoritmos separados, requer a elaboração de novos modelos, capazes de prever o desenvolvimento de favelas e ocupações irregulares, assim como a lógica da irregularidade urbanística e edilícia que vigora mesmo nas áreas ditas formais das cidades. A grande mudança no modelo de planejamento das cidades, relacionada não apenas a fatores técnicos, mas, sobretudo, políticos, coloca dúvidas quanto à validade do desenvolvimento de modelos desse tipo para a simulação das cidades brasileiras.

O uso de ferramentas de simulação com grande separação de modelos necessita, além de um cenário com maior estabilidade no planejamento urbano, maior amplitude na coleta de dados. Além disso, nunca será possível atingir um bom grau de precisão com essas ferramentas para um cenário no qual a regulação urbanística não é, grande parte das vezes, atendida, e a legislação possui pesos extremamente diferentes para classes e grupos sociais distintos.

Nesse sentido, o desenvolvimento de plataformas de simulação que tomam como base as múltiplas centralidades da cidade e tendências de crescimento a partir das mesmas é muito mais condizente com o cenário brasileiro. Dessas ferramentas não é possível, entretanto, extrair informações detalhadas, como se espera de plataformas tais como o *UrbanSim*.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J.; CAVENAGHI, S. Questões conceituais e metodológicas relativas a domicílio, família e condições habitacionais. *Papeles de Población*, v.11, n.43, p.105-131, 2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/112/11204306.pdf>>. Acesso em: 1 maio 2013.
- CALDAS, N.M.P. *Os novos instrumentos da política urbana: alcance e limitações das ZEIS*. 2009. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO. *Pesquisa origem e destino 2007: pesquisa domiciliar*. 2008. Disponível em: <<http://www.metro.sp.gov.br/metro/numeros-pesquisa/pesquisa-origem-destino-2007.aspx>>. Acesso em: maio 2013.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1989.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- MARICATO, E. *A proletarização do espaço sob a grande indústria: o caso de São Bernardo do Campo*. São Paulo: USP, 1977.
- MARICATO, E. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- MARICATO, E. *Questão fundiária no Brasil e o ministério das cidades*. São Paulo: USP, 2005. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_questaofundiaria.pdf>. Acesso em: maio 2013.
- POLIDORI, M.C.; KRAFT, R. Simulando crescimento urbano com integração de fatores naturais, urbanos e institucionais. *GeoFocus*, n.5, p.156-179, 2005.
- SAMORA, P.R.; HIRATA, M.S. Edificação e desenho urbano com alta densidade populacional e qualidade ambiental: habitação de interesse social na recuperação de áreas urbanas degradadas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 2., 2012, Natal. *Anais...* Natal: ANPARQ, 2012. 1 CD-ROM.
- SÃO PAULO. Lei nº 13.430, de 13 de setembro de 2002. Plano diretor estratégico. *Diário Oficial do Estado*, 14 set. 2002. p.1. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/legislacao/plano_diretor/index.php?p=1390>. Acesso em: 1 maio 2013.
- WADDELL, P. UrbanSim: modeling urban development for land use, transportation and environmental planning. *Journal of the American Planning Association*, v.68, n.3, p.297-314, 2002.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pelo apoio nas modalidades de bolsa de Iniciação Científica e Pós-Doutorado.

PATRICIA RODRIGUES SAMORA Pós-Doutoranda | Universidade de São Paulo | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo | R. do Lago, 876, 05508-900, São Paulo, SP, Brasil | Correspondência para/ Correspondence to: P.R. SAMORA | E-mail: <patriciasamora@usp.br>.

JOÃO PEDRO SALVA GEDDO Acadêmico | Universidade de São Paulo | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo | Escola Politécnica | São Paulo, SP, Brasil.

Recebido em
3/5/2013 e aceito
para publicação
em 27/6/2013.

POLÍTICA HABITACIONAL E O CAPITAL PRIVADO: O PROGRAMA DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL EM PRESIDENTE PRUDENTE, SÃO PAULO

*HOUSING POLICY AND THE PRIVATE CAPITAL: RESIDENTIAL LEASE PROGRAM
IN PRESIDENTE PRUDENTE, SÃO PAULO, BRAZIL | POLÍTICA DE VIVIENDA
Y CAPITAL PRIVADO: PROGRAMA DE ARRENDAMIENTO RESIDENCIAL
ENPRESIDENTE PRUDENTE, SÃO PAULO, BRASIL*

SIBILA CORRAL DE ARÊA LEÃO HONDA, ANGÉLICA TANUS BENATTI ALVIM

RESUMO

Este artigo busca contribuir para uma análise crítica sobre a produção da habitação de baixa renda pela iniciativa privada em cidades médias no Brasil, no período entre 1999 e 2008, e seus efeitos no espaço urbano. Aborda o papel dos municípios, após a Constituição Federal de 1988, tendo como estudo de caso Presidente Prudente, município localizado no Oeste do Estado de São Paulo. Discute a relação entre as políticas urbanas e habitacionais e a implantação de empreendimentos executados pela iniciativa privada e financiados pela Caixa Econômica Federal, por meio do Programa de Arrendamento Residencial, instituído em 1999 pelo Governo Federal. Verifica seus mecanismos e efeitos na produção do espaço urbano, e as ações públicas locais voltadas à produção de habitação social e a legislação municipal que apoia ou controla essa produção. Evidencia a ausência de diretrizes específicas voltadas para a política habitacional no âmbito da política urbana deste município, induzindo a uma atuação direta do capital privado, que contribui para a produção de espaços urbanos segregados e excludentes.

PALAVRAS-CHAVE: Expansão urbana. Habitação de interesse social. Políticas urbanas. Segregação socioespacial.

ABSTRACT

The aim of the paper is to contribute to the critical analysis on the low-income housing developments by the private sector in medium-sized cities in Brazil, between 1999 and 2008, and its effects on the urban space. We discuss the role of municipalities, post-1988 Federal Constitution, by conducting a case study in Presidente Prudente, a city located in the Western region of São Paulo State. We also discuss the relationship between the urban and housing policies and the implementation of private ini-

tiative enterprises funded by the Caixa Econômica Federal through the Residential Lease Program established in 1999 by the Federal Government. We studied the mechanisms and effects of housing policies on the development of urban space and local public actions focused on housing development, as well as the municipal legislation that supports or controls development. The absence of specific guidelines towards housing policies in the urban policy of Presidente Prudente is evident, which leads to a direct action of the private capital and contributes to the production of urban segregation and exclusion.

KEYWORDS: *Urban expansion. Interest in social housing. Urban policies. Sociospatial segregation.*

RESUMEN

Este artículo pretende contribuir a un análisis crítico de la producción de viviendas de interés social por el sector privado en las ciudades de tamaño medio en Brasil, en el período comprendido entre 1999 y 2008 y sus efectos en el espacio urbano. Aborda el papel de los municipios, después de la Constitución de 1988, tomando como caso de estudio Presidente Prudente, un municipio situado en el Oeste del estado de São Paulo. Describe la relación entre las políticas urbanas y de vivienda y la ejecución de los proyectos ejecutados por la iniciativa privada y financiada por Caixa Econômica Federal, a través del Programa de Arrendamiento Residencial, establecido en 1999 por el Gobierno Federal. Comprueba sus mecanismos y los efectos en la producción del espacio urbano y las acciones públicas destinadas a la producción local de la vivienda social y la legislación municipal que apoya o controla la producción. Destaca la falta de directrices específicas para la política de vivienda dentro de la política urbana de este municipio, dando lugar a una acción directa de capital privado, lo que contribuye a la producción de espacios urbanos segregados y excluyentes.

PALABRAS-CLAVE: *Expansión urbana. Vivienda social. La política urbana. La segregación espacial.*

INTRODUÇÃO

Este artigo busca compreender a produção da Habitação de Interesse Social no espaço urbano de cidades de porte médio, focando na produção promovida por agentes privados, por meio do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) da Caixa Econômica Federal, em interface com a política urbana municipal. Tem-se como estudo de caso os conjuntos habitacionais construídos pela iniciativa privada no âmbito do PAR, em Presidente Prudente, município de porte médio do Estado de São Paulo, e sua relação com o plano diretor municipal então vigente.

Nos últimos 40 anos, o intenso processo de urbanização das cidades brasileiras elevou, ao mesmo tempo, a demanda por moradia, empregos e serviços públicos, colocando inúmeros desafios às questões relativas às políticas públicas e à gestão e organização

do território municipal. O enfrentamento dos graves problemas que atingem as cidades requer soluções articuladas de planejamento urbano e gestão urbana. Nesse contexto, a formulação de políticas públicas urbanas adequadas é fundamental, e deve contribuir para a construção de ambientes urbanos equilibrados e justos.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e o fortalecimento do município como principal ente federativo, a política habitacional passou a ser estratégica para a resolução de problemas locais. A partir dos anos 1990, as iniciativas em programas habitacionais, por parte de administrações municipais, disseminaram-se, e foram também apoiadas pelas novas políticas de financiamento em curso no Brasil. Novas linhas de financiamento foram promovidas pelo Governo Federal, a partir da Caixa Econômica Federal, que incluíram a iniciativa privada na implementação das políticas habitacionais para a população de baixa renda.

Nesse contexto, destaca-se o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), criado pela Medida Provisória nº 1.823/1999, com a finalidade específica de oferecer moradia à população de baixa renda, por meio da celebração de contratos de arrendamento residencial (art. 1º). Após várias reedições, foi convertida na Lei nº 10.188/2001 (Brasil, 1999, 2001).

Em sua proposta original, o PAR destinava-se à fixação da população em áreas com infraestrutura e acesso, buscando contribuir para a redução dos vazios urbanos, da especulação imobiliária e do espraiamento das periferias. No âmbito deste Programa, o papel do município, como gestor municipal, mostrava-se essencial na regulação da atuação do mercado imobiliário, na busca de cidades mais justas e inclusivas, por meio da fixação da população mais carente na estrutura urbana consolidada e com oferta de infraestrutura e serviços públicos, em consonância com a política de desenvolvimento urbano e com diretrizes que vão ao encontro dos propósitos da função social da cidade.

Presidente Prudente, município do Estado de São Paulo, situado no extremo Oeste, foi um dos beneficiados pelo programa habitacional. Entre 2003 e 2006 foram executados cinco empreendimentos com características distintas. O projeto e a execução dos conjuntos foram realizados por construtoras privadas, seguindo as propostas e diretrizes do próprio programa e, conforme recomendado no âmbito do Programa, deveriam ser implantados em áreas prioritárias para a localização das habitações, com base no interesse social, definidas pelo Poder Público municipal, em consonância com a política urbana municipal.

No entanto, evidencia-se, no âmbito da política urbana deste município, que a ausência de diretrizes específicas voltadas para a política habitacional de baixa renda induz a uma atuação direta do capital privado de forma inadequada segundo os preceitos da função social da cidade, que contribui para a reprodução de espaços urbanos segregados e excludentes.

Diante do exposto, busca-se neste artigo contribuir para a discussão sobre a produção da Habitação de Interesse Social em cidades médias, particularmente aquelas implementadas pela iniciativa privada, com recursos advindos desse importante programa.

ESPAÇO URBANO: PRODUÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

No contexto das políticas públicas, é crucial a análise e avaliação das políticas urbanas, pois estas podem ser identificadas como políticas públicas voltadas às demandas e práticas sociais locais, produzidas no território, sendo um conceito baseado na sociedade e sua legitimidade, com controle pelos cidadãos e constante adequação da gestão; podendo ser observados, ainda, direcionamentos imprevisíveis, cujos rumos impõem reformulações (Cunha & Cunha, 2002; Alvim *et al.*, 2010).

Villaça (1999) afirma que as políticas urbanas estão baseadas nas ações reais e propostas de ação do Poder Público sobre o ambiente urbano, diretamente relacionadas com a gestão e o desenvolvimento urbanos, refletindo no processo de produção do espaço urbano segundo incentivos à expansão, à reprodução, ao adensamento e à segregação do espaço urbano, entre outros aspectos. Alvim *et al.* (2010) apontam que são várias as áreas passíveis de atuação do Poder Público local, por meio de políticas urbanas específicas, como a política habitacional, embora esta seja concorrente entre os níveis federal, estadual e municipal.

Segundo Rolnik *et al.* (2004) a política habitacional passa, obrigatoriamente, pela esfera municipal, e apresenta grande importância na reprodução do espaço urbano. Assim, seu direcionamento deve ser dado com foco na sociedade à que se aplica, na satisfação de suas necessidades, passando obrigatoriamente pela esfera municipal.

A produção do espaço urbano, no entanto, pode ser vista por meio da ação de agentes que produzem e consomem espaço, com jogos de interesses (Valladares, 1983; Marques, 2005). Nessa cadeia, o Poder Público age direta e indiretamente na produção do espaço urbano; e, mesmo se apresentando como imparcial, indica, por meio de suas ações, o beneficiamento a certos grupos, podendo resultar na manutenção da segregação no espaço urbano (Lefebvre, 1969).

Caldeira (2003) afirma que a segregação socioespacial é uma característica bastante relevante nas cidades, pois as normas e legislações que organizam o espaço urbano estão baseadas em padrões de diferenciação e de separação. A atuação do Estado, por meio de políticas públicas, também pode estimular condições para processos de acumulação e de especulação, que podem levar à segregação socioespacial urbana, uma vez que, segundo Santos (2005), o poder público, incapaz de resolver o problema da habitação, empurra a população com menos recursos para as periferias.

O processo de produção do espaço urbano no município de Presidente Prudente revela a existência de grande segregação socioespacial, principalmente quando se analisa

a sua estrutura urbana e a distribuição dos conjuntos habitacionais de baixa renda produzidos, desde a década de 1960, por agentes públicos e privados. Os empreendimentos habitacionais produzidos por meio do PAR, pela iniciativa privada, contribuem para reforçar essa lógica, mesmo no contexto de um novo Plano Diretor elaborado à luz das diretrizes do Estatuto da Cidade.

POLÍTICA URBANA E A PRODUÇÃO DA HABITAÇÃO SOCIAL

A cidade de Presidente Prudente está localizada no Oeste paulista, sendo que sua colonização apoiou-se na produção agropecuária e na implantação da estação ferroviária no início do século XX. A definição de sua estrutura urbana relaciona-se diretamente com a abertura de duas áreas: Vila Goulart e Vila Marcondes. A primeira, já nos primeiros anos, assumiu o papel de centro comercial e bairro das famílias mais abastadas, enquanto a última passou a atrair empresas de beneficiamento agrícola e área residencial das classes de menor poder aquisitivo. Em 1921, o município de Presidente Prudente foi criado legalmente.

Sua expansão urbana sempre ocorreu de forma mais dinâmica na direção sudoeste, como prolongamento da Vila Goulart. Até início da década de 1960, a cidade apresentou significativa expansão territorial, sem planejamento e regularização legal. A estrutura política da cidade se formou baseada no coronelismo, apoiada inicialmente nas figuras dos 'Coronéis' Goulart e Marcondes, e foi reproduzida ao longo dos anos. Em 1964, a partir da mudança do sistema de Governo Federal, e havendo possibilidade de maior arrecadação municipal, o Poder Público local iniciou a regularização de loteamentos e lotes (Spósito, 1990).

Em 1968 foi construído o primeiro empreendimento de habitação social na cidade, financiado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), o Parque Continental, localizado na franja urbana da cidade (Silva, 2005). Nesse mesmo ano, o município foi objeto do primeiro Plano Diretor, denominado Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI), com metodologia especificada pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU). Como decorrência do PDDI, foi instituído o primeiro zoneamento urbano. Ambos ficaram em vigor até meados da década de 1990.

Durante a década de 1970, Presidente Prudente apresentou grande expansão territorial urbana, com o surgimento de grandes vazios no traçado da cidade por longos períodos de tempo. A malha urbana praticamente dobrou nesse período. Em 1978, foi aprovado o segundo empreendimento de moradias sociais na cidade, por meio de financiamento do BNH.

Nos anos seguintes, manteve-se o processo de crescimento da malha urbana, com a abertura de vários loteamentos na periferia, a maior parte implantada na região Oeste da cidade. Na gestão municipal 1977–1982, houve incremento na produção de conjuntos habitacionais na cidade, com dez conjuntos aprovados e implantados. No entanto, a maioria desses empreendimentos não causou a expansão urbana, pois foram implantados

em loteamentos previamente aprovados e abertos na cidade no limite da malha, embora suas localizações tenham servido para estimular a incorporação privada em novas áreas na periferia urbana, além de incentivar a segregação espacial, por meio da exclusão da população para áreas carentes ou sem infraestrutura.

A partir de 1983, com novo governo municipal, ocorreu uma mudança no processo de oferta de lotes e loteamentos, assim como em relação à construção de habitação social, com poucos investimentos públicos e privados no município. Nota-se, também, que no final da década de 1980 a propriedade do solo urbano apresentava alto grau de concentração, agindo diretamente na dinâmica do mercado, direcionando a expansão urbana e incentivando a segregação socioespacial (Spósito, 1995).

Entretanto, na década de 1990, após a criação da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), da Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo, em 1989, e do novo Governo Federal (1990–1992), foram aprovados e financiados 11 conjuntos habitacionais no município, na franja urbana, num total de 4 698 unidades. Na gestão municipal seguinte (1993–1996), houve concessão de Direito Real de Uso de 4 013 lotes urbanizados, sem participação de Governo Federal ou Estadual, sendo que todos os lotes se localizam em loteamentos no limite da malha ou do perímetro urbano.

No ano de 1990, foi aprovada a Lei Orgânica do município de Presidente Prudente. Com base nessa lei, e em decorrência da obrigatoriedade definida pelas Constituições Federal de 1988 e Estadual de 1989, em 1996 foi elaborado e aprovado o novo Plano Diretor municipal. Embora nesse plano fossem incluídas diretrizes gerais da política habitacional, as ações eram vagas. Não consta definição de áreas ou regiões prioritárias para habitação social, ou passíveis de aplicação de instrumentos urbanísticos indicados para assegurar a função social da propriedade, ou reduzir a segregação socioespacial urbana. Em 1998, foi aprovada legislação que permitiu ao proprietário imobiliário a possibilidade de solicitar a definição de Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) junto à Prefeitura, o que auxiliou na inclusão de áreas desvalorizadas no mercado voltado à construção de habitação social.

Durante a gestão presidencial 1995–2002, a Política Nacional de Habitação visava à descentralização da execução dos programas habitacionais, com incentivo a ações dos governos municipais como agentes promotores de habitação social. Em Presidente Prudente, na gestão 1997–2000, cinco empreendimentos de habitação social foram executados na cidade, sendo quatro com financiamento do CDHU e um particular.

Em 1999, foi editada a Medida Provisória nº 1.823/1999, que criou o Programa de Arrendamento Residencial (PAR) pelo Governo Federal, nova forma de agenciamento da habitação. Esse programa veio beneficiar Presidente Prudente com a construção de habitações de interesse social entre os anos de 2003 e 2006.

O Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257) foi sancionado em 2001. O município de Presidente Prudente optou por não revisar o Plano Diretor de 1996. Em 2003,

uma nova legislação de zoneamento de uso e ocupação do solo urbano foi sancionada, incorporando em seu texto a possibilidade de criação de ZEIS por meio da solicitação do proprietário imobiliário.

O PROGRAMA DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL E SEUS EFEITOS

Em 1998, a Política Nacional de Habitação (PNH) em vigor visava ao atendimento das camadas de baixa renda e ao aumento do controle social na gestão com descentralização dos programas de habitação para o âmbito municipal e o incentivo da participação da iniciativa privada na implementação desses programas. Nessa perspectiva, foi criado, em 1999, o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), para financiamento habitacional para população com renda de até seis salários-mínimos, por meio da aquisição segundo arrendamento.

O Programa de Arrendamento Residencial podia apresentar diversas modalidades de empreendimentos, mas com preferência para implantação de empreendimentos na malha urbana, com urbanização consolidada, buscando redução de vazios urbanos. A elaboração dos projetos e a execução das obras eram funções das construtoras contratadas. Foram definidos dois patamares para financiamento do PAR, cuja diferenciação baseava-se na faixa de renda do público destinatário como arrendatário: o PAR-1 para renda de até seis salários-mínimos; e o PAR-2 para renda de até quatro salários-mínimos.

O Programa de Arrendamento Residencial foi criado como resposta ao não atendimento da população de menor renda no financiamento de habitação nos demais programas implementados até então, com aquisição por meio do arrendamento. A definição de prioridades para implantação do Programa deveria ser feita pelo Poder Público municipal, baseado no Plano Diretor aprovado, segundo as áreas caracterizadas como prioritárias ou Zonas de Interesse Social (ZEIS); ou seja, a relação com a política urbana local era essencial, incentivando a implantação de conjuntos menos excludentes e segregadores. Apesar disso, em Presidente Prudente essa definição não ocorreu.

Como destacado, o então Plano Diretor vigente não indicava os locais prioritários para a implantação de Habitação de Interesse Social, deixando para a iniciativa privada a localização dessas áreas. Além disso, a candidatura da cidade no Programa foi iniciativa dos agentes privados (construtoras, imobiliárias e proprietários de terras), interessados em investir no mercado de habitação social.

Entre os anos de 2003 e 2006, cinco empreendimentos foram aprovados e construídos no âmbito do PAR, com características distintas, e os dois patamares de renda foram estipulados pelo Programa. Em novembro de 2003 foi iniciada a construção do Conjunto Residencial Bela Vista e, a partir de então, mais quatro empreendimentos foram aprovados: Conjunto Residencial Atalaia (dezembro de 2003); Conjunto Residencial Laura (dezembro de 2003); Conjunto Residencial Esmeralda (setembro de 2004); e Conjunto Residencial Monte Carlo (outubro de 2006). Tais conjuntos diferem quanto à tipologia

construtiva, área de implantação, quantidade de famílias beneficiadas, valores de financiamento e relação com a estrutura urbana.

A pesquisa apontou que a localização dos conjuntos na malha urbana está baseada na disponibilidade de áreas privadas e baratas, sem relação com déficit habitacional setorizado, disponibilidade de serviços e/ou equipamentos urbanos, ou outro levantamento elaborado, assim como a faixa de financiamento liberada, relacionada ao padrão de acabamento da obra, não foi definida por carência de habitação no referido patamar, mas por disponibilidade de liberação de verba do banco financiador.

A Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, nos processos do PAR, participou apenas com aprovação dos projetos junto à Secretaria de Planejamento, e colaborou com parte dos cadastramentos de interessados. Pode ser observada a reprodução das características de implantação da habitação social nas áreas periféricas da cidade.

Em 2003, o Governo Federal alterou o perfil do PAR e, em 2009, reduziu o interesse por esse Programa a partir do lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida; que relegou o PAR ao segundo plano.

Em 2007, ocorreu o processo de revisão do Plano Diretor municipal de Presidente Prudente, que foi aprovado no início de 2008. Da mesma maneira que o Plano de 1996, o novo plano não define ZEIS. Mesmo com a definição de instrumentos urbanísticos voltados para a “justiça social da propriedade e da cidade”, o novo Plano Diretor não busca reverter o processo de expansão urbana da cidade. A manutenção de grandes vazios urbanos e a construção de Habitação de Interesse Social nos limites da cidade têm sido reforçados também no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, resultando em uma produção segregada e excludente do espaço urbano, dirigida pelo capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos conjuntos habitacionais executados em Presidente Prudente por meio de financiamento do Programa de Arrendamento Residencial possibilitou compreender a ação do Estado e da iniciativa privada sobre a produção do espaço urbano deste município, parte do percurso histórico de implantação dos vários conjuntos habitacionais na cidade.

Por meio da análise dos Planos Diretores pode-se verificar que o município carece de uma política urbana inclusiva, voltada para orientar a produção de habitação social para a população de baixa renda. Entrevistas com técnicos municipais apontaram que o Poder Público municipal não tem intenção de definir áreas para Habitação de Interesse Social — ZEIS, pois considera que haveria diminuição da oferta de moradia popular pela iniciativa privada, além de considerar restrita a sua capacidade de atuação frente ao problema.

É válida a comparação entre essa afirmação e a análise de que os problemas urbanos não são decorrentes exclusivamente de questões políticas, mas são seus principais obstáculos, sendo eles viabilizados por meio da capacidade dos grupos e classes dominantes em impor sua ideologia, inclusive aos próprios técnicos.

A pouca clareza das políticas urbanas deixa em aberto muitos caminhos de ação pública, como acontece, também, com a política habitacional municipal, que não se mostra inclusiva, e atualmente tem nos agentes privados a base para provisão e gestão da habitação social que, por sua vez, reproduz espaços urbanos segregados. Dessa forma, o modelo de empreendimento contribui para a expansão e fragmentação urbana do território municipal, pois vincula-se às localizações mais distantes do centro, junto à franja urbana.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a falta de atuação do Poder Público evidencia uma omissão em relação à prática dos agentes privados, ocorrendo descaso sobre a produção habitacional para a população de baixa renda, que tem auxiliado no processo de segregação e desigualdade socioespacial. Em sentido inverso, sua ação deveria ser proativa, buscando minimizar esses efeitos por meio de políticas efetivas de integração espacial e social.

Da mesma forma, a inclusão de instrumentos urbanísticos no Plano Diretor Municipal, aprovados na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Cidade, possibilita sua aplicação no espaço urbano, o que auxiliaria na gestão e planejamento do território, se efetivamente implementados, diminuindo o desequilíbrio social urbano.

A análise dos empreendimentos residenciais financiados pelo PAR, em Presidente Prudente, possibilitou verificar a ausência de políticas públicas — urbana e habitacional —, voltadas ao cumprimento da função social da cidade, reforçando o processo de produção do espaço urbano cada vez mais orientado pelos interesses do capital, o que contribui para a expansão da malha urbana de forma segregada e fragmentada. Portanto, conclui-se que a produção do espaço urbano neste município é produto direto do capital, sem interesse de controle ou direcionamento pelo Poder Público, fruto da ausência de uma política urbana socialmente justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

ALVIM, A.T.B.; CASTRO, L.G.R.; ZIONI, S. Avaliação de políticas urbanas. In: ALVIM, A.T.B.; CASTRO, L.G.R. (Org.). *Avaliação de políticas urbanas: contexto e perspectivas*. São Paulo: Romano Guerra, 2010. p.13-41.

BRASIL. Medida Provisória nº 1.823, de 29 de abril de 1999. Cria o programa de arrendamento residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 30 abr. 1999. Seção 1.

BRASIL. Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001. Cria o programa de arrendamento residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 14 fev. 2001. p.4.

CALDEIRA, T.P.R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

CUNHA, E.P.; CUNHA, E.S.M. Políticas públicas sociais. In: CARVALHO, A.M. *et al. Políticas públicas*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p.11-26.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.

MARQUES, E. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. In: MARQUES, E.; TORRES, H. (Org.). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Senac, 2005. p.19-56.

ROLNIK, R. *et al. Plano diretor participativo: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos*. Brasília: Ministério das Cidades, 2004. Disponível em: <www.viaciclo.org.br/portal/documentos/doc_details/148-guia-elaboracao-plano-diretor-participativo-min-cidadesconfea>. Acesso em: 1 nov. 2008.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. 5.ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

SILVA, R.B. *Segregação e/ou integração: o programa de desfavelamento e loteamentos urbanizados em Presidente Prudente*. 2002. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

SPOSITO, E.S. *Produção e apropriação da renda fundiária urbana em Presidente Prudente*. 1990. Tese (Doutorado) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

SPÓSITO, M.E.B. *A expansão territorial urbana de Presidente Prudente*. *Recortes*, n.4, p.5-40, 1995.

VALLADARES, L.P. (Org.). *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983.

VILLAÇA, F. *Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil*. In: DÉAK, C.; SCHIFFER, S.R. (Org.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999. p.169-243.

Recebido em
25/6/2012,
reapresentado em
21/11/2012 e aceito
para publicação em
14/1/2013.

SIBILA CORRAL DE ARÊA LEÃO HONDA Professora Doutora | Universidade do Oeste Paulista | Curso de Arquitetura e Urbanismo | Rod. Raposo Tavares, km 572, Limoeiro, 19067-175, Presidente Prudente, SP, Brasil | Correspondência para/Correspondence to: S.C.A.L. HONDA | E-mail: <sibila@unoeste.br>.

ANGÉLICA TANUS BENATTI ALVIM Professora Doutora | Universidade Presbiteriana Mackenzie | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | São Paulo, SP, Brasil.

PROJETO DE HABITAÇÕES FLEXÍVEIS DE INTERESSE SOCIAL

*FLEXIBLE SOCIAL HOUSING PROJECT | PROYECTO DE VIVIENDAS
FLEXIBLES DE INTERÉS SOCIAL*

MARCELE SALLES MARTINS, ANICOLI ROMANINI, ANDRÉA QUADRADO MUSSI, DAIANE FOLLE

RESUMO

O acesso à moradia digna e dotada de habitabilidade configura um dos mais importantes direitos do cidadão e é um desejo intrínsceno ao ser humano. É uma condição básica para a promoção de sua dignidade, o que faz dela um importante fator de estabilidade social e política. As edificações nem sempre correspondem às reais necessidades dos moradores. Essa premissa fomenta as pesquisas desenvolvidas pelo Núcleo de Estudo e Pesquisa em Edificações Sustentáveis da Faculdade Meridional, que propôs um projeto de Habitação de Interesse Social flexível. Esse projeto foi desenvolvido a partir dos princípios da construção evolutiva, e prevê a construção de 210 habitações, a serem implantadas no Loteamento Canaã, situado no bairro São José, em Passo Fundo, no Estado do Rio Grande do Sul. A partir de uma entrevista semiestruturada, com a técnica de preferência declarada, realizada com os futuros moradores, foram levantadas as necessidades da comunidade em relação às perspectivas de ampliações de suas residências. O projeto contempla sala de estar, cozinha e lavanderia conjugados, banheiro e dois dormitórios, distribuídos em 45,63m², permitindo ampliação em garagem, dormitório, cozinha, ou sala para atividades de comércio. Tais possibilidades de ampliação foram solicitações apontadas pelos futuros moradores durante as entrevistas. Entende-se que, levando em conta a real necessidade e interesse dos habitantes desta comunidade, pode-se garantir maior qualidade de vida aos moradores locais com as soluções propostas, tanto do ponto de vista ambiental quanto dos aspectos sociais, culturais e econômicos.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura sustentável. Flexibilidade de projeto. Habitação de interesse social.

ABSTRACT

Access to dignified housing, which is endowed with habitability, is one of the most important citizen's rights and it is a human intrinsic desire. It is a basic condition for the promotion of his or her dignity, which makes it an important factor of social and political stability. Buildings seldom meet the dwellers' real needs. This premise supports

the research developed by the Center for Studies and Research in Sustainable Buildings from Faculty Meridional, which proposed a social flexible interest housing project. This Project was developed from the principles of the evolving construction and it foresees the construction of 210 buildings that will be implanted at Lot Canaã, located in District São José, in Passo Fundo, in Rio Grande do Sul state. From a semi-structured interview, according to stated preference methods, accomplished with the future dwellers, the community needs were surveyed in relation to the perspectives of the residences extension. The project is consisted of a living room together with a kitchen and a laundry room, bathroom and two bedrooms distributed in 45,63m², allowing the extension of the garage, bedroom, kitchen, or a room for business activities. Such extension possibilities were requests pointed by the future dwellers during the interviews. Therefore, by taking into account the real needs and interest of the dwellers in this community, it is possible to guarantee quality of life to local dwellers from the solutions proposed under the environmental point of view as well as social, cultural and economic aspects.

KEYWORDS: Sustainable architecture. Design flexibility. Social housing.

RESUMEN

El acceso a una vivienda digna y habitable es un deseo intrínseco al ser humano, se establece como uno de los derechos más importantes de los ciudadanos, condición básica para la promoción de su dignidad, y un importante factor de estabilidad social y política. Hoy por hoy los proyectos habitacionales no siempre corresponden a las necesidades reales de los residentes. Bajo este indicio se promueve la investigación desarrollada por el Núcleo de Estudios e Investigación en Edificaciones Sostenibles de la Facultad Meridional, en la que se propuso un proyecto de vivienda de interés social flexible. Proyecto que ha sido desarrollado a partir de los principios de construcción evolutiva, y que prevé la construcción de 210 viviendas, que se implantarán en el loteamiento Canaán, ubicado en el barrio São José, en la ciudad de Passo Fundo, estado de Rio Grande do Sul. El proyecto incluye una sala de estar, cocina y lavadero contiguos, un baño y dos habitaciones, todo repartido en un área de 45,63m². A partir de una entrevista semi estructurada con la técnica de preferencia declarada, realizada a los futuros residentes, se identificaron las necesidades de la comunidad con relación a las perspectivas futuras de ampliación de sus residencias Previéndose ampliaciones para la construcción del garaje, habitaciones, cocina o local destinado a actividades comerciales, lo que Garantizaría una mayor calidad de vida desde el punto de vista social, cultural, económico y ambiental de los residentes locales en base a las soluciones propuestas. económicos.

PALABRAS-CLAVE: Arquitectura Sostenible. Flexibilidad de diseño. Vivienda Social.

INTRODUÇÃO

A questão da qualidade de vida da população deveria ser o conceito primordial para qualquer ação de planejamento. As especificidades ambientais ou até mesmo paisagísticas, bem como as identidades dos bairros e o caráter das cidades, devem ser sempre objeto de preocupação, com análise de caso aprofundada, visto que esses aspectos influenciam diretamente no cotidiano dos cidadãos.

Este último fator é intimamente relacionado com a necessidade de abrigo e proteção para o indivíduo. O referencial de qualidade de vida depende fundamentalmente das condições do local onde se vive, das condições do lar, da casa, da moradia, da habitação.

Habitar consiste em o indivíduo situar-se em determinado espaço onde se sinta seguro e onde seja propiciado o seu repouso, a restauração da saúde, o convívio familiar e o crescimento social (Palermo, 2009). Para satisfazer às exigências do bem-estar do usuário e garantir a qualidade de vida, a habitação deve considerar as qualidades necessárias, que dizem respeito aos ambientes criados por ela.

A habitação é um instrumento de grande importância para o equilíbrio social. A moradia condigna configura um dos mais importantes direitos do homem e o acesso a ela constitui uma das mais legítimas aspirações do cidadão. É uma condição básica para a promoção de sua dignidade, o que faz dela um importante fator de estabilidade social e política. Essas edificações, no entanto, nem sempre correspondem às reais necessidades dos moradores.

Para melhorar significativamente os projetos habitacionais de interesse social, é preciso, conforme D'Ávila (2010, p.125A), "Sensibilizar a sociedade para a questão da sustentabilidade no ambiente construído, buscando a melhor forma de mover a sociedade para o fomento à integração de tecnologias não convencionais e menos impactantes na produção do ambiente construído", possibilitando uma habitação de baixo custo, com melhor qualidade e menos impacto ambiental.

A rigidez e a excessiva padronização dos projetos de Habitações de Interesse Social, apesar de aparentemente buscar a viabilidade econômica, têm resultado, geralmente, em espaços de difícil apropriação. Percebe-se claramente que a qualidade é precária e, muitas vezes, inadequada ao local de implantação da edificação. Há, ainda, o agravante de que as soluções ofertadas dificultam as tentativas de readequação da moradia, que terminam por envolver grandes somas de dinheiro e radicais ingerências na edificação (Palermo, 2009).

Vários instrumentos de avaliação da qualidade do espaço construído já foram e continuam sendo desenvolvidos, porém a maioria é aplicada em edificações em fase de uso. Observa-se que essa prática ensina, sobretudo, a como não projetar e como não construir.

O projeto da moradia sem previsão de expansão, embora justificado 1) pela falta de conhecimento acerca das necessidades e perfil do morador (Benevente, 2002); 2) pela padronização de soluções espaciais; 3) pela falta de retroalimentação do conhecimento apreendido sobre habitação na prática projetual; 4) pelo fato de as famílias, em muitos casos, possuírem renda compatível apenas para programa de construção mínima total-

mente financiada; ou 5) pela urgência da execução da obra, as famílias precisam optar pelo projeto de construção mínima, a fim de não ser perdido o direito ao lote legalizado disponibilizado por órgãos públicos a famílias provenientes de moradias em local ilegal e sujeitas a eminente expulsão (Kowaltowski, 2003), o que acaba gerando diferentes problemas quando da ampliação efetiva.

Diante disso, o objetivo deste artigo é apresentar o trabalho desenvolvido pelo Núcleo de pesquisa em Arquitetura Sustentável de Interesse Social da Escola de Arquitetura e Urbanismo do Instituto Meridional (IMED) ao propor um projeto-base de Habitação de Interesse Social, baseado nas premissas da construção evolutiva, após verificar a percepção da comunidade que habitará o Loteamento Canaã, pertencente ao bairro São José, em Passo Fundo (RS), frente às prioridades de ampliação de suas residências.

CONCEITO E RELEVÂNCIA DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EVOLUTIVA

A Habitação de Interesse Social evolutiva pode ser definida como a habitação de dimensão mínima que permite modificações que acompanhem as melhorias das condições financeiras e as necessidades de seus usuários ao longo de uma história familiar.

A condição evolutiva da habitação pode ser identificada como a capacidade que o edifício apresenta de acompanhar a história familiar. Coelho e Cabrita (2003, p.167) consideram que a evolução de fazer um pouco mais de área a cada passo é natural e constitui uma forma homogênea na habitação mínima: “[...] interessa salvaguardar que uma casa, no início, quase mínima, passa a ser um dia uma casa bem desenvolvida, e dificilmente reconhecida como não tendo sido feita numa única operação de construção”.

Para Szücs (1998), a ideia de flexibilidade, aplicada ao projeto da habitação popular, deve ser entendida como a capacidade do edifício de se adequar a um leque de necessidades específicas, além daquelas necessidades básicas como abrigo, descanso, convívio etc. Essa adequação passa pela possibilidade de transformação da edificação que, a partir do surgimento da necessidade e na presença de condições financeiras favoráveis, pode ser modificada ou ampliada sem prejuízo da parte pronta, durante ou após a obra.

A flexibilidade aplicada ao projeto da moradia é importante para que se possa fazer alterações de arranjos espaciais e usos, sem a necessidade de grandes modificações na edificação original e/ou inviabilização do uso da mesma durante a obra; e a previsão de construção em etapas é uma forma racional de prever, no projeto, para onde e como a habitação poderá ser modificada, seja pela criação de novos cômodos, seja pela ampliação dos já existentes.

Reis e Lay (2002) verificaram aumentos em três tipologias analisadas (blocos de apartamentos, casas unifamiliares térreas isoladas e em fita, e sobrados), sendo os mais significativos localizados no tipo arquitetônico casa. A casa inserida em lote com possibilidades de expansão lateral e/ou frente e fundos é considerada a tipologia mais apta para viabilizar um processo evolutivo (Portas & Rocha, 1971).

Tramontano (1995) enfatiza conceitos de flexibilidade e adaptabilidade quando discute mudanças tanto no processo de projeto como no programa de necessidades do espaço doméstico. Para o autor, uma das principais razões das modificações feitas pelos usuários das Habitações de Interesse Social, além da falta de acabamentos na entrega e das áreas reduzidas, é a inadequação do desenho interno às necessidades originadas em novas composições familiares.

MÉTODOS

Para o desenvolvimento do trabalho foi aplicado um questionário aos futuros moradores do Loteamento Canaã, pertencente ao Bairro Leonardo Ilha, por acadêmicos da Escola de Arquitetura e Urbanismo, voluntários do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Construções Sustentáveis da IMED. O questionário abordou questões relacionadas aos dados socioeconômicos dos respondentes e uma entrevista semiestruturada por meio da técnica de Preferência Declarada (PD), acerca do bairro, da residência e das tipologias habitacionais.

A população que integrará o loteamento consta de 210 famílias; destas, 98% dos contemplados respondeu ao questionário. A implantação do loteamento possui área de 5,8 hectares. É uma iniciativa de um grupo de mulheres denominado Grupo de Mulheres Unidos Venceremos, uma entidade não governamental que desenvolve projetos sociais no bairro Leonardo Ilha há mais de 10 anos. A área para a implantação do loteamento foi adquirida pelo grupo, com recursos provenientes da Caixa Econômica Federal, agência financiadora do Programa Minha Casa Minha Vida, na modalidade Entidades, projeto inédito no País nesta modalidade.

O estudo do PD consiste em apresentar um conjunto de opções aos entrevistados, com alternativas viáveis chamadas por Ortúzar e Willumsen (2011) de alternativas tecnologicamente possíveis, para que uma seja escolhida. As escolhas identificam os atributos preferidos ou de maior importância (Brandli & Heineck, 2005). Consistem, portanto, em um conjunto de opções possíveis, porém hipotéticas. Os dados hipotéticos, utilizados no experimento, devem conservar características realistas, que possam ser imaginadas pelos entrevistados; deste modo, permitem investigar um objeto de estudo, que, neste caso, é a preferência que o respondente possui em relação aos compartimentos que poderão ser acrescidos na residência padrão, tais como: dormitório, garagem, lavanderia, sala para comércio e cozinha.

Depois de adquirir informações e estudá-las, os consumidores definem um conjunto de atributos determinantes no processo de avaliação, os quais receberão valores que dependem das necessidades do usuário. Esta combinação e integração é o principal objeto de estudo das técnicas de preferência declarada.

Segundo Bates (1991), os dados obtidos de experimentos de PD podem ser classificados em três grupos:

a) Escala de avaliação (ou *rating*), na qual respostas individuais são dadas para cada alternativa. As respostas podem se interpretadas como uma mensuração da utilidade de cada alternativa. Usualmente a avaliação é representada por uma preferência relativa entre uma dentre duas alternativas;

b) Ordem de preferência (ou *ranking*), em que alternativas são simultaneamente apresentadas aos entrevistados. O objetivo é colocar essas alternativas em ordem de preferência;

c) Escolha da mais atrativa (ou *choice*), na qual um conjunto de alternativas é apresentado ao entrevistado. Para cada conjunto de entrevistados requer-se apenas a escolha daquela mais desejada.

Dentre os métodos de preferência declarada descritos anteriormente, usou-se neste estudo o método de ordenação das alternativas (*ranking*). Optou-se por este método porque se supôs ser de melhor entendimento para o entrevistado ordenar um conjunto de alternativas do que avaliá-las uma a uma (atribuindo-lhes valor). Tendo em vista o contexto da aplicação, decidiu-se pelo desenvolvimento de cartões ilustrados como instrumento de coleta de atributos preferenciais.

Os cartões são a ferramenta prática de visualização dos atributos considerados na pesquisa, apresentados ao entrevistado, os quais deverão ser ordenados pela sua ordem de preferência. Para que os entrevistadores registrassem as preferências dos futuros moradores, concebeu-se uma folha de coleta de dados para registro das mesmas durante a aplicação dos cartões ilustrados junto aos respondentes.

Para a elaboração das alternativas, optou-se por utilizar um número máximo de atributos. Foram apresentados cinco cartões aos entrevistados, que eram escolhidos por eles por grau de preferência ou prioridade; os dados hipotéticos utilizados no experimento lembravam características reais, que poderiam ser imaginadas pelos entrevistados, procurando, assim, evitar a intervenção do entrevistador.

PROJETO DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

De acordo com a pesquisa, pôde-se observar que 71% dos respondentes eram do sexo feminino. Percebe-se, com essa grande diferença percentual, que as mulheres estão se organizando e iniciando, em função de suas necessidades, uma independência de escolhas e desejos, que, com as condições favoráveis e organização comunitária, pode se concretizar. Com relação ao item escolaridade, pode-se dizer que a grande maioria da comunidade respondente possui baixa escolaridade, pois 43% da população ouvida contemplam apenas o Ensino Fundamental, e 46% contemplam o Ensino Médio, independentemente da conclusão.

Outra questão analisada diz respeito à idade da pessoa responsável pela assinatura contratual do projeto da residência pelo programa do Governo Federal Minha Casa Minha Vida. A maior parcela compreende a idade entre 21 e 30 anos (42%). A segunda maior parcela compreende a idade entre 31 e 40 anos (24%). A partir desta apuração percentual,

pode-se dizer que este novo loteamento, idealizado e desenvolvido por uma organização comunitária, propõe-se a ser ocupado, a partir de uma responsabilidade contratual social e financeira, por uma população considerada jovem (em torno de 70%). Desta forma, percebe-se que, cada vez mais cedo, concomitantemente às condições favoráveis (econômicas e sociais), está-se buscando a aquisição da moradia própria.

O levantamento mostrou que quase 60% correspondia a uma população de solteiros e separados, ou seja, pessoas sem vínculo matrimonial. São novas formações de famílias, que normalmente são constituídas por um ou mais contribuintes e, conforme dados apresentados acima, formadas basicamente por mulheres. Esta grande parcela analisada é parte importante da demanda pela habitação social, principalmente em função da facilidade de aquisição e condições favoráveis.

Outro item relevante a ser analisado é a quantidade de pessoas que irão ocupar a nova residência. Percebe-se que as maiores porcentagens correspondem às maiores quantidades de pessoas que ocuparão a residência, ou seja, as três maiores parcelas são 29% para seis ocupantes, 24% para cinco ocupantes e 19% para quatro ocupantes. Isso demonstra a grande importância e necessidade que esta comunidade terá em relação à construção evolutiva. Conhecer essas necessidades auxiliou a melhor proposta de ampliação das residências construídas para proporcionar um maior conforto aos usuários.

Com relação à renda familiar, confirmou-se que as maiores parcelas (89%) da população ouvida possuem renda de um a dois salários-mínimos, estando de acordo com o programa de crédito do Governo Federal para aquisição da Habitação de Interesse Social.

O questionário aplicado aos futuros moradores do loteamento Canaã abordou, a partir dos cartões ilustrados, o nível de importância do compartimento a ser ampliado na futura residência. Os cartões apresentavam as seguintes ilustrações: dormitório, garagem, lavanderia, sala para comércio e cozinha.

Em primeiro lugar na preferência de compartimento a ser implantado na residência apareceu a garagem, que ganhou a totalidade de respondentes.

Considerando todas as opções apresentadas no momento da entrevista, a preferência em segunda ordem foi por acrescer um dormitório como ampliação. A importância apareceu em 58 das respostas, sendo seguida de 52 pela lavanderia, 46 pela garagem, 44 pela cozinha e 8 pela sala de comércio.

Na terceira ordem de preferência dos respondentes a lavanderia apareceu como prioridade na ampliação, seguida da cozinha, e da sala de comércio.

Para contemplar as preferências da população respondente foi proposto um projeto base que contempla estar/cozinha/lavanderia conjugadas, banheiro e dois dormitórios, distribuídos em 45,63m² (Figura 1).

Os compartimentos dormitório, cozinha e sala de comércio serão implantados, (Figura 2), procurando não utilizar as divisas para sua implantação, fator influenciado por outra constatação da pesquisa, que observou que a maioria dos respondentes pre-



FIGURA 1 – Projeto base da Habitação de Interesse Social.
Fonte: Elaborado pelas autoras (2012).

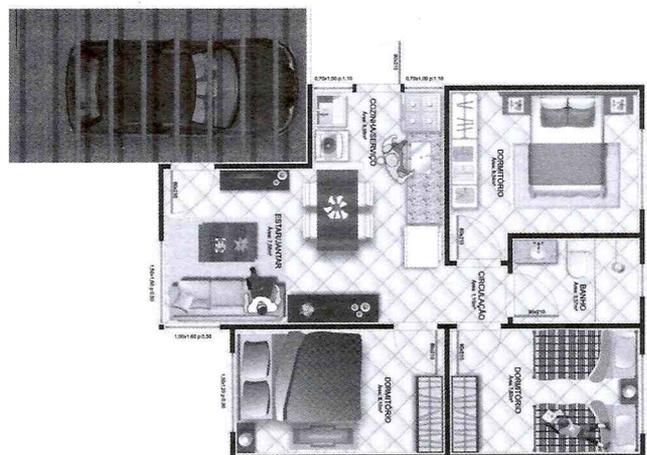


FIGURA 2 – Projeto com ampliação da garagem e dormitório.
Fonte: Elaborado pelas autoras (2012).

fiere a casa isolada no lote. A garagem se utilizará do espaço lateral frontal da edificação, que será apenas coberto. O projeto contendo a ampliação tanto do dormitório, quanto da cozinha, totaliza 55,18m² de área construída; a ampliação que prevê a sala de comércio totalizará 66,30m² e, em ambas as propostas, a garagem possui 15,00m².

A ampliação de Habitações de Interesse Social com área inicial construída de 23,00 a 65,50m² (Rodrigues, 2001) é uma ação relevante a ser considerada no contexto brasileiro. Com o grande número de Habitação de Interesse Social com dimensões mínimas, é inevitável que desde o início da ocupação haja a necessidade de ampliá-la, ocorrendo, muitas vezes, ampliações espontâneas efetuadas pelos próprios moradores, nem sempre com orientação profissional.

CONCLUSÃO

A partir da pesquisa realizada percebe-se a importância da compreensão das dimensões sociais e econômicas de uma determinada população para entender a sua realidade, suas demandas e a forma na qual o processo de projeto deverá ser embasado.

A futura comunidade residente é composta por maioria significativa de mulheres, provedoras do lar, solteiras e separadas, ou seja, pessoas sem vínculo matrimonial, mas que desde cedo buscam a aquisição da casa própria. Outro fato observado é o grande número de pessoas que compõem o círculo de moradores de cada Habitação de Interesse Social, demonstrando a grande importância e necessidade que esta comunidade terá em relação à construção evolutiva. Assim, o projeto da Habitação de Interesse Social deve prever mudanças ao longo do seu uso, a fim de estar constantemente adequado ao contexto familiar e às necessidades do usuário.

É importante destacar, ainda, que a metodologia aqui proposta para a concepção dos projetos arquitetônicos poderá ser utilizada para o emprego de projetos em outros locais do estado. Essa iniciativa se justifica facilmente pela atual demanda do Governo Federal que se alinha no programa Minha Casa Minha Vida e pela consequente necessidade de desenvolver e executar projetos arquitetônicos que visem à sustentabilidade em todos os sentidos, os quais estão fora do acesso da população de baixa renda, tão carente de incentivos dentro dos projetos acadêmicos e industriais.

Entende-se, por fim, que levando em conta a real necessidade e interesse dos habitantes desta comunidade, pode-se garantir uma maior qualidade de vida aos moradores locais mediante soluções propostas tanto do ponto de vista ambiental quanto dos aspectos sociais, culturais e econômicos.

REFERÊNCIAS

BATES, J.J. Introduction to stated preference techniques: theoretical basis and other key issues. *PTRC Course: Introduction to Stated Preference Techniques*, 7-8 oct. 1991.

BENEVENTE, V.A. *Derivações da avaliação pós-ocupação (APO) como suporte para verificação da aceitação de propostas habitacionais concebidas a partir de soluções espaciais e tecnológicas não usuais*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BRANDLI, L.L.; HEINECK, L.F.M. As abordagens dos modelos de preferência declarada e revelada no processo de escolha habitacional. *Ambiente Construído*, v.5, n.2, p.61-75, 2005.

COELHO, A.B.; CABRITA, A.R. *Habituação evolutiva e adaptável*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2003.

D'AVILA, M.R. Implementação de aspectos sustentáveis em habitações de interesse social. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE SUSTENTABILIDADE E HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, 2010, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p.125A

KOWALTOWSKI, D. Transferência de inovação tecnológica na autoconstrução de moradias. In: FORMOSO, C.T.; INO, A. *Inovação, gestão da qualidade & produtividade e disseminação do conhecimento na construção habitacional*. São Paulo: Habitare, 2003. p.94-139.

ORTÚZAR, J.D.; WILLUMSEN, L.G. *Modelling transport, fourth edition*. Malden: Wiley, 2011. Available from: <<http://onlinelibrary.wiley.com/book/10.1002/9781119993308?globalmess age=0>>. Cited: Feb. 10, 2012.

PALERMO, C. *Sustentabilidade social do habitar*. Florianópolis: UFSC, 2009.

PORTAS, N.; ROCHA, M. *Tipologias de edifícios: habitação evolutiva, princípios e critérios de projectos*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1971.

REIS, A.T.; LAY, M.C. Tipos arquitetônicos dos espaços da habitação social. *Ambiente Construído*, v.2, n.3, p.7-24, 2002.

RODRIGUES, A. *Diretrizes de otimização da ferramenta AUTOMET para a produção de habitação de interesse social financiada pelo SFH*. Dissertação (Mestrado) — Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Campinas, 2001.

SZÜCS, C.P. Flexibilidade aplicada ao projeto da habitação social. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO: QUALIDADE NO PROCESSO CONSTRUTIVO, 7., 1998, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 1998.

TRAMONTANO, M. *O espaço da habitação social no Brasil: possíveis critérios de um necessário redesenho*. In: NOMADS USP: habitar a cidade. São Carlos: Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 1995.

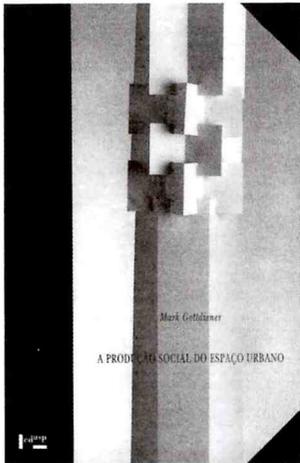
MARCELE SALLES MARTINS Pesquisadora | Instituto Meridional | Escola de Arquitetura e Urbanismo | Núcleo de Estudo e Pesquisa em Edificações Sustentáveis | R. Senador Pinheiro, 304, 99070-220, Passo Fundo, RS, Brasil. | Correspondência para/Correspondence to: M.S. MARTINS | E-mail: <marcelesalles@yahoo.com.br>.

ANICOLI ROMANINI Doutoranda | Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Programa de Pós-Graduação em Urbanismo | Passo Fundo, RS, Brasil.

ANDRÉA QUADRADO MUSSI Doutoranda | Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Programa de Pós-Graduação em Urbanismo | Passo Fundo, RS, Brasil.

DAIANE FOLLE Pesquisadora | Instituto Meridional | Escola de Arquitetura e Urbanismo | Núcleo de Estudo e Pesquisa em Edificações Sustentáveis do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Edificações Sustentáveis | Passo Fundo, RS, Brasil.

Recebido em 3/5/2013
e aprovado para
publicação em
27/6/2013.



A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO

De Mark Gottdiener. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2010.

RESENHA | ANA PAULA MEDEIROS

Ao resenhar a atual edição da obra “*A Produção Social do Espaço Urbano*”, tem-se por objetivo proceder a uma análise do livro de Mark Gottdiener, situando-o em seu contexto epistemológico, mas também revelar a pertinência de sua releitura, quase 30 anos após seu lançamento.

Publicado originalmente nos Estados Unidos em 1985, pela *University of Texas Press*, o livro foi traduzido para o português e publicado pela Edusp em 1993, em primeira edição. Em 1997 veio a público a segunda edição, que mereceu uma reimpressão em 2010. A obra é um marco teórico fundamental na carreira de Mark Gottdiener e na discussão sobre a produção do espaço de forma geral.

Mark Gottdiener (1943-) é um eminente sociólogo americano, professor do *College of Arts and Sciences* da Universidade de Buffalo, nos Estados Unidos. Do ponto de vista ideológico, filia-se à corrente de pensamento marxista, na linha de Henri Lefebvre. Para ele, a cidade é entendida como uma forma qualitativamente nova de espaço — produto de transformações da organização social.

Neste livro, o autor apresenta uma contundente crítica das abordagens de fenômenos urbanos por ele consideradas convencionais, como as da ecologia urbana, sociologia, geografia e economia urbanas, na esteira de autores como MacKenzie, Park e Burgess, além de outros, seus contemporâneos. O argumento central é que essas teorias seriam insuficientes para explicar a organização espacial contemporânea. Entre outras limitações, elas se restringiriam ao estudo da morfologia, sem contemplarem a organização social que pode produzir, manter e reproduzir os padrões de usos da terra.

Seu aporte fundamental vem no sentido de superar as explicações que privilegiam os fenômenos econômicos, incorporando a dimensão das transformações sociais e culturais em sua relação dialética com o espaço, em uma perspectiva de vida cotidiana e escala local.

Após a reemergência da ecologia urbana no pós-guerra, especialmente a partir da *“Ecologia Humana”*, de Hawley (1982), e o sucesso das críticas marxistas a partir das revoluções de fins da década de 1960, tendo por expoentes Lukács e Gramsci, os Estados Unidos viviam um momento propício para o surgimento de abordagens alternativas.

O tema da expansão urbana norte-americana por meio do fenômeno da suburbanização e suas consequências era bastante central nas discussões urbanas naquele momento, envolvendo pensadores de diversos matizes ideológicos. O próprio Gottdiener (1977) já havia explorado o assunto em seu livro de estreia *“Planned Sprawl: Public and Private Interests in Suburbia”* (SAGE Publications, não traduzido para o português), bem como numa série de artigos para revistas e periódicos.

Na Introdução do livro *“A Produção Social do Espaço Urbano”*, Gottdiener analisa o início da expansão do tecido urbano norte-americano, localizando-o nos idos de 1950, a partir do fenômeno das *Levittowns* e, 20 anos mais tarde, das *New Towns*. O crescimento metropolitano, em sua forma polinucleada e expansível, característica da sociedade americana do início da década de 1980, era seu principal objeto de estudo e, para tal, ele pretendia investigar as teorias existentes, articulando-as com sua própria pesquisa empírica.

Gottdiener (2010, p.14), então, debruça-se sobre o fenômeno do crescimento socioespacial. A forma compacta que a cidade desenvolvera historicamente tinha dado lugar a regiões em permanente expansão “Amorfas na forma, maciças no escopo e hierárquicas em sua escala de organização social”. Ele usa o termo *desconcentração* para designar esse crescimento amorfo.

Ao escrever o livro aqui analisado, na primeira metade dos anos 1980, o autor identifica sete tendências de análise dos eventos e padrões urbanos contemporâneos, a saber: a ecologia urbana, a geografia, a economia urbana, o estruturalismo marxista, a economia política urbana, o neoweberianismo e a perspectiva da produção do espaço.

Segundo ele, as três primeiras são bastante típicas e representam a maioria das abordagens dos analistas norte-americanos. As quatro últimas surgiram como alternativa para tentar entender o desenvolvimento urbano contemporâneo fora do estrangulamento ideológico anterior.

Para as três primeiras abordagens, Gottdiener reserva uma crítica ácida, acusando-as de continuarem fortemente paralisadas por um determinismo tecnológico obstinado, por meio do qual a desconcentração urbana é explicada amplamente em termos de inovações nos modos de transporte e de comunicação. Em contraponto, o autor defende que a desconcentração é, ao mesmo tempo, uma *forma* — isto é, um produto —, e um *processo* — ou seja, um produtor —, que previne as mudanças de efeito no capitalismo tardio. Em suma, *padrões espaciais e processos sociais* estão mais relacionados dialeticamente que ligados por meio de ciclos de causa e efeito.

Uma vez desconstruídos os argumentos dessas linhas teóricas, Gottdiener volta-se para as análises de base marxista, nas quais se detém mais longamente. Outros pensadores marxistas que estão produzindo na mesma época, e com quem Gottdiener dialoga, são Henri Lefebvre, David Harvey e Manuel Castells (Harvey, 1980; Lefebvre, 1980; Castells, 1983; Lefebvre 2000, 2007, 2008).

Gottdiener (2010, p.26) situa Harvey¹ no rol dos economistas políticos urbanos, cujo pensamento, essencialmente funcionalista, ainda está preso a uma excessiva ênfase sobre fatores econômicos. Para ele, são autores que “Encaram a mecanização do crescimento urbano como uma conspiração capitalista perpetrada por um seletivo grupo de indivíduos contra a massa dos habitantes, que são chamados a classe trabalhadora”.

A seguir, dedica-se à comparação das teorias do espaço e das relações entre Estado e produção do espaço urbano presentes 1) no estruturalismo de Manuel Castells², 2) na abordagem neoweberiana que se desenvolveu na Inglaterra em resposta às limitações do estruturalismo marxista, mas que compartilha a crítica ideológica de Castells à ecologia e, finalmente, 3) na obra de Henri Lefebvre sobre a produção de espaço, que diverge do marxismo dos estruturalistas. Gottdiener revela franca inclinação a identificar-se com este último. Para ele, os conceitos e teorias de Castells se afastam de uma teoria do espaço, sendo mais propriamente uma “teoria dos problemas urbanos” ou uma “teoria das relações entre o Estado e o espaço de assentamento”. Já Lefebvre, ao apresentar a sua aceção sobre a produção do espaço, resgata o princípio fundamental da teoria de Marx, que enfatizava o homem como sujeito da sua história.

No final, Gottdiener emerge com sua própria contribuição, fruto da reflexão sobre o material conceitual existente, somada à sua experiência e observação empíricas, que resultam na proposta de uma nova forma de analisar a construção do espaço urbano, que incorpore a dimensão social. Uma de suas contribuições mais importantes, provavelmente, é a de uma apropriação e releitura da concepção lefebvriana de espaço, na qual:

[...] o espaço não pode ser reduzido apenas a uma localização ou às relações sociais da posse da propriedade — ele representa uma multiplicidade de preocupações sociomateriais. O espaço é uma localização física, uma peça de bem imóvel, e ao mesmo tempo uma liberdade existencial e uma expressão mental. *O espaço é ao mesmo tempo o local geográfico da ação e a possibilidade de engajar-se na ação* (Gottdiener, 2010, p.127, grifo meu).

Explicitando outra novidade trazida pelo corpo teórico lefebvriano na análise da produção do espaço urbano, o parâmetro de sua fundamentação teórica é a vida cotidiana na sociedade moderna. Nesta aceção, o autor relata que o espaço contém e está contido nas relações sociais, logo, o real é historicamente construído tendo como representação mental o urbano, e a cidade como expressão material desta representação.

Em comum com Lefebvre, Mark Gottdiener tem a busca por desvendar as interpretações falaciosas que mistificam a estrutura social, pressupondo uma falsa irreversibilidade da realidade. Trata-se de um obscurantismo teórico que cria abordagens que eliminam as contradições das relações socioespaciais, bem como a possibilidade de sua superação.

Entende-se que a maior contribuição de Gottdiener é aprofundar a posição de Lefebvre no sentido de redirecionar o pensamento socioespacial, de uma análise da economia para a transformação das relações sociais. Vivemos, no Brasil, um momento de especial identificação do Estado com os interesses de agentes imobiliários na produção de espaços urbanos voltados fundamentalmente para a atração de investimentos empresariais e para o turismo, dentro de uma lógica de globalização das cidades. Nesse sentido, a (re)leitura da obra de Mark Gottdiener se torna oportuna por diversos motivos.

Em primeiro lugar, porque o autor revela e analisa, de forma muito clara, o papel do Estado na construção e manutenção do crescimento da cidade, contribuindo para a compreensão de diversos processos em curso, como, por exemplo, as operações de reurbanização realizadas nas áreas centrais e pericentrais das grandes metrópoles brasileiras.

Em segundo lugar porque, ao explicitar a insuficiência e inadequação de determinados conceitos para entender as atuais mudanças espaciais, o autor nos força a tentar entender as transformações que ocorrem em nossos territórios à luz do processo dialético que imbrica espaço e relações sociais, superando as análises que os consideram fundamentalmente em uma relação de causa e efeito.

Por fim, mas não menos importante, a vida cotidiana na sociedade moderna ocupa posição de protagonismo em sua fundamentação teórica. Gottdiener traz novas preocupações ao centro da investigação urbana, de maneira a desfazer a estreita fixação no desenvolvimento econômico, comum ao pensamento marxista. Entre elas, estão os fenômenos culturais, em uma perspectiva de vida cotidiana e escala local, ainda que abrangente. Esta é uma dimensão frequentemente negligenciada pelos grandes projetos urbanos, porém cada vez mais essencial e indispensável para se entender as rápidas e intensas transformações socioespaciais de nossas cidades.

NOTAS

1. O principal livro de Harvey, até então, havia sido *"A Justiça Social e a Cidade"* (Harvey, 1980), original de 1975. Alguns artigos escritos entre as décadas de 1970 e 1980, mais tarde reunidos no livro *"A produção capitalista do espaço"* (Harvey, 2005) (originalmente *"Spaces of Capital: Towards a Critical Geography"*, de 2001), também abordam o tema.

2. Como discípulo de Althusser, Castells é visto por Gottdiener como um marxista estruturalista. No livro *"A Questão Urbana"* (Castells, 1983) (publicado no original em 1972 e no Brasil em 1977), Castells dá início a um debate sobre a teoria do espaço com enfoque muito semelhante ao de Lefebvre, considerando o espaço como produto material de uma dada formação social. Para ele, não existe uma teoria específica do espaço, mas simplesmente um desdobramento e especificação da teoria da estrutura social.

REFERÊNCIAS

- CASTELLS, M. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GOTTDIENER, M. *Planned sprawl: public and private interests in suburbia*. Beverly Hills, CA: SAGE Publications, 1977.
- GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2010.
- HARVEY, D. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- HAWLEY, A.H. *Ecología humana*. New York: Tecnos, 1982.
- LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1980.
- LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. 4.ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.
- LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. Rio de Janeiro: Centauro, 2008.

ANA PAULA MEDEIROS Doutoranda | Universidade Federal do Rio de Janeiro | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo | Programa de Pós-Graduação em Urbanismo | Av. Reitor Pedro Calmon, 550, Prédio da Reitoria, 5º andar, sala 521, Cidade Universitária, 21941-901, Ilha do Fundão, RJ, Brasil | E-mail: <anapaulagm@gmail.com>.

Recebido em
4/7/2012 e aceito
para publicação
em 25/4/2013.

ENTREVISTA CON JUAN MANUEL BECERRA GARCÍA¹

INTERVIEW WITH JUAN MANUEL BECERRA GARCÍA |
ENTREVISTA COM JUAN MANUEL BECERRA GARCÍA

POR MARIA CRISTINA DA SILVA SCHICCHI, JIMENA ALEJANDRA VEGA

PRÓLOGO

El 4 de diciembre de 1977, aún en la etapa de “Transición Española”, la población andaluza se manifiesta en las capitales de provincia, convocada por la Asamblea de Parlamentarios sobre la autonomía. Así se logró la concesión de la pre-autonomía a Andalucía en 1978.

La Junta de Andalucía se constituye en el siguiente año 1979 y con el apoyo de la mayoría de los ayuntamientos andaluces se empieza a trabajar para obtener la autonomía. El 28 de febrero de 1980 se celebra el Referéndum Autonómico que es proclamado por siete de las ocho provincias andaluzas. Tras intensos debates, la autonomía andaluza se alcanza con la aprobación del Estatuto de Autonomía (Junta de Andalucía, [2012], *online*). Se inicia entonces el proceso de autogobierno de la Comunidad Andaluza y se asumen las competencias en materia de ordenación del territorio y de intervención en el patrimonio.

Sin embargo, fue la Constitución Española de 1978 la que lanzó las bases de la actuación en defensa del patrimonio histórico español, que en su artículo 6 establece que:

Los poderes públicos garantizarán la conservación y promoverán el enriquecimiento del patrimonio histórico, cultural y artístico de los pueblos de España y de los bienes que lo integran, cualquiera que sea su régimen jurídico y su titularidad. La Ley penal sancionará los atentados contra este patrimonio (Becerra García, 2008a, p.410).

Además hizo con que el patrimonio se convirtiera en una prioridad de la administración pública. Pero, en el artículo 36 de la Ley nº 16/1985 del Patrimonio Histórico Español eso se torna también un deber de los propietarios (Becerra García, 2008a).

En 1985, con la promulgación de dicha Ley se establecieron los lazos entre la legislación patrimonial y urbanística implicó la generación de Planes Generales con contenidos de protección en su mayoría para ámbitos de conjuntos históricos (Becerra García, 2010). De acuerdo a la Constitución y a la Ley nº 16/1985 se expresan más tarde el conjunto de las legislaciones en materia de patrimonio histórico de las distintas Comunidades Autónomas, incluso la andaluza de 1991 (Becerra García, 2008a).

La construcción de la legislación de protección específica de la Comunidad de Andalucía tuvo una trayectoria que empezó por la transferencia de competencia en mate-

ria de urbanismo y patrimonio para las comunidades y culminó con la aprobación de la Ley de nº 1/1991 de Patrimonio Histórico de Andalucía.

Esa última vigoró hasta 2007 cuando se decide revisar la legislación, tras 15 años de experiencia y de autonomía en el tema de la preservación de áreas, centros y monumentos y la necesidad de reestructuración del marco legal, introduciendo nuevos aportes conceptuales y por ende incorporando nuevas figuras de preservación y gestión, haciendo frente a los cambios en los conceptos adoptados por la comunidad internacional como, por ejemplo, los de Paisaje Cultural, Parques Culturales, Patrimonio Industrial, o Contaminación Visual y Perceptiva.

La Ley nº 14/2007, por lo tanto, se apoya en la estatal nº 16/1985 y en la anterior nº 1/1991 de Andalucía. Pero su importancia es que, en sus artículos 31 y 40, la Ley de 2007 exige de los planes de las municipalidades un planeamiento de protección para los Conjuntos Históricos, Sitios Históricos, Lugares de Interés Etnológicos, Lugares de Interés Industrial o Zonas Patrimoniales, que se constituye en uno de los requisitos para la solicitud de delegación de competencias en materia de autorizaciones de obras y actuaciones sobre el territorio (Becerra García, 2010).

Desde las transferencias de competencias en materia de urbanismo a la Comunidad Autónoma de Andalucía en 1979, la regulación del suelo de Andalucía era regida por la legislación estatal. Sólo en 2002 se aprobaría la Ley nº 7/2002 de Ordenación Urbanística de Andalucía que deslindaría las competencias entre los dos niveles.

Esa Ley ya introducía novedades en materia de instrumentos de ordenación urbanística y de gestión. Una de las más relevantes y que la diferenciaba de la legislación estatal vigente fue que planteó como uno de sus objetivos establecer criterios propios de protección del patrimonio urbanístico, arquitectónico, histórico y cultural. O sea, hubo en ese momento un reconocimiento de que el patrimonio debería ser protegido por el propio régimen urbanístico al que se encuentran sometidos los bienes en la legislación del suelo (Becerra García, 2010).

Sin embargo, un dato importante para nuestra discusión en esa entrevista, es que desde la redacción de la Ley de 1985 ya se confiaba en la técnica urbanística para ordenar el paisaje y los criterios de transformación del medio natural y antropizado, en especial, la protección de los Conjuntos Históricos, Zonas Arqueológicas y Sitios Históricos a través de los Planes Especiales de Protección (Becerra García, 2000).

Más tarde, la Ley nº 1/1994 de Ordenación de la Comunidad Autónoma de Andalucía también definiría el patrimonio histórico como objetivo específico de la ordenación territorial y reconocería su protección como contenido del Plan de Ordenación del Territorio de Andalucía (Becerra García, 2008b).

Así, hubo sucesivas aproximaciones en los conceptos de ambas áreas de actuación que hicieron con que el ordenamiento del territorio y la cuestión del patrimonio empezasen a formar parte de una misma clave de actuación: La Ley nº 7/2002 y la nº 1/1991a

su momento “[...] apuestan por la mejora de la ciudad existente” y la recuperación de la ciudad histórica como espacio social (Becerra, 2010, p.33).

O sea, en la trayectoria de la consolidación de la legislación de ordenación del territorio y en la del patrimonio andaluz, se reconoce la mutua incidencia necesaria de los instrumentos y estrategias para la ordenación y protección del paisaje, para hacer frente a la acción urbanística o edificatoria que se relaciona con los cambios más radicales del territorio y la destrucción del patrimonio, en el proceso continuo de crecimiento y cambio de las ciudades.

Para el autor que entrevistamos en ese número, no resta duda que debe haber una “[...] interdependencia y complementariedad entre la legislación patrimonial y urbanística, necesaria para la adecuada conservación del patrimonio histórico, y que atender el mandato constitucional dirigido a las administraciones públicas” (Becerra, 2010, p.32).

Esa es una discusión que tiene un grande paralelo con la trayectoria reciente de nuestras legislaciones en Brasil. En particular en lo que se refiere a la necesaria confluencia entre las leyes e instrumentos urbanísticos para la protección de nuestros paisajes culturales y conjuntos históricos en los grandes y medios centros urbanos más dinámicos.

Incluso en términos cronológicos tenemos algunos alineamientos con el caso español y andaluz, desde la mitad de los años 1980 y el proceso de redemocratización, hasta la segunda mitad de los 2000. Así que desde la inserción de la cuestión urbana en la Constitución Federal de 1988, que define en su artículo 216, de forma más amplia, el patrimonio cultural brasileño como “*Os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira*” (Brasil, 1988, online) pasando por la aprobación de la Ley Federal nº 10.257/2001 del *Estatuto da Cidade* en 2001 y la creación de nuevos instrumentos urbanísticos; la creación de programas de recuperación de centros históricos como el Monumenta/Banco Interamericano de Desarrollo (BID) en 2000 por el *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (IPHAN); la creación del *Ministerio das Cidades* en 2003; la definición de la *Política Nacional de Desenvolvimento Urbano* en 2004; la creación de los “*Programas Urbanos*” y inclusión de acciones para la rehabilitación de centros urbanos (*Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais*) en 2003 y de recuperación del patrimonio histórico (*Programa de Revitalização de Bens do Patrimônio Histórico Nacional*) en 2006, hasta el periodo reciente con la creación del Sistema Nacional de Patrimônio Cultural y del *Plano de Ação para Cidades Históricas* (PACH) en 2009, seguimos avanzando en la discusión de la gestión de los bienes culturales en todos los niveles de gobierno.

Por lo tanto, lo que se sigue en la entrevista es la posibilidad de profundizar los conceptos y criterios definidos por la última Ley del Patrimonio Histórico Andaluz, la nº 14/2007 (Junta de Andalucía, 2008), que se concibe como el resultado de un proceso de perfeccionamiento y afinación de los instrumentos de urbanismo con los de patrimonio

para intervención en el territorio, una discusión muy actual y bienvenida como referencia para la discusión en nuestro contexto.

El entrevistado es el principal responsable por la redacción y aprobación de la Ley, además de un reconocido profesional del área de preservación en Andalucía, con una larga experiencia en trabajos técnicos sobre el patrimonio andaluz y en la producción de textos sobre el temas, los que incluso utilizamos para escribir esta breve cronología de las legislaciones urbanísticas y de protección en este prólogo.



FIGURA 1 — Foto del entrevistado en el Palacio Miguel de Mañara, del siglo XV, Sede de la Dirección General de Bienes Culturales, en la Zona Arqueológica de Sevilla. Fuente: Archivo propio, 2013.

ENTREVISTA

1) La ley del patrimonio histórico español, la de 1985, ha traído unos avances en relación al periodo anterior y hubo una más específica del patrimonio andaluz, de 1991 que además contemplaba cuestiones específicas de la comunidad, ¿por qué una segunda ley en 2007?

Esa es la pregunta que todo el mundo suele hacerme. Hay que saber que Andalucía tiene un gobierno autónomo, y que se constituye como Comunidad Autónoma en el año 1984. En 1985 el Estado español aprueba una nueva Ley del Patrimonio Histórico que sustituye a la de 1933, y que como dices trae unos avances muy importantes, entre otros sustituye como eje de la norma la protección del patrimonio “histórico-artístico” por la de los “bienes culturales”. En 1991, en ejercicio de sus competencias en materia de patrimonio histórico, Andalucía aprueba su propia Ley de patrimonio histórico, creando un ámbito propio para gestión de su patrimonio histórico, que diera respuestas a las particularidades del mismo.

Pero se dio la circunstancia de que la Ley del Estado fue recurrida ante los Tribunales por varias Comunidades Autónomas, y que finalmente el Tribunal Constitucional, en 1991, estableció que las Comunidades Autónomas, en razón de que las competencias en materia de patrimonio histórico son exclusivas de las Comunidades Autónomas, también eran competentes para la aplicación en su región de la Ley estatal de 1985, reservando al Estado solo las competencias en materia de autorización de exportaciones, expolio y la protección de determinados bienes. De esta manera en Andalucía nos encontramos desde 1991 gestionando de forma plena los bienes del patrimonio histórico que se encuentran en nuestra Comunidad, y basándonos para ello en dos leyes, la autonómica del 1991 y la estatal del 1985. En consecuencia, desde 1991 la Comunidad Autónoma puede, sin necesidad de que intervenga la Administración del Estado, informar proyectos de obra, proteger bienes del patrimonio histórico, tramitar expedientes sancionadores, autorizar intervenciones arqueológicas, etc. Todos estos años de autonomía, nos han dotado de una importante experiencia en la gestión del patrimonio histórico, y con esa experiencia en la gestión, éramos conscientes de qué aspectos de la ley podían ser mejorados con vistas a una mejor preservación, protección, tutela, conservación e investigación de los bienes de patrimonio histórico. Y lo que en un principio iban a ser pequeños ajustes en la Ley del Patrimonio Histórico de Andalucía de 1991, (la estatal no somos competente, lógicamente, para modificarla) poco a poco conforme la Comisión creada para ello, de la que fui miembro, avanzaba en su trabajo se convirtió en un proyecto de ley completamente nuevo, la Ley nº 14/2007 del Patrimonio Histórico de Andalucía.

Imagino que muchos podían tener cuestionamientos de una u otra ley [...]

Ha habido bastantes personas que no entendían al principio porqué una nueva Ley en Andalucía. Cuando la Ley de 1985 llegó, tras estar en vigor más de 50 años la anterior, coincide con el comienzo del periodo democrático en España y su actual Constitución. Cuando se redacta la Ley de 1991 de Andalucía, estábamos estrenando Gobierno Autónomo en Andalucía y Constitución propia. ¿Por qué entonces una nueva Ley del patrimonio histórico en el 2007? Parecía que las Leyes de patrimonio histórico tenían que coincidir con grandes cambios sociales, cuando por el contrario legislaciones sobre otras materias como el urbanismo, hacienda, etc. se revisaban y actualizaban con bastante frecuencia. Creo que ahora se entiende que las leyes del patrimonio histórico también pueden y deben mejorarse de acuerdo con la experiencia acumulada, para el mejor logro de sus objetivos. De hecho recientemente nuestro actual Consejero de Cultura, que además fue el parlamentario que defendió el proyecto de ley en el Parlamento en otoño de 2007, ha reconocido que cuando asumió el compromiso de ser Consejero de Cultura en esta legislatura y releyó el texto de la Ley del 2007 que él defendió, no solo le sigue pareciendo una buena ley, sino que, además, sigue encontrando nuevos aspectos que refuerzan su valoración positiva de la misma.

2) ¿Hubo una experiencia precedente en algún país de la Unión Europea (UE) o alguna otra comunidad española?

Nosotros nos lanzamos porque nos interesaba, la necesitábamos, entonces no había precedente en ninguna otra comunidad española que hubiera iniciado o siquiera planteado una revisión de su legislación en materia de patrimonio histórico, es más, con nosotros se inicia una nueva generación de leyes sobre patrimonio histórico en las Comunidades Autónomas. En la actualidad, Castilla-La Mancha se encuentra tramitando una nueva Ley en su Parlamento, y otras Comunidades también han manifestado su interés en actualizar sus leyes de patrimonio histórico. Incluso el Estado Español ha llegado a trabajar para actualizar la ley del 1985. En cuanto a Europa, los Estados tienen sus propias leyes, que son muy particulares y ajustadas a sus necesidades. En cambio, sí nos apoyamos en experiencia o en recomendaciones internacionales, que son aspectos más generales. Sobre todo en la regulación del patrimonio mundial que fue un referente muy importante.

Sí, que incluso dio autonomía para la cooperación por la Agencia Andaluza de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AACID), ¿eso hace poco tiempo, es verdad?

Sí, en el 2007, se cambia el Estatuto de Autonomía. También se cambia la ley que regula la acción urbanística en Andalucía, así como otras leyes. El contexto legal con el que convivía la legislación en materia de patrimonio histórico estaba cambiando y obviamente todo eso hacía que teníamos que hacer compatible nuestra ley con el nuevo marco en Andalucía, con otras legislaciones del Estado y con las nuevas recomendaciones y convenciones internacionales. Fue el momento adecuado y salió.

3) ¿Qué instrumentos nuevos fueron creados y por qué? ¿Cómo se llegó a esta decisión dentro de la gestión? ¿Fue técnica o política?

Empiezo por el final, la iniciativa fue técnica pero muy pronto se vio su interés político. Se acababa de aprobar una nueva Constitución en Andalucía que insistía en el papel de la Cultura, y la nueva Ley de patrimonio histórico en Andalucía se había redactado en esa línea.

¿Pero tuvo algún apoyo o algo así?, porque a veces esto encuentra resistencias [...].

Como he dicho hubo apoyo político, la propuesta era técnica, pero tuvo rápidamente un apoyo político. Y fue tan así que se aprobó en el Parlamento de Andalucía sin ningún voto en contra. Todos los partidos políticos votaron a favor de la nueva Ley de patrimonio histórico, salvo uno que se abstuvo porque quería introducir determinados aspectos que al final no se introdujeron. Todos la apoyaron, de todos los signos incluso el que se abstuvo, no tuvo a nadie en contra esta norma. Incluso nos felicitaron, la veían una Ley muy madura. Fue una propuesta que se acomodaba a un nuevo contexto e incorporaba la experiencia.

¿Nuevos instrumentos? Pues sí, en la norma aparece una serie de nuevos conceptos y nuevas categorías de protección.

No tiene precedentes, no he visto esta noción de Zona Patrimonial, a lo mejor el Área de Interés Etnológico [...].

El Lugar de Interés Etnológico ya existía en el 1991, la nueva categoría que se hace en el 2007, recogiendo la experiencia del ámbito etnológico y diferenciándose de él, es la del Lugar de Interés Industrial. Nosotros no lo teníamos en Andalucía, otras comunidades sí lo tenían, Cataluña, el País Vasco o Asturias, por ejemplo. Nosotros la que incorporamos, que realmente no la tiene nadie, es la Zona Patrimonial. La Zona Patrimonial sí es una figura nueva que viene de la experiencia de Andalucía, porque nos encontrábamos que había determinados ámbitos amplios y complejos en donde había patrimonios de muchas tipologías patrimoniales como por ejemplo en Riotinto, que es una zona de extracción minera muy importante y en explotación de manera continuada, por distintas culturas, desde el siglo VIII a.C. hasta la actualidad. Nosotros ya habíamos intentado proteger la Cuenca Minera de Riotinto bajo la figura que teníamos en aquel momento, que era la de Sitio Histórico. La figura de Sitio Histórico está vinculada a hechos, pero era la que mejor se adaptaba, porque podíamos aplicarla a ámbitos amplios y a una gran variedad de patrimonios. Pero nosotros pensábamos que necesitábamos algo más, que se protegiera el patrimonio en toda su complejidad de forma diacrónica, y también, en su caso, el paisaje que ha generado. Pensamos que el paisaje y el territorio forman parte sustancial del propio patrimonio, de su razón de ser. En este sentido, en Riotinto no solo hay patrimonio industrial o minero sino que también un importante patrimonio etnológico. Además se encuentra fosilizado un barrio residencial inglés, el Barrio de Bellavista, construido por la Compañía inglesa que explotó las minas durante largo tiempo, repitiendo su arquitectura y modos de vida sociales propios, el club, la capilla anglicana, cementerio, etc. También se conserva un archivo documental espectacular con toda la documentación y planos de las construcciones y maquinarias que se utilizaban, así como las fichas de todos y cada uno de los obreros que trabajaron en las minas durante el periodo de concesión inglesa. Pero también quedan las huellas de culturas anteriores que buscaban lo mismo, sobre todo restos romanos que se concretan en utensilios, ingenios, poblados y necrópolis. Y todo ello en un paisaje singular generado por la propia actividad. Cada uno de estos bienes de patrimoniales es muy importante en singular, pero lo son aún más en conjunto. Yo decía ¿por dónde empezamos a proteger? ¿por el archivo? ¿por el barrio inglés? ¿por la necrópolis del siglo II romana? ¿por dónde? ¿y, por qué no lo hacemos todo a la vez? Porque todo se complementa. En el fondo todo es el mismo tema. Los romanos estaban allí porque estaban explotando el mineral, y antes de ellos los tartesos, y cuando llegan los ingleses a principios del siglo XX, pues hacen lo mismo. Y cada cultura va dejando su huella, pero su presencia responde al mismo objetivo. Y además está el paisaje que ha generado. Entonces, todo está superpuesto: etnología, arqueología, patrimonio industrial, arquitectura, urbanismo, paisaje, y de distintas culturas. Entendíamos que esto es una cosa nueva, es un planteamiento distinto, por eso hablamos del ámbito o Zona

Patrimonial. Y entendemos que incluso necesita una nueva forma de gestión. Así creamos la figura de Parque Cultural, pero es una figura de gestión, no de protección, en donde la Administración Cultural gestionaría conjuntamente con las administraciones implicadas y los agentes particulares interesados en la Zona Patrimonial.

4) ¿Qué mecanismos fueron creados y que órganos participaron de la elaboración y aprobación de la Ley nº 14/2007? ¿Cuál ha sido el nivel más local de consulta?

En esto también innovamos. Nosotros teníamos muy claro algunas cosas que queríamos incorporar en la norma, y pensamos que quien mejor lo podía contar éramos nosotros mismos. Generalmente estas leyes se suelen encargar a un *consulting externo*, pero en nuestro caso la ley no se encargó a nadie externo. Se montó una Comisión hecha por funcionarios de la Consejería, los que gestionamos todos los días la norma y que estamos directamente en contacto con ella, por eso tiene tantas anotaciones, tantos detalles que buscan mejorar la gestión diaria. Y ese fue el mecanismo. Además funcionó bastante bien, se trabajó muy cómodamente, participamos mucho, se discutió de muy buena forma los temas, y entre todos se fue consolidando un texto, donde aprendimos mucho y cada uno aportó su experiencia. Para mí lo fundamental fue que se hizo dentro de la Consejería, por funcionarios de la misma, por gente que ya estaba en la gestión del patrimonio hace muchos años, que habían visto muchas cosas, muchos problemas, muchas indefiniciones. Y esa experiencia, creo que está ahí incorporada y se nota. Luego, durante el proceso de tramitación de la ley, hubo una amplia participación de Asociaciones Culturales, Colegios Profesionales, la Federación de Municipios y Provincias, Universidades, Academias de Bellas Artes, personas de reconocido prestigio, grupos políticos, etc. Todo el que quiso pudo aportar propuestas, siendo asumidas la mayoría de ellas.

Incluso el lenguaje está muy claro, no parece una cosa jurídica.

Porque era lo que necesitábamos, clarificar los conceptos y ordenarlos desde la perspectiva de la gestión.

5) Para alcanzar los tres objetivos principales de la ley, conforme ya explicado —abordaje territorial del patrimonio, simplificación de procedimientos y control de las sensibilidades en torno al patrimonio— ¿qué reglamentos de protección y fomento del patrimonio fueron necesarios?, ¿hay casos en que determinaciones específicas o condiciones particulares son necesarias?

La ley no acaba aquí, la ley lo que hace, como toda ley, es establecer el marco jurídico de referencia. Pero luego tiene que tener un desarrollo, algunos conceptos tienen que desarrollarse, cómo se hacen o cómo hay que entender lo que se está diciendo, y cosas así. Precisamente en este momento se está trabajando en la elaboración del Regla-

mento de la Ley. Un Reglamento único frente a la solución de la ley del 1991 en donde se hicieron varios reglamentos, uno sobre protección y fomento, otro sobre arqueología, otro sobre organización administrativa, etc. y redactados en distintos momentos. El Reglamento actual va a ser de un articulado más extenso, pero de esta forma la norma es más fácil que sea coherente consigo misma, porque si tu reglas cosas en momentos distintos, pues puede haber interpretaciones distintas que te pueden llevar incluso a aparentes contradicciones.

Además, la propia norma ha previsto que en algunos casos una vez que protegemos un sitio, un lugar, un edificio, podamos añadirle una normativa concreta a ese lugar, lo que la ley del 2007, pero también la del 1991, denomina “Instrucciones Particulares”. Porque puede ser que en algún caso se precise de una cautela añadida, de alguna cautela más singular o concreta. O también al contrario, liberar al bien de determinadas cautelas. Por ejemplo, hay veces en los que no hace falta, para garantizar la conservación de los valores de un bien, la autorización previa de “todas” las intervenciones que se realicen sobre el mismo. No todo es una catedral. En estos casos a través de estas Instrucciones Particulares podemos eximir de autorización previa determinadas intervenciones u obras, lo que es de gran utilidad para el administrado.

6) Con la ampliación de los conceptos/criterios de valor, hubo un aumento considerable de bienes reconocidos como posibles de preservación. ¿Hay un límite para esa incorporación o una vez definidas las figuras de preservación y los criterios eso es un proceso continuo?

Efectivamente, se amplían los conceptos y criterios de los elementos que pueden tener valor y pueden ser preservados. Nosotros seguimos ampliando, como ha ocurrido siempre, a lo largo de dos o tres siglos de investigaciones en materia de patrimonio histórico, primero con la figura de monumento, luego reconociendo el patrimonio arqueológico, los documentos y archivos, el etnológico, el industrial, el paisaje, lo inmaterial. Cada vez hay más tipologías de bienes pueden ser patrimonio y, por lo tanto, pueden ser también preservados. Pero una cosa es el discurso científico que nos ha llevado del “patrimonio histórico-artístico” a los “bienes culturales” y al paisaje, y otra cosa muy distinta es cómo materializar jurídicamente estos conceptos. Y para ello, en el caso de Andalucía, la legislación de patrimonio histórico ha creado distintas figuras jurídicas: Monumento, Jardín Histórico, Conjunto Histórico, Zona Arqueológica, Sitio Histórico y Lugar de Interés Etnológico, a las que como ya he dicho la ley de 2007 añade las figuras de Lugar de Interés Industrial y de Zona Patrimonial. Yo creo que esto es una espiral que nos lleva a una lista de figuras inacabable, al poner el acento cada una de ellas en un aspecto concreto de lo patrimonial. Una lista muy condicionada por la perspectiva de las distintas disciplinas integrantes de los bienes culturales. En mi opinión, en pleno siglo XXI, para los que nos dedicamos a la gestión del patrimonio cultural nos interesa por el contrario la visión

integrada, porque la realidad que gestionamos es multicompleja en lo patrimonial. Ese paso ya se ha empezado a dar cuando se define el Paisaje Cultural por la Convención de Florencia del 2000, o cuando nosotros en la ley de 2007 definimos la Zona Patrimonial. Creo que este es el camino.

7) ¿Los patrimonios que se quedan fuera del catálogo — los reconocidos — son todos figuras de conjunto o territoriales, incluso para incluir la condición de dispersión. ¿Por qué no se adoptó el concepto de paisaje cultural (de la UNESCO) para esos casos? ¿Para ellos no hay necesidad de abrir un proceso y es sólo indicarse y aprobar en el plan? ¿Los planes garantizan la protección sólo con definir criterios para la acción interventora?

En cuanto al concepto de paisaje cultural, éste sí se encuentra en la norma de 2007, lo que no utilizamos es el término, no hemos creado una figura propia de Paisaje Cultural. ¿Por qué?, porque el paisaje cultural es un concepto que se está construyendo, que se evoluciona y se perfila continuamente, y que se debe de continuar perfilando. Esto es un tema de investigadores que reflexionan sobre el concepto de patrimonio cultural. Pero nosotros estamos haciendo una norma jurídica, que está asentando obligaciones y derechos. Yo no puedo dejar una norma jurídica a la subjetividad o al cambio de opinión técnica continuamente, sino que tengo que dejar un marco claro, porque limita derechos de terceras personas. En realidad el concepto de paisaje cultural se encuentra integrado como una componente de la Zona Patrimonial, ya que integra patrimonio cultural y territorio, aunque no es su único fin.

Por otra parte, en cuanto al patrimonio disperso que no es asimilable a paisaje, nuestra norma prevé la protección colectiva de elementos. Es decir, en un solo acto administrativo poder proteger todos los bienes de la misma tipología que se encuentren en un lugar concreto o a lo largo de un territorio. Esto lo hemos aplicado, por ejemplo, cuando hemos protegido en un solo acto administrativo todos los yacimientos subacuáticos conocidos de la costa de Andalucía, ríos y embalses. Siendo los primeros de España que protegemos jurídicamente este patrimonio tan especial. No tengo que recordarte que durante siglos Sevilla y después Cádiz tuvieron el monopolio del comercio con las Indias, y por tanto son abundantes los pecios en sus costas, punto de mira de cazatesoros.

Pero como es evidente, solo una pequeña parte, la más relevante del patrimonio histórico de Andalucía, se protege mediante su inscripción en el Catálogo General del Patrimonio Histórico Andaluz (CGPHA), aplicándole las figuras jurídicas de las que estamos hablando. Pero, y el resto del patrimonio histórico que no es tan relevante, ¿cómo se protege? Para ello la ley del 2007 recurre a otra ley, la urbanística, en cuanto que los planes, tanto si son urbanísticos como territoriales, lo que hacen es regular las actividades que se pueden realizar en el ámbito físico que abarcan. Precisamente uno de los artículos que más se han comentado de la ley de 2007 es el que establece que la ordenación urbanística y territorial debe ser compatible con la conservación de los valores del patrimonio

cultural y su disfrute colectivo. Yo siempre pensaba que esto era una obviedad, pero mi experiencia me dice que en demasiadas ocasiones no lo es tanto y que prevalecen otras prioridades. De hecho, la ley de 2007 le recuerda a los municipios que “[...] *corresponde a los municipios de la región de colaborar activamente con la conservación y protección de los bienes integrantes del Patrimonio Histórico Andaluz que radiquen en su término municipal, en especial, a través de la ordenación urbanística [...]*”, del patrimonio histórico andaluz a secas, no solo del más relevante. Esto es una novedad importante. Una legislación, la patrimonial, se coordina con otra, la urbanística, para completar el esquema de protección del patrimonio histórico en su totalidad. Esta llamada ya se hacía en el caso, por ejemplo, de los conjuntos históricos y la obligación de redactar un plan especial de protección, que es un plan urbanístico, y en el caso de los catálogos urbanísticos.

8) ¿Los planes especiales de preservación, una vez aprobados, son el único instrumento que permite a una gestión local tener autonomía?

Sí, efectivamente. Planes Especiales o Planes Generales con contenido de protección, como nosotros los llamamos. Hay tres figuras jurídicas que para las cuales la ley del 2007, también lo prevén así la del 1991 y la estatal del 1985, no permiten una gestión local del patrimonio histórico: monumento, jardín histórico y zona arqueológica. Estas tres figuras estarán siempre tuteladas directamente por la administración de cultura de la Comunidad Autónoma. En cambio, las demás, conjunto histórico, sitio histórico, lugar de interés etnográfico, lugar de interés industrial y la zona patrimonial, tienen los Ayuntamientos que redactar un planeamiento de protección para el ámbito protegido, tras lo cual se le delegan las competencias para autorizar obras o actuaciones. Mientras no se aprueban esos planes urbanísticos de protección, la administración de la Comunidad Autónoma es la que tiene que autorizar las obras o actuaciones.

Normalmente son planes especiales de protección lo que se redactan, pero cuando el municipio es muy pequeño, el mismo plan general municipal puede incorporar los contenidos de protección que le exige la ley de 2007. Esto último también ha sido una novedad importante de la ley de 2007, porque es la primera vez que una ley de patrimonio histórico en España establece cual es el contenido mínimo de un plan de protección.

Pensé que ustedes daban una consultoría al municipio mientras está elaborando su plan, pero no, ello tiene que ser aprobado aquí, ¿ es verdad?

Nosotros lo que sí hacemos, si nos lo pide el Ayuntamiento correspondiente, es dar una ayuda económica para la redacción de ese planeamiento de protección. Ayuda económica con la que el Ayuntamiento contrata un equipo técnico que les redacta el plan de protección. Hay que saber que en España, los Ayuntamientos son los únicos competentes para redactar y tramitar planes generales o planes especiales de protección. Lo que se llama la “formulación” del planeamiento urbanístico. La Comunidad Autónoma solo puede en este caso fomentar que se redacten esos planes mediante su subvención,

y el seguimiento de los mismos para que alcancen el contenido que la ley les exige. Por último, los planes urbanísticos son aprobados en unos casos por el área de urbanismo de la Comunidad Autónoma y en otros por los Ayuntamientos. La función entonces de la Consejería de Cultura es la de informar de forma preceptiva y vinculante sobre el contenido de estos planes, y solo si el informe es positivo se le pueden delegar las competencias al Ayuntamiento. El artículo 29-4 dice que, “[...] *aprobados inicialmente, que incidan sobre bienes inscritos en el catálogo, se remitirá a la Consejería competente en materia de patrimonio histórico para su informe, que tendrá carácter preceptivo y carácter vinculante cuando se trate de instrumentos urbanísticos*”. Sin ese informe positivo de la Consejería de Cultura un plan se puede aprobar, pero no tendrá la condición de plan de protección de acuerdo con la ley 2007, y por tanto el Ayuntamiento no recibirá las competencias.

9) ¿Cómo los propietarios y otros afectados por la ampliación de la lista patrimonial reaccionaran a la obligación de preservar?; ¿hay formas de oponerse?; ¿hay medidas de fomento a la preservación?; ¿hay programas específicos para eso, en qué nivel (regional o municipal), por ejemplo, en el caso del patrimonio etnológico?

Vamos a ir por partes, porque son muchas preguntas en la misma pregunta. ¿Cómo reaccionan los propietarios o los afectados cuando protegemos algo? Pues normalmente bien, es decir, no se oponen, porque ante todo les da prestigio que declaren un edificio o ámbito. Una ciudad que se declara bien de interés cultural, evidentemente atrae más turistas, con lo que eso le puede interesar. Pero no siempre es así, efectivamente puede haber a quien no le interese y entonces se puede oponer. Nuestros procedimientos de tramitación de la protección de un bien acaban siempre con una frase que indica a los interesados en el expediente administrativo cómo se pueden oponer al mismo. Pero a diferencia de otros casos, como por ejemplo para el Patrimonio Mundial en donde es condición que el propietario desee ser Patrimonio Mundial para que te otorguen el reconocimiento, en el ordenamiento jurídico español prevalece la conservación del bien a la oposición del propietario. La frase que he mencionado lo que hace es garantizar al propietario que el procedimiento se ha hecho con todas las garantías jurídicas, mediante su revisión por una instancia superior.

En cuanto a las medidas de fomento, la ley de 2007 posee un capítulo completo dedicado a las mismas para los bienes que son declarados bien de interés cultural, entre ellas, deducciones fiscales o exención de licencias de obras. En cuanto a programas específicos de la administración autonómica, la Consejería de Cultura, como ya he comentado, tiene un programa de ayudas a los Ayuntamientos para la redacción de planeamiento de protección, y la Comunidad Autónoma posee un plan de actuación regional en materia de rehabilitación de viviendas en donde los conjuntos históricos son de actuación preferente. Este plan de actuación, por sus características, beneficia sobre todo a las edificaciones de interés etnológicos de estos conjuntos históricos.

Porque ahí se entra en la cuestión de la vivienda, de mejorar la vivienda. No interesa si es patrimonio o no.

Claro, entonces ahí entran otras políticas. Además, como he dicho, en esas líneas de rehabilitación de vivienda dice, expresamente, que si además está usted protegida, es preferente para que le den ayudas. Entonces son medidas complementarias, no todas las tiene que desarrollar Cultura, sino que son de otros ámbitos de la administración. Ahora la crisis económica ha hecho que todo se aminore, pero se sigue con esos programas específicos.

También hay una base fuerte que es el Plan Urbanístico, tampoco va a poder huir a las restricciones del plan.

Claro, pero hay quien sabe darle la vuelta y convierte el defecto en una virtud. Me acuerdo del caso de un conjunto histórico sobre una elevación de difícil acceso. Allí había un hotel importante al que le interesaban que los turistas llegaran en autobuses hasta el mismo hotel. La Consejería de Cultura le ponía restricciones porque estaba en el centro y las calles eran muy estrechas, querían inclusive que se ensancharan las calles para poder pasar los autobuses de turistas. Entonces les argumentamos que la dificultad de acceso, los turistas lo van a tomar como un valor, porque están en un sitio especial, singular, eso es un valor. ¿O crees que la gente va al Himalaya porque hay ascensores y un centro comercial arriba? Es decir, la dificultad por pasar y el sitio donde está, eso es un valor. Bueno, al final lo reconocieron como un valor. En otra ocasión, a una promoción de viviendas le requerimos que se apartara unos metros de la muralla que tenía detrás, y ellos respondieron que perdían metros cuadrados útiles para las viviendas. Al final se separaron y vimos que en la propaganda de la promoción presumían de tener detrás una muralla. ¡Compre pisos con vista a la muralla! O sea, lo convirtieron en un valor.

10) ¿Cómo funciona la adquisición preferente? ¿Eso funciona? ¿Es frecuente? ¿En qué casos hay expropiación de la propiedad?

La adquisición preferente es una medida que funciona en casos muy especiales, solo cuando a la administración le interesa un bien, e interviene en el proceso de compraventa de ese bien sin influir en su valoración económica, mediante la técnica de sustituir al comprador. Expropiar es una cosa muy distinta, y la ley de 2007 la reserva a casos donde peligró el bien. La adquisición preferente es una herramienta que se utiliza mucho, por ejemplo, en una subasta de objetos como cuadros, esculturas, libros, etc. en donde la administración no participa de la puja y se queda con la pieza sustituyendo al comprador una vez que la puja se ha cerrado. El comprador no puede oponerse.

En el ámbito del patrimonio de muebles, no de inmuebles.

De inmueble puede haber ocurrido alguna vez pero no es lo normal, y la técnica es la misma, sustituir al comprador una vez que se ha producido la transacción económica.

En este caso la ley de 2007 establece el deber de notificar a la administración de cultura los cambios de propiedad de los inmuebles declarados bien de interés cultural, en un plazo determinado después de efectuada la compraventa. Si a la administración cultural le interesa el inmueble para sí o para una administración local, ejerce la adquisición preferente y se queda con la propiedad pagando lo que hubiera acordado el comprador.

En cambio la expropiación es otra cosa. Nosotros sólo podemos expropiar como administración de Cultura en casos concretos. El propietario de un edificio, por ejemplo, o del espacio o bien protegido, tiene el deber de conservación. Pero si por lo que sea no puede o no quiere conservarlo, la administración puede conseguir su propiedad mediante su expropiación. Con ello lo que se busca es garantizar que el bien no desaparezca. No obstante, la expropiación es siempre el último recurso, antes se procura instar al propietario a que mantenga en buenas condiciones el bien, incluso con la imposición de multas, y solo al final se acuerda la expropiación. Lamentablemente en el tiempo que llevo ocupando la jefatura del servicio, hemos tenido que iniciar más de un expediente de expropiación.

11) ¿Cómo son los plazos de decisión por parte de los órganos de preservación a partir del momento en que se empieza un pedido de inscripción?

Primero, ¿quién lo puede solicitar? Eso importa. Cualquier persona o entidad puede solicitar que se proteja un espacio, un edificio, un lugar, pero es siempre la administración la que inicia el procedimiento. El procedimiento se inicia con una incoación que es un acto reglado, rubricado por un Director General, y que se publica en el boletín oficial para que sea conocido por todos. Desde el momento que se incoa el procedimiento de protección tenemos que resolver en un plazo determinado, y también aparecen las cautelas y toda intervención que se haga sobre el bien tiene que tener nuestra autorización. Durante el procedimiento puedo ajustar el ámbito y la justificación de los valores patrimoniales del bien. También se solicita la valoración de instituciones patrimoniales, se somete a información pública por espacio prácticamente de un mes, y se le da la oportunidad a los propietarios e interesados a expresar su opinión o incluso su oposición. Al final, a la vista de todo el proceso, la administración de cultura decide el ámbito y valores del bien, si considera que debe ser preservado. El plazo para resolver el procedimiento oscila, en la actualidad, entre seis meses para los bienes muebles y un año para los inmuebles, ya sea un edificio, un conjunto histórico, un sitio, una zona arqueológica o una zona patrimonial. Si no resolvemos en ese plazo las cautelas desaparecen y no podríamos volver a iniciarlo hasta pasado tres años. Como comprenderás se trata de una carrera contra reloj para la administración, pero es a su vez una garantía para el propietario de que en un plazo corto y determinado la administración tiene que pronunciarse sobre los valores del bien. Una vez acabado el procedimiento, como ya he comentado anteriormente, el propietario del bien si no está conforme se puede oponer recurriendo a una instancia superior. Creo que

en conjunto es un procedimiento muy garantista para el propietario y que obliga a la administración a ser muy rigurosa en la valoración del bien, porque la tutela limita derechos.

12) ¿Eso facilitó la interface entre los órganos e instancias de gestión?

Facilita necesariamente.

13) ¿Y la confianza y aceptación de la población, propietarios y constructores?

Esto ayuda a que haya más seguridad jurídica y confianza. Además, en la resolución final se pueden incorporar las Instrucciones Particulares que ya he comentado, que maticen la decisión. Creo que esto es un gran avance por qué no todos los bienes requieren el mismo nivel de tutela.

14) ¿Cómo se gestiona el valor del 1% Cultural de las obras públicas? ¿Es más para obras puntuales o sería posible aplicar para sitios, zonas patrimoniales o lugares de interés etnológico? ¿Y el traspaso de las multas para el patrimonio andaluz?

El 1% Cultural, que yo no sé si las normas de otros países tienen o no ese concepto [...].

En Brasil tenemos algo para el fomento a la investigación. En relación a la conservación, en Minas Gerais hicieron una ley, la “Robin Hood”, dónde se traslada el 1% de Impuesto sobre la Circulación de Mercaderías y Prestación de Servicios (ICMS) a temas de Cultura y luego una parte a Patrimonio.

En el caso de España, se trata que el 1% de la obra pública, y solo de la pública, se debe invertir en la conservación del patrimonio. Esta obligación ya estaba en la ley del 1985 del Estado. En la del 1985 es cuando aparece por primera vez, porque se supone que cuando se hace una carretera o un puente, una obra pública, puede haber patrimonio histórico cultural que puede verse afectado. Sería para prevenir esa afección, es decir, dedicándole un poco de dinero a que ese espacio esté protegido.

¿Pero esto se aplica en el mismo lugar donde se hace?

Empezó siendo en el mismo sitio pero ahora mismo, tal como está en las leyes, es para el patrimonio en general. La obra pública del Estado genera su 1% Cultural, la obra pública andaluza también genera su 1% Cultural. El 1% del Estado se reparte entre todas las Comunidades. Por ejemplo, estaba ayer en Madrid por unos temas sobre las fortalezas y castillos que se extienden a lo largo de la frontera entre Portugal y España. Hay un proyecto europeo, y algunos se están restaurando en la parte española con el 1% de la obra pública del Estado, porque es de interés general. Obra pública que no tiene que estar ejecutándose necesariamente junto a esas fortalezas, ni siquiera en esa Comunidad. Las inversiones con recursos del 1%, pueden ser solicitados directamente por

los municipios o también por la Comunidad Autónoma, decidiéndose en comisiones mixtas del Ministerio de Cultura y el Ministerio que realiza la obra pública. De hecho hay muchos municipios que se benefician del 1% del Estado. La condición es que el proyecto se realice sobre un bien de interés cultural, y las prioridades de inversión se encuentran publicadas en el Boletín Oficial del Estado. Lo normal es que sea una obra en un edificio y construcción declarada monumento, pero también se han dedicado a intervenciones en jardines históricos, conjuntos históricos, etc. incluso a estudios o inventarios sobre el patrimonio histórico.

¿Pero quién decide en la Consejería de Cultura? ¿Es una candidatura?

Efectivamente, la Consejería de Cultura decide las inversiones en patrimonio histórico que genera el 1% de la obra pública derivada de los presupuestos de Andalucía. Pero solo las que se generan de los presupuestos de Andalucía.

Para controlar, para proteger, necesito hacer un plan y pedir ayuda para recuperar algunas cosas, por ejemplo, para unas casas más importantes, o porque tiene una condición social que el municipio no puede enfrentar los gastos [...].

Sí. Un municipio o una Comunidad Autónoma pueden pedir que el 1% del Estado financie un plan, o incluso la redacción del proyecto de obras. En ese se utilizan unos criterios muy flexibles. Las cantidades que genera la Comunidad Autónoma de Andalucía por el 1% de las obras de sus propios presupuestos, son muy inferiores a las generadas por el 1% del Estado, pero también se dedican a proyectos y estudios sobre el patrimonio histórico de Andalucía.

Con respecto al traspaso de multas, hasta ahora el problema es que la administración, la Junta de Andalucía, cobraba la multa pero el dinero iba a un fondo común. Esto también lo hemos modificado con la ley de 2007, en donde hemos establecido que el destino de las multas fuera al Patrimonio, como el 1%, la misma idea.

Bueno, es muy parecido con lo que tenemos en Minas Gerais, en la Ley Robin Hood aludida, incluso ese problema del que los recursos se van a un fondo general del municipio y no para la conservación del patrimonio. Sin embargo, en Brasil, las áreas de cultura en todos los niveles tienen los más pequeños presupuestos.

15) ¿Qué principio nordea el uso del bien cultural? ¿La ficha y las ordenanzas pueden garantizar la preservación de las áreas homogéneas? ¿Cómo se hace para equilibrar áreas vaciadas o la mezcla de usos cuando deseable e importante para la preservación? ¿Cómo se hace y se garantiza el uso del patrimonio como recurso? ¿El Plan Especial es la única posibilidad?

¿Cuál es la clave, el objetivo, la idea maestra? Todos los usos son admisibles en un bien

cultural, con la única condición de que no provoque el deterioro o la desaparición del mismo. Nosotros partimos de ese supuesto. Hay veces en donde los usos posibles son muy limitados, de acuerdo con las características del elemento, pero, en principio, cualquier uso es posible. También cualquier propietario es posible, es decir, un particular, la administración, cualquiera es posible, porque lo que nos interesa es la preservación del bien. No descontextualizarlo, no arrancarlo de la sociedad y quedárnoslo nosotros, si no estaríamos siempre expropiando, ¿no? Ahora bien, siempre que cumplan la condición de que el uso que posee o va a poseer no va a poner en peligro el bien, los valores por los que se declaró, lo que se quiere es preservar el bien, que pueden ser valores materiales o/y inmateriales. Si son valores inmateriales, a lo mejor ese elemento permite más transformaciones, pero siempre que el valor inmaterial permanezca. Y si son valores materiales, pueden ser que los usos estén más limitados. Ese es el concepto básico. A partir de ahí juega todo. ¿Cómo se materializa esto? Pues evidentemente cuando informamos un plan, la ordenación que propone y las dichas del catálogo urbanístico, intentamos que lo que se establezca para un ámbito determinado, para un suelo, una edificación, para una ordenanza, la ordenación en general, vaya con ese objetivo, que el bien patrimonial no desaparezca. Lo decíamos en el 30 de enero, una “ordenación compatible con los valores”.

No sé si tanto en áreas vacías, porque estaría más con el patrimonio industrial, pero en otros casos, como del turismo: ¿Hay alguna cosa en las recomendaciones de mantener como vivienda?

Sí, es que cuando haces la ordenación urbanística ahí ya aparece, por ejemplo, que el uso principal sea el residencial. Allí ya se están marcando los usos. De todas maneras, al final he llegado a la conclusión de que el peor uso que puede tener un elemento es no tener uso. Quedar vacío, eso es lo peor que puede suceder. Pongo como ejemplo el propio Instituto de Patrimonio Histórico que tenemos en la Cartuja, el edificio se encuentra sobre los restos de un monasterio. El monasterio es un edificio amplio que está rodeado de un muro, que tiene unos tres o cuatro metros de altura, y de un grosor bastante considerable. Ese muro es defensivo, ¿sabes de lo que defendía ese muro? de las arriadas del Guadalquivir, las inundaciones que son siempre periódicas. Es una defensa del agua, con puertas preparadas para aguantar las inundaciones. Si ese edificio, cuando se fueron los cartujos que había allí, se hubiera abandonado completamente, cuando llegaran las inundaciones no habría nadie que lo controlase la inundación y se hubiera ido deteriorando rápidamente. Creo que con el tiempo hubiese quedado arrasado por efecto de la naturaleza. Pero el hecho de que a los cartujos le sustituyó una industria, La Cartuja, que hacía vasijas. Y se puede pensar ¿qué cosa más contradictoria con la conservación del patrimonio histórico?, una industria metida ahí. Pues el caso es que el uso industria en ese sitio garantizó que algunas estructuras se mantuvieran en pie, como son

la iglesia y algunas cosas, porque le destinó otros usos, y lo fundamental es que mantuvo la cerca, el muro perimetral. Y al mantener la cerca, mantuvo el resto porque, claro, se estaba preservando a sí mismo. Entonces, mejor un uso que ninguno, aunque parezca un uso contradictorio. La clave es el Plan, efectivamente los planes pueden establecer estrategias de uso, estrategias de ocupación.

Entonces analizan si lo que no está protegido está bien incorporado en estas reglas, en estos planes.

Efectivamente. El Plan urbanístico es el instrumento de nuestras leyes. Aunque cada vez más hablamos de Planes de Gestión de sitios protegidos, como es el caso de nuestros grandes yacimientos arqueológicos de Itálica, Medina Azahara, Necrópolis de Antequera, Baelo Claudia, y de un monumento tan excepcional como es la Alambra de Granada. Pero estos Planes de Gestión no se encuentran en nuestro ordenamiento jurídico. En realidad su función principal es planificar las intervenciones de la administración de forma integral en estos ámbitos. En el ámbito internacional, sobre todo en el tema del Patrimonio Mundial, se habla de Planes de Gestión de Sitios. Pero como he dicho, aquí no tenemos esa figura de Planes de Gestión, no está previsto.

Incluso porque, en algunos casos, el Plan de Gestión se hace como una cosa apartada del urbanismo, incluso pelea con el urbanismo para poder actuar, porque esta gestión es una gestión que se limita a determinados perímetros. En lo que se queda fuera no se puede hacer nada. Esto es una cosa muy complicada. El Plan de Gestión es más cómo yo me organizo, cómo planifico mis intervenciones, y claro, puede entrar en contradicción con el plan urbanístico si antes no he intervenido en el proceso de redacción del plan urbanístico, para garantizar que eso no pase. Una cosa es el Plan de Gestión y otra cosa es la ordenación urbanística.

16) En su nueva configuración, la gestión autonómica determinó que la cuestión del patrimonio cultural y principalmente su abordaje territorial se va a impartir entre las consejerías de Cultura y Deporte y la de Agricultura, Pesca y Medio Ambiente, ya que esa última se quedó con las direcciones de Urbanismo y Ordenación del Territorio. ¿Cómo se está desarrollando ese proceso? ¿Funciona todavía? ¿Hay mecanismos de colaboración interadministrativos instituidos o eso se define conforme el caso? ¿De cualquier modo, toda decisión estará sometida al Consejo Consultivo (Consejo Andaluz de Patrimonio Histórico)? ¿Es esa la única instancia interinstitucional por la que pasan las decisiones?

Se puede explicar en su conjunto y quizás queda más claro efectivamente. El que se llamen ahora Consejería de Cultura y Deporte y, Consejería de Agricultura, Pesca y Medio Ambiente, es lo de menos. Nosotros seguimos funcionando exactamente igual

porque, aunque hayan cambiado los nombres de las Consejerías, eso no afecta a las funciones, las funciones siguen siendo las misma, Consejería competente en materia de patrimonio histórico, y Consejería competente en materia de urbanismo. Y se realizan por los mismo Servicios administrativos que antes.

¿Por ejemplo, los planes que se van aprobar, también pasan por Medio Ambiente?

Sí, exactamente. Lo que pasa es que como la nueva Consejería de Agricultura, Pesca y Medio Ambiente es tan amplia, tiene varias “patas”, una es Urbanismo a secas, y otra es Medio Ambiente a secas, con lo que cuando informa los planes, lo hace desde la perspectiva de cada “pata”. O sea que no se ha roto ni se ha unificado el esquema, seguimos con el mismo esquema, lo único que se ha hecho es que las cabezas se han unido, pero luego cada uno seguimos informando lo nuestro. La gestión no se ha visto alterada.

Otra cosa distinta, que lo incluyes también en esta pregunta, es el mecanismo de colaboración interadministrativo. Ahora mismo no hay mecanismos de colaboración específicos o concretos sobre temas de patrimonio histórico y ordenación del territorio. No los hay, pero los hubo, en lo que se llamó Programa de Centros Históricos, un programa de actuación coordinada en centros históricos entre Cultura y Urbanismo. Tenía una vigencia de cuatro años, se hicieron algunas cosas, pero como realmente eran las personas las que tomábamos el impulso, en cuanto cambiaron las que lo impulsaron inicialmente, aquello se fue diluyendo. Pero quedó la experiencia del intento y, de hecho, algo se consiguió en ese momento. Actualmente no hay ningún soporte, ningún programa en común interadministrativo en esta materia. No parece que sea una prioridad. Fue una experiencia muy bonita y técnicamente fue muy interesante.

¿En cuanto a si cualquier decisión estará sometida al Consejo Consultivo? Solo las decisiones de carácter estratégico, como por ejemplo lo han sido los Planes Generales de Bienes Generales I y II. En la actualidad, se ha iniciado el III Plan General de Bienes Culturales y para su aprobación necesitará el informe del Consejo Andaluz del Patrimonio Histórico. No obstante, al ser un órgano consultivo del Consejero de Cultura y Deporte, éste puede pedir informe al Consejo sobre cualquier asunto que considere oportuno.

¿Y es la única que está instituida como interinstitucional porque allí tiene todos los Consejos?

Desde el ámbito exclusivo de Cultura, sí, es la única. No obstante, hay otros órganos de carácter interinstitucional en donde participan las diferentes Consejerías como es el Consejo de Gobierno de la Junta de Andalucía, en donde los asuntos que se tratan necesitan del acuerdo de todas las Consejerías para ser aprobados. Se puede decir entonces que es también un órgano de coordinación administrativa.

En las otras instancias, he comprendido que debe haber una formación específica, si es necesario, para poder manejar la cuestión del Plan, del Patrimonio, y tal. Pero me parece que no es una cosa también instituida [...].

Solo en el caso del Consejo Andaluz del Patrimonio Histórico la mayor parte de los miembros son expertos o administradores de patrimonio histórico. Y en este caso al quedar su composición regulada en la ley del 2007.

17) ¿Cómo están las relaciones entre Cultura y Vivienda y Fomento tras los traslados de competencias? En el caso del patrimonio etnológico formado principalmente por viviendas, por ejemplo: ¿son los programas de Rehabilitación Integrada de Ámbitos Urbanos — Rehabilitación Concertada de Iniciativa Municipal y Programa Áreas de Rehabilitación de Barrios y Centros Históricos — a partir de la declaración de Áreas de Rehabilitación Integral y Renovación Urbana (cuyas ayudas consisten en préstamos convenidos, sin subsidiación y subvenciones destinadas a los promotores de las actuaciones) los que permiten a la población y a los municipios gestionar su protección? ¿Hay algún ejemplo concreto en curso?

Las relaciones siguen igual, o sea que los cambios en las Consejerías producidas en la última remodelación del Gobierno andaluz no ha supuesto un cambio en las competencias y programas existentes. Vivienda sigue con sus programas de rehabilitación en vigor, aunque yo ahora mismo no te puedo asegurar, con estos recortes que hay, si están afectados o no. Pero en todo caso son programas intemporales.

Tenía un programa que era de Rehabilitación Integral, que se estaba llevando a varios sitios, como Cádiz, Albaicín, pero ahora es el Programa de Rehabilitación de Barrios y Centros Históricos o de Rehabilitación Concertada de Iniciativa Municipal los que actúan en ámbitos urbanos. Estos dos Programas pueden declarar una Área Integral de Rehabilitación Urbana. Me pareció que eso cabía más para el caso del Patrimonio Etnológico [...].

Este último programa de Rehabilitación Integrada es más amplio porque, por ejemplo, en Úbeda y Baeza, que son ciudades de Patrimonio Mundial, se desarrolla en programas específicos. Se trata de una actuación completa, no sólo en tema de vivienda sino también de actuaciones de todo tipo, incluso de restauración, que las hacemos nosotros. Son programas integrales, o completos, de la administración, lo cual supone un impulso muy potente. Ahora mismo no te puedo decir cómo está, porque como estamos todos con los presupuestos bastante reducidos, pero el programa implica de todo, nueva construcción, ayuda a la vivienda para rehabilitación de la vivienda individual, creación de equipamientos etc. Implica a todos los ámbitos de la administración. Son Planes Estratégicos para cuatro o cinco años. Son programas muy interesantes, sobre todo para el tema de patrimonio histórico, porque se pone en práctica aquello que te decía del deber de la administración en su conjunto de velar

por el patrimonio. No todo tiene que salir de Cultura. No tienen porqué todas las iniciativas o ayudas salir desde Cultura, desde el ámbito de Patrimonio Histórico, sino que otras administraciones, por ejemplo Vivienda, pueden también implementar. Aunque tengan sus propias líneas, pero el Patrimonio es una línea preferente dentro de eso. Es la suma de esfuerzos la que puede construir este tipo de cosas. Ahora que estoy recordando, ustedes son pioneros en este tipo de cosas. Porque cuando estuve allí, me acuerdo que había una mesa en donde se sentaron el Ministro de Cultura, el de Obra Pública y alguien más, no me acuerdo muy bien. Acababan de firmar un protocolo o acuerdo de actuación conjunta.

Un consorcio público-público, probablemente.

Yo recuerdo el comentario de los que venían conmigo, “nosotros no llegamos a tanto” y de eso hace bastantes años.

Esto fue en la época en que se firmaron los consorcios por el Ministério das Cidades. El Programa de Ciudades tenía varios frentes, uno era Rehabilitación Urbana, otro eran los consorcios público-públicos (y público), porque tenemos los tres niveles: Federal, Estadual y Municipal.

O sea que vosotros en eso ya tenéis un recorrido [...].

No tanto, porque es muy difícil. Porque la propiedad generalmente es del Estado o de la Federación, pero el espacio urbano es municipal, entonces la ordenación también es municipal.

Pero vamos hacia eso, a trabajar de forma común.

Sí, pero ahí hay problemas políticos.

Evidentemente, pero está claro que si a la actuación de la Consejería de Cultura de restaurar la iglesia mayor de un municipio, se une una política de rehabilitación de vivienda en un barrio o una actuación pública en espacio urbano de otra administración, la confluencia de todas estas iniciativas hace que un municipio cambie y cree otra dinámica. Y cada uno pone su granito, también el propio Ayuntamiento, la propia ciudadanía. Es el único camino que permite que las cosas, supongo, realmente cambien.

Es el principio de la administración pública, no es para nadie, es para todos.

Y hay que buscar los consensos.

NOTA

1. Entrevista concedida en 30 de enero de 2013, en Sevilla, España.

REFERÊNCIAS

BECERRA GARCÍA, J.M. El planeamiento como instrumento para la protección de los conjuntos históricos. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, v.8, n.30, p.113-116, 2000.

BECERRA GARCÍA, J.M. La administración en la defensa del patrimonio histórico. In: GIL, J.M.I. (Ed.). *Cursos sobre el patrimonio histórico: Actas de los XVIII cursos monográficos sobre el patrimonio histórico*. Santander: Universidad de Cantabria, 2008a. p.409-423.

BECERRA GARCÍA, J.M. El futuro de la ordenación territorial. In: LEÓN, L.C.R. (Coord.). *La ordenación del territorio y los bienes culturales*. Sevilla: Instituto Andaluz de Administración Pública, 2008b. p. 355-340.

BECERRA GARCÍA, J.M. El patrimonio histórico y el planeamiento urbanístico en Andalucía. In: BECERRA GARCÍA, J.M. (Dir.). *El nuevo marco legal del patrimonio histórico Andaluz*. Sevilla: Instituto Andaluz de Administración Pública, 2010. p.31-54.

BRASIL. *Constituição da Republica Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 30 jul. 2013.

JUNTA DE ANDALUCÍA. Consejería de Cultura. Dirección General de Bienes Culturales. *La Ley 14/2007, de 26 de noviembre, del Patrimonio Histórico de Andalucía. Primera aproximación*. Sevilla: Junta de Andalucía, 2008.

JUNTA DE ANDALUCÍA. Consejería de Cultura. *Historia de la Autonomía*. [2012]. Disponible en: <<http://www.juntadeandalucia.es/organismos/sobre-junta/historia.html>>. Acceso en: 19 ago. 2012.

JUAN MANUEL BECERRA Arquitecto | Junta de Andalucía | Jefe del Servicio de Protección de la Dirección General de Bienes Culturales de la Consejería de Cultura y Deporte | España.

MARIA CRISTINA DA SILVA SCHICCHI Professora Doutora | Pontifícia Universidade Católica de Campinas | Programa de Pós-Graduação em Urbanismo | Rod. D. Pedro I, km 136, Parque das Universidades, 13086-900, Campinas, SP, Brasil | Correspondencia a nombre de/ *Correspondência para:* M.C.S. SCHICCHI | *E-mail:* <crisrina.schicchi@puc-campinas.edu.br>.

JIMENA ALEJANDRA VEGA Arquitecta | Campinas, SP, Brasil.

Recibido el día
14/8/2013 y
aceptado para
su publicación el
29/8/2013.

PESQUISA EM FOCO

DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO

Título: **Estratégias e ações de requalificação urbana: caso da cidade de Sorocaba**

Autor: **Fabício de Francisco Linardi**

Orientador: **Wilson Ribeiro dos Santos Junior**

Banca Examinadora: **Leandro Silva Medrano (Unicamp), Tomás Antonio Moreira (PUC-Campinas)**

Data de Defesa: **4/12/2012**

RESUMO

Dentre os modelos contemporâneos de gestão urbana, o urbanismo vinculado ao planejamento estratégico e baseado na implantação de projetos urbanos tem sido um paradigma para as cidades que buscam se destacar competitivamente no contexto urbano contemporâneo. Este trabalho procura analisar se as atuais diretrizes de planejamento estratégico da cidade, contribuem para a ampliação da esfera pública em Direção do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias a uma cidade mais democrática, acessível e saudável. Serão apresentados, como fundamentação da pesquisa, exemplos de requalificação urbana baseados neste conceito como os casos de Barcelona, a partir da década de 80 servindo de exemplo bem sucedido do uso do planejamento estratégico na gestão de cidades; o caso de Curitiba, que realizou uma reestruturação urbana através de um programa de mobilidade; e de Bogotá, que promoveu uma requalificação urbana pautada em ações de mobilidade e implantação de uma rede de bibliotecas. Sorocaba, cidade média inserida na dinâmica metropolitana mas complexa do país — megalópole do sudeste brasileiro — constitui o objeto de estudo da pesquisa e será discutida a partir das diretrizes estratégicas e dos programas de políticas públicas do poder público municipal, cujas determinações deram origem aos projetos urbanos construídos na cidade. Como discussão, serão apontadas questões relevantes do trabalho a fim de ampliar o conhecimento do urbanismo na Direção do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da construção da cidade democrática através do uso de planejamento estratégico.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento estratégico. Planejamento urbano. Projeto urbano. Sorocaba. Urbanismo.

Título: **A Parada LGBT e os espaços públicos: a afirmação da diversidade sexual em Campinas**

Autor: **Thiago William Felício Lacerda**

Orientador: **Wilson Ribeiro dos Santos Junior**

Banca Examinadora: **Alessandro Soares da Silva (USP), Jane Victal Ferreira (PUC-Campinas)**

Data de Defesa: **20/12/2012**

RESUMO

O trabalho parte do princípio de que há interações entre as mudanças observadas na sociedade e as concepções e usos dos espaços públicos. Aborda a realização da Parada de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e analisa como esse evento se articula com as re-significações operadas, nos últimos anos, nos espaços públicos centrais de Campinas. As dinâmicas que se estabeleceram entre os atores envolvidos no processo de construção da Parada revelaram o conteúdo destas interações estudadas a partir de dois aspectos relevantes dos espaços públicos centrais: (1) o potencial simbólico — reforçado pela escolha dos trajetos percorridos, na interlocução com o poder público, pela Parada, que na busca de legitimidade política e pública do evento associou-se ao resgate histórico dos espaços públicos centrais mais emblemáticos na vida social e urbana da cidade; e (2) a natureza destes espaços — re-significados como lugares urbanos de convívio democrático, de afirmação da diversidade sexual e de inclusão social, pela crescente legitimação da Parada e de outras atividades da Comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, que vem contribuindo para requalificação urbana dos espaços centrais de Campinas como espaços públicos e democráticos.

PALAVRAS-CHAVE: Campinas. Espaços livres urbanos. Parada LGBT e diversidade sexual. Requalificação urbana. Re-significação dos espaços públicos centrais.

Título: **Conflitos entre ocupação urbana e legislação ambiental: a configuração territorial atual do município de Suzano (SP)**

Autor: **Consuelo Aparecida Gonçalves Gallego**

Orientador: **Jonathas Magalhães Pereira da Silva**

Banca Examinadora: **Eduardo Alberto Cusce Nobre (USP), Wilson Ribeiro dos Santos Junior (PUC-Campinas)**

Data de Defesa: **13/2/2013**

RESUMO

O presente trabalho desenvolve uma análise crítica sobre o processo de ocupação dos espaços ambientalmente frágeis, apontando contradições existentes entre a realidade e a legislação que acarretam em níveis de precariedades alarmantes. Busca-se debater o papel da legislação na forma de indução da ocupação do território, e na condução do planejamento urbano. A pesquisa realizada colabora na compreensão das razões que levam à ocupação desordenada ocorrer intensamente à margem da legalidade em áreas com restrições legais para sua ocupação. Estas áreas com restrições legais específicas são frequentemente ocupadas por assentamentos informais, com diferentes padrões de renda e, acabam, por força de restrições legais permanecendo à margem dos benefícios da cidade legal, agravando o processo de degradação ambiental, urbanística e social. Toma como estudo de caso o município de Suzano/SP, que possui parte de seu território inserido em área de proteção aos mananciais (73%), área de preservação ambiental do rio Tietê (7%), além de outras restrições ambientais.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão urbana. Legislação urbanística e ambiental. Ocupação do território. Preservação de recursos naturais.

Título: *As escalas da cidade: a obra de Gilberto Pascoal na cidade de Campinas*

Autor: Luis Alexandre Amaral Pereira Pinto

Orientador: Jane Victal Ferreira

Banca Examinadora: Vera Santana Luz (PUC-Campinas), Luís Antonio Jorge (USP)

Data de Defesa: 18/2/2013

RESUMO

A pesquisa analisa a atuação profissional de Miguel Gilberto Pascoal na cidade de Campinas, partindo do acervo de documentos produzidos pelo arquiteto e atualmente preservados em seu escritório. Sua atuação contempla projetos na escala urbana e também edifícios destinados a diversos usos e escalar. O estudo desta produção busca por meio da análise do contexto histórico no qual os projetos foram desenvolvidos. Ao descrever parte significativa da arquitetura e do urbanismo produzidos em Campinas e partir da segunda metade do século XX, este trabalho objetiva contribuir para a compreensão de aspectos importantes da história da cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura e urbanismo em Campinas. Campinas. Escola paulista. Miguel Gilberto Pascoal. Parque Taquaral. Plano preliminar de desenvolvimento integrado.

Título: *As intervenções urbanas em Buenos Aires no último Governo Militar (1976 — 1983): a erradicação das Villas e o Plan de Autopistas*

Autor: Jimena Alejandra Vega

Orientador: Maria Cristina da Silva Schicchi

Banca Examinadora: Ricardo Hernán Medrano (Mackenzie), Jonathas Magalhães Pereira da Silva (PUC-Campinas)

Data de Defesa: 18/2/2013

RESUMO

Esse trabalho objetiva estudar as intervenções urbanas em Buenos Aires e, em especial, as estratégias e práticas espaciais do último período ditatorial argentino. Procura-se contextualizar tais intervenções a partir da análise do pensamento urbano ao longo do século XX sobre a capital portenha, com o intuito de entender que fatores determinaram a adoção dessas políticas urbanas, seus desdobramentos e as transformações estruturais que até hoje marcam o tecido urbano da cidade. Ao analisar as sucessivas políticas urbanas adotadas em Buenos Aires e, em especial, o planejamento e as intervenções no espaço urbano do último período ditatorial argentino, o estudo privilegia, por um lado, as políticas habitacionais na Capital Federal, entendidas como vetor estruturante na modelagem do espaço urbano portenho, e por outro, o sistema viário projetado para o transporte veicular particular de alta velocidade, compreendido dentro de um plano de modernização urbana. A pesquisa pretende contribuir para uma maior compreensão das ações do Estado autoritário no campo das políticas urbanas, buscando entender até que ponto as inter-

venções realizadas, ou mesmo apenas projetadas, contribuíram para a ampliação da fragmentação do tecido sociopolítico-espacial, e como fator favorável aos processos de reprodução da dinâmica capitalista na cidade de Buenos Aires.

PALAVRAS-CHAVE: Buenos Aires. Ditadura militar. Erradicação favelas. Estradas urbanas. Gestão territorial.

Título: O sistema de espaços livres e a paisagem urbana: considerações sobre Piracicaba/SP

Autor: Daniele Campitelli da Silva Pinto

Orientador: Jonathas Magalhães Pereira da Silva

Banca Examinadora: Silvio Soares Macedo (USP), Denio Munia Benfatti (PUC-Campinas)

Data de Defesa: 18/2/2013

RESUMO

O presente trabalho analisa o Sistema de Espaços Livres Públicos da cidade de Piracicaba/SP. Considera tanto os aspectos quantitativos quanto os qualitativos por meio da análise da distribuição, articulação e complementariedade funcional dos Espaços Livres Públicos. O estudo identifica os elementos estruturadores da paisagem urbana e suas respectivas Unidades de Paisagem. O método apoia-se na análise dos espaços de propriedade municipal que assim se constituíram por meio do parcelamento do solo. Identificam-se os graus de processamento e de apropriação, por parte da população e dos principais elementos que compõe o sistema de espaços livres. As caracterizações, identificação de entraves e ações propostas para cada Unidade de Paisagem, são sistematizadas por meio de fichas sínteses.

PALAVRAS-CHAVE: Espaços públicos. Piracicaba. Sistema de espaços livres.

Título: Sustentabilidade e vivências em uma bacia hidrográfica: a construção do meio ambiente urbano na bacia hidrográfica do Ribeirão Anhumas, Campinas — SP

Autor: Aline Ferreira Silveira

Orientador: Laura Machado de Mello Bueno

Banca Examinadora: Rosana Denaldi (UFABC), Juleusa Maria Theodoro Turra (PUC-Campinas)

Data de Defesa: 19/2/2013

RESUMO

A relação existente entre o homem e o meio ambiente, principalmente nos países do capitalismo periférico, é caracterizada por conflitos relacionados à desigualdade sócioespacial, exposição a riscos e vulnerabilidades. Ao longo da história do desenvolvimento das cidades, o meio ambiente urbano, que compreende múltiplas dimensões, abrangendo o conjunto de edificações, infraestruturas, o viver cotidiano dos diferentes grupos sociais, as normas jurídicas e a problemática

ambiental, foi e ainda é profundamente transformado pela expansão urbana. Inseridas no meio ambiente urbano, estão as bacias hidrográficas densamente urbanizadas, que são marcadas pelo de envolvimento urbano baseado na impermeabilização do solo, aterramento de áreas úmidas e canalização da rede hidrográfica para implantação de sistema viário, é historicamente associado à desigualdade de acesso à moradia e à cidade, com grandes contingentes populacionais em áreas ambientalmente sensíveis, que sofreram com a exposição aos riscos ambientais (erosão, deslizamento, inundações). A área de estudo abriga todas essas características do desenvolvimento urbano, identificada principalmente pela ocupação de áreas ambientalmente sensíveis e pela presença de moradias populares. Nesse contexto, com base em trabalhos que possuem como objetivo a análise e desenvolvimento de propostas baseadas na bacia hidrográfica como unidade de análise e gestão, foi desenvolvida uma metodologia de análise rápida e visual, sustentada em indicadores de fácil levantamento. A metodologia busca tornar possível o reconhecimento da área, o que implica em uma análise integrada, diferenciando o canal das faixas ao longo do corpo d'água. Após esse reconhecimento é possível verificar as condições de sustentabilidade existentes e identificar os efeitos das políticas públicas desenvolvidas em área de bacia hidrográfica, assim como auxiliar na criação de novas políticas públicas, dando subsídios a pesquisadores e planejadores do espaço urbano.

PALAVRAS-CHAVE: Bacia hidrográfica. Meio ambiente urbano. Sustentabilidade urbana. Urbanização.

Título: Um prédio, três cidades: a biografia urbana do edifício Diederichsen, Ribeirão Preto (1930-1990)

Autor: Laís Fernandes Leonardo

Orientador: Luiz Augusto Maia Costa

Banca Examinadora: Maria Lucia Caira Gitahy (USP), Ivone Salgado (PUC-Campinas)

Data de Defesa: 20/2/2013

RESUMO

Este trabalho é um estudo sobre a relação dialética entre arquitetura e urbanismo, sendo o estudo de caso, o Edifício Diederichsen localizado na cidade de Ribeirão Preto. O período de estudo é delimitado pela mudança econômica da cidade após a crise de 1929, que contribuiu para a construção do edifício e o início de medidas preservacionistas na cidade de Ribeirão Preto, datada da década de 1990. Defendemos, que ao longo dessas seis décadas, a cidade se conformou baseada em três ideais diferentes de cidade: a primeira a “cidade modernista”; a segunda, a cidade da crise do modernismo; e a terceira, a cidade contemporânea. Correlato à essas “cidades” temos três apreensões simbólicas do Edifício por parte da sociedade de Ribeirão Preto: Primeira, o prédio como sinônimo de progresso; segunda, o prédio como sendo algo obsoleto; terceiro, como memória da cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura. Cidades e vilas. Edifícios. Planejamento urbano.

Título: **O processo de expansão urbana recente da Região Sudoeste de Campinas — agentes e impactos**

Autor: **Ricardo Alexandre da Silva**

Orientador: **Laura Machado de Mello Bueno**

Banca Examinadora: **Maria Lúcia Refinetti Rodrigues Martins (USP), Jonathas Magalhães Pereira da Silva (PUC-Campinas)**

Data de Defesa: **20/2/2013**

RESUMO

A presente pesquisa pretende compreender e analisar o processo de criação dos bairros Jardim Florence I e II, Parque Floresta, Jardim Itajaí, Jardim Lisa, Jardim Rossin, Jardim Satélite Íris, Jardim Santa Rosa, Chácaras Cruzeiro do Sul e Parque Valença, implantados na região do Campo Grande, Campinas / São Paulo. Mais especificamente, pretende-se verificar o papel dos agentes e legislação como ferramenta de apropriação e transformação de amplas parcelas do espaço geográfico em território construído; a indústria que ao aplicar as suas praticas produtivas, dinamiza e requalifica as escalas urbanas da cidade; a moradia popular, que ao ser direcionada ao trabalhador, estimula o mercado imobiliário a produzi-la de forma legal e ou ilegal. E ao aplicar a análise feita destes agentes, busca-se por meio do estudo de caso dos bairros presentes nesta área, identificar as práticas de ocupação que resultaram na construção de bairros que atualmente apresentam grandes disparidades sociais e econômicas, resultando e uma ocupação urbana precária, com bairros fragmentados, dispersos e ocupados por uma população, permeada por práticas econômicas predatórias que conferem a muitos destes locais o título de “Zonas de Sacrificio”.

PALAVRAS-CHAVE: Contaminantes. Gestão urbana. Habilitação. Indústria. Legislação. Zonas de Sacrificio.

Título: **Urbanização, Morfologia e Adensamento: o eixo Noroeste da Região Metropolitana de Campinas**

Autor: **Cauana Lemes Conde Nandin**

Orientador: **Manoel Lemes da Silva Neto**

Banca Examinadora: **Silvio Soares Macedo (USP), Wilson Ribeiro dos Santos Junior (PUC-Campinas)**

Data de Defesa: **21/2/2013**

RESUMO

Este trabalho aborda a formação e expansão do tecido urbano no Eixo Noroeste da Região Metropolitana de Campinas (RMC), que corresponde à Rodovia Anhanguera no trecho entre Campinas e Americana, por intermédio da análise de sua morfologia, suas características de dispersão e espraiamento urbano. A área de estudo foi escolhida por seu intenso crescimento urbano e industrial iniciado nos anos de 1970, que potencializou a evolução de alguns centros como Campinas, em função da sua infraestrutura, sendo a rodovia Anhanguera fundamental no crescimento socio-

econômico em toda a RMC, por representar em conjunto com a Rodovia Bandeirantes e a Rodovia Washington Luís o maior corredor financeiro do país interligando a Região Metropolitana de São Paulo a Campinas e a Baixada Santista. Com o fortalecimento econômico dos municípios da RMC através da instalação de novas indústrias e ampliação de centros tecnológicos, novos pólos de atração foram criados desencadeando um processo de urbanização periférica com grandes disparidades morfológicas, que se expressam através da legislação de uso do solo, zoneamento e acesso a equipamentos e espaços livres públicos. As combinações da expansão urbana e do crescimento das periferias geraram várias áreas de conurbação no âmbito da RMC, que se apresentam espraiadas dos núcleos principais e com características similares em termos de ocupação representando atualmente uma nova morfologia. Um ponto particular da análise é o de compreender as características deste vetor de expansão metropolitana às margens do sistema rodoviário da Anhanguera considerando seu potencial na atração de indústrias e na localização de novos loteamentos residenciais de alto e médio padrão.

PALAVRAS-CHAVE: Espraiamento. Morfologia urbana. Região Metropolitana de Campinas. Urbanização contemporânea.

Título: A reconfiguração urbana de Campinas no contexto das epidemias de Febre Amarela no final do Século XIX (1880-1900)

Autor: Daniela da Silva Santos Krogh

Orientador: Ivone Salgado

Banca Examinadora: Ana Maria Reis de Goes Monteiro (Unicamp), Renata Baesso Pereira (PUC-Campinas)

Data de Defesa: 25/2/2013

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar a reconfiguração urbana de Campinas, no período entre 1880 e 1900. Quando da grande epidemia de febre amarela ocorrida em 1889, a cidade se encontrava em precárias condições sanitárias, com falta de redes de infraestrutura de abastecimento domiciliar de água e canalização de esgoto sanitário e ainda, com a presença de áreas alagadiças, condições estas que tornaram a cidade um local propício para a difusão de epidemias em sua área urbana. No período entre 1893 e 1900, a atuação das autoridades sanitárias foi conduzida com maior rigor no combate às epidemias e no saneamento do meio urbano promovendo uma reconfiguração urbana de Campinas. O trabalho analisa esta reconfiguração através do estudo do período que foi dividido em dois momentos: de 1893 até os primeiros meses de 1896, onde há a atuação das autoridades sanitárias municipais, ou seja, a Intendência Municipal e engenheiros da Câmara; e de julho de 1896 até 1900, onde há a atuação da Comissão Sanitária do Estado de São Paulo, chefiada pelo médico Emílio Ribas e da Comissão de Saneamento, sob a responsabilidade do engenheiro sanitário Saturnino de Brito.

PALAVRAS-CHAVE: Campinas. Febre amarela. Higienismo. História urbana. Saneamento urbano.

Título: Cidades históricas atingidas por tragédia ambiental: estudo de caso de São Luiz do Paraitinga (SP)

Autor: Pedro Frazatto Verde

Orientador: Maria Cristina da Silva Schicchi

Banca Examinadora: Manoel Lemes da Silva Neto (PUC-Campinas), Antonio Carlos Demanboro (PUC-Campinas)

Data de Defesa: 14/6/2013

RESUMO

A presente pesquisa propõe levantar, relatar e analisar os procedimentos de gestão urbana que se fizeram necessários para a recuperação do patrimônio urbano e arquitetônico do município de São Luiz do Paraitinga, no Vale do Paraíba, no estado de São Paulo, destruído por enchente ocorrida em janeiro de 2010. Toma-se como referência, por um lado, a história das cidades brasileiras — cuja gênese reside no processo de colonização — e o surgimento de núcleos urbanos acompanhando cursos d'água e, por outro, o da condição territorial atual da cidade estudada, que constitui patrimônio cultural estadual e nacional. O estudo terá como foco analisar as diretrizes urbanas empregadas na reconstrução, os parâmetros para recuperação e preservação dos patrimônios históricos da cidade reconstruída, procurando analisar a efetividade das decisões de intervenção para a melhoria da qualidade de vida de seus moradores. Para tal, como base, serão estudados os procedimentos propostos para situações de catástrofes ambientais, presentes principalmente nas cartas internacionais e na bibliografia crítica sobre o assunto produzida nos últimos anos, ao mesmo tempo em que serão analisados documentos técnicos e dados produzidos durante e depois das intervenções. Espera-se como resultado a constituição de um quadro que permita avaliar a efetividade das diretrizes urbanas e de intervenção no patrimônio, tendo em vista construir um conhecimento sobre esta questão que possa servir como referência para cidades que sofram ocorrências ambientais similares ou que passem por grandes processos de reconstrução ou reabilitação.

PALAVRAS-CHAVE: Enchentes. Gestão urbana. Patrimônio. Reabilitação. São Luiz do Paraitinga.

Título: Questões estruturais da cidade: leituras possíveis

Autor: Liliane Alves Benatti

Orientador: Manoel Lemes da Silva Neto

Banca Examinadora: Eulalia Portela Negrelos (USP), Antonio Carlos Demanboro (PUC-Campinas)

Data de Defesa: 14/6/2013

RESUMO

Visando contribuir nos debates que envolvem o equacionamento da problemática urbanoambiental, a dissertação parte do pressuposto de que certas abordagens, por se bastarem às análises conjunturais, são impotentes para lidar com a natureza estrutural que as revestem. No caso brasileiro, e no que diz

respeito às políticas públicas territoriais, como o urbanismo e o planejamento urbano e regional, as discussões geralmente restringem-se ao campo do direito administrativo, de caráter predominantemente instrumental, cujos efeitos invariavelmente limitam-se às ações pontuais, tópicas e desprovidas da virtude de atingir as causas originárias da questão urbana. E mais. Elas recrudescem com a crise ambiental contemporânea. Outro fator que compromete, decisivamente, a reflexão e a proposição de instrumentos urbanísticos desenvolvidos, com vistas ao equacionamento da problemática urbana, é a aplicação da noção de gestão aplicada à coisa pública. Originariamente concebida no contexto das organizações, o emprego da gestão, ao migrar para a administração pública, reduz o entendimento da dimensão política da cidade ao plano meramente negociado de gestão territorial. Isso também se mostra insuficiente, o que será abordado por meio de um caso particularmente significativo que relaciona questões urbanas e ambientais: a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão territorial. Política ambiental. Política urbana. Propriedade. Resíduos sólidos. Urbanismo.

Título: Bicicleta para cidades sustentáveis: uma leitura do município de Campinas

Autor: Catarina Vasconcelos Cordeiro Alexandro

Orientador: Tomás Antonio Moreira

Banca Examinadora: Francisco de Assis Comarú (UFABC), Vera Lúcia dos Santos Plácido (PUC-Campinas)

Data de Defesa: 18/6/2013

RESUMO

O problema da circulação urbana nas cidades brasileiras tornou-se insustentável, trazendo uma crise de mobilidade, atingindo esferas sociais, ambientais e econômicas. Este trabalho tem por objetivo principal estudar a bicicleta como um meio de transporte viável para a transformação do atual modelo das cidades brasileiras em cidades mais sustentáveis. Objetivando contribuir com o planejamento cicloviário que está sendo formulado pelo município de Campinas, o trabalho pretende verificar as ações condizentes com as políticas públicas nacionais no que se refere à mobilidade por bicicleta, comparando as propostas de infraestruturas do Plano Cicloviário de Campinas com os dados de deslocamento de bicicleta da Pesquisa Origem e Destino 2003 e com os dados de acidentes ocorridos com ciclistas no período de 2000 a 2011. Como resultado da leitura do município de Campinas, avaliou-se que existem incentivos sendo concretizados para o uso da bicicleta, entretanto, esses incentivos estão sendo implantados de forma não integrada e desconexa com os demais modais e políticas urbana. Por fim, como exemplo prático da inserção da bicicleta na mobilidade urbana, foi elaborado um protótipo de mapa educativo da região central do Distrito de Barão Geraldo, como meio de informação para trânsito seguro, por uma mobilidade sustentável e por uma cidade para pessoas.

PALAVRAS-CHAVE: Bicicleta. Cidades para pessoas. Cidades sustentáveis. Mobilidade urbana. Planejamento cicloviário.

Título: A bicicleta e seu lugar na cidade contemporânea: o caso de Ribeirão Preto

Autor: Jádriel Wylliam Tiago

Orientado: Denio Munia Benfatti

Banca Examinadora: Adailson Pinheiro Mesquita (Centro Universitário do Triângulo), Wilson Ribeiro dos Santos Junior (PUC-Campinas)

Data de Defesa: 24/6/2013

RESUMO

O presente trabalho propõe uma contribuição no entendimento de qual o papel da bicicleta no quadro de Mobilidade Urbana, considerando traços contemporâneos de urbanização, em especial dinâmicas metropolitanas de viagens e relações diárias estabelecidas, de cidades próximas, em torno de um centro urbano mais consolidado. Toma-se como estudo de caso a cidade de Ribeirão Preto, em uma análise de suas Políticas voltadas ao Transporte Público e Planejamento Cicloviário, a partir da década de 1980, seus reflexos no quadro geral de mobilidade urbana, com foco a um uso específico da bicicleta, por uma população mais pobre, avaliando quais são os impactos destas políticas e da atual condição da cidade, estabelecida como um importante centro urbano, estabelecendo relações diárias crescentes de trocas e fluxos com as cidades vizinhas.

PALAVRAS-CHAVE: Bicicleta. Dinâmicas metropolitanas. Mobilidade urbana. Planejamento cicloviário.

Título: As dinâmicas vivenciais na borda das metrópoles: o caso de Atibaia.

Autor: Francisco Carlos Leal Passos

Orientador: Denio Munia Benfatti

Banca Examinadora: Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco (USP), Jane Victal Ferreira Duduch (PUC-Campinas)

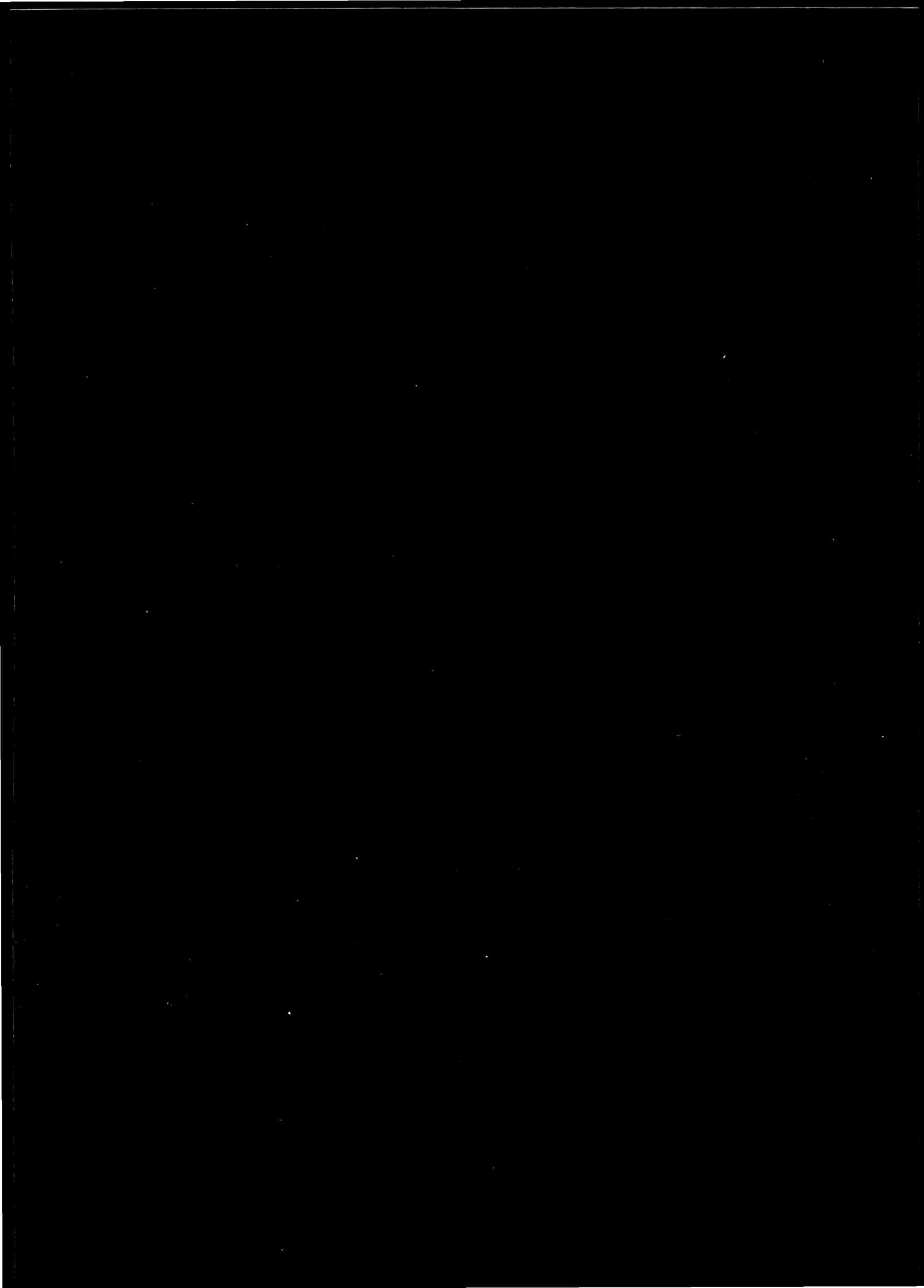
Data de Defesa: 27/6/2013

RESUMO

A expansão urbana contemporânea, analisada aqui particularmente na região Sudeste do Brasil, tem avançado e se consolidado nas últimas décadas como um novo modelo de ocupação e articulação dos territórios metropolitanos e sua faixa envoltória. Este novo cenário disperso, fragmentado, e polinucleado, é estruturado por grandes eixos expressos de deslocamento e conurbações funcionais, novas tecnologias e comunicação, transporte de informação, novas práticas de produção e consumo individualizadas de onde emergem profundas alterações nas relações e dinâmicas cotidianas de suas populações, assim como em suas esferas de vida pública e privada. Este trabalho procura a partir do estudo de caso do Município da Estância de Atibaia, à borda das Regiões Metropolitanas de São Paulo e Campinas, contribuir com uma reflexão acerca dos movimentos hegemônicos imbricados nesse novo modelo de expansão e ocupação, e seus reflexos em um Município de menor porte inserido nesse sistema, naquilo que se refere, em especial, às suas dinâmicas cotidianas e

vivenciais. O trabalho propõe ainda uma reflexão sobre as questões que relativizam o sentimento de pertencimento e identidade como possíveis motores do fortalecimento da esfera da vida pública, a fim de ampliar o conhecimento do urbanismo na direção do aprofundamento do entendimento das complexidades dos processos de urbanização contemporâneos.

PALAVRAS-CHAVE: Atibaia. Dinâmicas cotidianas e vivenciais. Esfera da vida pública. Expansão metropolitana. Políticas públicas.



ÍNDICE DE AUTORES

A			
ALVIM, Angélica Tanus Benatti	291	MEDEIROS, Ana Paula	311
C		MEDRANO, Leandro	111
CARDOSO, Carina Folena	37	MENDES, Leticia Teixeira	111
CASARIN, Vanessa	43	MUNIZ, Elaine Cristina	137
COLCHETE FILHO, Antonio	137	MUSSI, Andréa Quadrado	301
CORREIA, Telma de Barros	29	N	
F		NÓBREGA, Cláudia Carvalho Leme	99
FARAH, Ana Paula	267	NOGUEIRA, Priscilla	57
FOLLE, Daiane	301	P	
FREITAS, Pedro Murilo Gonçalves de	87	PACHECO, Rafaela Verbicaro	99
FRONER, Yacy-Ara	243	PALAZZO, Pedro Paulo	73
G		R	
GEDDO, João Pedro Salva	279	RÊGO, Andréa Queiroz	125
GIROTO, Ivo Renato	229	ROMANINI, Anicoli	301
GOMES, Margarida Maria Mussa Tavares	149	S	
GOMES FILHO, Hélio	149	SAMORA, Patricia Rodrigues	279
H		SANTIAGO, Alina Gonçalves	43
HONDA, Sibila Corral de Arêa Leão	291	SCHICCHI, Maria Cristina da Silva	317
L		T	
LASSANCE, Guilherme	219	TIRELLO, Regina Andrade	87
M		V	
MARTINS, Marcele Salles	301	VEGA, Jimena Alejandra	317
		VILLAC, Maria Isabel	257

AGRADECIMENTOS | ACKNOWLEDGEMENTS | AGRADECIMIENTOS

A revista *Oculum Ensaio* contou com a colaboração de especialistas *ad hoc* para a avaliação dos trabalhos a ela submetidos em 2013.

A

Adriana Antunes Lopes_IF Goiano
 Adriana Capretz Borges da Silva Manhas_UFAL
 Adriana Mara Vaz Oliveira_UFG
 Alessandro José Castroviejo Ribeiro_Mackenzie
 Almir Francisco Reis_UFSC
 Altair Rosa_PUC-PR
 Álvaro Luís Puntoni_USP
 Ana Maria Reis de Goes Monteiro_Unicamp
 Anderson Kazuo Nakano_Prefeitura de São Paulo
 André Tomoyuki Abe_UFES
 Andréa Queiroz da Silva Fonseca Rêgo_UFRJ
 Ângela Maria Gordilho Souza_UFBA
 Angela Seixas Pilotto_FAAM/SP
 Angelo Filardo_USP
 Antonio Carlos Espindola Schrega_PUC-PR
 Antônio Claudio Moreira Lima e Moreira_USP

B

Beatriz Santos de Oliveira_UFRJ
 Benny Schvarsberg_UnB

C

Carlos Hardt_PUC-PR
 Carolina Maria Pozzi de Castro_UFSCar
 Celina Borges Lemos_UFMG
 Claudia Gomes de Araujo_UNICEP
 Cristina Garcia Ortega_UNIP
 Cristina Pereira de Araujo_UFPE

D

Denise Marques Bahia_PUC-Minas

E

Eliane Guaraldo_UFMS
 Eline Maria Moura Pereira Caixeta_UFG
 Eloísa Petti Pinheiro_UFPB
 Eneida Maria Souza Mendonça_UFES
 Eugenio Fernandes Queiroga_USP
 Evandro Fiorin_Unesp

F

Fabiana Generoso de Izaga_UFRJ
 Fábio Müller_UFMS
 Fábio Restrepo_Universidad de los Andes
 Francisco de Assis Comarú_UFABC
 Francisco de Assis da Costa_UFPA

G

Geraldo Majela Gaudêncio Faria_UFAL
 Gisela Cunha Viana Leonelli_Unicamp
 Gislene Pereira_UFPR
 Glauco de Paula Cocozza_UFU

J

João Henrique Bonametti_PUC-PR
 Joel Pereira Felipe_UFABC
 José Francisco Bernardino_Freitas UFES
 José Geraldo Simões Junior_Mackenzie
 José Ricardo Vargas de Faria_UFPR
 Jussara Maria Silvia_Univeridade Positivo

K

Kátia Cristina Lopes de Paula_Católica SC

L

Larissa Leticia Andara Ramos_UVV
 Lizete Maria Rubano_Mackenzie
 Lucia Mascaró_UFRGS
 Lucia Teresinha Peixe Maziero_PUC-PR
 Luciana Bongiovanni Martins Schenk_USP
 Luiz Antonio de Paula Nunes_Unisanta
 Luiz Augusto Maia Costa_PUC-Campinas

M

Manoela Rossinetti Rufinoni_Unifesp
 Madianita Nunes da Silva_UFPR
 Marcio Cotrim Cunha_UFPB
 Maria Angela Pereira de Castro e Silva Bortolucci_USP
 Maria Isabel Villac_Mackenzie
 Maria Julieta Nunes de Souza_UFRJ
 Mirandulina Maria Moreira Azevedo_UNIMEP

N

Nadia Somekh_Mackenzie
 Nelson Baltrusis_UCSAL

O

Oklinger Mantovaneli Júnior_FURB
 Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski_UFPR
 Olivia de Campos Maia Pereira_USP

P

Paula Freire Santoro_Ministério Público do Estado de São Paulo
 Paula Katakura_FAAM

Paulo José Lisboa Nobre_UFRN
Polise Moreira De Marchi_SENAC/SP

R

Regina Dulce Barbosa Lins_UFAL
Renata Bovo Peres_UFSCar
Renata Cardoso Magagnin_Unesp
Renato Cymbalista_USP
Ricardo de Sousa Moretti_UFABC
Ricardo Marques de Azevedo_USP
Ricardo Trevisan_UnB
Rivail Vanin de Andrade_Universidade
Positivo
Roberto Sampaio_PUC-PR
Rodrigo Cristiano Queiroz_USP

S

Sidney Gonçalves Vieira_UFPel
Sidney Piochi Bernardini_UNIP
Sonia Afonso_UFSC
Sylvia Ramos Leitão_PUC-PR

T

Tales Bohrer Lobosco Gonzaga de Oliveira_UFMT

V

Vera Regina Tangari_UFRJ
Virgínia Maria Dantas de Araújo_UFRN
Vladimir Bartalini_USP
Vladimir Benincasa_Unesp

Z

Zulma das Graças Schüssel_PUC-PR

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

ESCOPO E POLÍTICA EDITORIAL

Oculum Ensaios, fundada em 2000, é uma revista científica em Arquitetura e Urbanismo do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da PUC-Campinas, com periodicidade semestral, aberta a contribuições da comunidade científica nacional e internacional, assim como para os pesquisadores das diferentes áreas acadêmicas da Arquitetura e do Urbanismo, com o objetivo de registrar a memória do pensamento urbanístico e de manter o debate atualizado.

TIPOS DE ARTIGOS ACEITOS

Original: investigações baseadas em dados empíricos utilizando metodologia científica destinadas a divulgar resultados inéditos. Consistem de seções distintas: o artigo deve ser fundamentado teoricamente, contendo Resumo / *Abstract* / *Resumem* (Inglês / Português e Espanhol); Introdução, que contenha uma exposição geral da pesquisa e inclua a metodologia de pesquisa utilizada; Desenvolvimento do tema; Resultados e Análises; Considerações Finais e Referências (com no máximo 25 laudas, incluindo tabelas, figuras, quadros e referências, preparados em espaço entrelinhas 1,5, com fonte *Arial* tamanho 11 e em formato A4).

Artigo curto: sobre temas e discussões da atualidade, posição acadêmica ou ponto de vista. Deve apresentar Resumo / *Abstract* / *Resumem* (Inglês / Português e Espanhol); Introdução, os Objetivos, o Método investigativo, os Resultados e Análises e as Considerações Finais (com no máximo 15 laudas, incluindo tabelas, figuras, quadros e referências, preparados em espaço entrelinhas 1,5, com fonte *Arial* tamanho 11 e em formato A4).

Resenha: apresentação e análise crítica de livro publicado na área há, no máximo, 1 ano anterior a submissão. O resenhista deverá explicitar que o autor do livro está propondo uma perspectiva que difere e parece se colocar de maneira mais independente de outras perspectivas teóricas (com no máximo 3 laudas, preparada em espaço entrelinhas 1,5, com fonte *Arial* tamanho 11 e em formato A4). O autor da resenha deve enviar a capa da obra resenhada digitalizada em alta resolução (500dpi).

ENVIO DE MANUSCRITOS

Todos os artigos devem ser submetidos de forma eletrônica pela página do Portal de Periódicos Científicos da PUC-Campinas <<http://www.puc-campinas.edu.br/periodicocientifico>>, cujos passos são os seguintes:

- a) Acessar o site <<http://www.puc-campinas.edu.br/periodicocientifico>>.
- b) Escolher “Oculum Ensaios”.
- c) Clicar em “Acessar Revista”.
- d) Já na página da Revista, entrar em “Acesso”.
- e) Se for o primeiro acesso, preencher os dados pessoais no item “Cadastro”. Se já estiver cadastrado, basta preencher *login* e senha.
- f) Para submeter trabalhos, siga as demais instruções do próprio sistema.

Manuscritos enviados por correio convencional, *fax*, *e-mail* ou qualquer outra forma de envio não serão apreciados pelos editores.

PROCESSO DE JULGAMENTO DO MANUSCRITO

■ Todos os manuscritos só iniciarão o processo de tramitação se estiverem de acordo com as Instruções aos Autores. Caso contrário, serão devolvidos para adequação às normas, inclusão de carta ou de outros documentos eventualmente necessários.

■ Recomenda-se fortemente que o(s) autor(es) busque(m) assessoria linguística profissional (revisores e/ou tradutores certificados em língua portuguesa e inglesa) antes de submeter(em) originais que possam conter incorreções e/ou inadequações morfológicas, sintáticas, idiomáticas ou de estilo. Devem ainda evitar o uso da primeira pessoa “meu estudo...”, ou da primeira pessoa do plural “percebemos...”, pois em texto científico o discurso deve ser impessoal, sem juízo de valor e na terceira pessoa do singular.

■ Originais identificados com incorreções e/ou inadequações morfológicas ou sintáticas **serão devolvidos antes mesmo de serem submetidos à avaliação** quanto ao mérito do trabalho e à conveniência de sua publicação.

■ **Pré-análise**: a avaliação é feita pelos Editores e Conselho Editorial com base na originalidade, pertinência, qualidade acadêmica e relevância do manuscrito para a área.

■ Aprovados nesta fase, os manuscritos serão encaminhados aos revisores *ad hoc* selecionados pelos editores. Cada manuscrito será enviado para dois revisores de reconhecida competência na temática abordada. Em caso de desacordo, o original será enviado para uma terceira avaliação.

■ O processo de avaliação por pares é o sistema de *blind review*, procedimento sigiloso quanto à identidade tanto dos autores quanto dos revisores. Por isso os autores deverão empregar todos os meios possíveis para evitar a identificação de autoria do manuscrito.

■ Os pareceres dos revisores comportam três possibilidades: aprovação; b) recomendação de nova análise; c) recusa. Em quaisquer desses casos, o autor será comunicado. Os pareceres serão analisados pelos Editores que poderão aprovar ou não o manuscrito.

■ Manuscritos recusados, mas com a possibilidade de reformulação, poderão retornar como novo trabalho, iniciando outro processo de julgamento.

■ **Manuscritos aceitos:** manuscritos aceitos poderão retornar aos autores para aprovação de eventuais alterações, no processo de editoração e normalização, de acordo com o estilo da Revista.

CONFLITO DE INTERESSE

No caso da identificação de conflito de interesse da parte dos revisores, o Comitê Editorial encaminhará o manuscrito a outro revisor *ad hoc*.

FORMA E PREPARAÇÃO DE MANUSCRITOS

PROCEDIMENTOS EDITORIAIS

São aceitos trabalhos inéditos acompanhados de carta assinada por todos os autores, com identificação do tipo de artigo (Original / Artigo curto / Resenha), declaração de que o trabalho está sendo submetido apenas à revista *Oculum Ensaios* e cessão de direitos autorais. A carta deve indicar o nome, endereço, números de telefone e *e-mails* dos autores e indicação do autor para o qual a correspondência deve ser enviada.

Os manuscritos submetidos, quando derivados de estudos que envolvem seres humanos, devem obrigatoriamente ter sido aprovados por **Comitê de Ética** em Pesquisa, conforme preconizam as diretrizes e normas da Resolução 196/96. Os autores deverão inserir a cópia digitalizada da declaração de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da instituição.

VERSÃO REFORMULADA

O autor deverá enviar apenas a última versão reformulada do trabalho via *site* <<http://www.puc-campinas.edu.br/periodicocientifico>>. As modificações deverão na fonte cor azul, sendo anexada uma carta ao editor, reiterando o interesse em

publicar nesta Revista e informando quais alterações foram processadas no manuscrito. Se houver discordância quanto às recomendações dos revisores, o autor deverá apresentar os argumentos que justificam sua posição. Caso os autores não encaminhem o manuscrito revisado e a carta-resposta no prazo estipulado, o processo editorial será encerrado, em qualquer etapa da submissão.

Provas: serão enviadas provas tipográficas aos autores para a correção de erros de impressão. As provas devem retornar ao Núcleo de Editoração na data estipulada. Outras mudanças no manuscrito original não serão aceitas nesta fase.

OS MANUSCRITOS DEVERÃO APRESENTAR

Página de título (única parte do texto com a identificação dos autores)

a) Título completo — deve ser conciso, evitando excesso de palavras como “avaliação do...”; “considerações acerca de...”; “estudo exploratório...”.

b) *Short title* com até quarenta caracteres (incluindo espaços), em português (ou espanhol), inglês ou francês.

c) Nome de todos os autores por extenso, indicando a afiliação institucional de cada um. Será aceita uma única titulação e afiliação por autor. Os autores deverão, portanto, escolher, entre suas titulações e afiliações institucionais.

d) Todos os dados da titulação e da afiliação deverão ser apresentados por extenso, sem siglas.

e) Indicação dos endereços completos de todas as universidades às quais estão vinculados os autores.

f) Indicação de endereço para correspondência do autor responsável, quando mais de um, para a tramitação do original, incluindo *fax*, telefone e endereço eletrônico.

OUTRAS OBSERVAÇÕES

Resumo: todos os artigos submetidos em português, espanhol ou francês deverão ter resumo no idioma original, inglês e em espanhol, com um mínimo de 150 palavras e máximo de 250 palavras.

Os artigos submetidos em inglês deverão vir acompanhados de resumo, título e palavras-chave em português, inglês e em espanhol.

O resumo deve conter o objetivo do trabalho, os procedimentos metodológicos, os resultados e as conclusões.

Texto: com exceção do manuscrito apresentado como Resenha, os trabalhos deverão seguir a estrutura formal para trabalho científico.

A organização do texto deverá apresentar: Introdução, Desenvolvimento e Conclusão, dividindo-se em partes/seções conforme a natureza do trabalho.

Na parte do desenvolvimento podem existir as seções de Material e Métodos, Resultados e Discussão, entre outras, de acordo com cada área do conhecimento.

Tabelas, quadros e figuras devem ter um título breve, ser limitados a **sete** no conjunto, numerados com algarismos arábicos, consecutiva e independentemente, de acordo com a ordem de menção no texto. Enviar em folhas individuais e separadas, com indicação de sua localização no texto. É imprescindível a informação do local e ano do estudo. Os quadros e tabelas devem ter as bordas laterais abertas.

Ao reproduzir no manuscrito material previamente publicado (incluindo textos, gráficos, tabelas, figuras ou quaisquer outros materiais), a **legislação cabível de direitos autorais** deverá ser respeitada e a fonte citada.

O autor se responsabiliza pela qualidade das figuras (desenhos, ilustrações, tabelas, quadros e gráficos), que deverão ser elaboradas em tamanhos mínimo 10cm de largura e máximo de 16cm. **Não é permitido o formato paisagem.** Figuras digitalizadas deverão ter extensão jpeg e resolução mínima de 500dpi.

Gráficos e desenhos deverão ser gerados em programas de desenho vetorial (*Microsoft Excel, CorelDraw X5, Adobe Photoshop CS6, SPSS v.10.0*), acompanhados de seus parâmetros quantitativos.

A publicação de imagens coloridas, após avaliação da viabilidade técnica de sua reprodução, será custeada pelo autor. Em caso de manifestação de interesse por parte do autor, a revista *Ocolum Ensaios* providenciará um orçamento de custos envolvidos, que poderão variar de acordo com o número de imagens, sua distribuição em páginas diferentes e a publicação concomitante de material em cores por parte de outros autores.

Discussão: deve explorar, adequada e objetivamente, os resultados, discutidos à luz de outras observações já registradas na literatura.

Conclusão: apresentar as conclusões relevantes, considerando os objetivos do trabalho, e indicar formas de continuidade do estudo. **Não serão aceitas citações bibliográficas nesta seção.**

Siglas: deverão ser utilizadas de forma padronizada, restringindo-se apenas àquelas usadas convencionalmente ou sancionadas pelo uso, acompanhadas do significado, por extenso, quando da primeira citação no texto. Não devem ser usadas no título e no resumo.

Agradecimentos: podem ser registrados, em parágrafo não superior a três linhas, dirigidos a instituições ou indivíduos que prestaram efetiva colaboração para o trabalho.

Anexos: deverão ser incluídos apenas quando imprescindíveis à compreensão do texto. Caberá aos editores julgar a necessidade de sua publicação.

CITAÇÕES NO TEXTO: BASEADAS NA ABNT (NBR 10520/2002)

Citações bibliográficas no texto devem constar na lista de referências.

Não serão aceitas citações/referência de monografias de conclusão de curso de graduação e de textos não publicados (aula entre outros).

Se um trabalho não publicado, de autoria de um dos autores do manuscrito, for citado (ou seja, um artigo *in press*), será necessário incluir a carta de aceitação da revista que publicará o referido artigo.

Se dados não publicados, obtidos por outros pesquisadores, forem citados, será necessário incluir uma carta de autorização para uso dos mesmos.

CASOS ESPECÍFICOS

■ Citações literais de até três linhas: entre aspas, sem destaque em itálico e, em seguida, entre parênteses (Sobrenome do autor, data, página, sem espaço entre o ponto e o número). Ponto final depois dos parênteses.

■ Citações literais de mais de três linhas: em parágrafo destacado do texto, com 4cm de recuo à esquerda, em espaço simples, fonte menor que a utilizada no texto, sem aspas, sem itálico. Em seguida, entre parênteses: (Sobrenome do autor, data, Página).

■ Vários autores citados em sequência: utilizar ordem cronológica de data de publicação dos documentos, separados por ponto e vírgula: (Crespo, 2005; Costa & Ramalho, 2008; Moresi *et al.*, 2010).

■ Textos com dois autores: Crippa e Bisoffi (2010) (no corpo do texto); (Crippa & Bisoffi, 2010) (dentro do parênteses)

■ Textos com três ou mais autores: (Griselda *et al.*, 2009) (dentro do parênteses) e Griselda *et al.* (2009) (fora dos parênteses).

■ Citações do mesmo autor publicados no mesmo ano: acrescenta-se letra minúscula após a data, sem espaçamento. Exemplo: (Medrano, 2005a, 2005b).

REFERÊNCIAS

As referências são baseadas na NBR-6023/2002. Recomenda-se limitar a 30 referências para artigos. Elas deverão ser ordenadas alfabeticamente pelo sobrenome do primeiro autor.

CASOS ESPECÍFICOS

1) Os títulos dos periódicos devem ser indicados por extenso.

2) Referências com autores e datas coincidentes usa-se o título do documento para a ordenação e acrescenta-se letra minúscula após a data, sem espaçamento.

3) Referências com três ou mais autores, indica-se apenas o primeiro, acrescentando-se a expressão *et al.*

A exatidão e a adequação das referências a trabalhos que tenham sido consultados e mencionados no texto do artigo são de responsabilidade do autor.

Para outros exemplos recomendamos consultar as normas da ABNT-NBR-6023/2002.

EXEMPLOS

ARTIGO COM UM AUTOR

SCHVARSBERG, G. A rua e a sociedade capsular. *Oculum Ensaios*, n.16, p.138-149, 2012.

ARTIGO COM DOIS AUTORES

EIGENHEER, D.M.; SOMEKH, N. Projeto urbano e inclusão social: Milão Pirelli La Bicocca. *Oculum Ensaios*, n.16, p.18-37, 2012.

ARTIGO EM SUPORTE ELETRÔNICO

SOMEKH, N.; CAMPOS NETO, C.M. Desenvolvimento local e projetos urbanos. *Vitruvius*, 05.059, ano 5, 2005. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br>>. Acesso em: 20 maio 2013.

LIVRO

ABREU, M.A. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

LIVROS EM SUPORTE ELETRÔNICO

BRAGA, P.M.; SCHICCHI, M.C.S. Catedral Metropolitana de Campinas: quando um edifício contempla a história da cidade. *Revista CPC*, v.3, p.1-16, 2006. Disponível em: <http://www.usp.br/cpc/v1/php/wf07_revista_interna.php?id_revista=7&tipo=5&id_conteudo=20>. Acesso em: 23 abr. 2012.

CAPÍTULOS DE LIVROS

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S.R. *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999. p.169-244.

DISSERTAÇÕES E TESES

BERNARDINI, S.P. *Construindo infra-estruturas, planejando territórios: a Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Governo Estadual Paulista (1892-1926)*. 2008. Tese (Doutorado)— Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

TRABALHOS APRESENTADOS EM CONGRESSOS, SEMINÁRIOS ETC

FELDMAN, S. O zoneamento ocupa o lugar do plano: São Paulo, 1947-1961. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 7., 1997, Recife. *Anais...* Recife: UFPE, 1997. p.667-684.

TRABALHOS APRESENTADOS EM CONGRESSOS, SEMINÁRIOS ETC. EM FORMATO ELETRÔNICO

BRAZOLIN, S.; ROMAGNANO, L.F.T.; SILVA, G.A. Madeira preservada no ambiente construído: cenário atual e tendências. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE EDIFICAÇÕES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS, 3., 2003, São Carlos. *Anais eletrônicos...* São Carlos: Antac, 2003. Disponível em: <<http://www.infohab.org.br>>. Acesso em: 20 maio 2013.

TEXTO EM FORMATO ELETRÔNICO

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Representante de direitos humanos da ONU participa de balanço anual da comissão da verdade no Brasil*. 2013. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/representante-de-direitos-humanos-da-onu-participa-de-balanco-anual-da-comissao-da-verdade-no-brasil/>>. Acesso em: 23 maio 2013.

LISTA DE CHECAGEM

- Declaração de responsabilidade e transferência de direitos autorais assinada por cada autor.
- Verificar se estão completas as informações de legendas das figuras e tabelas.
- Preparar página de rosto com as informações solicitadas.
- Incluir o nome de agências financiadoras e o número do processo.
- Indicar se o artigo é baseado em tese/dissertação, colocando o título, o nome da instituição, o ano de defesa, em nota de rodapé.
- Categorizar os artigos em Original/Artigo curto/Resenha.
- Enviar a cópia do parecer do Comitê de Ética.
- Incluir título do manuscrito, em português, espanhol, ou francês e em inglês.
- Incluir título abreviado (*short title*), com quarenta caracteres, para fins de legenda em todas as páginas.
- Verificar se as referências estão citadas no texto.
- Incluir permissão de editores para reprodução de figuras ou tabelas publicadas.

DOCUMENTOS**Declaração de Responsabilidade e Transferência de Direitos Autorais**

Cada autor deve ler e assinar os documentos: (1) Declaração de Responsabilidade e (2) Transferência de Direitos Autorais, nos quais constarão:

- Título do manuscrito:
- Nome por extenso dos autores (na mesma ordem em que aparecem no manuscrito).
- Autor responsável pelas negociações:

1. Declaração de responsabilidade: todas as pessoas relacionadas como autoras devem declarar declarações de responsabilidade nos seguintes termos:

– “Certifico que participei da concepção do trabalho para tornar pública minha responsabilidade pelo seu conteúdo, que não omiti quaisquer ligações ou acordos de financiamento entre os autores e companhias que possam ter interesse na publicação deste artigo”;

– “Certifico que o manuscrito é original e que o trabalho, em parte ou na íntegra, ou qualquer outro trabalho com conteúdo substancialmente similar, de minha autoria, não foi enviado a outra Revista e não o será, enquanto sua publicação estiver sendo considerada pela *Oculum Ensaios*, quer seja no formato impresso ou no eletrônico”.

2. Transferência de Direitos Autorais: “Declaro que, em caso de aceitação do artigo, a revista *Oculum Ensaios* passa a ter os direitos autorais a ela referentes, que se tornarão propriedade exclusiva da Revista, vedada qualquer reprodução, total ou parcial, em qualquer outra parte, impressa ou eletrônica, sem que a prévia e necessária autorização seja solicitada e, se obtida, farei constar o competente agradecimento à Revista”.

Assinatura do(s) autores(s)

Data ___/___/___

Justificativa do artigo

Destaco que a principal contribuição do estudo para a área em que se insere é a seguinte:

(Escreva um parágrafo justificando porque a revista deve publicar o seu artigo, destacando a sua relevância científica, a sua contribuição para as discussões, na área em que se insere o(s) ponto(s) que caracteriza(m) a sua originalidade e o conseqüente potencial de ser citado).

Dada a competência na área do estudo, indico o nome dos seguintes pesquisadores (três) que podem atuar como revisores do manuscrito. Declaro igualmente não haver qualquer conflito de interesses para esta indicação.

GUIDE FOR AUTHORS

SCOPE AND EDITORIAL POLICY

Oculum Ensaios, founded in 2000, is a scientific journal in Architecture and Urbanism from Urbanism Post-Graduation Program at PUC-Campinas, published bi-annually, and open to contributions from national and international scientific communities, as well as researchers from different academic fields of Architecture and Urbanism, with the purpose of recording the memory of urban thought and keep the current debate.

TYPES OF ARTICLES ACCEPTED

Original: investigations based on empirical data using the scientific method that disclose original results. They are divided into distinct sections: the article should be substantiated theoretically containing: *Resumo* / Abstract / *Resumem* (Portuguese/English/Spanish), Introduction, containing an exposition of the research and includes the research methodology used; Development theme, Results and Analysis, Final Considerations and References (with a maximum 25 pages, including tables, figures, charts and references, with a line spacing of 1.5, Arial font size 11 and A4 paper size).

Short articles: on current discussions, academic view or point of view. Must present Abstract / *Resumo* / *Resumem* (English / Portuguese / Spanish); Introduction, Objectives, Investigative Method, Results and Analysis and the Final Considerations (with a maximum 15 pages, including tables, figures, charts and references, with a line spacing of 1.5, Arial font size 11 and A4 paper size).

Review: presentation and critical analysis of books published in the area for a maximum of one year before submission. The reviewer should explain that the book's author is proposing a different perspective and seems to put more independently of other theoretical perspectives (with a maximum 3 pages, prepared in space between lines 1,5, with a line spacing of 1.5, Arial font size 11 and A4 paper size). The reviewer should send a cover of the reviewed work scanned in high resolution (500dpi).

MANUSCRIPT SUBMISSION

All articles must be submitted in electronic format at the Portal of Scientific Journals of PUC-Campinas at <<http://www.puc-campinas.edu.br/periodicocientifico>>, through the following steps:

- a) Access the site <<http://www.puc-campinas.edu.br/periodicocientifico>>
- b) Choose "*Oculum Ensaios*".
- c) Click on "Access the Journal".
- d) Once on the Journal's page, click on "Access."
- e) If this is your first visit, fill out your personal data in the item "Form". If you have already joined, just provide your login and password.
- f) To submit works, follow the instructions provided by the system.

Manuscripts sent by regular mail, fax, e-mail or other means will not be assessed by the editors.

MANUSCRIPT REVIEW PROCESS

■ All original manuscripts will only begin the review process if they conform to the Instructions to the Authors. Otherwise, they will be returned to the authors for amendment and inclusion of letter or other eventually necessary documents.

■ It is strongly recommended that the author(s) have their paper reviewed by a professional linguist or translator before submitting papers that can contain morphological, syntactic or idiomatic mistakes or inappropriate style. The authors must also avoid using the first person of the singular, "my study...", or the first person of the plural "we noticed...", since scientific texts ask for an impersonal, non-judgmental discourse.

■ Papers with such mistakes will be returned to the authors even before assessment of their merit or publication suitability.

■ **Pre-analysis:** the Editors and Counselors will assess the manuscript based on its originality, pertinence, academic quality and relevance of the manuscript's area.

■ If the manuscript is approved in this phase, it will be sent to *ad hoc* referees selected by the editors. Each manuscript will be sent to two referees of known competence on the theme. If the two referees disagree, the manuscript will be sent to a third referee for assessment.

■ Manuscript assessment relies on the double-blind review process, that is, the authors and referees remain mutually anonymous. Therefore, the authors are asked to do everything possible to avoid their identification.

■ The referees may give one of three opinions: a) approval; b) recommend a new analysis; and c) refusal. The author will always be informed of the referees' opinions. The opinions will be analyzed by the Editors who will then approve the manuscript or not.

■ Refused manuscripts that can be reformulated may be submitted to a new review process.

■ **Accepted manuscripts:** Accepted manuscripts may return to the authors for approval of possible changes in the editing and formatting process according to the style of the Journal.

CONFLICT OF INTEREST

If the referees report conflict of interest, the Editorial Committee will send the manuscript to another *ad hoc* referee.

MANUSCRIPT LAYOUT AND PREPARATION

EDITORIAL PROCEDURES

The Journal accepts original articles accompanied by a letter signed by all authors identifying the type of article (Originals / Short Articles / Reviews). The letter should also state that the manuscript is only being submitted to the Journal *Oculum Ensaios* and transfer the copyrights to the journal. The letter should contain the name, address, telephone numbers and e-mails of the authors and indicate the address for correspondence.

The manuscripts submitted when derived from studies involving humans, are required to have been approved by the **Research Ethics Committee**, as advocated in the guidelines and rules of Resolution 196/96. The authors should insert the scanned copy of the declaration of approval of the Research Ethics Committee.

REFORMULATED VERSION

The author is requested to send only the last reformulated version of the manuscript to the site <<http://www.puc-campinas.edu.br/periodicocientifico>>. The changes must be made using blue font and a letter should be attached reiterating the author's interest in publishing in this Journal, indicating what changes were made to the manuscript. If the referees disagree, the author is asked to offer arguments that justify their position. If the author does not send the revised manuscript and the letter within the deadline, the editorial process will be terminated, regardless of the phase it is in.

Proofs: will be sent to the authors for the correction of printing mistakes. Proofs must be returned to the Editorial Center by the stipulated deadline. Other changes to the manuscript will not be accepted during this phase.

THE MANUSCRIPTS SHOULD CONTAIN

Title page (only part of the text identifying the authors)

a) Full title — should be concise avoiding excess words, such as “assessment of...”, “considerations about...”, “exploratory study...”.

b) Short title with at most forty characters (including spaces) in Portuguese or Spanish, and English or French.

c) Full name of all authors indicating the institutional affiliation of each one. Only one title and affiliation will be accepted per author. The authors must, therefore, choose among their titles and institutional affiliations.

d) All title and affiliation data should be written in full, no abbreviations are accepted.

e) Include full addresses of all universities the authors have ties with.

f) Include full address of the corresponding author when there is more than one for correspondence regarding the manuscript, including fax and telephone numbers and e-mail(s).

ANOTHER OBSERVATION

Abstract: all articles submitted in Portuguese, Spanish or French should have an abstract in the original language and one in English and Spanish. The abstracts should have at least 150 words and at most 250 words.

The articles submitted in English should contain an abstract, title and keywords in Portuguese and in English.

The abstract should contain the objective of the study, the methodological procedures and the conclusions.

Text: except for Reviews, all manuscripts must follow the formal structure for scientific studies.

The text organization should present: Introduction, Development and Conclusion, dividing into parts/sections according to the nature of the work.

In the development may exist sections Material and Methods, Results and Discussion, among others, according to each area of knowledge.

Tables, charts and figures should have a brief title, total no more than **seven**, and be numbered with Arabic numbers consecutively and independently according to the order in which they were mentioned in the text. They should be sub-

mitted in separate and individual sheets and the manuscript should indicate their location in the text. The location and year of the study must be included in their titles. Charts and tables should have open sides.

Applicable copyright laws should be observed when previously published materials (texts, graphs, tables, figures or any other materials) are reproduced in the manuscript, including citation of the original source.

The author is responsible for figure quality (drawings, illustrations, tables, charts and graphs), which shall be prepared in minimum size 10cm and 16cm maximum. **The landscape format is not accepted.** Digital figures should be in jpeg format and have a minimum resolution of 500 dpi.

Graphs and drawings should be created in vector design software (Microsoft Excel, CorelDraw X5, Adobe, Phoposhop CS6 SPSS v.10.0), followed by their quantitative parameters in tables with the name of all variables.

The publication of color images after assessment of technical viability will be paid by the author. If the author request, the journal *Oculum Ensaios* will provide a quote which may vary according to the number of images, image location (different pages), and the concomitant publication of color images by other author(s).

Discussion: should discuss the results in an appropriate and objective manner and compare them with other literature data.

Conclusion: present the relevant conclusions considering the objectives of the work and make suggestions for further investigations. **Bibliographical citations will not be accepted in this section.**

Acronyms: should be standardized and restricted to those used conventionally or sanctioned by use, followed by the full meaning the first time they appear in the text. They should not be used in the title and abstract.

Acknowledgments: may be done in a paragraph no longer than three lines and be directed to institutions or individuals Who effectively collaborated with the study.

Attachments: should be included only when critical for the understanding of the text. The editors will decide if they should be published

TEXT CITATIONS BASED ON ABNT (NBR 10520/2002)

Bibliographical citations in the text should be included in the list of references.

Citations/references to undergraduate monographs and **unpublished texts** (classes, among others) **will not be accepted.**

If the unpublished work of one of the authors of the manuscript is cited (that is, an in-press article), the author must include the letter from the journal accepting to publish the article.

If unpublished data obtained by other researchers are cited, please include a letter authorizing its use.

SPECIFIC CASES

- Literal citations of up to three lines: in quotes, not in italic, followed by (Name of author, date, page, no space between period and number) in parentheses. The period should be placed after the closing parenthesis.

- Literal citations with more than three lines must be in a separate paragraph, with a left margin of 4cm, using single space between the lines, smaller font than that of the text, without quotes, without italic, ending on the right margin of the text, followed by, in parenthesis, the last name of the author, date and page.

- Many authors cited in sequence: use the chronological order in which the documents were published separated by a semicolon: (Crespo, 2005; Costa & Ramalho, 2008; Moresi *et al.*, 2010).

- Texts with two authors: Crippa and Bisoffi (2010) (in the body of the text); (Crippa; Bisoffi, 2010) (within parentheses).

- Texts with three or more authors: (Griselda *et al.*, 2009) (within parentheses) and Griselda *et al.* (2009) (outside parentheses).

- Citations of the same author published in the same year: add a lower-case letter after the date without spacing. Example: (Morin, 2000a, 2000b).

REFERENCES

References are based on NBR-6023/2002. The references should be limited to 30 for articles but Reviews may have as

many as 50. They should be ordered alphabetically according to the last name of the first author.

SPECIFIC CASES

- 1) Journal titles should be written in full.
- 2) References with coinciding authors and dates should be ordered according to the title of the work and a lower-case letter is added after the date, without spacing.
- 3) In references with three or more authors, only the first author should be indicated followed by the expression *et al.* The author are responsible for the accuracy and appropriateness of the references to studies that have been consulted and mentioned in the body of the manuscript.

For other examples, please refer to the ABNT-NBR-6023/2002 norms.

EXEMPLOS

ARTICLE WITH ONE AUTHOR

THOMPSON, E.P. Time, work-discipline, and industrial capitalism. *Past and Present*, n.38, p.56-97, 1967.

ARTICLE WITH TWO AUTHORS

ZHAI, Z.J.; PREVITAL, J.M. Ancient vernacular architecture: characteristics categorization and energy performance evaluation. *Energy and Buildings*, v.42, n.3, p.357-365, 2010.

ARTICLE IN ELECTRONIC MEDIA

ATTIA, S. *et al.* Assessing gaps and needs for integrating building performance optimization tools in net zero energy buildings design. *Energy and Buildings*, v.60, p.110-124, 2013. Available from: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0378778813000339>>. Cited: May 29, 2013.

BOOK

HILLIER, B. *Space is the machine*. Cambridge: CUP, 1996.

BOOK IN ELECTRONIC MEDIA

ALLEN, E.; RAND, M.P. *Architectural detailing: function, constructibility, aesthetics*. 2.ed. Hoboken: John Wiley, 2007. Available from: <<http://arki-ebooks.blogspot.com.br/>>. Cited: May 28, 2013.

BOOK CHAPTERS

WEISSMAN, A. Introduction to the Dover edition. In: STICKLEY, G. (Org.). *Craftsman bungalows: 59 homes from The Craftsman*. New York: Dover Publications, 1988. p.v-vi.

DISSERTATIONS AND THESES

CARVALHO, R.C.M.S. *New towns and regional development in the northwestern frontier of the state of São Paulo (1890-1950)*. 1988. PhD (Thesis) — Cornell University, Ithaca, 1988.

WORKS PRESENTED IN CONGRESSES, SEMINARS ETC.

TRIGUEIRO, E.; MEDEIROS, V. Marginal heritage: studying effects of changes in spatial integration over land-use patterns and architectural conservation in the old town centre of Natal, Brazil. In: INTERNATIONAL SPACE SYMPOSIUM, 4., 2003, London. *Proceedings...* London: UCL/SSL, 2003. p.1-16.

WORKS PRESENTED IN CONGRESSES, SEMINARS ETC. IN ELECTRONIC MEDIA

YESSIOS, C.I. A fractal studio. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE ASSOCIATION FOR COMPUTER AIDED DESIGN IN ARCHITECTURA, 87., 1987, Caroline of North. *Electronic proceedings...* North Carolina: AIDED, 1987. Available from: <http://cumincad.scix.net/cgi-bin/works/Show?_id=0cb8&sort=DEFAULT&search=%2fseries%3a%22ACADIA%22&hits=1032>. Cited: May 28, 2013.

TEXT IN ELECTRONIC MEDIA

JAPAN SUSTAINABLE BUILDING CONSORTIUM. *Comprehensive assessment system for building environmental efficiency*. 2007. Available from: <<http://www.ibec.or.jp/CASBEE/english/>>. Cited: May 24, 2013.

CHECKLIST

- Declaration of responsibility and transfer of the copyrights signed by each author.
- Verify if the information in the legends of figures and tables is complete.
- Prepare a cover page with the requested information.
- Include the name of the sponsors and process number.
- Indicate if the article is based on a thesis/dissertation and include in the footnote the title, name of institution and year of defense.
- Authors should indicate the article's category: Original / Short Article / Review.
- Copy of the Research Ethics Committee approval.
- Include the title of the manuscript in Portuguese, Spanish or French and in English.
- Include the short title with a maximum of forty characters which will be placed on the footnote of all pages.
- Verify if all references are cited in the text.

- Include permission of editors for the reproduction of figures and tables that have been published elsewhere.

DOCUMENTS

Declaration of responsibility and transfer of the copyrights

Each author should read and sign the documents (1) Declaration of Responsibility and (2) Transfer of Copyrights, which should include:

- Title of the manuscript:
- Full name of all authors (in the same order as they appear in the manuscript).
- Author responsible for the negotiations:

1. Declaration of responsibility: all people listed as authors should sign declarations of responsibility in the following terms:

– “I certify that I participated in the conception of the work and make public my responsibility for its content, and that I did not omit any financial relationships or agreements among the authors and companies that may benefit from the publication of this article”.

– “I certify that the manuscript is original and the work, in part or in full, or any other work with substantially similar content of my authorship was not sent to another journal and will not be sent to another journal while its publication is being considered by *Oculum Ensaios*, whether in print or electronic format”.

2. Transfer of the copyrights: “I declare that if the article is accepted for publication by the journal *Oculum Ensaios*, that the journal *Oculum Ensaios* will be the exclusive owner of its copyrights and any partial or full reproduction of the article anywhere else, in print or in electronic format, is forbidden unless previously authorized in writing by the abovementioned journal; if the authorization is granted, a statement will be added to the new article thanking the abovementioned Journal”.

Signature of the author(s)

Date ____/____/____

Justification of the article

I emphasize that the main contribution of the study to the relevant area is the following:

(Write a paragraph justifying why the journal should publish your article, emphasizing its scientific relevance, contribution to the discussions in the relevant area affected by the aspect(s) of its originality and its consequent potential of being cited).

Given their competence in the study area, I indicate the name of the following three researchers that may act as referees of the manuscript. I also declare that there is no conflict of interests for this indication.

INSTRUCCIONES A LOS AUTORES

ALCANCE Y POLÍTICA EDITORIAL

Oculum Ensaios, fundada en 2000, es una revista científica en Arquitectura y Urbanismo del Programa de Posgrado en Urbanismo de la PUC-Campinas, con periodicidad semestral, abierta a contribuciones de la comunidad científica nacional e internacional, así como para los investigadores de las diferentes áreas académicas de la Arquitectura y del Urbanismo, con el objetivo de registrar la memoria del pensamiento urbanístico y de mantener el debate actualizado.

TIPOS DE ARTÍCULOS ACEPTOS

Originales: investigaciones con base en datos empíricos, que utilizan metodología científica y destinadas a la divulgación de resultados inéditos. Consisten de secciones distintas: el artículo debe ser fundamentado teóricamente, conteniendo Resumen / *Abstract* / *Resumo* (Español / Inglés y Portugués); Introducción, que contenga una exposición general de la investigación e incluya la metodología de la investigación utilizada; Desarrollo del tema; Resultados y Análisis; Consideraciones Finales y Referencias (límite máximo 25 páginas, incluyendo tablas, figuras, cuadros y referencias, preparados en interlineado de 1,5 líneas, letra Arial tamaño 11 y hoja formato A4).

Artículo corto: sobre temas y discusiones de la actualidad, posición académica o punto de vista. Debe presentar Resumen / *Abstract* / *Resumo* (Español / Inglés y Portugués); Introducción, los Objetivos, el Método investigativo, los Resultados y Análisis y las Consideraciones Finales (límite máximo 15 páginas, incluyendo tablas, figuras, cuadros y referencias, preparados en interlineado de 1,5 líneas, letra Arial tamaño 11 y hoja formato A4).

Reseña: presentación y análisis crítico de libro publicado en el área a, máximo, 1 año anterior a al sometimiento. El revisor deberá explicitar que el autor del libro está proponiendo una perspectiva que difiere y parece colocarse de manera más independiente de otras perspectivas teóricas (con máximo 3 laudas, preparada en espacio interlineado 1,5, con letra *Arial* tamaño 11 y en formato A4). El autor de la reseña debe enviar la portada de la obra reseñada digitalizada en alta resolución (500dpi).

ENVÍO DE MANUSCRITOS

Los artículos deberán ser enviados en forma electrónica a través de la página del *Portal de Periódicos Científicos de PUC-Campinas* <<http://www.puc-campinas.edu.br/periodicocientifico>>, cuyos pasos son los siguientes:

- a) Acceder al sitio <<http://www.puc-campinas.edu.br/periodicocientifico>>.
- b) Seleccionar “*Oculum Ensaios*”.
- c) Hacer clic en “Ver Revista”
- d) En la página de la Revista, entrar en “Ingresar”.
- e) Si es su primer acceso, llene sus datos personales en el ítem “Registrar”. Si ya está registrado, basta introducir su nombre y su contraseña.
- f) Para el envío de trabajos, siga las otras instrucciones del propio sistema.

Los editores no aceptarán los manuscritos enviados por correo convencional, *fax*, correo electrónico o cualquier otra forma de envío.

PROCESO DE EVALUACIÓN DE LOS MANUSCRITOS

■ Los manuscritos inéditos sólo iniciarán el proceso de tramitación si están de acuerdo con las Instrucciones a los autores. En caso contrario, **los mismos serán devueltos para que puedan adecuarse a las normas**, la inclusión de una carta o de otros documentos eventualmente necesarios.

■ Se recomienda encarecidamente que el (los) autor(es) busque(n) asesoría lingüística profesional (revisores y/o traductores certificados en lengua portuguesa e inglesa) antes de someter originales que puedan contener incorrecciones y/o inadecuaciones morfológicas, sintácticas, idiomáticas o de estilo. Deben aún evitar el uso de la primera persona: “mi estudio...”, o de la primera persona de plural: “percibimos...”, pues en textos científicos el discurso debe ser impersonal, sin juicio de valor y en la tercera persona de singular.

■ Los originales en los que se verifiquen incorrecciones y/o inadecuaciones morfológicas o sintácticas **serán devueltos antes de ser sometidos a su evaluación** en relación al mérito del trabajo y la conveniencia de su publicación.

■ **Preanálisis:** los Editores y Consejeros realizan la evaluación con base en la originalidad, pertinencia, calidad académica y relevancia del manuscrito para sus áreas afines.

■ Tras ser aprobados en esta fase, los manuscritos se encaminarán a los revisores *ad hoc* seleccionados por los editores. Cada manuscrito será enviado a los revisores de reconocida competencia en el tema abordado; uno de ellos puede ser seleccionado a partir de la indicación de los autores. En caso de desacuerdo, el artículo será sometido a una tercera evaluación.

■ El sistema *blind review* es un proceso de evaluación por pares; un procedimiento sigiloso en relación a la identidad tanto de los autores como de los revisores. Por esa razón, los autores deberán emplear todos los medios a su alcance a fin de evitar su identificación.

■ Los dictámenes de los revisores conllevan cuatro posibilidades: a) aprobación; b) recomendación de un nuevo análisis; c) rechazo. En cualquiera de los casos, se notificará al autor. Los dictámenes serán analizados por los editores, quienes aprobarán o no el manuscrito.

■ Los manuscritos rechazados, pero con posibilidad de reformulación podrán retornar como un nuevo trabajo, iniciando otro proceso de veredicto.

■ **Manuscritos aceptados:** manuscritos aceptados podrán retornar a los autores para aprobación de eventuales alteraciones, en el proceso de edición y normalización, de acuerdo con el estilo de la Revista.

CONFLICTO DE INTERESES

En el caso de verificarse un conflicto de intereses por parte de los revisores, el Comité Editorial someterá el manuscrito a otro revisor *ad hoc*.

FORMA Y PREPARACIÓN DE LOS MANUSCRITOS

PROCEDIMIENTOS EDITORIALES

Se aceptarán trabajos inéditos acompañados de una carta firmada por todos los autores con la respectiva identificación del tipo de artículo (Original / Artículo corto / Reseña), una declaración de que el trabajo se somete sólo a la revista *Oculum Ensaio* y la cesión de los derechos autorales. La carta debe indicar el nombre, dirección, número de teléfono y correos electrónicos de los autores, indicando también a cuál de los autores deberá ser enviada la correspondencia.

Los manuscritos sometidos, cuando derivados de estudios que incluyan seres humanos, deben obligatoriamente haber sido aprobados por el **Comité de Ética** en Investigación, conforme preconizan las directrices y normas de la Resolución 196/96. Los autores deberán insertar la copia digitalizada de la declaración de aprobación del Comité de Ética en Investigación de la institución.

VERSIÓN REFORMULADA

El (los) autor(es) deberá(n) enviar sólo la última versión reformulada del trabajo a través del *sitio* <<http://www.puc-campinas.edu.br/periodicocientifico>>. Las modifica-

ciones deberán resaltarse en letra color azul, adjuntando una carta al editor reiterando el interés en publicar en esta Revista e informando cuáles fueron las alteraciones procesadas en el manuscrito. En caso de discordancia en relación a las recomendaciones de los revisores, el(los) autor(es) deberán presentar los argumentos que justifiquen su posición. En caso que los autores no remitan el manuscrito revisado y la carta/ respuesta en el plazo estipulado, el proceso editorial será concluido en cualquier etapa del envío.

Pruebas: se enviarán pruebas tipográficas a los autores para la corrección de los errores de impresión. Las mismas deberán ser devueltas al Núcleo de Edición dentro de la fecha estipulada. En esa fase no se aceptarán otros cambios al manuscrito.

LOS MANUSCRITOS DEBERÁN PRESENTAR

Página de título (única parte del texto con la identificación de los autores)

a) título completo — debe ser conciso y evitar el exceso de palabras, como “evaluación del...”; “consideraciones sobre...”; “estudio de investigación...”.

b) *short title* de hasta 40 caracteres (espacios incluidos) en portugués (o español), inglés o francés.

c) nombre completo de todos los autores con la afiliación institucional de cada uno de ellos. Se aceptará sólo un título y afiliación por autor. Por lo tanto, los autores deberán elegir entre sus títulos y afiliaciones institucionales.

d) los datos del título y la afiliación deberán ser presentados por completo, sin siglas.

e) deberá indicarse la dirección completa de todas las universidades a las cuales están vinculados los autores.

f) en caso de ser más de un autor, deberá indicarse una dirección para correspondencia perteneciente al autor responsable para la tramitación del original, incluyendo también un número de teléfono, de *fax* y el correo electrónico.

OTRAS OBSERVACIONES

Resumen: los artículos sometidos en portugués, español o francés deberán incluir un resumen en el idioma original y en inglés, con un mínimo de 150 palabras y un máximo de 250. Los artículos enviados en inglés deberán estar acompañados de un resumen, un título y las palabras clave en portugués y en inglés.

El resumen debe contener el objetivo del trabajo, los procedimientos metodológicos, los resultados y las conclusiones.

Texto: a excepción de lo manuscrito presentado como Reseña, los trabajos deberán seguir la estructura formal de los trabajos científicos:

La organización del texto deberá presentar Introducción, Desarrollo y Conclusión, dividiéndose en partes/secciones conforme la naturaleza del trabajo.

En la parte del desarrollo pueden existir las secciones de Material y Métodos, Resultados y Discusión, entre otras, de acuerdo con cada área de conocimiento.

Las tablas, cuadros y figuras deben tener un título breve, limitarse a un total de **siete** y enumerarse consecutiva e independientemente con números arábigos, de acuerdo con el orden de mención en el texto. Deberán enviarse en hojas individuales y separadas con la indicación de su ubicación en el texto. Es imprescindible informar el lugar y año del estudio. Los cuadros y tablas tendrán los bordes laterales abiertos.

Al reproducir en el manuscrito material previamente publicado (incluyendo textos, gráficos, tablas, figuras o cualesquier otros materiales), la **legislación oportuna de derechos autorales** deberá ser respetada y la fuente citada.

El(los) autor(es) se responsabiliza(n) por la calidad de las figuras (diseños, ilustraciones, tablas, cuadros y gráficos), que deberán elaborarse en tamaños con mínimo 10cm de ancho y máximo de 16cm. **No está permitido el formato paisaje.** Las figuras digitalizadas deberán tener la extensión jpeg y una resolución mínima de 500 dpi.

Los gráficos y los diseños deberán generarse en programas de diseño vectorial (*Microsoft Excel, CorelDraw X5, Adobe Photoshop CS6, SPSS v.10.0*) y estar acompañados por sus parámetros cuantitativos en forma de tabla y con el nombre de todas las variables.

El costo de la publicación de imágenes a color, tras la evaluación de viabilidad técnica de su reproducción, estará a cargo del (de los) autor(es). En caso de interés por parte del(los) autor(es), la revista *Oculum Ensaios* preparará un presupuesto de los costos, los cuales podrán variar de acuerdo con el número de imágenes, su distribución en páginas diferentes y la publicación concomitante de material en colores por parte de otro(s) autor(es).

Discusión: examinar, adecuada y objetivamente, los resultados discutidos a la luz de otras observaciones ya registradas en la literatura.

Conclusión: presentar las conclusiones relevantes considerando los objetivos del trabajo e indicando formas de continuidad del estudio. **No se aceptarán citaciones bibliográficas en esta sección.**

Siglas: deberán utilizarse en el formato estándar, limitándose sólo a aquellas usadas convencionalmente o sancionadas por el uso, y acompañadas del significado completo en la primera cita en el texto. No deben usarse en el título y ni en el resumen.

Agradecimientos: pueden ser registrados en un párrafo no superior a tres líneas y dirigidos a las instituciones o individuos que hayan prestado una efectiva colaboración al trabajo.

Anexos: Podrán incluirse sólo si son imprescindibles para la comprensión del texto. Será responsabilidad de los editores juzgar la necesidad de su publicación.

CITAS EN EL TEXTO CON BASE EN LA ABNT (NBR 10520/2002)

Citas bibliográficas en el texto: deberán constar en la lista de referencias.

No se aceptarán citas/referencias de monografías de conclusión de curso de graduación y de textos no publicados (clases, entre otros).

En caso de que se cite un trabajo no publicado cuya autoría pertenece a uno de los autores del manuscrito (o sea un artículo *in press*), será necesario incluir la carta de aceptación de la revista que publicará el mencionado artículo.

En caso de citarse datos obtenidos por otros investigadores y que no hayan sido publicados, será necesario incluir una carta de autorización para la utilización de los mismos.

CASOS ESPECÍFICOS

■ Citas literales de hasta tres líneas: entre comillas, sin realce en itálico y luego entre paréntesis (apellido del autor, fecha y página, sin espacio entre el punto y el número). Punto final tras dos paréntesis.

■ Citas literales de más de tres líneas: en un párrafo destacado del texto, con 4 cm de sangría izquierda, interlineado sencillo, letra menor a la utilizada en el texto, sin comillas ni itálico. A continuación, entre paréntesis: (Apellido del autor, fecha, página).

■ Varios autores citados en orden: utilizar el orden cronológico de la fecha de publicación de los documentos, separados por punto y coma: (Crespo, 2005; Costa & Ramalho, 2008; Moresi *et al.*, 2010).

■ Textos con dos autores: Crippa y Bisoffi (2010) (en el cuerpo del texto); (Crippa & Bisoffi, 2010) (dentro del paréntesis)

■ Textos con tres o más autores: (Griselda *et al.*, 2009) (dentro del paréntesis) y Griselda *et al.* (2009) (fuera de los paréntesis).

■ Citas del mismo autor publicadas el mismo año: se agrega una letra minúscula después de la fecha, sin espacios, siguiendo el orden alfabético del título. Ejemplo: (Medrano, 2005a, 2005b).

REFERENCIAS

Las referencias se basan en la NBR-6023/2002. Se recomienda limitar las referencias de los artículos a 30. Las mismas deberán estar ordenadas alfabéticamente por el apellido del primer autor.

Casos específicos

1) Los títulos de los periódicos deben indicarse por completo.

2) Para las referencias con autores y fechas coincidentes se usa el título del documento para ordenación y se agrega una letra minúscula después de la fecha, sin espacios.

3) Para las referencias con tres o más autores, se indica sólo el primero y se agrega la expresión *et al.*

La exactitud y la adecuación de las referencias a trabajos que hayan sido consultados y mencionados en el texto del artículo son de responsabilidad del autor.

Para otros ejemplos, recomendamos consultar las normas de la ABNT-NBR-6023/2002.

EJEMPLOS

ARTÍCULO CON UN AUTOR

FIGUEIREDO, F. Similitudes na gestao dos resíduos sólidos urbanos em países centrais e periféricos. *Biblio 3W: Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*, v.17, n.975, 2012.

ARTÍCULO CON DOS AUTORES

ZUNINO, H.; R. HIDALGO. Negocios inmobiliarios en centros turísticos de montaña y nuevos modos de vida: el papel de los migrantes de amenidad existenciales en la Comuna de Pucón — Chile. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, v. 20, p.307-326, 2011.

ARTÍCULO EN SOPORTE ELECTRÓNICO

JANOSCHKA, M. Nuevas geografías migratorias en amé-

rica latina: prácticas de ciudadanía en un destino de turismo residencial. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, v.17, n.439, 2013. Disponible en: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-439.htm>>. Acceso: 28 Mayo 2013.

LIBRO

BAS PEIRED, C. *El mar Mediterráneo: recursos vivos y explotación*. Barcelona: Editorial Ariel, 2002.

CAPÍTULOS DE LIBROS

CONSTANT, N. Nueva babilonia. In: ULRICH, C. *Programas y manifiestos de la arquitectura del siglo XX*. Barcelona: Lumen, 1973.

DISERTACIONES Y TESIS

GUIMARAENS IGUAL, G. *El último halito de la fortificación abaluartad: el fuerte de San Julián de Cartagena*. 2007. Tesis (Doctoral) — Universidad Politécnica de Valencia, Valencia, 2007.

TRABAJOS PRESENTADOS EN CONGRESOS, SEMINARIOS ETC.

VEJSBJERG, L.; CALVO, J.; HEREDIA, S. Criterios de valoración turística-recreativa de recursos geológicos, paleontológicos y paisajísticos: caso monumento natural Parque de los Dinosaurios, ciudad de Neuquén. In: CONGRESO GEOLÓGICO ARGENTINO, 15., 2002, Buenos Aires. *Actas...* Buenos Aires: Asociación Geológica Argentina, 2002. p.311-316.

TRABAJOS PRESENTADOS EN CONGRESOS, SEMINARIOS, ETC. EN FORMATO ELECTRÓNICO

BRAZOLIN, S.; ROMAGNANO, L.F.T.; SILVA, G.A. Madeira preservada no ambiente construído: cenário atual e tendências. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE EDIFICAÇÕES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS, 3., 2003, São Carlos. *Anais eletrônicos...* São Carlos: 2003, São Carlos: Antac, 2003. Disponível em: <<http://www.infohab.org.br>>. Acesso em: 20 maio 2013.

TEXTO EN FORMATO ELECTRÓNICO

CONSEJO NACIONAL DE POBLACIÓN. *Índice de marginación a nivel localida*. 2005. Disponible en: <<http://www.conapo.gob.mx/>>. Acceso: 28 Mayo 2013.

LISTA DE VERIFICACIÓN

- Declaración de responsabilidad y transferencia de derechos autorales firmada por cada autor.
- Verificar si las informaciones al pie de las fotos y las notas al pie de las tablas están completas.

- Preparar la página de anteportada con las informaciones solicitadas.
- Incluir el nombre de las agencias de financiación y el número de proceso.
- Indicar si el artículo se basa en una tesis/disertación, colocando el título, el nombre de la institución o el año de la defensa en una nota al pie de página.
- Categorizar los artículos en Original/Artículo corto/Reseña.
- Enviar la copia del dictamen del Comité de Ética.
- Incluir el título del manuscrito en portugués, español o francés y en inglés.
- Incluir un título breve (*short title*) de 40 caracteres como subtítulo en todas las páginas.
- Verificar si el texto contiene las citas de las referencias.
- Incluir la autorización de los editores para la reproducción de las imágenes o las tablas publicadas.

DOCUMENTOS

Declaración de responsabilidad y transferencia de derechos autorales

Cada autor deberá leer y firmar los documentos (1) Declaración de responsabilidad y (2) Transferencia de derechos autorales, en los cuales constarán:

- Título del manuscrito:
- Nombre completo de los autores (en el mismo orden en que aparecen en el manuscrito).
- Autor responsable de las negociaciones:

1. Declaración de responsabilidad: todas las personas informadas como autoras deberán firmar las declaraciones de responsabilidad según los siguientes términos:

– “Certifico que he participado de la concepción del trabajo para tornar pública mi responsabilidad en relación a su con-

tenido y que no he omitido ninguna relación o acuerdo de financiación entre los autores y compañías que puedan estar interesados en la publicación de este artículo”;

– “Certifico que el manuscrito es original y que el trabajo, ya sea en parte o por completo, así como cualquier otro trabajo con contenido sustancialmente similar de mi autoría, no ha sido enviado a otra Revista y no lo será mientras su publicación esté siendo considerada por Transinformação, ya sea en formato impreso o electrónico”.

2. Transferencia de Derechos Autorales: “Declaro que, en caso de aceptación del artículo, la revista Transinformação pasará a tener los derechos autorales referentes a él, los cuales serán propiedad exclusiva de la Revista, siendo prohibida toda reproducción, total o parcial, en cualquier otra parte o medio de divulgación, impreso o electrónico, sin que sea solicitada una autorización previa y, en caso de obtenerse, haré constar el agradecimiento a la Revista”.

Firma del(de los) autor(es) Fecha ____/____/____

Justificativa del artículo

Destaco que la principal contribución del estudio para el área en que se inserta es la siguiente:

(Escriba un párrafo justificando el motivo por el que la revista debe publicar su artículo, destacando su relevancia científica, su contribución para las discusiones en el área en que se introduce, el(los) punto(s) que caracteriza(n) su originalidad y la consecuente posibilidad de ser citado).

Dada la competencia en el área del estudio, indico el nombre de los siguientes investigadores (tres) que pueden actuar como revisores del manuscrito. Declaro asimismo no existir ningún conflicto de intereses para esta indicación.

OCULUM ENSAIOS

REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO

Qualis B2

REITORA

Profa. Dra. Ângela de Mendonça Engelbrecht

VICE-REITOR

Prof. Dr. Eduard Prancie

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Vera Engler Cury

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

Profa. Dra. Vera Engler Cury

DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE TECNOLOGIAS

Prof. Dr. Ricardo Luís de Freitas

DIRETOR ADJUNTO

Prof. Dr. José Estevão Picarelli

COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO

Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Junior

NORMALIZAÇÃO | *NORMALIZATION*

Bibliotecárias / *Librarians*

Maria Cristina Matoso

Maurícia Daniela Pereira Sacchi

APOIO ADMINISTRATIVO | *ADMINISTRATIVE SUPPORT*

André Gustavo Tomaz dos Santos

PROJETO GRÁFICO | *GRAPHIC DESIGN*

Carla Castilho

DIAGRAMAÇÃO | *LAYOUT*

Carla Castilho | Estúdio

IMAGEM DA CAPA | *IMAGE COVER*

Silvio Soares Macedo – Cidade Medieval

IMPRESSÃO | *PRINTING*

Hortográfica Editora Ltda

DISTRIBUIÇÃO | *DISTRIBUTION*

Sistema de Bibliotecas e Informação da
PUC-Campinas – Serviço de Publicação,
Divulgação e Intercâmbio

ASSINATURAS | *SUBSCRIPTIONS*

Pedidos de assinatura ou permuta devem ser encaminhados a Secretária. | *Subscription or exchange orders should be addressed to the Oculum Ensaios' Office.*
E-mail: sbi.assinaturane@puc-campinas.edu.br
Anual | *Annual*: Pessoa física | *Individual rate*: R\$50,00
Institucional | *Institutional rate*: R\$140,00

